UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

"NADA É NATURAL NA NATUREZA": A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO SUJEITO-MÃE NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA ESCRITA POR MULHERES

ARIANE AVILA NETO DE FARIAS

RIO GRANDE, 2021

ARIANE AVILA NETO DE FARIAS

“NADA É NATURAL NA NATUREZA”: A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO-MÃE NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA ESCRITA POR MULHERES

Texto-base da tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito parcial à qualificação de Doutorado em Letras, área de concentração História da Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Paiva Coronel

RIO GRANDE, 2021

Ficha Catalográfica

F224n Farias, Ariane Avila Neto de.
Nada é natural na natureza: a construção narrativa do sujeito-mãe na Literatura Brasileira Contemporânea escrita por mulheres / Ariane Avila Neto de Farias. – 2021.
232 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio Grande/RS, 2021.
Orientadora: Dra. Luciana Paiva Coronel.

1. Maternidade 2. Literatura Brasileira Contemporânea 3. Sujeito-Mãe 4. Escrita Feminina I. Coronel, Luciana Paiva II. Título.

CDU 82-055.2

Catalogação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ATA DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO nº 03/2021

No dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um, através de videoconferência, realizou-se a defesa de tese da doutoranda Ariane Avila Neto de Farias, intitulada **"NADA É NATURAL NA NATUREZA": A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO SUJEITO-MÃE NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA ESCRITA POR MULHERES**. A sessão foi aberta às catorze horas e trinta minutos pela Profa. Dra. Luciana Paiva Coronel (FURG), orientadora da tese e presidente da Comissão de Avaliação que também foi composta pelas professoras doutoras Rubelise da Cunha (FURG), Eliane Terezinha do Amaral Campello (FURG), Luciene Almeida de Azevedo (UFBA) e Daniele Gallindo Gonçalves Silva (UFPel). Depois da apresentação, arguição e respostas, a Comissão decidiu que **APROVA** a doutoranda neste requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutora em Letras, na área de concentração em História da Literatura. A comissão avaliadora pede que conste na ata que pelas significativas contribuições aos estudos da Literatura Brasileira contemporânea escrita por mulheres, a banca recomenda a publicação desta tese. Após, a presidente publicou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata. Atendendo à Deliberação nº 025/2020 do COEPEA, que dispõe sobre Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de pós-graduação Stricto Sensu durante o período emergencial devido à pandemia da COVID-19, a presidente da comissão examinadora assinará a ata, substituindo as assinaturas dos demais membros da banca. Este documento possui chave de autenticidade gerada pelos sistemas FURG, podendo ser verificada em https://www.furg.br/consultar-documentos.

Profa. Dra. Luciana Paiva Coronel – Orientadora (FURG)
Profa. Dra. Rubelise da Cunha (FURG)
Profa. Dra. Eliane Terezinha do Amaral Campello (FURG)
Profa. Dra. Luciene Almeida de Azevedo (UFBA)
Profa. Dra. Daniele Gallindo Gonçalves (UFPel)

Chave de Autenticidade: 9996.1250.E288.3E93

À Nilce Maria Avila Neto (in memorian), pelos ensinamentos e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Luciana Paiva Coronel, agradeço pela parceria nesses 4 anos. Nossas conversas e reflexões foram essenciais para minha formação enquanto docente e pesquisadora.

Aos demais professores do programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração História da Literatura, agradeço por ter tido a oportunidade de aprender sobre literatura com cada um de vocês.

Às professoras Daniele Gallindo Gonçalves Silva e Marlen Batista de Martino que compuseram minha banca de qualificação, agradeço pelas importantes contribuições ao meu trabalho; as sugestões dadas enriqueceram o trabalho e auxiliaram na composição e na apresentação da análise que se segue.

À minha banca de defesa composta pelas professoras Luciene Azevedo, Daniele Gallindo Gonçalves Silva, Rubelise da Cunha e Eliane Terezinha do Amaral Campello agradeço pela disponibilidade em ler o meu trabalho.

À minha colega e amiga Lilian Greice Ortiz, agradeço pelos trabalhos realizados juntas, pelas horas de ônibus rumo às aulas em Rio Grande, pelas viagens para eventos. Obrigada pela parceria e companheirismo

Aos meus grandes amigos Ânderson Martins Pereira e Mariane Pereira Rocha, agradeço a constante parceria. Obrigada por serem meus leitores, por serem meus parceiros de escrita e revisões de artigos, pelas discussões e conhecimentos trocados, fundamentais para as reflexões que nesta tese apresento. Obrigada por terem sido meus grandes pilares nesse processo.

Às amigas que fiz em Lisboa Karina Morele, Débora Inácio e Nazaré Jacobucci. Obrigada pelo companheirismo, pelos momentos incríveis juntas e pela força dada no início da escrita dessa tese.

À minha mãe, Adriane Avila Neto, e irmã, Pietra Jardim Simon, agradeço pela força e pelo amor.

À Capes, agradeço pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche.

[…] The trees inside are moving out into the forest,
the forest that was empty all these days
where no bird could sit
no insect hide
no sun bury its feet in shadow
the forest that was empty all these nights
will be full of trees by morning.

The trees (1963), Adrienne Rich

RESUMO

São diversos os estudos que mostram que as diferenças biológicas entre homens e mulheres são a base para subjugação social e cultural feminina. É pelo seu corpo e sua sexualidade, aspectos que, a partir do Renascimento, demarcam a negatividade do sujeito feminino, que a mulher é oprimida e dominada. Colocada em segundo plano e, tomando a proteção masculina, como necessária, a mulher configura-se como o "Outro"; aquele que é tudo o que o homem não é, a falta e a incompletude, enquanto esse é o detentor do poder e da razão. Dessa forma, é que as questões referentes à maternidade são, então, percebidas como a realização integral de seu destino. Historicamente, o exercício do fazer materno foi moldado a partir de valores patriarcais; o ideal de mulher-mãe constituiu-se a partir da abnegação e devoção total aos filhos, sendo o amor o único sentimento esperado na relação por esses sujeitos traçada. Essa situação teve como consequência o total apagamento da mulher-mãe, um feminino marcado pela solidão e culpa, principalmente, quando da impossibilidade de adequação aos padrões sociais preestabelecidos. A presente tese objetiva discutir acerca do modo como a construção narrativa do sujeito-mãe se apresenta em narrativas brasileiras contemporâneas. O *corpora* selecionado para essa pesquisa constitui-se de quatro narrativas de autoras brasileiras contemporâneas: *Uma Duas* (2018), de Eliane Brum, *O peso do pássaro morto* (2017), de Aline Bei, *Quarenta Dias* (2014), de Maria Valéria Rezende e *Com armas sonolentas* (2018), de Carola Saavedra. As narrativas aqui analisadas apontam para uma ressignificação da maternidade, de modo que clarificam a multiplicidade que a envolve, sugerindo o necessário reconhecimento dos diferentes sentimentos e ações que perpassam esse fazer, desatrelando-a do olhar romantizado, construído pelo discurso do patriarcado, da abnegação e da entrega total do feminino. Para tanto, as reflexões propostas neste trabalho partem das contribuições de teóricas que se debruçaram sobre o temática da maternidade, como Nancy Chodorow (1978), Elizabeth Badinter (1985), Adrienne Rich (1986), entre outras, bem como estudiosas que debatem o *status* do feminino no decorrer da história, como Silvia Federici (2017) e Beauvoir (2009).

Palavras-chave: Maternidade. Literatura brasileira contemporânea. Sujeito-mãe. Escrita feminina.

ABSTRACT

Several studies show that biological differences between men and women are the basis for female social and cultural subjugation. It is through her body and her sexuality, aspects that, from the Renaissance onwards, demarcate the negativity of the female subject, that women are oppressed and dominated. Placed in the background and, taking male protection as necessary, the woman configures herself as the “Other”; that which is everything that man is not, lack and incompleteness, while this is the holder of power and reason. In this way, issues relating to motherhood are then perceived as the full realization of their destiny. Historically, the exercise of maternal action was molded from patriarchal values; the ideal of a woman-mother was constituted from abnegation and total devotion to the children, with love being the only feeling expected in the relationship drawn by these subjects. This situation resulted in the total erasure of the woman-mother, a feminine marked by loneliness and guilt, especially when it was impossible to adapt to pre-established social standards. This thesis aims to discuss how the narrative construction of the subject-mother is presented in contemporary Brazilian narratives. The corpora selected for this research consists of four narratives by contemporary Brazilian authors: Uma Duas (2018), by Eliane Brum, O peso do pássaro morto (2017), by Aline Bei, Quarenta Dias (2014), by Maria Valéria Rezende and Com armas sonolentas (2018), by Carola Saavedra. The narratives analyzed here point to a redefinition of motherhood, so that they clarify the multiplicity that surrounds it, suggesting the necessary recognition of the different feelings and actions that permeate this action, unleashing it from the romanticized look, constructed by the discourse of patriarchy, of abnegation and the total delivery of the feminine. Therefore, the reflections proposed in this work are based on the contributions of theorists who have focused on the theme of motherhood, such as Nancy Chodorow (1978), Elizabeth Badinter (1985), Adrienne Rich (1986), among others, as well as scholars who debate the status of the feminine throughout history, such as Silvia Federici (2017) and Beauvoir (2009).

Keywords: Motherhood. Contemporary Brazilian literature. Subject-mother. Women’s writing.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 9

1. Panorama histórico das teorias da maternidade: do ideal da "boa-mãe" à uma maternidade multifacetada 22

1.1. "Perfeita é a mãe": a construção da maternidade perfeita e os seus reflexos na contemporaneidade 25

1.2. Os caminhos para uma maternidade múltipla: as (re)configurações da instituição maternidade e suas relações com os movimentos feministas 39

1.3. Os movimentos das mulheres e seus reflexos sobre a instituição maternidade em contexto brasileiro. 54

2. A maternidade como função divina e obrigatória: um panorama da apresentação do sujeito-mãe pela história da literatura brasileira 69

2.1. "A mulher nasce para isso de ser mãe": as mães em uma literatura brasileira dominada por homens 74

2.2 "E sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida": quando os padrões patriarcais não são superados. 103

3. "A gente tá feita para isso?": O sujeito-mãe e a literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres 121

3.1. "Eu sempre senti que havia uma coisa ruim dentro de mim": a subjetividade materna em Uma duas, de Eliane Brum. 129

3.2 "Também não fui mãe": o "eu" não maternal em O peso do pássaro morto, de Aline Bei. 147

3.3 "Sempre achei que não podia nada": os encontros e desencontros da mulher-mãe em "Quarenta dias", de Maria Valéria Rezende. 167

3.4. Entre os lados de fora e de dentro:as representações maternas em Com armas sonolentas, de Carola Saavedra 181

3.4.1. "Apenas reproduzi o gesto de todas as mulheres da minha linhagem": Anna 185

3.4.2. "Esse filho dentro dela, esse filho era tudo que ela tinha": Avó 199

4. Considerações finais 209

REFERÊNCIAS 224

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo acerca da relação entre a mulher e a literatura é terreno fértil nos estudos literários há algum tempo. Hoje, são inúmeros os trabalhos que, tendo como base a crítica feminista e os estudos de gênero, refletem sobre a temática, destacando a figura feminina tanto no papel de escritora quanto no de personagem. Dessa forma, esses estudos explicitam as marcas do patriarcado na constituição do sujeito feminino e assinalam a marginalização desse no espaço literário, que por refletir um mundo real do qual se alimenta e no qual atua, é também lugar de cristalização de valores culturais dominantes, assim como local em que certos modos de representação são reverberados. Não é à toa que a literatura brasileira é espaço dominado pelos homens, seja enquanto escritores ou personagens. Destaca-se o caráter masculino, quase que exclusivo, do cânone literário brasileiro, sendo ele formado por homens brancos, de classe média (alta) e heterossexuais.

Compreende-se que toda a obra literária gera a sua própria realidade, mas não se pode esquecer que "ela é concebida e produzida dentro de um contexto cultural e, nessa medida, corresponde a certas necessidades de representação do mundo [...]" (SCHMIDT, 2017, p. 40); o feminino no discurso literário tem sua constituição calcada em considerações de ordem moral e de valores regidas pela lógica do patriarcado. Níncia Teixeira, ao refletir acerca dessa problemática, afirma que:

> [...]a obra ficcional se alimenta do mundo real no qual atua, refletindo-o e interpenetrando-o e, assim, influenciando ideias. A ficção literária é concebida e produzida em um contexto cultural e, nessa medida, atende a certas necessidades de representação do mundo que são articuladas e atreladas aos rituais e aos símbolos da prática social ou aos conceitos vigentes sobre o objeto, o dado referencial. Estes padrões encontram-se sintonizados com toda a lógica patriarcal, atuando na reconstrução de uma política de gênero que fixa o feminino como uma categoria sexual natural e imutável e não como uma construção cultural (2009, p. 87).

Assim, a hierarquia entre os gêneros acabou por se fazer presente na literatura, contribuindo para perpetuar a subordinação e o controle dos corpos e sexualidade das mulheres, na medida que há uma grande presença da "visão cristã da mulher, que

privilegia a mulher pura e espiritual, aliada às doutrinas tradicionais que definem o ser mulher a partir de sua função procriativa[...]" (SCHMIDT, 2017, p. 40). Nessa perspectiva, os estudiosos da literatura que se debruçam em pesquisas que atentam para o papel da mulher na sociedade, indicam o reforço da dicotomia entre a mulher-deusa e a mulher-demônio (SCHMIDT, 2017) no contexto literário; não havendo espaço para a multiplicidade, ou o feminino é reduzido à primeira, sujeito que exerce o dever patriarcal da boa esposa e boa mãe, ou à segunda, assumindo a posição da mulher de sexualidade desenfreada, a perdição do homem.

Ao evidenciar esse necessário movimento para a sua ressignificação, os estudos literários, pelo viés dos estudos de gênero e feministas, reconhecem a influência exercida pelo campo literário sobre os indivíduos ao mesmo tempo em que o compreende como um possível espaço de escuta das vozes dos sujeitos marginalizados, lugar que propaga "deslocamentos, disputas e apaziguamentos de identidades tradicionalmente colocadas em seus 'devidos lugares' e que, agora, não mais se acomodam, como é o caso das mulheres [...]" (DALCASTAGNÈ; LEAL, 2015, p. 09).

A presente tese pretende discutir o modo como a maternidade é representada na literatura brasileira contemporânea, entretanto, antes da apresentação de seus objetivos e de um maior aprofundamento do tema, faz-se fundamental a apresentação de algumas situações transcorridas no ano de 2020, considerações importantes para a compreensão do debate que é aqui proposto. 2020 foi um ano bastante difícil para o mundo inteiro, tendo em vista as inúmeras vidas perdidas em meio a uma batalha contra um vírus até então desconhecido (COVID-19) e, também, um período que intensificou as desigualdades sejam elas de gênero, de classe ou de raça[1]; é um ano que entrará para a história como um dos piores anos da década, um dos piores anos do século, sendo um período que escancarou ainda mais os limites impostos ao feminino, seu corpo e sua sexualidade; mulher e maternidade foram temas que se destacaram neste período, revelando os moldes que oprimem a mulher, sendo ela mãe ou não. Enfim, passemos ao primeiro cenário, que não está diretamente vinculado à situação pandêmica, mas ilustra o modo como o corpo feminino é tratado pelo olhar social vigente, quadro que se maximiza em meio a atual situação.

[1] Entre os mais de 500.000 mortos pelo COVID- 19 no país, os números mostram que está entre os mais pobres, as mulheres e os negros a mais alta mortalidade.

Em agosto de 2020, em frente a um hospital no estado do Pernambuco, fundamentalistas religiosos encenaram uma cena digna das distopias mais assustadoras dos últimos tempos: entre gritos raivosos e orações fervorosas, eles tentaram invadir um hospital; seu intuito era o de impedir o aborto de uma criança de 10 anos – a gravidez da referida menina (criança) é resultante dos múltiplos estupros sofridos por ela desde os seus 6 anos de idade, cometidos pelo tio da vítima: mais uma vez o perigo estava dentro de casa. Os dados da criança foram vazados por uma extremista radical antiaborto, violando as leis brasileiras que garantem o anonimato da vítima que opta pela interrupção da gravidez resultado de abuso sexual. Os indivíduos "pró-vida" fizeram uma barreira em frente à porta do local de maneira a vetar a entrada do médico e de sua equipe, os únicos que se disponibilizaram a realizar o procedimento na menina[2]. As acusações do grupo fundamentalista são voltadas tanto para o médico quanto para a menina e sua família: todos chamados de assassinos e não merecedores do amor divino, que, de acordo com o grupo, iria puni-los por acabarem com a vida de uma criança, que nem nascido havia ainda.

P. A. morreu aos 38 anos sem conhecer a filha. P. A. foi apenas uma das milhares de mulheres grávidas mortas durante a pandemia do coronavírus. De acordo com reportagem veiculada pelo jornal "O Globo", até julho de 2020, eram 201 as mulheres grávidas vítimas fatais do COVID-19. Camila Mazzotto (2020), em matéria para a revista Babel, afirma que o Brasil "é o país que mais matou grávidas em meio à pandemia" (*online,* 2020). Sobre o mesmo tema, Reginaldo Freitas Júnior, diretor-geral do Instituto Santos Dumont, em entrevista para a página da instituição, salienta que "a Covid-19 está trazendo à tona importantes fragilidades da rede de assistência à saúde materna, que preexistiam, muitas delas cronicamente, mas que numa situação como essa de pandemia mostram a sua pior face" (*online,* 2020).

O ano de 2020 também foi um período em que as mulheres-mães sofreram ainda mais com a sobrecarga de trabalho. Em meio a pandemia do coronavírus, os filhos dessas mulheres, por longo período, não puderam frequentar escolas ou creches e, assim, algumas mães precisaram somar às tarefas domésticas, o trabalho *home office* e o cuidado com os filhos; já outras mulheres-mães necessitaram encontrar alternativas, contando com amigos e familiares, dado que, mesmo com os

[2] A menina precisou ir até Pernambuco, pois em seu estado não houve médico que se disponibilizou a interromper a gravidez da criança.

filhos em casa, precisaram trabalhar fora. Há um terceiro grupo, que precisou abdicar da carreira, ao não encontrarem saídas para essa nova conjuntura.

Os contextos acima mencionados sugerem a total desigualdade e vulnerabilidade da figura feminina em uma sociedade de valores patriarcais. Da mesma forma, eles sublinham o lugar de exploração do corpo feminino em um sistema que naturaliza a heterossexualidade compulsória. No modo como as engrenagens sociais funcionam, pontua Danielle Silva, esse corpo é exclusivamente interpretado a partir de sua acomodação às funções de "(re)produzir, nutrir e cuidar" (2017, p. 19). O corpo feminino é, assim, roubado e disposto na qualidade de espaço "de todos", objeto masculino e sítio de delimitações. Assim, ao mesmo tempo em que a mulher é reduzida ao seu aparato biológico e dominada pelo homem, tendo em vista as peculiaridades de sua anatomia, ela é apartada de sua corporalidade e, por consequência, de sua sexualidade. Como o "Outro" em relação ao masculino universal, a figura feminina constitui-se enquanto estrangeira de si mesma, resultado de uma "violência simbólica, violência suave [...], que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento" (BOURDIEU, 2014, p. 07).

Ademais, a condição de dominação feminina marcada pela diferença entre os sexos, baseada na biologia, delimita a condição desses sujeitos na divisão social do trabalho: "a maternação das mulheres é um dos poucos elementos universais e duráveis da divisão do trabalho por sexos" (CHODOROW, 1978, p. 17). Adrienne Rich (1986) aponta que a maternidade favoreceu a separação entre as esferas pública e privada, bem como foi usada pelo patriarcado como forma de reduzir as potencialidades das mulheres. Nesse cenário de desigualdade, da maternidade enquanto instituição patriarcal, essa é tema crucial de debate. Central no que se refere à ocupação das mulheres, a maternidade faz-se dever do feminino, efeito primário da heterossexualidade compulsória, mas o tempo dedicado ao cuidado das crianças/filhos, no modo como o modelo socioeconômico corrente se organizou, acaba por ser desatrelada de qualquer possibilidade de remuneração. Isso se deve ao fato dessa, da forma como é veiculada, por trás da máscara da "natureza feminina", colocando as mulheres como sujeitos cuidadores em sua essência, ser constituída a partir dos interesse do Estado, que vê na figura da mulher uma forte aliada para o fortalecimento do capitalismo, já que as crianças por elas geradas serão tanto mão-de-obra quanto indivíduos consumidores.

É no século XVIII que há um movimento em direção à construção do que neste trabalho chamaremos de “maternidade perfeita” e, portanto, da figura da “boa mãe”; ambos sãos adjetivos instaurados com o objetivo de delimitar as mulheres-mães aos padrões masculinos acerca do que deve ser o fazer materno, moldes que respondem ao querer do patriarcado relativo ao corpo desse sujeito. Para isso, houve a retirada da mulher do espaço público e o recolhimento dela ao lar, o espaço adequado para o cuidado que devota ao marido e aos filhos. A igreja e a medicina têm papel primordial nesse processo de regulação da figura feminina: de um lado, tem-se o estabelecimento da figura da Virgem Maria na qualidade de modelo materno a ser seguido; do outro, o estabelecimento de medidas que enquadram a mulher a partir da necessidade de apresentar um corpo saudável, polido e contido, à vista do fato de que é ela quem gerará os herdeiros dos homens. Tânia Swain (2007) faz apontamentos sobre o tema:

> [a mulher] é promovida, em termos simbólicos a um nível identitário essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo. Objetiva-se, desta forma, a imanência que faz das mulheres este corpo fractal: é a apropriação social do corpo construído em mulher que confere a todas as mulheres um destino biológico, quase uma fatalidade (SWAIN, 2007, p. 205).

Presas por um discurso que as fragiliza e institui a maternidade como missão salvífica, cabe às mulheres a adequação e a efetivação de uma maternidade sem defeitos. Foram (e são) muitos os motivos para a apropriação do discurso da boa mãe pelas próprias mulheres, como a sua valorização diante da sociedade – uma mudança no olhar de um outro, que desde sempre a percebe como sujeito inferior –, a legitimação de seu valor como sujeito preocupado com o filho gerado e o alinhamento à moral religiosa, social e cultural vigente (HALASI, 2018). Destarte, nesse cenário, os movimentos das mulheres, tiveram papel preponderante para a revisitação dessa instituição, ao denunciarem a maternidade-escrava e desconstruir a noção acerca do instinto e destino materno.

A revisão do conceito de maternidade é recente (STEVENS, 2005) e é, aos poucos, que questões acerca do status do sujeito-mãe e da maternidade de maneira global vão tomando lugar de protagonismo nos mais variados espaços sociais; foi apenas em meados dos anos 1970 que, com a atuação ativa dos movimentos das mulheres, passou-se a pensar tal instituição enquanto produto do patriarcado e um

dos principais modos de regulação das mulheres, bem como lugar que marca a multiplicidade feminina, podendo ser essa, um espaço para um fazer mais autônomo das mulheres. Simone de Beauvoir (2009[1949]), Nancy Chodorow (1978), Elisabeth Badinter (1980), Adrienne Rich (1986) e Silvia Federici (2017) são apenas algumas das estudiosas que, ao questionarem as ideias preconcebidas sobre o tema, contribuíram para uma redefinição do *status* da maternidade e do sujeito-mãe.

Contudo, enfatiza-se o fato de que a (re)significação da maternidade coloca-se em um espaço de debate controverso, tendo em vista a dificuldade de se romper com os parâmetros postos às esferas pública e privada que, de acordo com Greiciellen Moreira (2017), ao refletir acerca dos apontamentos de Swain (2007), mantêm-se enquanto "domínios de exclusão ou de pertencimento" (MOREIRA, 2017, p.10). A manutenção da dicotomia entre o dentro e o fora serve exclusivamente à preservação das engrenagens que "produzem o ser humano enquanto ser sexuado, dividido inexoravelmente em dois, a partir de sua capacidade reprodutiva" (MOREIRA, 2017, p. 10); no interesse do sistema social vigente, a mulher é, ainda, estreitamente resumida à sua função materna. Salienta-se que essa maternidade é, pelo patriarcado, tratada de modo homogêneo, sendo apagada qualquer noção de classe, de raça e de instrução entre os sujeitos femininos.

A julgar por sua relação complexa e ambígua com as mulheres, mesmo entre os movimentos feministas, a maternidade constituiu-se como uma zona de divergências: se de um lado, a temática é compreendida como responsável por mudanças físicas, emocionais e sociais – que repercutem diretamente nos trânsitos disponíveis ao feminino, e nas relações que por ela são traçadas –, assim como, é meio de repressão e controle do corpo feminino por uma sociedade patriarcal; de outro, ela é entendida como uma dimensão de importância acerca da experiência das mulheres, que carrega valores que se contrapõem à individualidade do patriarcado, o que a filósofa Sara Ruddick chamará de "pensamento maternal" (RUDDICK, 1995), o que assinala a necessidade de destaque e discussão no âmbito dos estudos de gênero (SWAIN, 2017).

Destaca-se que, diante das novas percepções sobre a maternidade e o sujeito-mãe possibilitadas pelos movimentos feministas, é possível afirmar que houve uma abertura para reflexões que notabilizaram a multiplicidade que envolve esse fazer, quebrando com os padrões impostos ao sujeito-mãe, assim como colocando em xeque a noção compulsória da maternidade enquanto confirmação de feminilidade. A

partir dessa hipótese, decidiu-se investigar como se dá a representação narrativa da figura da mulher-mãe, bem como a construção e compreensão da maternidade na literatura brasileira contemporânea. Optou-se também por trabalhar com textos de autoria feminina por dois motivos; o primeiro deles se deve ao fato de, na atualidade, serem inúmeros os romances, produzidos por mulheres, que tratam sobre o tema: para além dos livros que serão aqui analisados, pode-se citar os romances *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Machado, *A chave de casa* (2007), de Tatiana Salem Levy, *Desesterro* (2015), de Sheyla Smanioto, *A teta racional* (2016) e *Suíte Tóquio* (2020), de Giovana Madalosso, exemplos de livros que colocam a maternidade e as relações traçadas pelo sujeito-mãe com os seus filhos, pautando as questões sobre o instinto materno e o amor materno, ou com os demais sujeitos que com ele se relacionam, em destaque.

O segundo motivo relaciona-se ao fato da necessidade de se pensar o tópico a partir da voz dos sujeitos que o vivenciam de diferentes formas. Levando-se em consideração que os homens dominam o espaço literário, é importante que se reflita acerca de temáticas que perpassam o feminino a partir dos discursos das próprias mulheres. Dito isso, acredita-se que, atentar para uma literatura de autoria de mulheres, é dar voz a um discurso por anos silenciado e apagado dos anais da história; é dar espaço para o reconhecimento de heranças e experiências existentes e primordiais para o fazer de um presente e de um futuro mais igualitário. Ademais, como Schmidt (2017), a presente tese defende que lograr um espaço de reconhecimento e de visibilidade da mulher como produtora de discursos e de saberes é um ato político.

Para além dos dois principais motivos que levaram a escolha do estudos da temática do presente trabalho, é fundamental pontuar a pesquisa de Regina Delcastagnè (2012) que assinala que, mesmo na contemporaneidade, a participação do feminino no espaço literário é bastante inferior à masculina: os escritores da literatura brasileira contemporânea são ainda os homens brancos de classe média e as suas personagens também pertencem ao mesmo grupo, tendo como orientação sexual a heterossexualidade. Dalcastagnè diz que os dados da sua pesquisa “indicam que as personagens [...] se deslocam de um chão literário em tudo semelhante ao da realidade brasileira atual”, o que contribui para a naturalização da “ausência ou a figuração estereotipada de mulheres, de negros e de outros estratos marginalizados” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 163-164), atuando como um *efeito de realidade*.

Para a realização da reflexão proposta, foram selecionadas quatro obras literárias escritas por mulheres no século XXI: Eliane Brum, *Uma duas* (2018[2014]), de Maria Valéria Rezende, *Quarenta dias* (2014), de Aline Bei, *O peso do pássaro morto* (2017), e de Carola Saavedra, *Com armas sonolentas* (2018). Supõe-se que a representação da maternidade e do sujeito-mãe na escrita dessas mulheres distancia-se substancialmente das concepções idealizadas acerca da maternidade. Compreende-se que essas escritoras desatrelam a maternidade da concepção que postula esse fazer enquanto pertencente à natureza da mulher, o que acaba por dar visibilidade à pluralidade que envolve esses sujeitos e essa instituição. As obras selecionadas apresentam discursos que constroem personagens que reagem, a partir do silêncio ou de ações mais estrondosas, aos julgamentos do sujeito-outro, principalmente em sua atividade materna ou mesmo na negação dessa.

Reconhece-se as limitações da presente tese, principalmente pelos *corpora* selecionados para análise, já que os textos, em sua maioria, apresentam a relação da mulher-branca com a maternidade. Apenas o texto de Saavedra (2018) traz uma mulher-mãe negra, a qual admite-se que, analisada separadamente, geraria uma outra tese devido aos inúmeros fatores que sobre ela são trabalhados pela autora. Ainda, as quatro obras representam um sujeito-mãe que vivencia a maternação a partir de relações heterossexuais.

Entretanto, enfatiza-se a crença de que os textos selecionados apresentam uma noção de maternidade, bem como representam a mulher-mãe de forma substancialmente oposta às das concepções idealizadas acerca dessa instituição e desse sujeito, o que deve contribuir para a reflexão sobre as mulheres-mães que não estão presentes nesta tese, mas que representam essa quebra com os padrões maternos do patriarcado. Todavia, destaca-se que isso não quer dizer que essas mulheres estão livres por completo das amarras impostas pelo discurso patriarcal no que diz respeito à maternidade — muito pelo contrário, reconhece-se que as situações em que elas se encontram é reflexo do peso das práticas sociais e culturais que lhe foram impostas—, mas sim que esses sujeitos são construídos de modo a questionar os limites do feminino referentes ao seu corpo e às questões acerca da reprodução e o cuidado com crianças, que hoje é ainda percebido enquanto uma função unicamente das mulheres.

A discussão realizada é balizada pelas contribuições teóricas de Simone de Beauvoir (2009[1949]), Nancy Chodorow (1978), Elisabeth Badinter (1980; 2010),

Adrienne Rich (1986), Sara Ruddick (1995), Andrea O'Reilly (2004; 2008), Orna Donath (2017), assim como outras importantes estudiosas da temática da maternidade. Do mesmo modo, os apontamentos teóricos de Raewyn Connell (1987), Teresa de Lauretis (1990; 1994), Judith Butler (2018[1990]), Jane Flax (1991), entre outros, são importantes para a compreensão acerca dos papéis de gênero moldados pelo discurso social. Já os estudos de Regina Dalcastagnè (2012) e Rita Schmidt (2017) são essenciais para se pensar o *status* da literatura brasileira no passado e no presente.

Para tanto, a presente tese foi dividida em três capítulos. O primeiro deles preocupou-se em apresentar e discutir o sujeito-mãe através da história e o seu vínculo com os movimentos feministas. Essas reflexões serão fundamentais para as análises dos romances selecionados. Assim, esta seção da tese foi dividida em três subcapítulos. O subcapítulo 1.1 traz reflexões sobre a construção histórica da maternidade perfeita. Buscou-se apresentar os mecanismos sociais que contribuíram para a constituição da maternidade enquanto dever das mulheres e dispositivo central da dominação do masculino sobre o feminino. Evidenciou-se que nem sempre a mulher foi compreendida a partir de seu papel de reprodutora e cuidadora, contudo, em meados do século XVIII, houve um intenso disciplinamento social rumo à vinculação da mulher à maternidade e à dedicação ao outro; tudo isso em virtude do interesse social na manutenção das mulheres no espaço privado.

Os estudos acerca da maternidade mostram que os altos índices de mortalidade do período significavam para o Estado patriarcal um perigo para o sistema socioeconômico que vinha, naquele momento, se solidificando, o capitalismo. Nessa perspectiva, percebeu-se no reforço do vínculo entre as mulheres, o espaço privado e o cuidado com crianças uma possibilidade de diminuição desses números. A noção de instinto materno ganhou destaque, de maneira que o corpo feminino foi reduzido aos seus aspectos reprodutivos. Ainda, houve a acentuação dos sentimentos de amor e abnegação maternos (PINHEIRO, 1991), constituídos com base no discurso religioso que, tomando como suporte a figura da Virgem Maria, limitam as mulheres ao cumprimento de suas funções de mãe.

Nos subcapítulos 1.2 e 1.3, a maternidade será pensada a partir das suas relações com os movimentos feministas. O subcapítulo 1.2 apresenta os resultados da investigação sobre os modos como a maternidade e os movimentos feministas relacionam-se desde a sua primeira onda. Para isso, são expostas as principais

teorias pensadas acerca da relação da mulher com a maternidade (FREUD, 1976; WINNICOTT, 1983; 1990; 2002), tendo em vista que são esses os discursos que as reflexões feministas, a partir da segunda onda dos movimentos das mulheres, buscam desconstruir e ressignificar.

Pontua-se o entendimento de que a maternidade foi de pauta secundária a foco principal das lutas travadas pelas mulheres feministas, caracterizando-se sempre como um tópico polêmico, nos mais diferentes níveis. Isso se deve ao fato do tema estar revestido de uma dupla significação: por um lado, a maternidade foi compreendida como mecanismo central da dominação do masculino sobre o feminino, luta levantada, principalmente, pelas feministas radicais da segunda onda; de outro, a bandeira levantada foi a de que, apartada da significação dada a ela pelo patriarcado, essa poderia e deveria ser entendida como peça fundamental para a compreensão do poder da mulher, um modo de retomada do corpo pelo sujeito feminino.

Nessa perspectiva, o subcapítulo 1.2 objetivou apresentar as reflexões feministas sobre o tema para que se compreendessem as suas contribuições para a transformação do *status* da maternidade, bem como do sujeito-mãe através da História, mudanças essas que, de muitas maneiras, repercutiram e ainda repercutem na sociedade. Igualmente, as intersecções entre feminismo e maternidade foram de essencial valia para que o ideal de instinto materno fosse colocado em xeque (RICH, 1986). Defende-se que foram as modificações efetuadas pelos debates dentro dos movimentos das mulheres que possibilitaram que textos como os que aqui foram analisados pudessem representar uma mulher-mãe mais plural.

Já o subcapítulo 1.3 tem como foco os eventos históricos que marcaram os diálogos entre os feminismos e a maternidade em território brasileiro. Para a realização dessa discussão, são evidenciadas as diferentes esferas que corroboraram o discurso do patriarcado de maneira a reforçar os valores e padrões para a realização de uma boa maternidade. A partir da contribuição teórica de estudiosas brasileiras, averiguou-se o atraso do país no que se refere às políticas que perpassam o corpo feminino, medidas que reforçam sobremaneira a maternidade enquanto dever das mulheres e que, ao mesmo tempo, perpetuam o apagamento e a subordinação das mulheres.

O segundo capítulo dedica-se à compreensão da reverberação do discurso social que limita o feminino ao papel da boa mãe na literatura produzida no Brasil entre os séculos XIX e XX. Para que esse objetivo fosse alcançado, o capítulo foi dividido

em duas partes. A primeira delas traz reflexões acerca da representação da maternidade na literatura brasileira do século XIX produzida por homens; a discussão realizada foi desenhada a partir das seguintes obras: *O guarani*, de José de Alencar (1857[1996]), *O mulato* (2019[1881]) e *O cortiço* (1997[1890]), de Aluísio de Azevedo, e, por fim, *Dom Casmurro* (2019[1899]), de Machado de Assis. Partiu-se da hipótese de que nas narrativas desses homens a maternidade é situação que, de certa forma, circunscreve as mulheres ao silenciamento e à condição acessória, baseado na noção de que às temáticas femininas são desinteressantes frente aos temas universais do masculino.

Já na segunda parte, as observações são realizadas tendo como base a análise das obras de escritoras como Emília Leitão Guerra, Júlia Lopes de Almeida, Maria Firmina dos Reis, Escolástica Veloso e Raquel de Queiroz, autoras que produziram entre os séculos XIX e XX. Além disso, destaca-se que as ponderações sobre a escrita feminina também levaram a observações sobre os reflexos da vivência materna na vida dessas mulheres, já que muitas mulheres ou deixaram de escrever, tendo em vista as suas responsabilidades para com a família, ou sofreram com os julgamentos sociais ao dedicarem à escrita um período que deveria ser dedicado ao lar e aos filhos. A escolha por dedicar um capítulo para a discussão da maternidade na literatura desse período se deu pela compreensão da importância do reconhecimento da evolução na representação dessas personagens.

É no terceiro capítulo que se realiza a análise dos aspectos da maternidade e da constituição narrativa do sujeito-mãe nos livros de Eliane Brum (2018[2014]), Maria Valéria Rezende (2014), Aline Bei (2017) e Carola Saavedra (2018). Como já exposto, parte-se do pressuposto que as obras selecionadas constituem um espaço de reflexão contra o discurso hegemônico sobre a maternidade e a mulher-mãe e, por conseguinte, as práticas sociais guiadas pela cultura Ocidental. Nessa óptica, examinou-se a forma como essas escritoras, em suas narrativas, apresentam possibilidades de “quebra” do discurso que legitima e eterniza a noção de uma subjetividade feminina vinculada a uma sociedade patriarcal, que padroniza certos comportamentos referentes ao sujeito-mãe e que impõe o fazer materno enquanto algo que pertence ao instinto e natureza das mulheres. Parte-se da ideia de que o exercício da maternidade é apresentado, por essas obras, de modo a possibilitar a ressignificação desse fazer.

Assim, de modo a contemplar os estilos e características literárias de cada autora, que se acredita estarem refletidas na maneira como os seus sujeitos-mãe e o seu fazer materno foram constituídos, o capítulo foi dividido em quatro seções, cada uma delas dedicada à análise da obra de uma dessas escritoras. O primeiro subcapítulo é dedicado à *Uma duas* (2018), sendo seguido pela análise de *O peso do pássaro morto* (2017); o terceiro e o quarto subcapítulos destinam-se ao debate de *Quarenta dias* (2014) e *Com armas sonolentas* (2018), respectivamente. Salienta-se que a última obra analisada, o livro de Saavedra (2018), compreende a análise de duas mulheres-mães, desse modo, optou-se pela divisão em duas partes, sendo cada uma delas dedicada a um sujeito-mãe. Ademais, destaca-se que as análises são também marcadas por aproximações entre as representações maternas na literatura dessas mulheres.

Para finalizar, reflete-se acerca da importância de ressignificar a vivência da mulher-mãe, rompendo com um ciclo de violências sofridas por ela. Ao mesmo tempo, sublinha-se a possibilidade de novas referências interpretativas, que residem na valorização da literatura de autoria feminina. Ainda, defende-se a ideia de que as obras das quatro escritoras aqui estudadas podem ser percebidas como uma abertura para um diálogo que possibilita, para além de uma maior visibilidade do sujeito-mãe, por elas representado em toda a sua pluralidade, o rompimento com padrões patriarcais que subjugam o feminino e uma jornada em direção ao debate da igualdade entre os gêneros.

1. Panorama histórico das teorias da maternidade: do ideal da "boa-mãe" à uma maternidade multifacetada

Há exatos 229 anos, Mary Wollstonecraft[3] (1759-1797) publicava o seu importante texto *Vindications of the Rights of Woman* (1792), marco para muitos do início de um pensamento em direção à emancipação das mulheres; o começo do pensar acerca da condição desprivilegiada ocupada por essas na sociedade, tendo em vista que o seu valor social estava baseado em sua capacidade reprodutiva –o indivíduo que produz cidadãos-, sendo, consequentemente, reduzido a sua atuação no espaço privado enquanto sujeito dependente dos homens. Ao afirmar que a aparente fraqueza não era característica natural feminina, a escritora inglesa vislumbrava a possível liberdade de um reino feminino que era, até então, aprisionado às amarras de um sistema moral masculino, isto é, aos princípios patriarcais que, como apontado por Mary O'Brien, encontram na dominação e no poder a possibilidade de transcendência à privação masculina dos meios de reprodução da espécie (O'Brien, 1981, p. 09). Wollstonecraft, opondo-se ao afirmado tanto por figuras masculinas respeitáveis quanto pela igreja[4], reitera que inferioridade feminina é impressão deixada pela subjugação da mulher, privada de uma educação formal[5] e autonomia para escolher o seu próprio destino, sendo relegada ao espaço doméstico

Foram as reflexões de Wollstonecraft (1792) que ecoaram nas primitivas lutas coordenadas por mulheres já no século XIX, período em que a primeira onda dos

[3] Mais de um século antes de Simone de Beauvoir, Wollstonecraft já elaborava os primeiros pensamentos sobre a opressão estrutural das mulheres e suas raízes. O trabalho dela aqui mencionado é tido como um dos documentos fundadores do feminismo, o livro denuncia a exclusão das mulheres do acesso a direitos básicos no século 18, colocando a educação feminina como base para o fim das desigualdades.

[4] Aristóteles já acentuava o caráter sem virtudes da fêmea, bem como a impossibilidade de as perceber como sujeitos já que não possuíam meios concretos para tal classificação. Da mesma forma, nas escrituras bíblicas as mulheres eram demarcadas pela sua aprendizagem silenciosa e "com toda a sujeição" ao masculino. Paulo, na primeira Epístola direcionada a Timóteo, afirmava "não permito que a mulher ensine nem use de autoridade sobre o marido, mas que permaneça em silêncio" (1 TIMÓTEO 2:12). No mesmo sentido, afirma Santo Agostinho que "a mulher é um animal que não é nem firma nem estável" (SANTO AGOSTINHO, 1997, p. 250). As citações apresentadas são apenas algumas das falas de figuras históricas que salientam o caráter secundário da mulher no decorrer da História.

[5] Perrot (2009) dedica-se ao debate da questão acerca dos vínculos entre mulheres e a educação. Ao tomar as postulações de Rousseau, a teórica diz que a educação voltada às mulheres era pensada a partir dos benefícios que essa poderia trazer para o espaço privado, lugar do feminino. A autora cita fala do filósofo: "é preciso, pois educar as meninas e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e de mãe" (p. 93). Dessa maneira, as meninas deveriam ter aulas de costura, de culinária, de boas maneiras, enfim, de prendas domésticas de forma geral com o objetivo de que seus aprendizados pudessem ser colocados em prática em suas casas.

feminismos tem o seu início. Com o objetivo de romper com as amarras da opressão, que atingiam todos os níveis sociais e que colocavam o sujeito feminino em um segundo plano nas relações construídas entre os indivíduos, diferentes mulheres saíram às ruas reivindicando espaço e direitos, dedicando suas vidas para um futuro de maior liberdade e possibilidades à figura feminina.

Passado tanto tempo, faz-se fundamental pontuar que questões referentes ao voto, a divisões de trabalho, à educação, ao corpo, à sexualidade e ao aborto, tópicos que evidenciam a não neutralidade/universalidade das instituições sociais da forma como essas vinham sendo estabelecidas pelo sistema patriarcal, são apenas algumas das pautas em que os movimentos feministas deixaram/deixam marcas na política, na legislação mundial, no mercado de trabalho, nas artes, enfim, na sociedade de maneira geral. As lutas pelos direitos das mulheres, ao possibilitarem uma reconfiguração dos papéis de gênero, demonstrando que as relações entre homens e mulheres se configuram em sistemas sociais com uma já definida trajetória histórica, dão, portanto, voz ao sujeito feminino, fazendo com que o discurso de poder masculino seja recebido a partir de uma nova perspectiva: agora não mais como único possível na organização da vida social, mas sim como instrumento passível de desconstruções e questionamentos.

Isto posto, o presente capítulo tem por objetivo principal a apresentação panorâmica, tendo em vista a extensão da presente tese, das diferentes discussões teóricas que versam sobre a temática da maternidade, instituição que se estabeleceu como um dos principais meios de dominação do feminino. Compreende-se que, atrelada a essa discussão, faz-se fundamental a apresentação de apontamentos acerca da história e da evolução dos papéis do feminino na sociedade, das concepções construídas no tocante ao seu corpo, sua sexualidade. Da mesma maneira, pretende-se refletir sobre a repercussão dessas na subjetividade do sujeito-mãe.

Para isso, o presente capítulo foi subdividido em 3 partes. A primeira delas aborda a forma como a noção de boa maternidade e, por consequência, a de boa-mãe foram construídas. Ainda, busca-se pontuar a quem e ao que a criação de padrões rigorosos à mulher-mãe pretendeu beneficiar. Por fim, o subcapítulo trata sobre os reflexos do molde da boa mãe sentidos na contemporaneidade. Logo após, discorre-se acerca das concepções sobre a maternidade e suas relações com os movimentos feministas através do tempo, de modo que se reconheça e entenda as

variadas formas como as lutas das mulheres entenderam (entendem) a maternidade, a partir tanto de suas marcas biológicas quanto socioculturais, bem como a importância do sujeito-mãe para as lutas pelos direitos das mulheres ao redor do mundo. Também, nessa etapa da pesquisa, os estudos de Freud (1976) e Winnicott (1983; 1990; 2002) são apresentados, com o propósito de se refletir acerca das ideias que foram ressignificadas, principalmente pelas feministas da segunda onda. Por fim, na terceira parte desse capítulo, destaca-se a chegada, assim como o desenvolvimento dos movimentos femininos e dos debates sobre a maternidade em contexto brasileiro.

Os debates propostos neste capítulo recorrem aos apontamentos de teóricas como Simone de Beauvoir (2009), Nancy Chodorow (1978), Elisabeth Badinter (1980), Adrienne Rich (1986), Sara Rudick (1995) e Andrea O'Reilly (2004; 2008). Ainda, os estudos de Cristina Stevens (2005, 2007), Jurandir Costa (1999), Aminatta Forna, Greiciellen Moreira (2017), entre outros (1999) foram fundamentais para o delineamento do presente panorama.

1.1. “Perfeita é a mãe”: a construção da maternidade perfeita e os seus reflexos na contemporaneidade

A figura feminina foi sujeito apagado dos relatos históricos, como se, designada à obscuridade e ao silêncio do espaço privado, ela fosse indivíduo sem tempo e fora dos acontecimentos. Sabe-se que questões referentes à sua constituição biológica e sobre sua “natureza” foram determinantes para a construção de um feminino que ocupasse um lugar de submissão nas relações estabelecidas entre os gêneros (FLAX, 1991).

Em decorrência do entendimento da supremacia da mente sobre o corpo, da razão sobre o sentimento e da cultura sobre a natureza, sendo os primeiros itens de cada par atribuídos à figura masculina e os demais, marcas do feminino, a dominação do corpo da mulher foi, então, concebida como medida para a sua socialização tal como para a criação e manutenção de uma ordem sociocultural, racional e biológica. Assim, sexualidade e reprodução foram constituídas como *lócus* de controle e domesticação. Uma sociedade organizada por um sistema de divisões binárias, estando as concepções sobre sexo/gênero colocadas em lados opostos, acaba, como exposto por Gayle Rubin (2017), por arranjar as relações referentes ao sexo e à procriação humana de modo que esses venham a satisfazer um conjunto socialmente convencional. Fundamentada nessa ordem, a família, formada por um casal heterossexual e seus filhos, é tomada como peça importante para uma solidificação ainda maior dos valores difundidos pelo patriarcado.

É nesse movimento de demarcação entre os papéis de gênero que as mulheres têm a sua feminilidade vinculada à maternidade, atividade que perpassa o período de gestação, estendendo-se aos cuidados posteriores dedicados aos filhos. O ato de maternar sempre foi considerado uma função feminina, entretanto, salienta-se que a associação da mulher com a maternidade foi fortalecida a partir do século XVIII, tendo em vista as mudanças sociais que estavam acontecendo à época (BADINTER, 1985). Nessa nova ordem, a maternidade recebe *status* de dever*,* bem como garante às mulheres um lugar de reconhecimento. Para uma vinculação ainda maior entre mulher e maternidade, essa será validada a partir de um discurso que a posiciona como instinto, algo que pertence à natureza das mulheres; “mãe-moral” (CHODOROW, 1978), “boa mãe” (BADINTER, 1985), “matriz-maternal” (RICH, 1986) e “mãe-perfeita” (FORNA, 1999) são alguns dos nomes utilizados para se referir ao sujeito-mãe

instituído pelo sistema patriarcal. Nesse período, foram inúmeros os mecanismos adotados pelo Estado, como será discutido mais adiante nesta tese, para a subordinação das mulheres à maternidade, postulada, então, como um papel social do feminino. Os mesmos dispositivos atuaram na criação de um modelo oposto ao da boa mãe, enfatizando que esse feminino não seria digno de apreço e respeito.

Dito isso, quem seria a mãe perfeita para o patriarcado? Julia Tourinho, no artigo "A mãe perfeita: idealização e realidade - algumas reflexões sobre a maternidade", pontua que a mulher que exerce as funções que a ela foram pré-determinadas pelo patriarcado "[...] deve se limitar ao recolhimento do lar e se dedicar a cumprir a única função que a natureza lhe deu, sua única possibilidade de almejar a felicidade" (2006, p. 12). Nesse sentido, a boa mãe é aquele feminino devotado ao lar e aos filhos, estando sempre disposto a se colocar em segundo plano quando no interesse daqueles que cuida; o amor dessa mulher por seus filhos é dado como sentimento indubitável, mesmo antes do nascimento desses. Para que o homem garanta a sua participação no espaço público, a boa mãe é aquela que garante a unidade familiar: "a mãe ideal encarregava-se insistentemente de tudo, assumindo sozinha a educação completa dos filhos" (TOURINHO, 2006, p. 14); uma figura que "conjugaria perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos" (TOURINHO, 2006, p. 04).

Todavia, como acima mencionado, o prestígio garantido às mulheres a partir da propagação da noção da maternidade enquanto ação instintual da mulher, reforçando o vínculo do feminino a essa instituição, trabalhou para a consolidação dos padrões patriarcais de sociedade. O "valor" dessa mulher-mãe só existia frente a contribuição que os seus cuidados para com as crianças traria para o sistema social vigente, bem como para o modelo econômico que à época se consolidava, o capitalismo. Aprisionada no papel de mãe, como pontua Rich (1986), da mulher-mãe é:

> demandada a entregar seus filhos, em alguns anos de seu nascimento, ao sistema patriarcal de educação, de lei, de religião, de códigos sexuais. De fato, espera-se dela que os prepare para participarem nesse sistema. [...] O patriarcalismo depende da maternidade para agir como uma influência conservadora, estimulando nos futuros adultos os valores patriarcais, já nos primeiros anos de vida, quando a relação mãe-filho pode parecer a mais individual e particular. […] Com certeza, o patriarcalismo criou imagens do arquétipo Mãe que dão força ao conservadorismo da

> maternidade, convertendo-a em energia para a renovação do poder masculino (RICH, 1986, p. 61, tradução nossa)[6].

O excerto acima sugere que a mãe será, em mãos masculinas, a guia e perpetuadora dos ensinamentos do patriarcado ao transmitir aos seus filhos os valores cristalizados de poder. Como afirma Moreira (2017), "é como se o patriarcado dependesse da figura da mãe para agir como uma influência conservadora, repassando os valores patriarcais para as próximas gerações, nos primeiros anos de vida da criança, quando a relação entre mãe e filhos (as) deveria ser a mais íntima e individual" (MOREIRA, 2017, p. 42).

A partir dessa realidade, infere-se que a formatação da maternidade, enquanto dever das mulheres, transformou-se na base para a reprodução do posicionamento e das responsabilidades do sujeito feminino na esfera doméstica (CHODOROW, 1978). Dessa forma, ao lado do imposto cuidado com o homem/marido/pai/irmão, a capacidade de gerar filhos da mulher, e todos as outras ações que essa abarca como o parto, a criação, o puerpério e amamentação de crianças, configuraram-se como aspectos cruciais para que sua participação social ficasse cada vez mais restrita às demandas do espaço doméstico, como pontua Tourinho, "ser mãe não deixava tempo livre para a mulher [...]. Tal condição detém novamente a mulher no lar e arrefece a independência feminina" (2006, p. 14). Com um corpo dominado e uma sexualidade a serviço do masculino, nada mais cabia à mulher que não fosse a entrega à maternidade. Susana Funck, em "Maternidade como determinante" (1990), sublinha que "a família nuclear é identificada como o instrumento chave da opressão da mulher através [...] e da maternidade forçada e a procriação vistas como determinantes negativos da condição feminina" (FUNCK, 1990, p. 94).

Evidencia-se, contudo, que as noções sobre a reprodução e maternidade nem sempre foram concebidas como o dever e a essência fundamentais do feminino, o que realça ainda mais que por trás do modelo de maternidade perfeita, acima mencionado, havia o interesse coletivo dos homens. São inúmeros os estudos que

[6] No original: Every mother must deliver her children over within a few years of their birth to the patriarchal system of education, of law, of religion, of sexual codes; she is, in fact, expected to prepare them to enter that system. […] Patriarchy depends on motherhood to act as a conservative influence, imprinting future adults with patriarchal values even in those early years when the mother-child relationship might seem most individual and private. […] Certainly it has created images of the archetypal Mother which reinforce the conservatism of motherhood and convert it to an energy for the renewal of male power."

demonstram que o entendimento acerca da maternidade foi se reconfigurando através do tempo, tendo em vista as necessidades e compreensões acerca dos sujeitos e do funcionamento das sociedades. Há importantes contribuições teóricas que colocam em xeque as afirmações acerca da certeza do instinto materno, considerado natural a todas as mulheres; essas sugerem que, anterior ao século XVIII, o *status* do cuidado materno era controverso e não valorizado, já que as crianças eram consideradas distrações desnecessárias para a sociedade de maneira geral.

Um desses estudos foi o realizado por Nancy Chodorow; ela pontua que a maternidade não pode ser resumida a uma noção de instinto e natureza feminina. Em *Psicanálise da maternidade* (1978), a teórica diz que "a maternação não dominava a vida das mulheres. Uma mulher arcava com as responsabilidades da criação de filhos juntamente com uma ampla variedade de outros trabalhos produtivos dentro do espaço doméstico" (1978, p. 18), destacando a conduta do feminino diante dos sistemas de produção antes do crescimento do capitalismo industrial. Ela assinala que o papel da mulher nesses processos era fundamental para os mecanismos de produção da época e que, por isso, o feminino não poderia estar exclusivamente dedicado ao cuidado infantil. Ademais, Chodorow aponta que em outros tempos e sociedades, as crianças eram responsabilidade de diferentes pessoas, não só da figura materna, lembrando que a ideia da maternação como um vínculo único e insubstituível entre a criança e a mãe é uma construção histórica e com motivação socioeconômica.

Como Chodorow (1978), Elisabeth Badinter é autora de estudos significativos sobre o tema. Em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), ela assinala que entre os séculos XVII e XVIII, em território francês, às noções acerca da maternidade não era baseadas no amor e na proximidade e o nascimento de um filho era compreendido como um acidente quase que banal. A teórica pontua que a criação das crianças, até, pelo menos, os 5 ou 6 anos de idade, era tarefa de mulheres que atuavam como amas-de-leite[7], as quais, na maioria das vezes, as famílias biológicas dessas crianças nem ao menos conheciam. A alta taxa de mortalidade infantil era um efeito evidente dessa ação, principalmente, porque essas amas-de-leite viviam e davam os primeiros cuidados aos infantes em condições sociais e físicas precárias.

[7] O serviço das amas-de-leite só diminuíram com a promulgação da lei Roussel, bem como com o aumento no número de creches e a pasteurização do leite entre os séculos XVIII e XIX.

Em seu extenso estudo a respeito do conceito do amor materno, Badinter (1985) salienta que os séculos XVII e XVIII foram épocas marcadas pela severidade de sentimentos e as mulheres não escapavam a esses costumes, mesmo sendo percebidas como emocionalmente mais vulneráveis que os homens; esse tipo de comportamento colocava as crianças em um patamar muito diferente daquele que o século XVIII colocaria, ou seja, até aquele momento, elas não eram sujeitos que ficavam sob constantes cuidados. A criança era vista com desconfiança e como um estorvo para a mulher que, de acordo com Badinter (1985), considerava a criação dos filhos tarefa degradante. De modo consequente, os atos que envolviam a criação dos filhos, como a amamentação, eram vistos como ridículos e repugnantes. O excerto abaixo sugere o explicitado:

> O primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio. E isso sobretudo numa época em que esse gesto significava uma possibilidade muito maior de sobrevivência para a criança [...] Essa recusa podia ter motivos diferentes, mas culminava numa mesma necessidade: o recurso a uma ama mercenária [...] (BADINTER, 1980, p. 64).

A amamentação, para além de ser percebida como atividade “ridícula e repugnante”, era também ação desaconselhada, já que não ficava “bem tirar o seio a cada instante para alimentar o bebê” (BADINTER, 1980, p. 96). Outro ponto importante assinalado por Badinter (1980) é de que nesse período, até mesmo a aproximação entre mãe e filho não era vista com bons olhos, pois toda e qualquer ternura é percebida como ilícita diante dos olhos da sociedade[8].

A historiadora afirma, entretanto, que mesmo sem o reconhecimento da maternidade como instituição obrigatória ao feminino, esse ainda tinha obrigações perante a sociedade: o cuidado com o seu marido. Em tal época, com a pouca distinção entre os espaços privado e público, a mulher deveria tomar conta e ajudar o homem: tudo deveria girar em torno dele, o chefe familiar. Como as crianças muitas vezes não sobreviveram às intempéries desse período, o masculino é que recebia toda a sua atenção e dedicação.

[8] É interessante salientar que muito desta relação entre a mulher e o(s) seu(s) filhos era pautada pelo status da criança em tal época. Salienta Badinter (1986) que a vida das crianças acontecia em meio a várias figuras adultas, não havendo uma real identificação parental e a suas experiências emocionais eram independentes das de seus pais. Nesse período, a criança era percebida como um menor do sujeito adulto.

Do mesmo modo, a estadunidense Adrienne Rich, em *Of woman born: motherhood as experience and institution* (1986), importante contribuição teórica para a área dos estudos sobre a maternidade, ao distinguir a maternidade como instituição, conceito patriarcal responsável pela regulação do feminino, e a experiência maternal que foge à regra do sistema patriarcal, também sugere uma existência de um período pré-domesticação da maternidade, no qual as mulheres atuavam de forma diferenciada no espaço privado. A autora pontua que devido à anterior compreensão do lar como um lugar também de produção, não era possível realizar uma distinção entre os espaços público e privado, isto é, as mulheres não poderiam assumir uma única função, como no caso da maternação, pois sua ajuda era fundamental em todas as atividades que se desenvolviam, tendo em vista que o lar era percebido como uma unidade produtiva. Para a teórica, o desenvolvimento do espaço público e a consequente divisão desse dos acontecimentos da vida privada e cotidiana foram determinantes para a revisão de certos conceitos referentes às responsabilidades das mulheres para com o espaço doméstico entre os séculos XVIII e XIX (1986, p. xxv).

Silvia Federici é outra importante estudiosa do tema. Em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), Federici destaca que o trabalho de homens e mulheres se fazia importante para o sustento da família em aldeias feudais. Isto é, mulheres eram responsáveis por cozinhar, lavar, manter a horta, bem como trabalhavam nos campos com os homens; nesse contexto, afirma Federici as "atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens" (2017, p. 53). Outrossim, ela ainda aponta que em sociedades medievais as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares, sendo as tarefas realizadas de modo cooperativo entre as mulheres.

Os apontamentos de Chodorow (1978), Badinter (1980), Rich (1986) e Federici (2017), contudo, clarificam a ideia de que a normatização da maternidade e a consequente construção do mito do amor incondicional da mãe são partes constituintes de um projeto de modernidade. Como mencionado no início desta discussão, é no final do século XVIII, mas mais fortemente no início do século XIX que o discurso acerca da essência maternal feminina será colocado em destaque, tendo em vista a necessária organização da força de trabalho na sociedade. Nessa lógica, a divisão do trabalho, entre atividades masculinas e atividades femininas, ocasionou a presunção de que, por suas diferenças fisiológicas, as mulheres deveriam ser as encarregadas, além da geração de filhos, pela criação e educação das crianças; a

maternidade, tomada pelo discurso patriarcal, vai se constituindo, então, como uma das principais instituições a contribuir para distinção entre os gêneros. Da mesma maneira, ela será entendida como uma das principais aliadas para a consolidação de uma nova organização econômica, ao manter o feminino confinado ao espaço privado e como sujeito encarregado do trabalho doméstico.

À medida que a produção acaba por sair do espaço doméstico, a reprodução passa a representar e definir a participação das mulheres na esfera pública da mesma forma que passa a delinear a importância da criança a partir de sua função e valor mercantil. Dessarte, no ambiente doméstico a mulher será incumbida pela criação de homens produtivos e mulheres preparadas para as adversidades e cuidados da casa. Chodorow sublinha que:

> É um aspecto organizacional fundamental do sistema sexo-gênero que as mulheres maternem: é básico para a divisão de trabalho por sexos e gera uma psicologia e ideologia da dominação masculina, assim como a ideologia sobre as capacidades e natureza das mulheres. As mulheres, como esposas e mães, contribuem também para a reprodução diária e através das gerações, física e psicológica de trabalhadores masculinos e assim para a reprodução da produção capitalista (CHODOROW, 1976, 259)

Ao encontro do afirmado no excerto acima, Rich (1986) afirma que por não necessitar dos atributos da inteligência e por não ser mais reconhecido como um trabalho, excluindo a participação do homem que deveria se dedicar a atividades que fossem economicamente positivas, a dedicação ao espaço doméstico ficaria destinada à figura feminina. Assim, o próprio Estado passa a investir em políticas de cuidado com a criança como forma de luta contra os altos índices de mortalidade infantil. Esse percebe a necessidade da criação de medidas que visassem o fortalecimento do vínculo entre filhos e mães como um incentivo para a criação de sujeitos produtivos, já que a criança passava a representar um valor mercantil e riqueza econômica.

Semelhantes apontamentos são realizados por Federici (2017). Ela afirma que a quebra da unidade entre produção e reprodução contribuiu para a posição social secundária que as mulheres viriam a ocupar no sistema econômico que se fortalecia. Federici (2017) assinala a total desvalorização das atividades, que nessa nova divisão foram exclusivamente destinadas às mulheres, “a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na

acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural" (2017, p. 145). Além disso, a autora aponta que, já no século XVI, havia um desejo intenso em aumentar a população, considerando o fortalecimento da "ideia de que a quantidade de cidadãos determinava a riqueza de uma nação" (2017, p. 170), sentimento que foi ganhando força nos séculos subsequentes.

Por muito tempo, a ciência apresentou um discurso no qual o corpo masculino, em sua fusão com o universal, permaneceu não marcado, enaltecendo esse como o portador do caráter de sujeito universal, e sustentando, dessa maneira, um texto que justificou a posição secundária da figura feminina ao colocar o corpo dessa como biologicamente imperfeito, desregrado e frágil, demarcando sua vulnerabilidade, desigualdade 'natural' e necessária proteção[9]. Retomando Federici (2017), em seus apontamentos acerca da sociedade europeia em meados do século XVII, assinala-se que "a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre os seus corpos e sua reprodução" (2017, p. 174), o que já apontava as bases patriarcais que seriam fortalecidas nos séculos subsequentes.

Federici (2017) ainda pontua que a medicina foi uma das principais aliadas do patriarcado em seu exercício de dominação do corpo feminino. Ela evidencia que no reconhecimento do corpo enquanto máquina, houve um processo em direção à retirada do conhecimento das mulheres sobre a sua própria corporalidade; já que esse entendimento estava vinculado aos saberes do corpo enquanto receptáculo mágico difundido por figuras como as das bruxas, sujeitos perseguidos, como sugere Federici, com a ascensão do capitalismo. Assim, a medicalização do corpo das mulheres levou a redução do útero ao *status* de máquina que trabalharia para a reprodução do trabalho. Essa nova condição também consolidou "a condenação do aborto e da contracepção como um *maleficium"* (FEDERICI, 2017, p. 262), já que esses prejudicariam os interesses do estado.

[9] Thomas Laqueur em *Inventando o sexo* (2001), pontua que a medicina ocidental do século 18 não podia representar a sexualidade humana como dividida, originalmente e de forma bipolar, entre as sexualidades masculina e feminina. O modelo científico dominante era o modelo do sexo único. Dessa forma, a mulher era entendida como inferior, pois era concebida como um homem imperfeito, a quem faltavam a força e a intensidade do calor vital, esse último responsável pela evolução do corpo até a perfeição ontológica do macho. O autor afirma que os médicos por um longo período entendiam o útero como o escroto; os ovários, os testículos; a vagina, o pênis, e a vulva, o prepúcio.

O discurso da medicina envolveu a família em uma ordem de proteção e controle, disciplinando os sujeitos a partir de seus papéis sexuais. Houve o disciplinamento do prazer "através das normas de conduta e da organização, o que notadamente afetou mais as mulheres que os homens" (TOURINHO, 2006, p. 17), no sentido de, a partir de concepções higienistas, fixar a mulher às linhas da submissão e fidelidade ao homem, posicionando a castidade como aspecto importante nesse padrão de comportamento das mulheres. Esses limites foram fundamentais para o princípio de culpabilização do feminino, importante condição para a regulação da reprodução humana pelo patriarcado.

Destarte, as questões referentes ao parto passam a ser pouco a pouco dominadas por intervenções médicas. Se antes as figuras femininas eram as principais responsáveis por esse evento[10], pelo maior conhecimento de sua própria anatomia e de métodos para facilitar o trabalho de parto, ao final do século XIX, ele passa a ser domínio da higienização médica, ou seja, o protagonismo masculino cresce na mesma proporção da marginalização das parteiras profissionais. Vinculada ao discurso religioso, a medicalização do parto carregará, ao invés da valorização da mulher e de seus direitos, um discurso de enaltecimento da função maternal e do amor materno. Instrumentos como o fórceps[11], símbolo médico da arte obstétrica, que tomam o papel de auxiliar partos mais complicados, ganham destaque e, com avanços ainda maiores do campo da ciência, as cesáreas passam a dominar o cenário dos nascimentos no Ocidente.

Faz-se fundamental também mencionar o processo de histerização do corpo da mulher, que ganha força no continente europeu entre os séculos XVIII e XIX, destacado por Foucault em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. No processo de medicalização, ele pontuou que o corpo feminino, compreendido como saturado de sexualidade, "foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, no campo das práticas médicas" (2015, p. 99). Essa medida foi tomada

[10] Adrienne Rich (1986) sublinha também que anterior a interferência do Estado, da medicina e da igreja o parto era atribuição do feminino. De acordo com a Rich, a misoginia do Cristianismo ocidental percebe o corpo feminino como um mal a ser adestrado assim, momentos como o parto, entendidos como altamente sexualizados, não poderiam ser acompanhados pelos homens, que poderiam sucumbir às maldades do corpo feminino.

[11] O fórceps, marca do que Rich (1986) chamará de "mãos de ferro" do masculino, será responsável por inúmeros casos de brutalidade obstétrica. A teórica afirma que esse instrumento foi e é ainda usado com extrema brutalidade, podendo causar dano cerebral ao bebê assim como à perfuração de tecidos da mãe.

pelas instituições de poder de modo a reiterar a situação de que a mulher, seu corpo e sua sexualidade, precisava ser educada de forma que voltasse a sua dedicação ao espaço familiar. Para ele, “a Mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’, constitui a forma mais visível desta histerização” (2015, p. 99).

Desse modo, nesses cenários de reajustes sociais, as relações familiares foram totalmente reconfiguradas e, como consequência, a maternidade como ação prazerosa, invejável e promotora de integridade feminina foi institucionalizada pelo patriarcado. Tourinho destaca que na qualidade de instituição, a maternidade é fundamentada pela noção de que “a mulher nasceu para ser mãe e de que a mãe deverá viver para seu filho ‘completamente’, devendo acabar para ela os prazeres efêmeros deste mundo” (2006, p. 15). Como nos termos postos por Rich, isto quer dizer que “a instituição maternidade constrói um reino doméstico que física e metaforicamente confirma o isolamento das mulheres” (1986, p. 47). Assim, em um cenário perfeito para os prazeres prometidos pelo lar, a mulher é agora a responsável pela felicidade – ou infelicidade – de outros sujeitos; toda a sua existência será resumida ao sentir-se necessária, justificativa para as demandas que atende, dentro de sua casa: “um modelo imaginário de família orientado para a intimidade do lar que conduzia a mulher ao território da vida doméstica, onde seriam privilegiados os seus talentos [...]” (TOURINHO, 2006, p. 16).

Salienta-se ainda que unida ao Estado e à medicina, com o objetivo de construir a maternidade enquanto instinto e, por isso, vocação do feminino, estava a religião. Dispondo da figura materna máxima, a Virgem Maria, o discurso religioso reforçará a concepção do fazer materno como um fazer marcado pela abnegação e entrega total da mulher. Da mesma maneira, a partir da vinculação do exercício materno a um aspecto místico e santo, idealizado, fortaleceu-se ainda mais a noção desse como uma qualidade instintual do feminino em uma perfeita comunhão a sua fisiologia:

> A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa ‘nobre função’ [...] indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher’. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho (BADINTER, 1985, p.223).

A igreja também teve papel essencial no reforço do discurso acerca da amamentação[12] como um instrumento para o estreitamento dos laços entre mães e filhos. Ao reverberar o discurso de que amamentar os filhos seria um ato de um retorno das mulheres à sua natureza, a igreja aponta que a mulher que não se adequa ao ato da amamentação terá o inferno como castigo, pois, corrompidas pela falta de fé e pelos costumes corrompidos da sociedade, estaria em desencontro com os mandamentos divinos, como destaca Badinter, no excerto a seguir: “ora, é mal, moral e fisicamente, desobedecer à natureza. Nas entrelinhas, para todos esses moralistas, quem diz ‘lei da natureza’ diz ‘lei divina’. E não é bom desobedecer a Deus” (1985, p. 183).[13]

O século XX traçou um caminho para o fortalecimento do discurso da boa maternidade; há um forte engajamento ao discurso do fazer materno como instinto feminino e ato de entrega e amor incondicional das mulheres. Nesse mesmo contexto, Chodorow (1978) nota que, revigorando essa concepção, há o reforço do papel materno pela psicologia e a sociologia pós-freudianas que “ofereceram novos argumentos em favor da idealização e reforço do papel maternal das mulheres, na medida em que acentuaram a importância decisiva do relacionamento mãe-filho para o desenvolvimento da criança” (p. 20), evidenciando o aumento da importância emocional dessa figura na criação dos sujeitos.

O “século da criança”, como ficou conhecido o século XX por sua preocupação grandiosa quanto aos números envolvendo a natalidade no mundo, tendo em vista a redução significativa nos nascimentos, como afirma Rich (1986), será a época com o maior reforço dos valores pré-determinados sobre a maternidade. Para ela, “o século XX, assim como o XIX, levanta a bandeira de uma mãe enclausurada em casa junto de seu filho, a especialização da maternidade para a mulher, a separação do

[12] Maria Martha Freire pontua que, ao lado da religião, o discurso médico reverbera a importância do leite materno, tendo em vista que o seio materno constitui-se enquanto parte insubstituível para a boa formação de uma criança:”em longas e complexas explanações, os médico tentavam provar cientificamente [...] a superioridade do leite materno e o impacto positivo sobre a saúde dos filhos” (FREIRE, 2008, p. 162).

[13] Para o discurso médico, a amamentação era apresentada enquanto benéfica por seu “aspecto prático e fisiológico" (BADINTER, 1986, p. 183), uma vez que as qualidades do leite eram adaptadas ao organismo das mulheres e das crianças.

doméstico da luta assalariada do 'mundo dos homens', da ambição, da agressividade, do poder, da política"[14] (RICH, 1986, p. 46, tradução nossa).

Desse modo, com o objetivo de aumento no número de nascimentos, o século XX contará com uma ainda mais forte participação das mídias para o reforço dos discursos e conhecimentos que normatizaram os corpos e o ideal de feminilidade. Essas, ao possuírem um importante papel na constituição das subjetividades, por efeito, serão influentes aliadas para a consolidação dos ideais maternos, que legitimam o corpo da mulher como um sustentáculo da reprodução. Propagandas como as de eletrodomésticos que colocam a mulher sempre restrita ao espaço do lar, ou personagens de novelas e filmes que se transformam em veículos de transmissão das noções sobre uma "verdadeira mãe" – mães que abdicam da vida profissional para cuidar dos filhos ou mulheres que pensam unicamente na maternidade como se, sem ela, a existência feminina não fosse explicada – reforçam uma figura feminina fundamental para a ideologia de gênero vigente que beneficia a muitas pessoas e, principalmente aos homens. São muitas as personagens femininas que veiculam representações sociais estabelecidas e que acabam por criar assimetrias heterossexuais reprodutoras dos estereótipos da família tradicional.

O século XX também foi o período de maior circulação de revistas voltadas ao público materno. Com o intuito de melhor instruírem o comportamento das mulheres-mães, revistas como *Pais&Filhos*[15]*, CRESCER*[16]*, American Baby*[17] e o *O nosso bebê*[18] apresentam em suas páginas ensinamentos que vão desde a preparação para o parto, passando pelos cuidados pós-parto e futura alimentação do bebê. Essas revistas, ao longo do mencionado século, intensificam a percepção da maternidade como missão social e condição da cidadania feminina.

Outro fato importante que dará início a uma nova era da reprodução humana, bem como o revigoramento das concepções acerca da necessidade da mulher como mãe, é o advento das tecnologias de reprodução – reproduções assistidas – no século XX. Métodos como a fertilização *in vitro* iniciarão uma nova era na medicina e mesmo

[14] No original: "20th century, as the 19th century, ideal of mother and children immured together in the home, the specialization of motherhood for women, the separation of the home from "man's world" of wage-earning, ambition, aggression, power or the political".
[15] Revista brasileira com a primeira publicação datada de 1968.
[16] Revista brasileira com a primeira publicação datada de 1993.
[17] Revista norte-americana com a primeira publicação datada do início da década de 1990.
[18] Revista europeia (portuguesa) com a primeira publicação data do início da década de 1990.

no entendimento sobre o corpo da mulher na década de 1970, uma época que marca a interferência e o estímulo da gestação em mulheres que recorrem a tal artifício. Artifícios, que de acordo com Tânia Swain, em *"A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário?",* podem ser compreendidos "como uma utilização máxima dos corpos femininos" (2000, p 53), ao não liberarem as mulheres de um fardo e nem serem formas de concepção de um poder maior a elas. Assim, da mesma forma que as reproduções assistidas auxiliam àquelas mulheres que desejam ser mães, elas parecem substanciar a inadmissibilidade de uma mulher não-mãe na sociedade.

Não muito diferentes são as políticas do século XXI, que dão sequência às restrições do corpo feminino e da maternidade via políticas de Estado. Essa forte dominação do corpo feminino no presente século também se deve a um espaço crescente de forças religiosas que ditam e regulam os comportamentos de gênero na atualidade. Como efeito dessa realidade, ainda hoje existem políticas que colaboram para o revigoramento de um projeto de civilização com práticas que impactam de forma incalculável a vida de homens e mulheres. Ao lado dessas políticas, encontram-se mais medidas de silenciamento de aspectos tão caros à figura feminina como a gestação, o parto e as demais relações que envolvem o seu corpo e a maternagem, fortalecendo os estereótipos maternos.

Elisabeth Badinter, em *O conflito: a mulher e a mãe* (2011), irá questionar esse processo de fortalecimento de certas instituições assistido entre os séculos XX e XXI, em que a maternidade é ainda o cerne da dominação masculina sobre o feminino:

> 1980-2010: quase sem que percebêssemos, aconteceu uma revolução em nossa concepção da maternidade. Nenhum debate, nenhum estardalhaço acompanhou essa revolução, ou melhor, essa involução. Contudo, seu objetivo é considerável, já que se trata, nem mais nem menos, de recolocar a maternidade no cerne do destino feminino (BADINTER, 2011, p. 09).

Para a teórica, esses dois últimos séculos são responsáveis pelo reforço da figura da supermãe: uma mulher que deve atender tanto às demandas do espaço público quanto do espaço privado; um trabalho muito mais árduo para a figura feminina. Os deveres com a criança que se decidiu colocar no mundo, diante dessa nova realidade, aumentam e as cobranças referentes à maternidade como realização pessoal se tornam mais presentes.

Até o momento, refletiu-se sobre a construção da maternidade perfeita e da figura da boa mãe em oposição a da mãe má. Pelo exposto, pode-se perceber que essas noções foram constituídas para o atendimento dos interesses do Estado, que moldou esse fazer a partir dos valores patriarcais que privilegiam o discurso masculino dominante. Para tanto, discutiu-se acerca das condições sociais que acarretaram na submissão feminina a este papel. Ademais, verificou-se que os efeitos dos mecanismos que limitaram a atuação feminina ao lar e ao cuidado com os filhos estenderam-se até a atualidade. Entretanto, sobretudo, desde a segunda onda do movimento das mulheres, a concepção de “natureza materna”, maternidade compulsória, coexiste com teorias que possibilitam questionar os padrões impostos, estabelecendo uma (re)leitura dessa instituição. É esse tópico que o próximo destaca.

1.2. Os caminhos para uma maternidade múltipla: as (re)configurações da instituição maternidade e suas relações com os movimentos feministas

O subcapítulo anterior dedicou-se a mostrar os caminhos que levaram à construção do que hoje se compreende como a boa mãe e a boa maternidade. O discurso acerca da universalidade referente ao instinto e ao amor maternos ainda se faz presente como exposto, contudo, é importante salientar que ao longo do tempo, os debates acerca da maternidade, a maternagem e o sujeito-mãe também tomaram novos caminhos, e os entendimentos acerca desse tema conquistaram noções e espaços mais heterogêneos. Para tanto, diversos foram os fatores que contribuíram para esses avanços. Entre eles, está o advento dos movimentos das mulheres e o trabalho das críticas feministas que levantaram, e hoje ainda tornam possível, as questões essenciais para a relativização das organizações heteronormativas do patriarcado.

É interessante notar que mesmo entre os movimentos feministas a maternidade tomou um viés duplo e muitas vezes não consensual, entretanto, de maneira geral, pode-se afirmar que esses movimentos empregaram seus esforços para um maior entendimento das subjetividades femininas, assim como dos conceitos que envolvem a maternidade. Os movimentos feministas elucidam a noção de que ao vincular essa a aspectos instintivos de amor e entrega ao outro, o sistema patriarcal, que a constitui como marca que cria as mulheres e as noções acerca do feminino em um sistema de poder e hierarquia, acabou por apagar os aspectos sociais e históricos que envolveram e envolvem essa instituição. Esses foram, dessa maneira, responsáveis por espaços de compreensão das mulheres como agentes de seus próprios corpos, um grande passo para a desconstrução das noções acerca da maternidade e do sujeito-mãe.

Nessa perspectiva, as questões sobre a maternidade já na primeira onda do feminismo, no início do século XX, foram tomadas como porta de entrada para a revisão dos conceitos maternos e a compreensão de que, como constructos socioculturais, esses são intercambiáveis, podendo ser modificados em diferentes contextos e saberes. Sabemos que o tema maternidade não era central em suas reivindicações e lutas, muito por causa do desconhecimento perpetuado em todas as esferas sociais e do decorrente desconforto do movimento da luta das mulheres frente a sua total vulnerabilidade e falta de controle atribuídos à maternidade. Porém, essas

mulheres reivindicaram os direitos das mães, atrelados à luta pelos direitos trabalhistas, o que deu início às discussões para a criação da licença-maternidade.

Não obstante essas lutas da primeira fase do feminismo não tenham alcançado as noções sobre o peso do ideal materno sob a constituição da subjetividade do sujeito feminino, as reivindicações realizadas por essas mulheres puderam ser tomadas como porta de entrada para a revisão dos conceitos envolvidos no fazer materno e a compreensão de que, como constructo sociocultural, esse poderia ser ressignificado de acordo com os contextos em que estivesse inserido, levando em consideração os saberes e as experiências sociais a ele vinculados.

Foi ainda no período que compreende a primeira onda do feminismo, que Sigmund Freud (1976) articulou suas considerações acerca da feminilidade; para ele, essa estava associada à maternidade. Ao articular a sua teoria sobre o Complexo de Édipo, Freud sinaliza que o bebê seria um instrumento, tomado pela mulher, como forma de sanar a sua inveja ao pênis do homem, ou seja, o feminino, por ter sua condição de sujeito condicionada à castração, só alcançaria a sua desejada feminilidade na geração de um filho. Essa noção será tecida, especialmente, a partir das impressões da análise do psicanalista sobre a relação de desejos hostis e amorosos estabelecida entre a criança e suas figuras parentais.

No que tange às relações traçadas pelo menino, Freud aponta que, em um primeiro momento, em uma considerável preferência pela mãe, esse deseja eliminar a figura do pai, percebido como um obstáculo que necessita ser vencido para que a relação com a mãe seja ainda mais aprofundada; entretanto, ao entender a impossibilidade de eliminação da figura do pai, o menino acaba por identificar-se com o sujeito-símbolo da lei e do poder. Para a menina, esses processos são mais complexos.

Freud assinala que a menina vive um relacionamento triangular com o pai e a mãe da mesma maneira que o menino, contudo, por nascer castrada, situação que ela perceberá no desenvolvimento das suas relações parentais, o vínculo da menina com a sua mãe será paradoxal, marcada tanto pelo amor quanto pelo ódio. Sem passar pela mesma tensão que o menino, o medo da castração, a menina permanece no Complexo de Édipo por mais tempo o que comprometeria a formação de seu

superego[19]. Ao comentar o processo edípico do feminino, Chodorow (1978) destaca que é em decorrência da descoberta da falta de pênis que a menina terá o seu valor rebaixado, reforçado pela necessidade de um comportamento formado a partir da passividade, do masoquismo e do narcisismo.

As reflexões de Freud (1976) sinalizam tanto o trabalho da maternidade tanto enquanto exercício compensatório a sua falta de falo (castração), quanto reedição dos conflitos que envolvem a relação da mulher com o seu objeto original de amor, a mãe. Evidencia-se, por fim, que Freud (1976) apontou a condição necessária para a realização de uma boa maternidade: o alicerce da mulher para se tornar uma boa mãe, estaria nas vivências de sua infância. Desse modo, Freud afirmou que a boa relação de uma mulher com a sua própria mãe interfere diretamente na construção de um sentimento em direção à maternidade, seja ele o de prazer ou o de insatisfação[20].

Estas são as concepções acerca da mulher-mãe criadas pelo patriarcado, presentes na teoria de Freud que, em grande medida, a segunda onda do feminismo buscou desconstruir. Esse período dos movimentos feministas, em sua quase totalidade, aproximou o espaço privado[21] ao político, sublinhando que as funções vinculadas ao feminino são atribuições que atendem às demandas e interesses de um sistema social de dominação masculina, sendo, para este sistema, fundamental a manutenção do feminino enquanto figura do lar, cuidadora dos filhos. É nesse período, que diversas estudiosas destacam e contestam o determinismo biológico ou o "destino divino" que conectava as mulheres à condição de mãe. Há uma luta pelo reconhecimento de que o interesse por trás do discurso que coloca a maternidade como fato pertencente à natureza feminina, é o da preservação do poder masculino sobre os corpos e a sexualidade das mulheres. Nesse sentido, desvinculadas das distorções do patriarcado sobre a maternidade, diversas teóricas desse período, trabalharam para o resgate do potencial da posição do sujeito-mãe e para a revalorização dessa condição, assim como foram muitas as que reforçaram o

[19] Para Freud, o superego é o conjunto das forças morais inibidoras que se desenvolvem sob a influência da educação durante o processo de socialização.

[20] Essa relação com a maternidade influencia também na ligação com a criança gerada, que pode ser tanto de amor quanto de ódio.

[21] "O pessoal é político" tornou-se o *slogan* da segunda onda do feminismo, demarcando o reconhecimento das desigualdades entre os gêneros enquanto uma consequência da união de problemas culturais e políticos. Esse lema enunciava que o poder exercido pelo homem sobre a mulher era político e, por isso, toda e qualquer discussão acerca desse tema deveria ser realizada no âmbito público.

exercício de recusa à instituição como passo para eliminação da dominação, emancipação feminina e ampliação de seus horizontes sociais e culturais. Dois lados de um discurso que evidenciam também a maternidade como um elemento nevrálgico nos movimentos de mulheres.

Até meados da década de 1960, há um forte movimento que recusa conscientemente a maternidade. Há feministas que negavam tal instituição como forma de rompimento com as amarras do patriarcado; o que seria, para elas, um caminho para a liberdade, para a libertação do corpo feminino. Robyn Rowland, em *"Technology and motherhood: reproductive choice reconsidered"* (1987), diz que:

> O movimento feminista nos anos de 1960 recusou de forma característica o determinismo biológico e a família nuclear, pois acreditava que eles atrapalhavam as mulheres. Muitas mulheres escolheram não ter filhos. Nesse contexto, a maternidade confundiu-se com a "família" e com a sua rejeição. Pensava-se que as mulheres tinham motivações diversas para a maternidade. Elas tiveram filhos porque eram socializadas ou condicionadas a fazê-lo; porque estavam convencidas dos benefícios da criação de filhos; a fim de obter uma identidade individual num mundo que sempre as negou isso; para provar seu valor e atingir o status de "adulta madura"; ou para consolidar um relacionamento[22] (ROWLAND, 1987, p. 157, tradução nossa).

A despeito de muitas mulheres temerem a maternidade como destino obrigatório a ser cumprido – as mulheres nesse período queriam ser reconhecidas como sujeitos ativos e políticos, pessoas que poderiam ocupar o espaço público tanto quanto o espaço privado –, esses movimentos, a partir da década de 1960, foram essenciais para a demonstração da necessidade da revisitação das concepções que englobam o sujeito-mãe e a maternidade. Ao compreenderem a maternidade enquanto um exercício que suscita sentimentos duais para o feminino, já que se configura tanto como espaço de dominação, quanto de poder, a partir da sua compreensão como lugar de experiências de troca e (re)conhecimento no e com o outro (filho), como bem explicitado por Beauvoir ao sinalizar que a maternidade "é um

[22] No original: "The women's movement of the 1960s characteristically rejected biological determinism and the nuclear family because these were seen to entrap women. Many women made the choice to be childfree. In this context motherhood became conflated with "the family" and with its rejection. Women were understood to have a variety of motivations for motherhood. They had children because they were socialized or conditioned to do so; because they were convinced of the rewards of mothering; in order to gain a self-identity in a world that continually denied this to them; to prove their worth and attain the status of a "mature adult"; or to consolidate a relationship. For many, motherhood represented a power base from which to negotiate the terms of their existence and survival".

drama que se desenrola na mulher entre si e si; ela sente-o [feto] a um tempo como um enriquecimento e uma mutilação" (2009, p. 661), a segunda onda será marcada por uma fala feminista com a função de desafiar a representação dominante da figura feminina, rompendo com o mito freudiano da "mulher normal" e ampliando as noções sobre a identidade feminina.

Esses movimentos pretenderam constituir um discurso amplo e múltiplo sobre a maternidade e o sujeito-mãe, como concepções fundamentais na e para a construção da subjetividade feminina. Por esse motivo, foi um período no qual muitos dos debates travados pelas feministas esforçaram-se para desvincular a mulher de qualquer resíduo de um essencialismo biológico que postulava a feminilidade vinculada à maternidade. Houve importantes debates que colocaram em xeque a ideia sagrada do "instinto materno" e que ressignificaram a mulher-mãe, que, então, pode ocupar o lugar de protagonista de sua própria história.

Com esse novo olhar, realizou-se um debate que elucidou a maternidade, em sua multidimensionalidade, tanto para o entendimento de que essa não significa a perda da individualidade da figura feminina, como para a compreensão para além da noção de um destino ao qual a mulher não pode escapar, demonstrando que o instinto e o amor maternos não estão inscritos na natureza feminina, mas nas vivências resultantes de uma dinâmica sócio-histórica. Sobre a não inscrição do instinto materno ao feminino, Rich (1986) afirma que as mulheres "[...] aprendem por dolorosa autodisciplina e auto-cauterização, aquelas qualidades que são supostamente a nós inatas: paciência, autossacrifício, a vontade de repetir infinitamente as pequenas tarefas rotineiras de socializar um ser humano"[23] (1986, p. 36, tradução nossa).

Pontua-se que Beauvoir (2009) foi uma das pioneiras na afirmação de que o instinto materno é algo inexistente. Ao comentar sobre o tema, ela assinala que "a palavra [instinto] não se aplica em nenhum caso à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira porque a assume" (BEAUVOIR, 2009, p. 679), demonstrando que as questões instintuais da maternidade são cultural e socialmente constituídas. Beauvoir (2009) acentua que "é um sofisma justificá-la [a maternidade] alegando que uma lei inscrita no céu ou nas entranhas da terra determina que a mãe e o filho se pertençam exclusivamente um ao outro; essa

[23] No original: "[we] learn, often through painful self-discipline and self-cauterization, those qualities which are supposed to be innate in us: patience, self-sacrifice, the willingness to repeat endlessly the small routine chores of socializing a human being".

mútua pertinência não constitui, na verdade, senão uma dupla e nefasta opressão" (BEAUVOIR, 2009, p. 697).

A fala de Beauvoir (2009) demarca a não universalidade da maternidade e do sujeito-mãe às figuras femininas. Ao questionar as questões referentes ao "natural" e à "natureza" humana que envolvem a maternidade, Beauvoir (2009) abre caminhos para a percepção de multiplicidade social do feminino, bem como os infinitos sentidos que essas práticas sociais podem ter. De acordo com ela,

> O filho é, sem dúvida, um empreendimento a que se pode validamente destinar; mas tal como outras não representa uma justificação em si; e é preciso que seja desejada pelo que é e não por benefícios hipotéticos [...] Uma tal obrigação nada tem de *natural*: a natureza não poderá nunca ditar uma escolha, moral esta implica um compromisso; dar à luz é assumir um compromisso, se a mãe não o cumpre a seguir comete um erro contra a liberdade, contra uma liberdade; mas ninguém pode impor isso a ela. [...] Nem sequer é verdade que o filho seja para a mulher uma realização privilegiada (BEAUVOIR, 2009, p. 694).

Para a estudiosa, "afirmar que o filho é um fim supremo da mulher tem exatamente o valor de um slogan publicitário" (BEAUVOIR, 2009, p. 694), já que as relações que a mulher mantém com esse são completamente dependentes da forma como sua vida social e cultural está organizada. Dessa maneira, a maternidade não pode ser um limitador na vida das mulheres e não deve ela ser entendida como uma forma do alcance de uma igualdade concreta ao masculino, já que o desejo materno não é comum a todas as mulheres. Ela complementa a sua afirmação pontuando que não foi a maternidade que conquistou para as mulheres o direito ao voto e sublinhando o fato de que essa instituição é responsável pela subordinação das mulheres ao marido e por preconceitos que a mulher ainda sofre como a maternidade fora do casamento.

No mesmo sentido, a escritora Angela Carter (1978) disserta acerca da ingenuidade da crença nos modelos tradicionais de masculino e de feminino, que acabam por construir um modelo padrão e único de organização familiar. Para ela, a criação de mitos aliena a mulher a uma condição subserviente imposta pelas culturas falocêntricas, o que acaba por silenciar as suas reais condições. O excerto a seguir comprova o afirmado:

> Todas as versões míticas das mulheres, do mito da pureza redentora da virgem ao da que cura, da mãe reconciliadora, são bobagens de consolação; e bobagens de consolação me parecem uma definição justa de mito, de qualquer modo. A noção de deusas mãe é tão tola quanto à de deuses-pais. Se um retorno aos mitos desses cultos dá satisfação emocional às mulheres, o preço pago para isso é o obscurecimento das reais condições de vida. É para isso que foram inventados, em primeiro lugar[24] (CARTER, 1978, p. 05, tradução nossa).

Elisabeth Badinter (1980), corrobora a fala das teóricas mencionadas ao assinalar que "não há um comportamento materno suficientemente unificado para que se possa falar de instinto ou atitude materna 'em si'" (p. 345) ao mesmo tempo em que afirma que a criação do mito materno acabou por aprisionar as mulheres, que ficam restritas às "maravilhas" do ser mãe, temendo revelar todo e qualquer ponto negativo da instituição, e toda a construção de sua subjetividade. Para tanto, a autora reafirma a necessidade de um discurso feminino sobre o tema, pontuando que as mulheres ao poderem falar e questionar sobre a instituição maternidade levaram ao espaço público toda a sua complexidade:

> [...] esse dom de si mesmas, que se afigura tão natural e tão específico ao seu sexo há quase dois séculos, parece estar sendo questionado pelas mulheres. Não que elas se afastem por completo dessas tarefas, mas mostram por meio de vários sinais que desejam compartilhar [...] o amor pelo filho e o sacrifício de si, como se estes não lhe fossem inerentes (BADINTER, 1980, p. 338).

Nessa perspectiva, os anos 1970 em diante marcam a mobilização e o empenho de várias teóricas feministas em estudos que propõem uma transformação dinâmica sobre a maternidade a partir da visão da própria mulher. Dessa forma, ao denunciar a utilização ideológica da teoria psicanalítica que percebe a mãe apenas como objeto do qual o filho precisa se distanciar em seu processo de constituição de identidade (RICH, 1986), os diferentes feminismos da segunda onda buscam trabalhar sob a égide da desconstrução da ideia de essência feminina-materna, reafirmando a pluralidade das mulheres e expondo que a capacidade e a habilidade da figura

[24] No original: "All the mythic versions of women, from the myth of the redeeming purity of the virgin to that of the healing, reconciling mother, are consolatory nonsenses; and consolatory nonsense seems to me a fair definition of myth, anyway. Mother goddesses are just as silly a notion as father gods. If a revival of the myths of these cults gives women emotional satisfaction, it does so at the price of obscuring the real conditions of life. This is why they were invented in the first place."

feminina para a maternagem acaba, pelos mecanismos de gênero, sendo internalizada em sua estrutura psíquica (CHODOROW, 1978).

À época, foram muitas as conquistas obtidas pelos feminismos dessa fase no que concerne aos cuidados com o corpo e à reprodução femininos. Com o entendimento desses como espaços de intervenção social e política, foi possível às mulheres um melhor reconhecimento de si mesmas, viabilizando escolhas sexual e reprodutiva próprias, possibilitadas pela disponibilização das pílulas contraceptivas, marco para o avanço das medidas de retomada do corpo feminino pelas mulheres assim como para as políticas essenciais para quebras de tabus e mudança das sociedades ocidentais no geral. Sobre a utilização de contraceptivos, Badinter sublinha que “desde que a grande maioria das mulheres passou a utilizar contraceptivo, a ambivalência materna aparece mais clara, e a força vital oriunda desse cérebro reptiliano parece um tanto enfraquecida...O desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal” (BADINTER, 2011, p. 17).

Como os métodos contraceptivos, as demandas a favor da legalização do aborto também cresceram exponencialmente, levando o diálogo acerca da maternidade compulsória para instituições reconhecidas por seu interesse no controle da figura feminina. Essas novas discussões também possibilitaram o diálogo acerca da qualidade de serviços disponibilizados às mulheres-mães referentes aos métodos de parto – uma luta contra a violência obstétrica vivida por muitas mulheres –, bem como os tratamentos de saúde voltados para o cuidado da mulher e da criança, que mesmo que indivíduos centrais nos discursos higienistas da medicina, foram sujeitos historicamente negligenciados em termos de cuidados médicos reais como sujeitos sociais.

As lutas acerca das condições das mulheres-mães nos ambientes de trabalho também fazem parte da pauta dos movimentos da segunda onda. Estas mulheres questionaram os espaços não ocupados pelas mães no mercado de trabalho, bem como as dificuldades encontradas por essas. Entram em pauta temas como as diferenças salariais entre os gêneros – sendo a maternidade percebida como um dos principais motivos dessa persistente diferença –, a necessidade de adequação de lugares reservados no trabalho para mães que amamentam, o fortalecimento da licença maternidade e a consequente exclusão das mulheres que retornam ao trabalho após o período de afastamento.

Importa o retorno às cruciais contribuições de Rich (1986) para os estudos sobre a maternidade. Ao teorizar sobre a temática, ela postula a diferença entre os termos maternidade (*motherhood*) e maternagem (*mothering*). Para Rich, maternidade é a palavra que melhor explica a instituição estabelecida pelo patriarcado, seria esse a palavra que designa o modo como as mulheres são reduzidas por suas características biológicas e dominadas, através de seus corpos, e enclausuradas ao espaço privado pelo sistema de dominação masculina; já a maternagem seria sítio de empoderamento feminino, ou seja, é a experiência materna definida e centrada pela e na mulher, o que levaria o conceito para outro nível que não aquele que "[...]marginalizou e degradou as potencialidade femininas"[25] (RICH, 1986, p. 13, tradução nossa); a maternagem, de acordo com Rich, carrega uma noção coletiva do fazer materno, já que esse é também um exercício político. Suas reflexões sublinham a necessidade de uma superação da instituição maternidade como foi fundada pelo patriarcado, já que essa seria uma das formas mais cruéis, ao lado da prostituição e do estupro, de opressão feminina.

Essa última perspectiva coloca em destaque uma maternidade politizada (RICH, 1986), que clama por um protagonismo feminino na sociedade sem mais estar atrelado a valores padrões tradicionais de mulher e da família. Rich (1986) reforça essa noção ao pontuar que esse novo olhar para a maternidade é também um caminho para as mulheres repossuírem os seus corpos há tanto dominados pelo masculino. Ao compreender que o primeiro contato da criança com o mundo e as diferentes sensações por ele proporcionadas são realizadas a partir da mãe, a autora acredita na possibilidade dessa relação ser o início para a construção de uma nova visão de sociedade, acrescentando a ideia de que a mãe deve ser instrumento para a desconstrução das vigentes relações de poder. Nesse sentido, ao explanar sobre a organização social, Rich postula que "uma vez que se perceba que a sociedade humana inclui a diversidade tanto quanto a conformidade [...] será possível imaginar que nem o patriarcado, a família patrilinear ou a cultura Ocidental foram ou são essenciais como parecem ser" (RICH, 1986, p. 85).

Enquanto as teóricas feministas da segunda onda dos movimentos feministas trabalhavam para uma ressignificação do conceito da maternidade e das verdades que permeavam o sujeito-mãe do patriarcado, os estudos da psicanálise mais uma

[25] No original: "[...]ghettoized and degraded female potentialities".

vez discutiam os processos que envolvem a maternidade. No final da década de 1960, o psicanalista e pediatra Donald Wood Winnicott (1896-1971) cunhou o conceito da "mãe suficientemente boa". Ao analisar a relação mãe-bebê e suas interações com o meio, Winnicott (1983[1966]) postula a necessária devoção da mãe no cuidado com a criança, tendo em vista que o bebê, em seus primeiros anos, exclusivamente depende dela. A mulher-mãe, segundo ele, deve receber todo e qualquer gesto da criança com amor, mesmo que esse beire a crueldade, precisando suportá-lo sem reação ou retaliação, já que é o seu acolhimento que gera a estabilidade e a saúde do filho. Esse "amor", entretanto, não deve ser desmedido, ou seja, "a mãe suficientemente boa deve ser uma pessoa presente e estável, capaz de administrar os cuidados necessários para com a criança" (TOURINHO, 2006, p. 23), como expressa Tourinho ao tecer comentário sobre a teoria de Winnicott.

Para Winnicott, a "mãe suficientemente boa", que não necessariamente precisa ser a mãe biológica da criança, está em oposição a "mãe perfeita"; não obstante, a partir da análise sobre a teoria por ele cunhada, pontua-se as noções do psicanalista sobre a temática, não a desvinculam da mulher, a maternidade será tomada enquanto ação que faz parte da essência e do instinto desse sujeito, sendo o pai apenas uma figura suporte para que a mulher exerça uma boa maternidade: "ela está muito identificada com o nenê e sabe muito bem como é que o nenê está se sentindo" (WINNICOTT, 1990, p. 90), afirma o autor a mencionar a natural adaptação da mulher a sua nova condição.

Na atualidade, os movimentos feministas vêm travando debates ainda mais profundos acerca da construção do sujeito-mãe. A diversidade volta ao centro das conversas em toda a sua multiplicidade e, agora, atrelada a outras dimensões das discussões femininas como as de classe, raça e sexualidade. Há também o reforço dessas questões pelo estabelecimento dos Estudos de Gênero. Esses estudos, ao destacar a forma como as construções de gênero afetam e são afetadas pelas demandas culturais, tecnológicas, de mercado de trabalho etc., tomam a frente na luta para desconstrução do feminino, e dentro desse grupo insere-se sujeito-mãe idealizado, já que esse papel possui ação fundamental nos debates acerca dos papéis socialmente designados ao masculino e ao feminino e das dinâmicas que envolvem tais designações. Swain (2007), ao observar o exponencial número de análises a abordar os espaços públicos e privados, e suas atribuições de exclusão ou de pertencimento, considera a maternidade um assunto inevitável nesses casos.

Essas novas ópticas sobre os papéis de gênero dão a possibilidade para abertura de um diálogo aberto entre feminismos, agora com uma maior atenção à noção da mulher-sujeito, e às ciências humanas e sociais, que ajuda na percepção da maternidade tanto em seus aspectos íntimos e individuais como em seu alcance político, referendando a ideia de que a reprodução humana não é um fato atemporal, mas aspecto que deve ser pensado a partir do momento histórico em que está inserido. Teóricos como Judith Butler (2003) questionam as instâncias tradicionais de poder, deslocando sua análise para questões referentes às microrrelações e ao corpo da mulher e, portanto, desnaturalizando as atribuições dadas às mulheres em uma organização sexual do trabalho. Esses estudos sublinham o fato de que as mulheres são indivíduos únicos que não podem ser tomados a partir de conceitos universais de feminilidade, o que, imediatamente, impossibilita a redução da maternidade a um único modo de exercício, o da boa maternidade.

Ao lado do reforço trazido pelos Estudos de Gênero, está a emergência dos Estudos Culturais e seu importante papel nas discussões acerca da constituição da subjetividade dos sujeitos ao avigorar a concepção de que essa não é fixa, mas estruturada a partir das mais diferentes interações sociais dos sujeitos na sociedade, podendo ser múltipla e fluída (ZINANI, 2013). Os Estudos Culturais fazem parte de um campo de estudos responsável por um lugar ainda maior de escuta das narrativas das mulheres, e relevante para a verificação da situação cultural dessas. Através desses, abrem-se vias de investigação sobre a maneira como as mulheres, por suas próprias vozes, se percebem. Ao dar voz às mulheres, os Estudos Culturais também viabilizam o entendimento das formas como essas percebem ao outro e a maneira como são vistas pelo grupo dominante, gerando questionamentos de conceitos relativos à inserção da mulher na esfera privilegiada do poder; à possibilidade do revezamento do exercício do poder (ZINANI, 2013).

Nessa perspectiva, a maternidade ganha novos rumos dentro dos movimentos feministas, como pontuado por Cristina Stevens ao afirmar que hoje ao articular “formas alternativas de construir uma nova ideologia da maternidade nos espaços vazios dos discursos hegemônicos [...] [os feminismos] buscam entender o sentido da maternidade, da gravidez, do parto, dos cuidados com a criança com um empenho maior” (STEVENS, 2006, p. 41), tomando os discursos heterogêneos das mulheres-mães. A teórica ainda aponta que esse debate será colocado ao lado de discussões acerca de matérias como o aborto, tema que ocupa um espaço cada vez maior dentro

das instituições públicas e privadas, a clonagem de seres humanos, a custódia materna, as novas formas de parentalidade, bem como a revalorização do maternalismo tradicional e um ecofeminismo articulado ao retorno do culto da mãe natureza, que marcam ainda o dualismo do tópico.

Percebe-se que há o resgate dos conceitos que envolvem a maternidade assim como um esforço para a sua reinterpretação. Sugere Moreira, que o que se vive hoje no referente às discussões acerca da maternidade, configura-se em “um terceiro, e ainda incompleto ato a respeito da maternidade, que se principiou por volta de meados dos anos 1980, caracterizado por críticas, negociações, defesa e expansão das visões anteriores da maternidade” (MOREIRA, 2017, p. 31).

Porém, não há a dissolução do impasse acerca da maternidade dentro dos movimentos feministas, sendo ela ainda marcada pela falta de consenso para uma redefinição do conceito. Muitas mulheres negam-se a aceitar a maternidade, em seu sentido tradicional, sem que, no entanto, recusem as obrigações ou os prazeres envolvidos na criação de um filho (a). Moreira (2017), ao mencionar os estudos de Hansen (1997) e Rich (1986), conclui que o medo de que os filhos não sejam cuidados por outras pessoas, que não por suas próprias mães, faz com que seja difícil avançar nos debates sobre o tema.

É interessante notar que os apontamentos de Rich (1986) sobre a distinção da maternidade como acima mencionados são ainda muito pertinentes no contexto atual, sendo esses dois aspectos muito presentes nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o tema. No século XXI, essas distinções se refletem nas discussões propostas por diversas teóricas feministas. Muitas dessas observam essa instituição e a conceituam a partir de esclarecimentos, bem como pelo desafio ao viés patriarcal sobre a instituição maternidade; elas objetivam revisitar a noção da maternidade como instrumento de opressão. Já outras estão focadas na criação de um contradiscurso a respeito da maternidade, redefinindo-a, tomando como ponto de partida uma perspectiva feminista.

Andrea O’Reilly (2008) parte da teorização de Rich (1986) para refletir mais atentamente sobre a maternagem, que para ela se constitui enquanto uma relação recíproca entre a mulher e o outro, seja esse sujeito-outro um filho, um companheiro, enfim, qualquer pessoa pertencente a comunidade a que essa mulher-mãe pertence. Para tanto, pontua O’Reilly que, de um modo geral, “a maternagem vai muito além dos atos que envolvem a relação entre a uma mãe e o seu filho; ela também pode envolver

a escolha de não trazer um filho ao mundo"[26] (2008, p. 30, tradução nossa), assim como a compreensão de que a ação de cuidado com o outro não é uma ação que cabe apenas à mulher, mas sim um fazer coletivo[27] (O'REILLY, 2008). Assim como Rich, O'Reilly diz que "a maternagem, ao libertar [a mulher] da instituição materna criada pelo patriarcado, pode ser experienciada enquanto lugar de empoderamento, um lugar de mudança social"[28] (2008, p. 3, tradução nossa).

Contudo, O'Reilly divide a maternagem (*mothering*) em dois tipos; ela admite que ambos transcendem a instituição maternidade construída pelo discurso patriarcal, mas sublinha que cada uma atua de maneiras distintas na sociedade. O primeiro modelo, ela chama de "maternagem empoderada" (*empowered mothering*); para ela, essa coloca em pauta muitos temas que buscam desafiar os padrões patriarcais, incluindo o debate acerca da importância de se pensar sobre as necessidades da mulher-mãe, afora o fazer materno, da imprescindível e crucial derrubada das práticas maternas como determinada pelo discurso dominante dos homens, bem como da subversão da noção de que o amor é o único sentimento existente na relação mãe-bebê. Há, nesse sentido, uma forte reiteração da autoridade e autonomia da mulher-mãe, principalmente porque, nessa perspectiva, o cuidado com as crianças é só mais uma das facetas assumidas pela mulher que também ocupa o espaço público através do trabalho fora do espaço privado e/ou do seu ativismo na sociedade.

A "maternagem feminista" (*feminist mothering*)[29], como explicitado pela autora, coloca o fazer materno no campo da significação cultural e dos propósitos políticos. A maternagem feminista é, segundo O'Reilly (2008), erigida a partir das contribuições teóricas de Sara Ruddick (1995), que cunhou a expressão pensamento maternal (*maternal thinking*). O conceito de pensamento maternal proposto por Ruddick carrega a noção de que as mulheres, por sua familiaridade com o cuidado para com outros sujeitos, poderiam trazer aspectos diferenciados para a política; para Ruddick, esta

[26] No original: "motherhood goes far beyond the relationship between a mother and her child; it can also involve choosing not to bring a child into the world".

[27] Stanlie M. Jame em seu artigo intitulado "A possible black feminist link to social transformation chamará esse fazer materno coletivo de *othermothering.* O conceito abarca a noção de que a maternagem deve ser uma ação de todos que pertencem a comunidade da mulher que gestou uma criança; esse exercício, ao romper com as amarras do patriarcado, escancara o lugar marginalizado ao que o sujeito-mãe foi sempre relegado.

[28] No original: "mothering, freed from motherhood, could be experienced as a site of empowerment, a location of a social change"

[29] Há pesquisadoras que traduzem o conceito para feminismo matricêntrico, como Juddy Moron, no artigo intitulado "O feminismo matricêntrico e as relações internacionais: a maternagem como resistência" (2020).

seria uma forma de abdicar conceitos mais tradicionais da razão ao quais a sociedade usualmente recorre. Retomando as ideias de Ruddick, O'Reilly assinala que:

> a maternagem feminista difere da maternagem empoderada na medida em que a mãe identifica-se como feminista e pratica a maternagem de uma perspectiva e consciência feminista. A mãe feminista, em outras palavras, é uma mulher a qual a teoria e a prática da maternagem são moldadas e influenciadas pelo feminismo[30] (O'REILLY, 2008, p. 07, tradução nossa).

O'Reilly expõe que a mãe feminista rejeita as instituições patriarcais, pois elas reproduzem uma iniquidade entre os gêneros, ou seja, um sujeito-mãe feminista reconhecem o privilégio masculino e a desigualdade de oportunidades e direitos enfrentada pelo feminino, já que todas as estruturas sociais produzem, mantem e perpetuam tal diferença. Por isso, esse sujeito "[...] se recusa a criar os seus filhos em um ambiente tão sexista"[31] (2008, p. 08, tradução nossa). Desse modo, elas estão comprometidas com a transformação social no sentido de colocar em xeque o discurso, em seus diferentes níveis, que impõem a distinção entre os gêneros; isso também quer dizer que o privilégio e o poder masculino no exercício do fazer materno passam a ser contestados. Outrossim, O'Reilly ainda acrescenta que a maternidade feminista está preocupada com questões referentes à raça e à classe social.

Pelo exposto neste subcapítulo, percebe-se que, na atualidade, de modo a distanciar-se da ideologia patriarcal em que a maternidade foi construída, emergem novas perspectivas dispostas a ressignificar o fazer materno. Há um esforço em refutar uma maternidade que repreende e nega ao sujeito-mãe a construção de sua própria que não esteja atrelada aos seus filhos. Ainda, as atuais concepções parecem destacar o poder da mulher-mãe como forma de agência e valorização do trabalho desses sujeitos, uma visão do materno que coloca a mulher-mãe como agente central de uma mudança social. Uma mudança que acontece por meio da socialização das crianças por meio de uma criação e de interação entre a mãe e seus filhos (as) que fogem aos padrões tradicionais de gênero. Esses estudos tomam como importante a quebra de padrões que impõem o sujeito-mãe como o único responsável pelo cuidado

[30] No original: "feminist mothering differs from empowered mothering insofar as the mother identifies as a feminist and practices mothering from a feminist perspective or consciusness. A feminist mother, in other words, is a woman whose mothering, in theory and practice, is shaped and influenced by feminism".

[31] No original: "[...] refuse to raise children in such a sexist environment".

com crianças, salientando a fundamental coletividade do fazer materno ao entender o “outro” (comunidade, pai etc.) como indivíduo essencial nessa troca.

Em conversão, esses três movimentos teóricos da maternidade no século XXI, postulam a movimentação das mulheres pelo direito de serem percebidas e aceitas como pessoas, pois, como mães e esposas, elas foram historicamente idealizadas e exploradas. A afirmação do valor humano de uma mulher como inerente não é uma tarefa fácil em uma cultura que coloca o feminino sempre em posições subalternas na história. Nesse viés, teóricas que se debruçam sobre os estudos sobre a maternidade na atualidade, compreendem e defendem que as mulheres precisam tomar a libertação de seus corpos e de sua sexualidade como algo fundamental para a construção de algo por si e para si, seja dentro ou fora da maternidade.

1.3. Os movimentos das mulheres e seus reflexos sobre a instituição maternidade em contexto brasileiro.

Os estudos que versam sobre a maneira como a maternidade foi constituída em território brasileiro reiteram o fato de que a realidade sociocultural do país não se mostrou diferente do restante do mundo ao apresentar uma imagem idealizada da figura materna, "embora aqui revestidas de características específicas à condição de país colônia que se vê subitamente elevado à sede do governo português" (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45). Assim, com o passar dos séculos em território brasileiro, foi-se construindo uma maternidade e um papel materno baseados em discursos de abdicação e dedicação do sujeito-mãe diante de sua prole.

Se até o século XVIII havia uma indefinição entre os ambientes doméstico e público, com as mulheres tendo a função de auxiliar nas produções masculinas realizadas no espaço privado, não sendo a maternidade/maternagem sua atividade principal, os séculos XIX[32] e XX foram marcados pelo crescente cuidado com a criança e, consequente, divulgação do comportamento correto à mulher-mãe em território brasileiro. Desse modo, o período foi definido pela participação social e política na e para a institucionalização da maternidade, um discurso que não se tratava de uma valorização da mulher enquanto cidadã, mas do enaltecimento da função maternal como sentimento e função universal feminina.

Constância Duarte, em *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado* (2016), pontua que, na segunda metade do século XIX, foram muitos jornais criados por médicos, padres e jornalistas, publicados com o objetivo de adequar as mulheres ao discurso da mãe perfeita, propondo, assim, uma educação feminina voltada para o papel de guardiã do lar e da família – ensinamentos que colocavam a mulher em posição de responsabilidade com as atividades domésticas,

[32] Para as teóricas Moura e Araújo (2004), as concepções acerca da maternidade começam a ser reconfiguradas com a chegada da família real portuguesa em território brasileiro. A família real portuguesa foi responsável pela criação de instituições como a Santa Casa de Misericórdia no país, que tinha como função o acolhimento de crianças rejeitadas. Para elas, "com a transferência da família real e de toda a corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX em consequência da instabilidade política vivida pelos regimes absolutistas na Europa, a administração portuguesa desenvolveu um novo tipo de interesse pelas cidades brasileiras. Nesse movimento, promoveu-se uma "reeuropeização" dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura gestada na Europa. Aliados à mulher e à criança, valorizando a "família amorosa", durante o século XIX, os higienistas auxiliaram a família brasileira a assimilar novos valores, nuclearizando-se e urbanizando-se" (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 47).

sem lhe oferecer qualquer instrução e opção de trabalho fora do espaço da casa. Esses discursos reiteravam a fundamental dedicação que as mulheres deveriam ter com a família e com o lar, já que era nessa atividade que estaria a sua real alegria, o que as afastaria completamente das possíveis doenças da mente.

Nesse cenário, o Estado teve participação fundamental na construção destes parâmetros maternos ao ser responsável pela criação de políticas de manutenção do corpo e sexualidade femininos em acordo com as normas patriarcais: "[...] um espaço fechado e controlado, [...] sob um véu que mascara sua [do feminino] chama incendiária" (PERROT, 2005, p. 447). Sobre a intervenção do Estado no corpo e sexualidade femininos, Moreira (2017), ao mencionar os estudos de Sueann Caulfield (2000), afirma que esse, aliado aos demais discursos conservadores, "preocupava-se com os efeitos da vida moderna nas funções maternas e na moral feminina, devido as suas possíveis repercussões para as futuras gerações brasileiras" (MOREIRA, 2017, p. 48). Por esse motivo, as mulheres, no período entre o final do século XIX e início do século XX, no Brasil, necessitavam ter seus próprios corpos controlados. Nessa perspectiva, esses e, consequentemente, a maternidade estariam a serviço dos interesses desse Estado.

Além disso, salientam-se as fundamentais transformações sociais ocorridas nessa época que acarretaram na consolidação da família burguesa em todo o mundo ocidental, estando o Brasil entre os países que refletiram tais mudanças. Nesse viés, marcado pelas diversas transformações na vida dos brasileiros no tocante ao aburguesamento da sociedade (DUARTE, 2016; D'INCAO, 2009; HAHNER, 1978), o período da Primeira República (1889-1930), foi fundamental para a construção de novas formas de convivência social ainda mais marcadas pelas diferenças de gênero. Assistia-se, então, a adaptação do modelo de família burguesa europeia à sociedade colonial brasileira; um modelo que perdurou por longo tempo no país. Assinala Moreira (2017) que:

> A proclamação da República no Brasil deu início a um projeto burguês de modernização da sociedade, que tinha na família conjugal, legalmente constituída pelo casamento civil, seu centro e sua referência. Nesse contexto, a família tornou-se braço fundamental do Estado, possibilitando o controle e a disciplina na vida cotidiana dos novos cidadãos, por meio da constituição de modelos idealizados de homem e de mulher (MOREIRA, 2017, p. 135).

Como sugere o excerto acima, há o começo da modernização do espaço urbano, fruto do sistema liberal econômico que vai ocupando um espaço cada vez maior no mundo e na sociedade brasileira. Essa modernização, assistida entre o final do século XIX e início do século XX, segundo Moreira (2017), até teve como resultado uma maior transição da mulher em lugares públicos, porém essa era uma movimentação que estava sempre vinculada ao status secundário e submisso do feminino, sem participação ativa da mulher, que só poderia transitar em tais espaços com a permissão dos homens, e cumprindo as atividades que lhe fossem esperadas – visitas a lojas, passeios em parques etc. As leis do período eram reflexo do acima mencionado. O Código Civil Republicano de 1916, que em seu artigo sexto apresentava as mulheres entre o *hall* de sujeitos incapazes, por exemplo, acabara por efetivar o enclausuramento do feminino ao mesmo tempo em que legitimava o poder masculino, que era percebido como o real chefe da família, tendo em vista a incapacidade feminina para a liderança e tomada de decisões.

Outro fato relevante dessa renovação na sociedade brasileira é a mudança do status da criança, bem como o entendimento de sua relevância para o progresso do país. Assim, como no restante do mundo, o Estado brasileiro passava a traçar planos para o cuidado e manutenção das crianças – vista como a futura mão-de-obra da sociedade burguesa – passo essencial para um aprisionamento ainda maior do feminino ao espaço privado e à dominação do espaço público pelo masculino.

No Brasil república, houve uma proliferação de políticas que pretendiam combater os altos números de mortalidade infantil, ao lado do fortalecimento do discurso religioso, que objetivava o enclausuramento “[d]a sexualidade dentro das famílias higienizadas e a defesa da honra feminina” (MOREIRA, 2017, p. 49), reiterando as corretas atividades da figura feminina em seus mais diversos aspectos. Comenta Gilda Souza (2005) que essas normas do Estado clarificavam a noção de que o casamento era o único objetivo da mulher burguesa brasileira e, por isso, sua educação era basicamente dedicada à aprendizagem das atividades necessárias para a conquista de um marido. Após o casamento, outro comportamento feminino que deveria ser estabelecido pelas normas era o da maternidade, passando essa a ser valorizada a partir de demandas sagradas que naturalizavam e colocavam como instintuais os papéis maternos, contribuindo para o mantenimento da mulher no espaço do lar. Nesse sentido, afirma Constância Lima Duarte que é por essa forte causa que “tantos jornais criados por médicos, padres e jornalistas brasileiros,

empenharam-se exclusivamente em convencer as mulheres, sobretudo as da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em mães 'perfeitas'" (DUARTE, 2016, p. 24).

Maria Martha Freire, em seu artigo "'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920" (2008), disserta sobre a nova condição da maternidade. Freire afirma que é na década de 1920 que o maternalismo, como ela chamará esse processo de valorização da instituição materna, será tomado como um dos principais aliados para a construção de uma nação, "adquirindo um novo caráter, de missão patriótica e função pública" (FREIRE, 2008, p. 154). Nos moldes do que havia acontecido na França, no Brasil, "o sanitarismo fincou raízes no anos de 1920 e constituiu a principal fonte de inspiração para as políticas públicas implantadas [...]" (FREIRE, 2008, p. 154), à vista disso a maternidade é uma das instituições em que a ciência passa a ditar as regras.

No mesmo sentido, Jurandir Costa (1999) afirma que os discursos que colocavam a maternidade como função principal da figura feminina destacavam o necessário processo de higienização da família tradicional burguesa ao defender a diferença entre a constituição física e moral dos homens e das mulheres. O autor pontua que para os médicos a mulher era fisicamente mais frágil do que o homem, uma fragilidade consequente de sua "[...] delicadeza e a debilidade de sua constituição moral" (COSTA, 1999, p. 235). Porém, Moura e Araújo (2004), ao se referirem aos estudos de Jacques Donzelot, chamam atenção para o fato de que esse discurso médico teve pesos diversos para as diferentes camadas da sociedade. Assinalam as teóricas que:

> Nos segmentos economicamente mais favorecidos da sociedade, a ligação entre médico e família teria produzido modificações profundas na organização familiar: o fechamento da família sobre si mesma, um controle maior sobre a educação e os hábitos de todos os seus membros, e a aliança entre o médico e a mãe que teria beneficiado a ambos – à mulher, promovendo-a socialmente em função do desempenho adequado de seu papel materno; e ao médico, que teve seu poder reforçado contra as antigas estruturas de tratamento e cuidados leigos, e também contra a disciplina religiosa e as formas tradicionais de educação (internato).
> Se nas camadas altas houve a ênfase nos laços afetivos, nas camadas populares esses mesmos laços foram progressivamente desfeitos e substituídos pelas políticas sociais de intervenção. Nesses segmentos, as estratégias de intervenção ter-se-iam voltado muito mais para o "entrave de liberdades", tais como o abandono de crianças (assumido ou não pelos pais), as uniões livres (concubinato) e as

> ações de mendicância e vagabundagem. Em tais famílias, observou-se um progressivo isolamento, operado pela redução de sua "extensividade com o campo social", ou seja, pela desarticulação de antigas redes de relação e troca de favorecimentos. Uma vez isolada, tornou-se mais fácil ao complexo tutelar controlar a família (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 46-47).

O excerto acima sugere que, mesmo na instituição maternidade, as diferenças de classe e raça eram importantes para a organização das demandas existentes para a estrutura administrativa responsável pela elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas de saúde e assistência social para a maternidade e a criança criada pelo Estado brasileiro, que tinham um interesse maior no sujeito-mãe que estava dentro dos padrões configurados pelo discurso do homem branco, sujeito dominante no discurso patriarcal.

O período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi marcado pelo progresso e pelas mudanças na política internacional, mas sem grandes modificações referentes aos discursos que envolviam a defesa da família atrelada. Do mesmo modo, as noções sobre a importância da proteção da honra feminina persistiram, estando essas cada vez mais atreladas ao espírito de fortalecimento da nação. Para Caulfield (2000), os anos de 1920 foram marcados por uma grande preocupação com a imagem nacional e com o que o Brasil deveria simbolizar. Salienta Moreira (2017) que nesse período:

> Muitos acreditavam que, em uma era de liberalização das normas sociais nas sociedades modernas ocidentais, a preocupação com a honra era anacrônica e indício do atraso cultural do país. Contudo, a maior parte da elite brasileira escondia as suas ideologias sobre raça e classe atrás de uma retórica sobre honra, enquanto promovia as ideologias sobre as relações de gênero, realçadas por essa retórica (MOREIRA, 2017, p. 52).

A teórica dá seguimento a sua reflexão pontuando que, mesmo no momento de uma das maiores conquistas femininas do período, a conquista do direito fundamental ao voto, promulgado em todo território durante o governo de Getúlio Vargas em 1932, depois de longo período de lutas femininas, há ações para a demarcação das diferenças entre o masculino e feminino. Da mesma maneira, há delimitações entre o espaço privado e o público através da consolidação da ideologia maternizante pelas intervenções estatais mais rigorosas de tal governo.

Retomando as contribuições de Freire (2008), ela assinala que esses discursos que ditavam o comportamento para a mulher, em direção à "glória incomparável de ser mãe" (2008, p. 157), contaram com uma forte contribuição de diferentes grupos: "articulistas, médicos, educadores, feministas, juristas e políticos, todos concordavam quanto à relevância da maternidade como o principal papel social das mulheres" (2008, p. 157). Frente à forte união dos sujeitos no sentido do fortalecimento do fazer materno na qualidade de natureza feminina, Freire ainda sublinha o papel importante das revistas femininas da época para o reforço e educação das mulheres no que diz respeito à maternidade. Para ela, as revistas voltadas ao público feminino vinculavam um discurso que atrelava a maternidade enquanto uma ação de fortalecimento da nação, um destino que posicionava as mulheres em um lugar de superioridade diante da sociedade, já que a sua responsabilidade era resolver o "problema da humanidade" (2008, p. 159).

Do mesmo modo, a mídia se colocava como autoridade e ditadora de comportamentos relacionados ao aleitamento, à alimentação das crianças e da mulher-mãe e ao comportamento das mulheres, já que trazia discursos de médicos que buscavam higienizar e medicalizar as ações maternas, bem como de mulheres influentes no período como Bertha Lutz (1894-1976) e Ana de Castro Osório (1872-1935) que defendiam uma educação "que livrasse as mulheres da condição de pesos mortos para seus maridos" (FREIRE, 2008, p. 159), mas que as capacitasse a exercer suas funções domésticas, incluindo a maternidade, "pela incorporação de tecnologia material e técnicas de administração racional do lar" (2008, p. 159). O Brasil República colocava, assim, a prática da maternidade em um patamar de atividade científica.

Os apontamentos de Freire mostram que no início do século XX a participação feminina era ativa na luta pela abertura de portas para uma autonomia da mulher. Assim, reitera-se que na história da construção das concepções sobre a maternidade e maternagem no Brasil se fez fundamental a intervenção dos movimentos das mulheres, em suas diferentes ondas, para os questionamentos e desconstrução da ideologia por trás da mulher-mãe.

No mesmo sentido, Daniela Auad em *Feminismo: que história é essa?* (2003), assinala que esses tomaram forma já em meados do século XX, engajando-se em diferentes lutas pelos direitos das mulheres, porém a estudiosa afirma que antes disso já havia grupos de mulheres dedicadas às lutas e acontecimentos políticos e socioeconômicos na sociedade do país, estando dentre eles as discussões acerca da

maternidade e suas implicações na realidade vivenciada pelo feminino. Na sequência, a autora aponta que, como ao redor do mundo, os grupos no Brasil ansiavam pela desconstrução dos ideais maternos construídos a partir do olhar do masculino burguês, da medicina e da religião, demonstrando que o modelo perfeito de mulher-esposa-mãe não seria mais aceito sem resistência.

Muito dessa luta estava vinculada à ascensão das ideias acerca da "mulher moderna", conceito que surge junto à já mencionada modernização da sociedade e dos espaços brasileiros. Para Caufield (2000), a "mulher moderna" seria o sujeito, que na década de 1920, tomaria a frente de muitas lutas nesse território. Assim como no restante do mundo, no período entre guerras – primeira fase do feminismo –, cada vez mais as mulheres brasileiras galgavam degraus na luta pelo reconhecimento do direito feminino de transitar nos espaços públicos. De um lado, tínhamos as mulheres de classes mais baixas da sociedade, aqui referimo-nos basicamente às mulheres brancas, que já dividiam os lugares de trabalho com o masculino, reflexo de uma sociedade industrial que primava por um número maior de produção, bem como da necessária complementação de renda nas famílias pobres; e, do outro, de acordo com Caulfield, havia "as mulheres petulantes, agitadas, namoradeiras, voluntariosas e andróginas" (CAULFIELD, 2000, p. 46) que também desafiavam o discurso masculino.

Ainda sobre a intervenção feminina nos modos sociais do patriarcalismo, as teóricas Duarte (2016) e Hahner (1978) apontam que, ao mesmo tempo em que no Brasil proliferavam-se as publicações voltadas aos ensinamentos à mulher-mãe dos melhores comportamentos diante das funções maternas, surgiam revistas e jornais idealizados por mulheres, que colocavam em pauta a luta pelos direitos femininos à educação, à profissão e ao voto entre o final do século XIX e início do século XX como "O Jornal das Senhoras" (1852 - Rio de Janeiro), trabalho de Joana de Paula Manso, o jornal de Francisca da Motta Diniz, "O Sexo Feminino" (1873 - Minas Gerais), de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em Minas Gerais e mais tarde transferido para a Corte, bem como "O Direito das Damas (1882 – Rio de Janeiro)", de Idalina D'Alcântara Costa, e "A Família" (1888 – Rio de Janeiro) de responsabilidade de Josefina Álvares de Azevedo, entre outros. Hahner (1978) ainda pontua que as mulheres envolvidas nas publicações para o público feminino "insistiam para que as mulheres lessem jornais para conhecerem seus direitos e obrigações" (HAHNER, 1978, p. 51).

Todavia, as teóricas assinalam que estas revistas e jornais até aquele momento refletiam a dualidade do período. Assim, enquanto alguns apresentavam as reivindicações femininas por igualdade de direitos, acreditando que esses deveriam acompanhar as transformações da sociedade[33], outros reiteravam a fragilidade e a delicadeza femininas, insistindo nas diferenças entre os gêneros e os espaços por eles ocupados. Muitas vezes os antagonismos estavam presentes na mesma revista, demonstrando que a batalha pela emancipação política e social da mulher brasileira dependia da quebra de muitos tabus frente à essa sociedade (DUARTE, 2016; HAHNER, 1978).

Segundo Duarte (2016) e Hahner (1978), mesmo que a maternidade, bem como as questões que a envolviam, como a possibilidade da não-maternidade ou o desejo dessa como inerente à mulher – aspecto que não era nem muito questionado logo no início dos feminismos – não estivesse entre os temas principais debatidos pelos movimentos feministas no Brasil à época, o tópico, quando surgia, evidenciava as diferenças e dificuldades enfrentadas frente à multiplicidade dos grupos de mulheres, assim como a necessária discussão sobre papéis destinados ao feminino.

Ainda nesta primeira fase das discussões sobre o feminino e, por consequência, sobre a maternidade, a estudiosa Ana Paula Martins (2005) destaca o papel desempenhado por Ercília Nogueira Cobra no feminismo brasileiro dos anos 1920, quando o tema era a naturalização e a idealização da maternidade. Martins (2005) pontua que Ercília Cobra assumia um papel de confrontação frente aos valores do patriarcado, ao propor que a maternidade não deveria ser imposta às mulheres, noção que acabaria por ser mais desenvolvida na segunda fase dos movimentos feministas. Para a feminista pioneira, as mulheres tinham o direito de rejeitar o ideal materno, assim como a ideia de ser mãe.

Sobre a segunda fase do feminismo no Brasil, Hildete Pereira de Mello e Schuma Schumaher (2005) lembram que, nessa época, os movimentos feministas assumiram a frente na luta “contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer” (MELLO; SCHUMAHER, 2005, p. 1) junto à batalha contra a ditadura

[33] Muitas teóricas (DUARTE, 2016; HAHNER, 1978; MOREIRA, 2009) afirmam que, no Brasil, estas revistas tomaram a frente das reivindicações vinculadas ao universo do trabalho. Esses periódicos denunciavam as péssimas condições de trabalho das mulheres – incluindo mulheres grávidas –, os salários mais baixos guardados às mulheres, que, de acordo com os empregadores, por passarem por períodos de afastamento do trabalho, tendo em vista os nascimentos dos filhos, não fariam jus ao mesmo salário que o masculino, bem como a falta de perspectiva de construção de uma carreira no lugar em que trabalhavam.

militar, que estava instaurada no país. Nesse período, as mulheres estavam à frente tanto da procura de parentes presos ou desaparecidos durante a ditadura – muitas mães buscavam por seus filhos torturados, mortos e desaparecidos à época –, quanto de organizações armadas contra o regime instaurado no Brasil.

As mesmas autoras assinalam ainda, que neste cenário de total cerceamento da liberdade dos sujeitos, ao lado do surgimento de vários grupos de mulheres, o feminismo alcança o espaço acadêmico, promovendo um debate maior sobre os temas reivindicados por essas mulheres, estando a maternidade compulsória dentre esses tópicos.

Outrossim, nessa fase dos movimentos das mulheres destacam-se fundamentais publicações feministas – livros, revistas, jornais etc. Branca Alves e Jacqueline Pitanguy, em *O que é feminismo* (1991), aduzem o livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes* (1976), como um dos mais importantes textos no debate acerca dos estudos sobre a mulher no país. Ademais, as autoras destacam que as feministas que assumem a frente das lutas das mulheres nessa segunda fase feminista, colocavam em xeque as raízes culturais da desigualdade, afirmando a essencial importância de se questionar a associação entre destino e anatomia a partir de um discurso que os corpos são também submetidos a normas culturais diferentes. Para tanto, de acordo com as teóricas, esses grupos partem da crítica à naturalização da inferioridade da figura feminina, aspecto ligado fundamentalmente à biologia, fato que evidencia as questões da maternidade e a subordinação das mulheres a ela.

Atrelada a essa crítica, as referidas mulheres levantaram bandeiras que condenaram a família tradicional do patriarcado ao lado do Estado burocrático e do sistema econômico em vigor, o capitalismo, como os principais espaços de opressão das mulheres (REIS, 2008). Nesse contexto, essas mulheres ao postularem que já não era mais possível pensar o papel materno como o único disponível para as mulheres, questionavam o seu caráter obrigatório para o desenvolvimento do sujeito mulher. Esses grupos de mulheres assumiam, então, a bandeira da não centralidade da maternidade, bem como da maternagem à mulher, ao afirmarem que as vidas dessas não deveriam ser exclusivamente resumidas a esta instituição, já que esses partiam de uma reflexão sobre o feminino em toda a sua multiplicidade. Na mesma perspectiva, Aminatta Forna postula que “na década de 60, as feministas repudiaram a visão super romanceada da maternidade, identificando nela os laços de seda da

opressão" (1999, p. 21).

Vinculado a essa nova óptica, os debates acerca dos métodos contraceptivos ganham força em território brasileiro, sendo eles motivos para inúmeras manifestações de grupos a favor de seu uso pelas mulheres para evitar gravidezes indesejadas. Em estudo sobre a maternidade e a segunda onda do feminismo, Ana Regina dos Reis (2008) disserta sobre os acontecimentos dos anos 1960, época em que as noções sobre planejamento familiar e controle demográfico estavam em destaque, e seus reflexos na instituição materna, pontuando que essa década foi marcada da disseminação de métodos contraceptivos – camisinha, DIU, anticoncepcionais etc – assim como, e do aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas da esterilização[34].

Entre essas ferramentas de controle de natalidade, os contraceptivos hormonais foram os que mais sobressaíram nos debates no país. Esses chegam ao Brasil em 1962 (PEDRO, 2003), transformando-se nos motores para os conflitos e controvérsias entre os grupos que acreditavam em seus benefícios às mulheres, o método mais seguro e eficaz contra uma gravidez indesejada, e os grupos que os percebiam com maus olhos, considerando os inúmeros malefícios que eles significavam ao organismo feminino – câncer, tromboses, mal-estar etc. –, sendo tomado como uma nova forma de dominação sob o corpo das mulheres.

Na mesma época, as mudanças políticas acerca do aborto realizadas em alguns países tiveram reflexos no Brasil, e diversos foram os grupos que saíram às ruas pelo direito à interrupção da gravidez, ou seja, pelo direito de poder e escolha feminino sobre o seu próprio corpo. Sobre as lutas em torno do aborto, Reis (2008)

[34] A esterilização cirúrgica feminina, conhecida como laqueadura, foi regulamentada apenas no ano de 1996 pela Lei nº 9.263. Documento que trata do planejamento familiar, a qual estabelece no seu artigo 10 os critérios e as condições obrigatórias para a sua execução. Os critérios para a esterilização feminina são: homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico, período no qual será propiciado à pessoa interessada acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce. A esterilização só pode ser realizada com a aprovação do cônjuge se a mulher for casada. Critérios nunca revistos pelo governo brasileiro e que reiteram o olhar misógino e patriarcal para o corpo feminino e dificultam o acesso ao procedimento por mulheres que pretendem evitar uma gravidez indesejada. De acordo com reportagem veiculada no site da revista Marie Claire em 2019, o processo para o acesso ao procedimento é ainda hoje demorado. Como resultado disso, apenas ¼ das mulheres que solicitam o procedimento conseguem efetivamente realizá-lo. Muitas mulheres relatam o caminho doloroso e humilhando trilhado para que se consiga realizar a esterilização garantida por lei no Brasil.

afirma que a expansão dos debates a respeito de *ser* ou *não ser* e de *quando ser mãe* foi resultado dessa batalha travada pelas mulheres.

É importante salientar que, no Brasil, a fase da segunda onda do feminismo ocorreu simultaneamente a etapa da história na qual a fecundação, a gestação e o parto tornaram-se objetos das maiores intervenções biomédicas, demarcando o uso intensivo da tecnologia (MARTINS, 2005). Uma época que, como consequência, foi marcada pela real mudança no status do parto no país. Sobre esse tema, Martins pontua que "o parto hospitalar passou a ser rotineiro somente após a década de 1960" (2005, p. 18), sinalizando uma real transição do parto doméstico para o parto hospitalar[35]. As práticas médicas evoluem muito com o objetivo da criação de vínculos entre a mãe e a criança ainda na barriga. As ultrassonografias e as reproduções sonoros do bebê são um exemplo desses procedimentos (LO BIANCO, 1985).

Essa etapa é também admitida como a de ascensão dos estudos e da aplicação das técnicas assistidas de reprodução no país[36]. Uma prática que vislumbrava um futuro materno para aquelas mulheres que não podiam ser mães, mas que na mesma proporção eram criticadas dentro de alguns movimentos das mulheres, que a percebiam como uma volta aos parâmetros sociais que colocam a maternidade como uma obrigação feminina.

Já a partir da metade da década de 1970, em uma posição contrária à bandeira levantada pelo feminismo radical, há uma linhagem do feminismo no Brasil que, ao criticar as opiniões drásticas daquele movimento sobre a maternidade – o que elas chamam de matrifobia –, buscam um resgate aos valores, assim como a reinterpretação dessa instituição. Para esse feminismo, era fundamental que se olhasse para os resultados de uma óptica mais social e humanizadora sobre o sujeito-mãe, explicitando o caráter único das vivências e trocas das mulheres com os seus filhos. Dentre as lutas dessas mulheres estavam a reivindicação por melhores condições de trabalhos para as mulheres-mães, nessa discussão entravam questões referentes à disponibilidade de creches, licença-maternidade e horário para amamentação para mães lactantes. As políticas governamentais e os direitos reprodutivos também estavam entre as suas pautas. Dentre as conquistas do sujeito-

[35] Martins (2005) salienta que, assim como nos demais aspectos referentes à maternidade, esse processo de mudança variou conforme a raça e a classe das mulheres, sendo o parto hospitalar realizado em maior número pelas mulheres brancas de classes mais abastadas.
[36] O primeiro bebê de proveta no Brasil nasceria em 1984.

mãe, nesse período, está o Programa de Saúde Materno-Infantil (PMI), uma das primeiras políticas de proteção à mãe-filho. Outro programa criado ainda na década de 1970, foi o Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco. Esse período foi marcado, tendo em vista a crescente intervenção médica no corpo da mulher, por lutas a favor de políticas voltadas para uma saúde reprodutiva não intervencionista que colocava a importância do parto normal tanto para a saúde da criança quanto para a saúde da mãe.

Já os anos de 1980 e 1990, dentro dos grupos de mulheres, foram o tempo no qual as críticas às negociações acerca da maternidade tomaram um novo fôlego, principalmente a partir das mudanças do status feminino trazidos pela Constituição de 1988 a qual aduz o princípio da isonomia, garantindo a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, dando a homens e mulheres direitos e obrigações iguais. A maternidade e o sujeito-mãe passam cada vez mais a ser pensados ao lado do contexto sociocultural em que esses estão inseridos. Uma das importantes conquistas das mulheres-mães nesse período foi a ampliação do período de licença-maternidade que passava a ser de 120 dias, medida polêmica diante da sociedade, mas consequência positiva das demandas levantadas pelas mulheres. A década de 1980 também foi marcada pelo reconhecimento da luta feminista pela ampliação da atenção à mãe e à criança pelo governo, que criou o Programa de Assistência Integral a Mulher (PAISM). Ambas as políticas governamentais tiveram como resultado a redução da mortalidade entre crianças e mulheres.

O início do século XXI também assistiu ao crescimento de um discurso ecológico da maternidade no mundo, sendo esse responsável por uma "nova" postura feminina em relação a essa instituição. No Brasil, essas ideias estão presentes e representam a propagação de concepções como a da utilização de procedimentos não-invasivos na hora do nascimento com a ressignificação até mesmo do ato de sofrer a dor dele decorrente; os comprometimentos da utilização de fraldas descartáveis para o meio ambiente; e as vantagens da amamentação no esquema de "demanda espontânea", ou seja, onde, quando e em que quantidade a criança solicitar (MEYER, 2003).

Ainda nesse século, as resoluções referentes à maternidade parecem voltar a caminhar a passos lentos. Os últimos dados do censo realizado em 2010 pelo IBGE – 68% das mulheres brasileiras com idade a partir de 15 anos possuem, no mínimo, um filho –, sugerem a importância dos debates sobre o status da maternidade no

século XXI, um debate que percebe essa instituição desvinculando-a de suas raízes patriarcais que a postulavam como instintual. Os números preconizam, igualmente, o essencial trabalho para a melhoria das políticas de atendimento às mulheres grávidas. O Brasil conta com medidas importantes, nos dias atuais, relativas ao cuidado com a criança e a mãe como os programas Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, que desenvolve ações de prevenção e assistência à saúde de gestantes, parturientes e recém-nascidos, as Políticas Nacionais de Atenção Integral à Mulher e à Criança, que visam promover atendimento clínico-ginecológico, e o cuidado da saúde dos recém-nascidos, assim como promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, além de desenvolver ações para reduzir a mortalidade infantil e investigar os óbitos dos bebês respectivamente. Ademais, salienta-se o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN- 2000), tendo como principal objetivo reduzir as taxas de morbimortalidade materna e perinatal, ampliar o acesso ao pré-natal e garantir qualidade e humanização da assistência ao parto e puerpério.

Não obstante, o discurso social que perpassa o século XXI demonstra que ainda se faz importante as intervenções feministas realizadas em um cenário de fortalecimento do discurso midiático da mãe perfeita, vinculado pela televisão, revistas e jornais que realizam um movimento de retorno à retórica de Rousseau (1762) da 'boa mãe', como aquela que é sempre dedicada aos seus filhos. Da mesma forma, os movimentos feministas cumprem um papel de cobrança de avanço político-social do Estado brasileiro que ocupa papel importante para a volta do discurso acerca da maternidade perfeita e instintual, haja vista a pouca evolução das políticas públicas e sociais voltadas às mulheres que ainda se viam como sujeitos secundários no país[37].

Dagmar Meyer (2003), ao refletir sobre o retorno dessa concepção unívoca da maternidade, alimentado pelos discursos acima mencionados, afirma que no século XXI acredita-se na "noção de que o *indivíduo mulher-mãe,* ainda supõe, ou supõe com força renovada, a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos* - a mãe e sua família e, mais especificamente, a mãe e seus filhos" (MEYER, 2003, p. 38). Ela continua assinalando que há inúmeros documentos e

[37] Demarcando o conservadorismo do país referente às políticas de saúde reprodutiva da mulher, no mês de março de 2019, o Brasil, através de seus representantes legais, criticou texto da ONU que faz menções ao tema por acreditar que essas poderiam abrir margem à promoção do aborto. O texto resposta do país ao da ONU postula a necessidade de se evitar qualquer "interferência do Estado que tenha o objetivo de dissolver ou enfraquecer a estrutura da família tradicional" ao afirmar é importante a "proteção da mulher durante a gestação e a vida intrauterina de mulheres e homens" (FONTE: BBC News/Brasil).

meios que acabam por transformar “o exercício da maternidade, na contemporaneidade, em uma tarefa extremamente difícil e abrangente” (MEYER, 2003, p. 39). Do mesmo modo, pontua Forna (1999) que:

> Espera-se que a futura mãe se abstenha de café, chá, álcool, fumo (inclusive passivo), determinados tipos de alimentos industrializados, estresse, excesso de exercícios (...) Durante a gravidez, o desenvolvimento do bebê e todos os aspectos do comportamento dela são minuciosamente monitorados pelos serviços de saúde. (...) Para o melhor e para o pior, hoje, as responsabilidades da mãe dobraram: a estabilidade emocional e o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos filhos também estão a seu encargo. (...) As mães são bombardeadas com mais informações do que conseguem absorver e o conselho é sempre apresentado como o "melhor para o seu bebê", porém envolve vários outros interesses (ou dificuldades) sociais, políticos e culturais (FORNA, 1999, p. 15).

Pelo acima exposto, percebe-se que, hoje, em um contexto brasileiro em que o conservadorismo ganha ares de endurecimento, os grupos feministas têm e terão mais do que nunca que primar por uma atuação positiva em todo o debate acerca da maternidade. Nos últimos anos[38], o país vem retrocedendo na garantia de direitos básicas às mulheres grávidas, o retrocesso atingiu inclusive os direitos trabalhistas dessas mulheres: em 2018, era colocado em pauta a possibilidade de grávidas trabalharem em lugares insalubres[39], bem como refletia-se, no Congresso Nacional, a viabilidade da oferta de salários menores às mulheres, tendo em vista a sua “inerente” capacidade reprodutiva[40].

[38] O atual presidente do país é uma das importantes figuras que propagam o merecimento de salário menores pelas mulheres. Em programa nacional de televisão, ao responder sobre a questão, ele afirmou que não empregaria uma mulher, que pode vir a engravidar, com o mesmo salário.

[39] Sobre o trabalho da gestante lactante, o Decreto Lei 13.467/2017 revoga o artigo 394 da CLT, que afirmava que a empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre. O novo texto do decreto afirma em seu Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação. Um retrocesso, na opinião de diferentes especialistas, no que trata aos direitos trabalhistas das mulheres gestantes e lactantes.

[40] O atual presidente do país é uma das importantes figuras que propagam o merecimento de salário menores pelas mulheres. Em programa nacional de televisão, ao responder sobre a questão, ele afirmou que não empregaria uma mulher, pelo fato dela poder vir a engravidar, com o mesmo salário.

As conquistas até agora alcançadas, que levaram as discussões sobre o tema para patamares nunca imaginados, principalmente quando se pensa na desconstrução do sentido inato que essa instituição sempre carregou, abriu espaços para a discussão de uma maternidade para além do olhar tradicional; uma discussão que perpassa pela multiplicidade do sujeito-mãe anteriormente ignorada. Se percebe, mais do que nunca, a importância do ajuste dessa instituição à situação político-social vigente.

Compreende-se que as concepções acerca da maternidade, nos movimentos feministas em território brasileiro, carregam ainda nos dias de hoje os impasses e a dualidade do tópico. Contudo, suas intervenções no decorrer do tempo fizeram-se fundamentais para que se chegasse ao entendimento de que a maternidade/maternagem é uma escolha pessoal e, até mesmo, política. Uma noção que viabiliza pensar essa instituição tomando como ponto de partida todos os aspectos relacionados à sua evolução e diversidade. Uma discussão que pode incluir até mesmo a não vivência da maternidade, como os movimentos *childfree*, de mulheres que não desejam a maternidade ou como a situação das mulheres que prorrogam a chegada de uma criança, diante dos acontecimentos e prioridades de suas vidas, o que acaba por desvincular essa instituição de seu caráter instintual há tanto propagado.

2. A maternidade como função divina e obrigatória: um panorama da apresentação do sujeito-mãe pela história da literatura brasileira

O capítulo anterior, ao apresentar os estudos de diferentes estudiosas (os) referentes às performances de gênero em sociedades ocidentais no decorrer da História, corroborou a noção de que foram premissas masculinas que delinearam a história moral e intelectual das mulheres (RICH, 1986). Dessa maneira, os homens se colocaram como as principais fontes do conhecimento público sobre as mulheres. Eram eles quem formulavam teorias sobre elas, tomando, como consequência, os espaços de pronunciamento e aconselhamento sobre como esses sujeitos deveriam viver as suas vidas. Uma dominação que se refletia em todos os setores da vida de uma mulher, e que delimitava a atuação do feminino ao espaço privado.

Dessa maneira, o corpo, a sexualidade e a subjetividade das mulheres construiu-se como domínio dos desejos do masculino, que as edificam como objetos passivos a seu serviço. A partir disso, temas atinentes ao sujeito feminino foram sendo instituídos pelo olhar do patriarcado – é aqui que nascem os conceitos de "anjo-do-lar", "a mãe perfeita", "a mulher virginal", e assim por diante. Idealiza-se, bem como funda-se, um padrão para qualquer comportamento da figura da mulher. Por outro lado, as mulheres que assumem comportamentos que fogem a esse molde, com uma conduta sexual subversiva e com valores morais distantes dos padrões sociais masculinos, são consideradas passíveis de julgamento da sociedade patriarcal.

Se coube à mulher a vinculação à natureza e, por conseguinte, o aprisionamento ao espaço privado, como forma de subjugação de seus laços com o desconhecido, ficando ela, então, responsável pela manutenção do espaço da casa, o cuidado com os filhos e marido; ao homem, por dominar o público, competiu a produção de saber: o lugar da cultura. Desse modo, o campo literário, não diferente dos demais, fez-se, desde muito cedo, lugar de dominação de um grupo formado por homens brancos, heterossexuais e burgueses, que trabalharam em favor da manutenção da instituição patriarcal e de todos os valores a ela intrínsecos.

Por conseguinte, o cânone literário ocidental, apresentado e defendido por estudiosos como Harold Bloom (1994)[41], foi, e ainda é, constituído quase que unicamente por obras de autoria masculina, tomadas como as únicas que possuíam verdadeiro valor estético. Obras que, em sua maioria, carregam bases, paradigmas e

[41] *O Cânone Ocidental: Os Livros e a Escola do Tempo*, publicado em 1994.

valores masculinos dominantes. Esse predomínio de padrões instituídos por homens tem como resultado o silenciamento de trabalhos de grupos percebidos por eles como "menores"; uma produção de sujeitos não autorizados a tomar a escrita como objeto de expressão, já que essa estaria reservada àqueles privilegiados. Schmidt (1995) aponta que:

> Todo o julgamento de valor ocorre dentro de certas condições sócio-históricas e em função de referências teórico-estéticas variáveis no contexto daquelas condições. [...], nesse contexto, a formação do chamado cânones ocidentais é uma decorrência do poder de discursos críticos e instituições que, numa determinada época, e em nome de uma identidade cultural, sustenta o monopólio cultural dos valores simbólicos, através de mecanismos de exclusão (SCHMIDT, 1995, p. 143).

A fala de Schmidt (1995), que reconhece a importância de se reavaliar obras e autores que compõem o cânone, como forma mesmo de um possível debate sobre a inserção de autores marginalizados na historiografia literária, vai ao encontro do afirmado por Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2014), ao refletir sobre a inadequação de se pensar o mundo por um viés europeu, de que há uma tentativa de neutralização dos sujeitos que ela denomina subalternos[42]. Entre esses sujeitos, Spivak (2014) chama atenção para a invisibilidade e mudez feminina, que, para ela, não pode ficar restrita a uma questão idealista, mas tornar-se um exercício de fala e de revisão da posição dessa no espaço social.

No que concerne ao universo literário brasileiro, da mesma forma que no restante do Ocidente, são os nomes masculinos que dominam o cânone, sendo as mulheres uma porcentagem pequena quando o tema em discussão é uma literatura tomada como representante do que de melhor é escrito no Brasil[43]. São teóricos como

[42]Gayatri Spivak entende por subalterno aquele sujeito que está "nas camadas mais baixas as sociedades constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados; da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (2014, p.13).

[43]Reconhece-se aqui que há a inserção de nomes femininos no seleto grupo de grandes escritores brasileiros. Todavia, ainda assim, compreende-se que a literatura escrita por muitas dessas mulheres, chancela a hegemonia do discurso do patriarcado, reforçando o binarismo instituído para as relações de gênero ao reproduzir a visão eurocêntrica e androcêntrica de mundo.

Alfredo Bosi (2015)[44], Alexei Bueno (2007)[45], Silvio Romero (1949)[46] que ao propor uma recuperação da história da literatura brasileira, destacam nomes como Gonçalves Dias (1823-1864), José de Alencar (1829,1877), Castro Alves (1847-1871), Machado de Assis (1839-1908), Mário de Andrade (1893-1945), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)[47], entre muitos outros escritores homens, evidenciando o fato de que o trabalho de escrita das mulheres foi excluído das linhas da história literária. Isso igualmente desenha uma sociedade que questiona a capacidade intelectual da mulher, bem como neutraliza a sua cidadania, impossibilitando uma função sociocultural mais participativa.

Da mesma forma, por serem lugar de dominância dos homens, e por estarem historicamente marcados, representando certos períodos e sociedades, esses textos também acabam por veicular os valores socioculturais dominantes, já aqui mencionados, sendo esses, concepções gerenciadoras dos preceitos de (re)produção dos comportamentos das mulheres e determinantes dos espaços para esse feminino. Sobre esse tema, afirma Schmidt (2017) que as obras literárias destacadas pelo cânone apresentam uma sequência narrativa recorrente no que tange aos personagens mulheres. Para ela, essas ao socializarem as mulheres reduzidas aos limites econômicos e sexuais de objetificação e passividade que o olhar masculino lhes atribui, reforçam o comportamento e papéis legitimados ao feminino, além do silenciamento dos aspectos mais íntimos desse, como a maternidade, importante questão para construção de sua subjetividade. Para os homens que narram a História, essa é concebida como um serviço natural realizado pelas mulheres, não havendo a necessidade de maiores discussões sobre o tema. Essa premissa fortifica a noção de que o corpo das mulheres, encarnado em seu útero, é "máquina" que serve aos interesses do Estado.

Pelo exposto, o presente capítulo objetiva analisar a forma como a maternidade e o sujeito-mãe são apresentadas através da história da literatura brasileira. Em um

[44]*História concisa da literatura brasileira* teve a sua primeira publicação em 1970.

[45]*Uma história da poesia brasileira*, publicado em 2007.

[46]*História da literatura brasileira* teve o seu primeiro volume publicado em 1949. A coletânea conta com mais quatro volumes.

[47]Não questiono, na presente tese, a qualidade literária dos autores mencionados, de valor e importância para o reconhecimento da literatura brasileira, nacional e mundialmente. Apenas pontuo aqui que os nomes que se destacam e, recebem destaque de crítica, são os masculinos. As histórias literárias, algumas aqui já mencionadas, sugerem o afirmado.

primeiro momento, esse capítulo dedicar-se-á à apresentação de um breve panorama da construção narrativa das mulheres-mães na e pela literatura brasileira, uma literatura primordialmente escrita por homens. Tendo em vista o olhar masculino da sociedade sobre o tema, a prevalência do silenciamento e espaço secundário ocupados por tais sujeitos serão discutidos a partir das obras publicadas no século XIX, *O mulato* (2019[1881]) e *O cortiço* (1997[1890]), de Aluísio de Azevedo, e, por fim, *Dom Casmurro* (2019[1899]), de Machado de Assis.

Na sequência das reflexões sobre as obras de autoria masculina, a segunda parte deste capítulo propõe a análise atenta da construção narrativa da maternidade e do sujeito-mãe em obras de autoria feminina produzidas entre o século XIX e XX. Do mesmo modo, reflete-se sobre os efeitos da instituição na vida dessas mulheres que escreviam. O recorte de textos do século XIX perpassa produções de autoras como Júlia Lopes de Almeida, Emília Guerra e Lola Oliveira. Do mesmo modo, tecem-se comentários no sentido de expressar o papel interpretado pela maternidade nas dificuldades enfrentadas por esse feminino no campo literário; entende-se que muito de sua exclusão da literatura está vinculada ao seu fazer materno. Já da literatura do século XX, empreende-se a revisão de *O quinze* (2012[1937]), de Rachel de Queiroz. A reflexão sobre esse livro, busca comprovar que a narrativa traz um feminino bastante marcado pelo discurso que propaga uma maternidade como um exercício compulsório.

Pontua-se a compreensão de que os textos de produção feminina explorados nesta parte do trabalho, manifestam novas ideias acerca do feminino; entretanto, no que se refere ao debate acerca da maternidade, esses ainda percebem a instituição como o único fim para o feminino, sugerindo a forte influência do discurso dominante. Dessa maneira, ao considerar o cuidado com os filhos um destino da mulher, entende-se que essas obras reproduzem os limites normalizados para o sujeito feminino quando o tópico em relevo é a maternidade. Depreende-se a força do discurso dominante, bem como que impossibilitam o feminino de desatrelar-se de um padrão biologizante imposto.

Assim, tomando os apontamentos teóricos de estudiosas sobre a maternidade aqui estudadas como ponto de partida para a discussão, acredita-se que os textos selecionados para a investigação proposta, nesta primeira parte da tese, constroem um sujeito-mãe atrelado à naturalidade do instinto materno e a abnegação feminina diante dessa atividade, não podendo esses serem tomados como espaços que

apresentam essa instituição em toda a sua multiplicidade. Nas linhas das obras literárias aqui em análise, a mulher-mãe é representada a partir de uma unidade de experiência, de forma a se inferir a existência de um modelo de feminino limitado à sombra do patriarcado.

2.1. “A mulher nasce para isso de ser mãe”: as mães em uma literatura brasileira dominada por homens

> *Mater Christi/Mater divinae gratiae/Mater purissima/Mater castissima/Mater inviolata/Mater intimorata/Mater amabilis/Mater admirabilis/Mater boni consilii/Mater Creatoris/Mater Salvatoris.*[48]

Sabe-se que cada época, considerando os cenários econômicos e políticos vigentes, formula os seus padrões de masculinidade e feminilidade. Isso acontece de forma a manter o funcionamento social com todas as suas divisões de tarefas delimitadas pelos gêneros. Sobre esse tema, Cíntia Schwantes (2006) pontua, ao examinar as sociedades ocidentais, que os ideais referentes à feminilidade foram baseados no fato de que as mulheres estariam realizadas no cumprimento de seu papel de esposa e mãe, sendo elas o centro da estabilidade das relações que se instituem no seio da família. A fala da teórica acima mencionada, reflete as ideias de Rich (1986) de que, no contexto de controle que perpassa a família heteronormativa, as mulheres seriam as culpadas por qualquer desvio na estrutura familiar.

Nesse sentido, a literatura, por residir em “um mundo real do qual se alimenta e no qual atua, refletindo e interpretando o mesmo e, assim, influenciando ideias, valores e ação” (SCHMIDT, 2017, p. 40) e, por ser também lugar por onde, em “termos históricos [...] se esconde a noção de poder” (REIS, 1992, p. 02), reproduz esse modelo de sociedade marcada primariamente pelas diferenças entre o masculino e o feminino. Dessarte, ela traz um feminino colocado à disposição de uma ideologia que o inferioriza e o submete aos desmandos do homem. Essa é a realidade das narrativas literárias que ocupam o espaço do cânone da literatura brasileira no século XIX, sendo elas tomadas como ocupantes de um lugar de disseminação da alta cultura no Brasil. Ao pensar o cânone literário, Schmidt e Navarro pontuam que:

> Cânone é o termo hoje utilizado para referir o conjunto de obras literárias representativas – o que de melhor foi escrito – no espaço geográfico de uma cultura nacional ou mesmo da cultura ocidental. A constituição de um corpo canônico opera como um sistema de significações culturais que autoriza certas representações na medida em que elas preenchem um certo padrão de valores e um desejo de

[48]Mãe de Cristo/Mãe da divina graça/Mãe puríssima/Mãe castíssima/Mãe inviolada/Mãe intimorata/Mãe amável/Mãe admirável/Mãe do bom conselho/Mãe do Criador/Mãe do Salvador.

> verdade. O elenco das obras consideradas de mérito para integrar um cânone é definido pelos críticos literários e historiadores da literatura, o que significa dizer que o cânone é resultado, entre outras coisas, do prestígio e poder dos discursos críticos através dos quais um segmento da cultura letrada exerce controle e define que representações têm legitimidade para circularem de forma a se tornarem representativas do corpo social de uma cultura (2007, p. 86).

O excerto acima clarifica a noção de que a formação desse cânone brasileiro só é possível porque os críticos literários, à época, estavam a serviço de um discurso de poder e de uma ideologia que coloca o homem em destaque, seja ele posto como personagem ou como produtor de literatura. A isso, Schmidt acrescenta o fato de que os críticos, ao formarem esse grupo seleto de textos literários que falam pela cultura nacional, acabavam por "projetar uma realidade que dissimulava os mecanismos de exclusão na função homogeneizadora, na intenção imaginária da sociedade como uma totalidade" (1997, p. 290).

Constituída em sua maioria por homens, a crítica literária assumirá papel fundamental nesse processo de nivelamento do que e de quem a sociedade pode ler, sempre conformada às normas socioculturais em vigor. Essa seria, então, uma crítica de caráter "totalizador, uniformizador", que promove "conceitos como cidadania, direitos civis, liberdade e pertencimento horizontal e universal" (SCHMIDT, 1997, p. 227) adaptado a essa realidade excludente.

Nesse sentido, "as obras eleitas [como pertencentes ao cânone] são aquelas que vêm ao encontro de uma definição do literário sobre a qual já há um consenso prévio" (SCHMIDT, 1997, p. 291), assim, a crítica será responsável pela exclusão da autoria feminina no século XIX[49]. O gerenciamento do processo de atribuição de valor organizado por ela estabelece uma ampla resistência no reconhecimento da mulher como escritora, já que esta não conseguiria alcançar a alta qualidade da produção masculina. Essa exclusão, via de regra, acontece, pois, para os críticos literários, os trabalhos de escrita das mulheres não atenderiam aos critérios estéticos pertinentes à literatura, assim como não versariam sobre as questões mais universais, não possuindo, desse modo uma real função cultural, diferentemente dos temas debatidos pelos escritores homens. A produção literária feminina estaria, então, destituída de

[49] O resgate destas escritoras do século XIX só se tornaria realidade em meados da década de 1990. Hoje, esta linha de pesquisa é uma das mais bem sucedidas nos estudos feministas.

significados maiores por sua circunscrição aos aspectos triviais da vida das mulheres.

Neste grupo de temas banais que a literatura não deveria tratar, por estarem restritos ao “universo das mulheres” estão as temáticas que tratam sobre o corpo feminino de maneira geral, como os tabus acerca da menstruação, das relações traçadas no encontro com o outro, de maneira não balizada pelo olhar masculino, os aspectos referentes à maternidade e à maternagem, assim como os demais pontos que atravessam a sua subjetividade.

Essa crítica igualmente contribui sobremaneira para o acesso a narrativas que expõem imagens que solidificam a figura do homem detentor do poder, ao mesmo tempo em que consolida a mistificação de um feminino resumido aos seus aspectos naturais e biológicos, isto é, um sujeito definido por sua limitação intelectual, sendo excluído do grupo de indivíduos pensantes, e, principalmente, por sua capacidade reprodutora, demarcando a dominação de seu corpo pelo homem.

Compreendemos que o conjunto de textos dos séculos XIX, que formam o cânone, expressam as demandas do poder político e social em vigência no momento em que são entregues aos seus leitores, assim, os trabalhos que lemos como pertencentes ao grupo do que de melhor há em nossa literatura, são aqueles escritos, em sua maioria, por homens frutos de seu tempo, reflexos de uma sociedade que marginaliza todo e qualquer sujeito que não atende às características do dominado, estando as mulheres na ordem dos subalternizados. Ao assumir uma função pedagógica (SCHMIDT, 2017), a literatura, em um seio de tradição falocêntrica, objetiva preservar os valores, iluminando o que é tomado como verdade social absoluta.

Nesse cenário, somos apresentados a dois tipos bem específicos de mulheres: de um lado, temos a mulher maternal e dedicada à família, a chamada “anjo do lar”, a personificação da construção do ideal burguês de um feminino e, do outro, as que são instrumentos de ruína do masculino, opostas ao modelo instituído para o seu gênero, essas não podem ser acomodadas nos parâmetros do que é ser uma “verdadeira mulher”, construídos pelo patriarcado. A segunda categoria de mulheres será, desse modo, formada pelas bruxas, pelas prostitutas e, enfim, pelas desviantes. Sobre isso, afirma Greiciellen Moreira (2017) que:

> O fundamento do sistema sexo/gênero, o patriarcado, encontra-se nas engrenagens que produzem o ser humano enquanto ser sexuado,

> dividido inexoravelmente em dois, a partir de sua capacidade reprodutiva, o que corrobora esse pensamento dicotômico. Nessa divisão dos indivíduos, fundamentada em sua capacidade reprodutiva, a individualidade e a autonomia das mulheres são apagadas. Sua diversidade – de classe, raça, instrução, nacionalidade, entre outros – é substituída por uma ideia homogênea, atrelada à maternidade, ao que é ser Mulher. A figura feminina é, então, definida de modo ambíguo, concomitantemente exaltada na maternidade, por cumprir o mistério de criar novos seres humanos, e inferiorizada, ao ser delimitada pela função materna (MOREIRA, 2017, p.11).

Assim, tanto o primeiro modelo de feminino quanto o segundo possuem percursos delimitados nas narrativas canônicas, sendo sempre os sujeitos silenciados e dominados. Mesmo que de maneiras diferentes, todas essas mulheres têm suas vidas narradas pela perspectiva das personagens homens que as cercam, os reais protagonistas das histórias que compõem a nossa literatura modelo. Desse modo, enquanto a mulher que cumpre efetivamente o seu papel social é percebida como o feminino "completo", tendo o seu "final feliz" no cumprimento de suas atividades de esposa e mãe; a segunda tem, quase sempre, a morte como seu final, tomada como símbolo do castigo para as que não se adequam às normas em vigor.

Percebemos, porém, que os desfechos de ambos os grupos de mulheres, mesmo que colocadas em patamares diversos, enclausuram os corpos dessas a um discurso que perpassa também os seus aspectos reprodutivos. Sobre isso, Rich afirma que o corpo feminino para o sistema patriarcal ou é "impuro, corrupto [...], fonte para a contaminação moral e física, 'a porta para o diabo' [...]"[50] (RICH, 1986, p. 34, tradução nossa) ou, ao assumir o seu papel como mãe, "[...] sagrado, puro [...] e a potência física para a maternidade, seu destino e justificativa para a vida"[51] (RICH, 1986, p. 34, tradução nossa).

A fala de Rich, acima destacada, corrobora a ideia de que o modelo ideal de sujeito feminino só existe pelo desejo ou cumprimento do seu papel de mãe abnegada que coloca os filhos em primeiro lugar. Eles serão o objeto de todo o seu amor. Essa mulher só pode ser representada como dependente das relações que estabelece com o marido e os filhos (que tem ou que virá a ter), nunca como um indivíduo em si, e, por isso, merecedora de um "final feliz"; no que concerne à mulher-bruxa, essa morre

[50]No original: "[...]impure, corrupt [...], a source of moral and physical contamination, 'the devil's gateway'".
[51]No original: "[...]sacred, pure [...]; and the physical potential for motherhood is her single destiny and justification in life".

porque é velha, por não ter mais condições de cumprir o seu papel frente à instituição maternidade. Já a mulher-prostituta, nunca será o padrão destinado para o feminino, a mulher escolhida para ser a mãe que compõe a família do macho dominante; ela existe para satisfazer outros prazeres dos homens. Inclusive essas quando eram apresentadas grávidas, serviam para exemplificar a maternidade que não é bem-vinda, a maternidade vergonha, pois o ser mãe estaria intrinsecamente vinculado com o corpo virginal que não sucumbe aos prazeres da carne antes do casamento. Além disso, esses sujeitos que se desviam do caminho ideal encaram como destino a solidão, sina não enfrentada pelas mulheres-mães dentro dos moldes do patriarcado, já que essas, ao seguirem os padrões esperados acerca da maternidade, estavam protegidas sob o véu do respeito social (RICH, 1986).

A necessária dominação e transformação da maternidade em instituição patriarcal obrigatória demarca similarmente o medo masculino referente a tudo que envolve a gestação de um outro ser, ao ato de dar a luz, que se assemelha ao seu temor aos mistérios da natureza. Nesse sentido, há um trabalho dispensado pelos homens para a "desqualificação das mulheres no trabalho coletivo de definição da cultura"[52] (RICH, 1986, p. 102, tradução nossa), já que essas são indivíduos ativos nesse processo repleto de ambiguidade. Da mesma maneira, afirma Julia Kristeva, em *Histórias de amor* (1988), sobre o resultado dessa divisão de gênero, que "a única função do 'outro-sexo' é ser mãe, vivemos numa civilização em que a representação consagrada da feminilidade é absorvida pela maternidade" (KRISTEVA, 1988, p. 47).

Ainda no que se refere à maternidade e a representação desses sujeitos-mãe, as narrativas do século XIX, pertencentes ao cânone literário brasileiro, clarificam o ideal nacional e destacam o modelo de funcionamento econômico e social vigente, o capitalismo, pautado na produção em massa e no indivíduo. Nesse sistema, embasado em premissas patriarcais que denominam o espaço público ao masculino, a incumbência reprodutiva vai se consolidando como encargo feminino, que possui, além da predisposição biológica, a disposição emocional para o "tornar-se mãe".

É a relação entre mãe e filho que refletirá os papéis femininos e masculinos entre os quais a noção de que "as meninas estão fadadas a permanecerem em um ciclo em que a maternidade não é controlada pelas mulheres, mas, sim, pelos valores ditados pela matriz maternal" (FEITOSA, 2011, p. 5). Assim, essa trabalhará tanto para

[52] No original: "to disqualify women from the collective act of defining culture."

manutenção do patrimônio e nome do pai quanto para o atendimento das demandas do novo sistema econômico. Sobre este tema, Mary Louise Pratt, em “Mulher, literatura e irmandade”, aponta que as mulheres nunca foram convidadas a fazer parte do grupo horizontal da nação “exceto como produtoras de cidadãos” (1999, p. 130).

Classificada como instinto natural ao feminino, a maternidade, moldada pelo viés patriarcal e capitalista, institui-se como função obrigatória da mulher e que contribui para o funcionamento da sociedade. Ademais, a maternidade será também cercada pelo peso religioso, uma das maneiras encontradas pelo patriarcado de manutenção do status do feminino. Ao tornar-se mãe, a mulher cumpriria com a única forma de acesso a Deus, já que o sexo não vinculado à procriação seria o caminho do pecado e do mal. A mulher será, então, postulada como a única agente responsável pela socialização e cuidado das crianças, sendo essas ações compreendidas como extensões do ato de parir.

Este sujeito-mãe é de todas as formas silenciado em nosso cânone literário. Prisioneiro de um sistema que o limita a essa única característica, que o percebe como máquina de reprodução e que, à vista disso, degrada todas as suas potencialidades (RICH, 1986), apagando as possibilidades de uma maternidade plural. Esses sujeitos são os suportes para as grandes histórias masculinas. Das narrativas de guerra às histórias de amor, as mães são sempre extensões dos filhos; limitadas pelo marido são sujeitos sem voz. O excerto de Chodorow, “a mãe ideal não tem interesses próprios [...] para todos nós continua evidente que os interesses da mãe e da criança são idênticos” (1978, p. 105), vai ao encontro do afirmado.

Posto isso, os textos selecionados para a análise a que este capítulo se propõe são trabalhos que retratam esse sujeito-mãe atrelado aos parâmetros acima discutidos, ou seja, as personagens mães dos autores das narrativas que serão discutidas são retratadas à sombra da dedicação e amor inquestionável aos seus filhos (família). Os autores dessas obras retratam e reforçam o discurso de que a maternidade e todo o sofrimento e entrega a ela atrelados são atributos necessários ao sujeito feminino, e aquelas que não cumprem tais princípios ficam sentenciadas à exclusão social e aos desmandos do masculino dominador, que decidirá o futuro dessas mulheres.

Pontua-se o fato de que essas personagens que se configuram como mães dedicadas e abnegadas vão ser constituídas desde a sua tenra infância, quando essas meninas são embebidas de discursos que colocam a maternidade como natural, e,

por consequência, um instinto inato a si mesmas. A essas mulheres é disseminada a noção de que essa instituição não é uma escolha, mas uma obrigação; a prova de sua feminilidade, na vida adulta, está vinculada à sua futura entrega aos cuidados com os seus filhos. É assim que desde muito cedo seus corpos serão condicionados por premissas masculinas, que além de lhes negar acesso a sua corporalidade, lhes impossibilita de ocupar espaços de relevo - essas mulheres-mães nunca narram as suas próprias histórias.

Inicia-se a discussão acerca da representação do sujeito-mãe pela literatura brasileira do século XIX com a obra *O mulato* (2019[1881]), do escritor Aluísio de Azevedo. *O mulato* (2019), de Azevedo, é perpassado por um forte discurso crítico à sociedade do século em que ele escreveu. Não obstante, mesmo que a história do autor maranhense elucide temas como o preconceito racial, a escravidão, a corrupção e a hipocrisia do clero e os valores provincianos em vigor, o final de sua história expõe a impossibilidade de deslocamento do feminino por meio das figuras de Ana Rosa e das demais figuras femininas da narrativa, sendo elas, mulheres que servem de pano de fundo para o desenrolar das histórias dos homens da narrativa. O autor, assim, representa a situação desses sujeitos ocupantes de posições prenunciadas pelo seu gênero, estando esses amarrados aos padrões do patriarcado[53].

Em um texto tão crítico frente aos padrões vigentes na sociedade colocada em destaque, que descortina a hipocrisia dos sujeitos, os quais usam de artifícios sórdidos para moldar-se aos padrões patriarcais, a maternidade é um tema abordado por Azevedo (2019) que não exprime uma real possibilidade de ruptura com os padrões que a circundam. Esse fato acaba por impossibilitar a abertura de diálogo sobre a instituição, bem como sobre o peso que a envolve, que recai unicamente ao feminino.

Pontua-se que o fato de que Azevedo, como naturalista, está preocupado em apresentar em suas obras– não apenas em *O mulato* (2019), mas também em *O cortiço* (1997) que será mais adiante analisada–, a sociedade a partir do seu retrato

[53] Os finais das personagens femininas da narrativa seguem os padrões esperados àquelas mulheres. Lindoca, Eufrasinha, Ana Rosa, etc têm suas histórias marcadas pelo discurso da sociedade patriarcal do século XIX. O final da história de Ana Rosa, personagem feminina central em *O mulato,* que vive uma história de amor proibida com o primo, Raimundo, filho de um relacionamento entre o irmão de seu pai e uma escrava, sugere a adequação do feminino aos papéis que lhe são destinados. Ao casar com o assassino de seu amado e, aparentemente, estar feliz, vivendo uma vida burguesa e de cuidado aos filhos e marido, Ana Rosa representa os limites impostos às mulheres, já que ela só seria digna, após o ocorrido, se casada e tomada pelos cuidados domésticos.

mais real. Sobre isso, pontua Émile Zola que para os naturalistas, “o grande negócio é colocar em pé criaturas vivas, representando diante dos leitores a comédia humana com a maior naturalidade possível” (ZOLA, 1995, p. 24). Nesse viés, a imaginação daria lugar à exposição do real. A narrativa nasceria assim da observação do escritor. Dito isso, *O mulato* (2019), obra que trabalha como um reflexo da sociedade sobre a qual o autor escreve, endossa um discurso biologizante direcionado ao feminino, que amarra as mulheres a uma lógica heteronormativa condicionante das escolhas e ações dessas.

Nessa lógica, a figura feminina é apresentada como inferior e submissa ao masculino. Ela molda sua existência a partir dos princípios definidos por esse. Seu corpo segue as normativas de enclausuramento, estando ele predestinado à maternidade; a vida das mulheres só é significativa a partir da sua contribuição ao sistema em funcionamento.

Na obra de Azevedo (2019), a maioria das mulheres representadas é perpassada pelo discurso da maternidade. Da instituição como salvação ou como ruína, as personagens femininas vão sendo moldadas ao contexto masculino, como é o caso de Angelina, personagem que aparece brevemente, mas que ao ser apresentada ao leitor é resumida às suas características para uma boa procriação: “era mulher de dezoito anos; mulher, porque tinha já o corpo em plena formatura — ombros fartos, colo cheio e braços desenvolvidos no trabalho ao ar livre: — Boa mulher para procriar!...‘ pensou ele” (AZEVEDO, 2019, p. 188); ou de Mariana, mãe da principal personagem feminina da narrativa, Ana Rosa.

Mariana, que não amava o seu marido Manuel, uma união realizada pelo desejo das famílias, vislumbra no nascimento da filha alguma possibilidade de felicidade. Mesmo que não seja suficiente para manter Mariana viva e livre do pecado de amar outro homem que não o seu esposo, é através dessa personagem que percebemos a utilização da maternidade como encobrimento de frustrações e superação de sofrimentos que podem afetar a vida das mulheres. A maternidade é algo a que ela pode se dedicar, demonstrando sua “bondade altruísta sem esperar receber nada em troca”, como postula Orna Donath (2017).

Sabe-se que esse discurso do valor da maternidade e da importância da manutenção da mulher no espaço privado será mais fortalecido por bases médicas e religiosas, ambas apanágios masculinos (BADINTER, 1980, p. 15), que consagram e dividem o comportamento da figura feminina entre os adjetivos bom e mau. Assim, de

um lado, a fala da igreja tomará como o ideal do papel da mãe, como maternidade exemplar, a figura de Maria. Ela será reconhecida como a mãe por excelência; o modelo ideal de mulher-mãe já que tudo suporta, doando-se totalmente ao outro (filho) e sofrendo calada diante da perda desse. Maria, representa a pureza e a castidade ideal para as mulheres, sendo, dessa forma, isenta da dor no parto, o castigo delegado ao feminino pelo pecado original[54]. A mãe de Cristo reforçará então, o amor materno como algo inato à mulher, sentimento passivo que guia a vivência da figura feminina. Sendo a maternidade tomada como um dever e sacerdócio, essa é um amor e uma doação solitários, que do outro – filhos – nada espera.

A igreja ensejará um discurso em que, como as palavras de Rich (1986) ao lembrar o texto do reverendo George Clarke, *Race suicide – England's peril* (1917), contra o controle de natalidade crescente na Inglaterra, a maternidade "é a única função que Deus e Natureza atribuiu a ela [...] Essa é a função e a glória da mulher. [...] Em períodos de nobres da história da nação, as mulheres mais habilidosas ambicionam a criação de filhos distintos. Para isso é que ela foi enviada ao mundo"[55] (1986, p. 174, tradução nossa). É assim que, como assinalado por Beauvoir, "repetem à mulher desde à infância que ela é feita para gerar e cantam-lhe o esplendor da maternidade" (2009, p. 654), sendo todas as durezas do espaço privado justificadas pelas maravilhas do ser mãe. De acordo com Aminatta Forna, em *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães* (1999), na construção dessa linguagem do mito da mãe-perfeita (Maria) é que se torna importante acreditar que todas as mulheres são feitas a partir do mesmo molde. Nesse viés, toda a mãe deve ser benevolente e devotada, e, como a Virgem Maria, dedicada inteiramente à educação de seus filhos.

Do mesmo modo, a fala da medicina acerca das necessidades biológicas da maternidade representará a sua normalização assim como a definição dos limites de

[54] Eva, após comer a maça, recebeu como uma das formas de punição de Deus as dores no parto. A punição é trazida em Gênesis 3:16-17: "para a mulher sentenciou o SENHOR: "Multiplicarei grandemente o teu sofrimento na gravidez; em meio à agonia darás à luz filhos; seguirás desejando influenciar o teu marido, mas ele te dominará". A mãe, assim, para minimizar o efeito da luxúria que envolve o ato carnal/sexual, caberia à mulher a dedicação ao seu filho. A religião em seu discurso tem por objetivo o desenho de uma maternidade idealizada, revestindo-a de um aspecto artificial e inatingível.

[55] No original: "it is the only function that God and Nature attributed to her [...] the function and the glory of woman. [...] In noble periods in the nation's history, the most skilled women aspire to the creation of distinct children. That's why she was sent to the world".

funcionamento do corpo feminino. Para a medicina, o corpo feminino em toda a sua constituição é percebido unicamente como um receptáculo, sendo o útero o órgão que, por excelência, representa a mulher. Como educadores e guardiões da moral, os profissionais da medicina delineiam o seu discurso em favor de uma maternidade dever, já que era "função da mulher dispor de seu aparelho reprodutor de modo a manter a perpetuação da espécie" (VAZQUEZ, 2015, p. 100).

Os valores religiosos e médicos também levam Mariana a tomar a responsabilidade pelos cuidados com Raimundo, enquanto este ainda era criança. Para ela, o serviço materno destinado ao pequeno era uma obrigação, tendo em vista que "o marido o pouco que tinha devia à generosidade do irmão" (AZEVEDO, 2019, p. 43), pai do menino. A responsabilidade tomada frente à "dívida" de seu marido veio antes do nascimento de sua filha, demarcando a naturalidade com que este feminino percebe o necessário zelo e entrega da mulher à criança - "de sorte que as premissas da sua maternidade pertenceram ao pupilo" (AZEVEDO, 2019, p. 42-43). Salienta-se que o cuidado de Raimundo só é passado à Mariana, porque sua mãe biológica é negra. Ele é o filho bastardo do irmão de Manuel.

O aspecto acima mencionado coloca em destaque a discussão necessária sobre a maternidade das mulheres negras. Há uma breve passagem que coloca esse tema, ou seja, a inviabilidade da mulher negra em ser mãe, levando-se em conta o fato de que essas devem cuidar de crianças brancas e de que seus filhos eram vendidos ainda pequenos em destaque. São duas as mulheres negras que trazem a discussão à tona: a mãe-preta de Ana Rosa e a mãe biológica de Raimundo. No tocante às duas mencionadas personagens, Azevedo, ao assinalar que, para a primeira "Iaiá [Ana Rosa] fora sempre seu ídolo, o seu único 'querer bem', porque os próprios filhos esses lhos arrancaram e venderam para o Sul" (AZEVEDO, 2019, p. 86); e, para a segunda, que as dificuldades da separação entre ela e o seu filho, quando bebê, contribuíram para um futuro permeado pela insanidade e abandono, ao mesmo tempo que promove o início do debate acerca das circunstâncias que envolvem a maternidade da mulher negra, não viabiliza um questionamento da conjuntura que circunda a instituição.

A discussão sobre o sujeito-mãe negro é uma reflexão importante e necessária, mas não se faz o principal objetivo desta tese. Todavia, salientamos que o desenvolvimento dessas personagens demarca a maneira como o sistema patriarcal é também responsável pela negação à experiência materna das mulheres negras. Essas são sempre postas no lugar de cuidadoras de crianças brancas, protetoras dos

filhos de outras mulheres.

Assim, ambas as personagens acabam por serem resumidas a um corpo reprodutor que sucumbe às normas vigentes; as duas são retratadas de forma a que o leitor entenda a maternidade, o ato de gerar filhos, como natural e necessária a essas mulheres, apagando todo um contexto de dominação do corpo feminino negro que alimenta uma reprodução em massa como forma de suprir mão-de-obra ao capital - elas precisam parir novos escravos, mas não podem cumprir a partir do cuidado com suas próprias crianças o dever da maternidade. A maternagem, o sentimento de cuidado e abnegação natos, postos ao feminino serão sempre uma obrigação, mas, tanto para as mulheres negras quanto para as brancas, estarão voltados às crianças brancas, já que esses são os sujeitos que deverão ocupar os espaços mais valorizados do capitalismo.

As reflexões sobre a maternidade perpassam de muitas maneiras a personagem de Ana Rosa, feminino marcado por sua bondade, religiosidade e sentimentalidade frente à vida. Ela perde a mãe muito cedo e a atitude de seu pai é a de submeter a preocupação com a educação da filha à sua sogra, senhora de idade avançada e de princípios conservadores, assumindo a total impossibilidade do masculino em responsabilizar-se pela criação de uma criança, ainda mais sendo essa uma menina. A tomada da educação da menina por sua avó consolida a ideia de que é ao feminino, independentemente de sua idade, que cabe essa função.

Nessa perspectiva, a construção da maternidade pela narrativa ocorrerá balizada pelos restritos padrões do século XIX, época em que já estavam instauradas as diferentes mudanças nos dispositivos econômicos e sociais em direção ao capitalismo, sistema que possui forte interesse no rearranjo dos padrões que são estatuídos ao corpo da mulher[56]. Como pontuado por Perrot (2009), a maternidade será revestida por saberes políticos do poder patriarcal, que a percebem como uma religião para a mulher, uma religião que deve ser colocada em prática, postulando, dessa maneira, o instinto materno como algo verdadeiro a todas as mulheres. O homem faz uso de seu poder para a perpetuação da maternação como tema exclusivo do feminino, que acaba por ser constituída como algo biologicamente necessário às mulheres, tendo em vista a sua estrutura fisiológica.

[56] Como salientado ainda no primeiro capítulo da presente tese, é a partir do século XVIII que se percebem as novas disposições de valores comportamentais às mulheres no concernente à maternidade, tendo em vista o sistema social e econômico que vinham se instaurando.

Dessa maneira, a filha de Manuel Pescada segue o esperado às mulheres de sua época, tendo um discurso encerrado no conceito de maternidade como algo inato a si mesma. O ser mãe é um objetivo claro na vida de Ana Rosa:

> E ela então sentiu bem nítida a responsabilidade dos seus deveres de mulher perante à natureza, compreendeu o seu destino de ternura e de sacrifícios, percebeu que viera ao mundo para ser mãe*; concluiu que a própria vida lhe impunha, como lei indefectível, a missão sagrada de procriar muitos filhos,* são, bonitos, alimentados com seu leite, que seria bom e abundante, e que faria deles um punhado de homens inteligentes e fortes (AZEVEDO, 2019, p. 111, grifo nosso).

O excerto acima apresenta o sentimento da personagem em relação à maternidade. Para Ana Rosa, é através dessa que há, para o feminino, a possibilidade de inteireza em sua vida, bem como o cumprimento de seus deveres frente à sociedade. O narrador deixa claro que para a personagem, ter filhos é uma missão dada às mulheres por Deus, sendo impossível a sua não realização, já que mesmo a configuração de seu corpo foi prevista para a gestação de crianças e preparado para a oferta do primeiro alimento — o leite materno, o responsável pela bom crescimento dos filhos. A personagem não cogita que seu corpo não executará tal função de outra forma que não a perfeição, como se pode perceber quando o narrador afirma que, para ela, o seu leite será “abundante e bom”. Isso também se deve ao fato do cedo preparo de Ana Rosa para exercer a função de mãe. Ela sabia que deveria evitar o “abuso do café e de todo o alimento que pudesse alterar-lhe o leite” (AZEVEDO, 2019, p. 307), por exemplo.

A construção da personagem Ana Rosa é a prova de que tanto quanto a fisiologia, os aspectos psicológicos femininos foram moldados para o favorecimento à maternagem. O patriarcado construiu, através de seus mais diversos mecanismos, uma realidade na qual os sentidos que envolvem a maternidade e o amor aos filhos são instâncias inerentes e instintuais a todas as mulheres, excluindo qualquer indício de diversidade entre esses sujeitos; um contexto em que é proibido deduzir a ausência do amor da mãe, já que esse constitui a “essência” da figura feminina. A maternidade seria assim concebida como forma para satisfação emocional total da figura feminina.

É relevante apontar que o trecho apresentado sugere também que essa mulher efetivará o seu papel ainda melhor se gerar filhos homens ao seu marido, tendo em vista que serão esses meninos os encarregados a darem continuidade ao nome da

família do pai. Dar à luz a um filho homem, significa ter um reconhecimento maior de seus valores.

Da mesma forma que não é cogitado um possível descumprimento das regras estipuladas pelo patriarcado ao corpo feminino para a gestação, a fala do narrador ainda aponta os limites dados às mulheres para a criação de seus filhos, que deverá moldar-se à função e abnegar-se de seus desejos alheios ao casamento e a maternidade. Às crianças deve ser dispensada toda a ternura ao mesmo tempo em que são realizados sacrifícios para o bem dos filhos.

Seguindo uma visão tradicionalista das funções de gênero, Ana Rosa personifica uma necessidade da espécie: a imprescindibilidade da maternidade para o sujeito feminino, que tem o corpo moldado em função da perpetuação da linhagem de seu marido. Nesse viés, o narrador salienta que mesmo "sua voz já tinha completa solicitudes de amor materno" (AZEVEDO, 2019. p. 29), um preparo para o maior prazer feminino, como demonstrado pelo trecho abaixo apresentado:

> [...] 'que mais legítimo prazer do que o da maternidade; que companhia mais alegre do que a dos filhos, esses diabinhos tão feiticeiros?..' Além de que, sempre gostara muito de crianças: muita vez pedira a quem as tinha que lhas mandasse a fazer-lhe companhia, e enquanto as pilhava em casa, não consentia que mais ninguém se incomodasse com elas; queria ser a própria a dar-lhes a comida, a lavá-las, a vesti-las, e acalentá-las e estava constantemente a talhar camisinhas e fraldas (AZEVEDO, 2019, p. 11).

A construção da personagem Ana Rosa ilustra o vínculo e a afeição dados como certos das mulheres pelas crianças, assim, ao não compreender "como há mães que se separam de filhos desta idade" (AZEVEDO, 2019, p. 29), essa mulher marca o domínio das funções maternas na construção da subjetividade feminina; a sociedade em que ela está inserida a prepara para uma compreensão de si vinculada ao cuidado com o outro, com os filhos, o que demarca também a sua dedicação à figura masculina e à família.

Ao engravidar, a personagem, embebida da noção de superioridade que o patriarcado atribui às mulheres-mãe, colocará outros femininos em um lugar no qual não vale despender atenção. Dessa maneira, suas amigas já não eram mais vistas da mesma forma e suas visitas eram suportadas pela filha de Manuel Pescada de mau humor em todo o "egoísmo da sua alegria materna" (AZEVEDO, 2019, p. 281). Consumida por um discurso sociocultural estimulador da natalidade, ela entende na

concretização da maternidade a promessa de uma vida melhor, de uma vida feliz ao lado do homem que ama. Ana Rosa é, dessa forma, elaborada por Aluísio de Azevedo de forma a remeter-se ao abnegado feminino idealizado por Rousseau (1762), que percebe no ato de tornar-se mãe, em toda a sua benevolência e entrega, a real função de uma mulher em sua união com os homens.

Mesmo sendo o filho carregado por Ana Rosa, fruto de um amor proibido, ela, à menção do clérigo acerca de uma possibilidade de não dar sequência à gravidez ao lado de Raimundo, mas em situação mais favorável ao seu status de dama, pontua que “o filho, só este valia por tudo”, sendo uma existência que “esgalhava de sua existência e que era uma parcela palpitante do seu amado [...] que ela trazia nas entranhas” (AZEVEDO, 2019, p. 278-279). Para a personagem, “este lhe merecia verdadeira importância, o mais era mesquinho, incompleto, falso ou ridículo, ao lado daquela verdade que se realizava misteriosamente dentro dela, como um milagre” (AZEVEDO, 2019, p. 279).

A ideia referente à maternidade como dever de entrega ao outro pelo feminino é também percebida em muitas personagens mulheres em *O cortiço* (1997[1890]), trabalho também de autoria de Aluísio de Azevedo. Nesse livro, o escritor trará diferentes performances de mulheres-mães, contudo, acreditamos que ainda há uma redução da maternidade fundada na noção do instinto, fato que as mulheres buscam cumprir, e da abnegação, a eterna inquestionável entrega do sujeito-mãe aos deveres com o filho. Mesmo as personagens que parecem não exibir o comportamento imaculado ordenado à mulher mãe, de alguma maneira, ou transferem o cuidado materno para outro sujeito, como é o caso da personagem Estela, ou acabam por ser condenadas à loucura e à morte, como Marciana. No decorrer desta análise, dissertaremos mais sobre as personagens mencionadas.

Salientamos, que assim como em *O mulato* (2019[1881]), o escritor apresenta uma sociedade brasileira, de bases patriarcais, rumando a um novo tipo de estrutura social moldada pelo fortalecimento do capitalismo, sistema econômico e cultural a partir de um olhar crítico. A obra mencionada expressa os resultados das novas configurações sociais de um período em que começa a se delinear a substituição da mão-de-obra escrava negra pela assalariada com a abolição e a futura Proclamação da República. Um ciclo também marcado pelas promessas e esperanças advindas do sistema capitalista, que levou a uma ampla migração para os grandes centros urbanos que não estavam preparados para a recepção das pessoas vindas do campo.

Desse modo, são inúmeras as personagens construídas pelo autor de forma a denunciar as mazelas socioculturais; essas se afastam de uma visão de vida fantasiosa posta pelo romantismo ao mesmo tempo em que apresentam os problemas morais do território brasileiro. Azevedo coloca em movimento “personagens reais num mundo real” (ZOLA, 1995, p. 26), dando “ao leitor um fragmento da vida humana” (ZOLA, 1995, p. 26), objetivo da obra naturalista.

Azevedo, em *O cortiço* (1997[1890]), expõe a realidade excruciante resultante dos mecanismos de acumulação de capital. Se um lado, temos o português ganancioso, João Romão, dono do cortiço São Romão e que, ao enriquecer, almeja ocupar espaço na burguesia do país - posição que será consumada a partir do seu casamento com a filha de Miranda, português dono da casa vizinha ao cortiço; do outro, somos apresentados a um grupo de homens e mulheres, moradores do cortiço de Romão, que delineiam os estereótipos dos sujeitos marginalizados pelo mecanismo econômico que se instaura. Esse espaço abriga os indivíduos que ocupam posições de subordinação ao branco português; é a acomodação daqueles que são a mão-de-obra assalariada.

As pessoas que vivem no São Romão são descritas pelo escritor a partir de características animalizadas, demarcando o caráter natural na constituição desses seres que como todo e qualquer animal nasce, vive e morre. Referente ao(s) sujeito(s)-mãe, as definições não se fazem diferentes, já que os corpos das mulheres na narrativa do maranhense são em grande medida aproximadas a diversos animais, sendo limitados pela qualidade naturalizada do ato de parir, que como afirma Ângela Taddei (2007) “merece referências generalizantes, relatos distanciados que não levam em conta nem a dor, nem o risco de vida” que o envolvem.

A passagem a seguir demonstra o acima explicitado: “Nunca vira gente tão danada para parir! *Pareciam ratas*!” (AZEVEDO, 1997, p. 78, grifo nosso), sugerindo a falta de humanidade quando se toma a procriação como instintivo à mulher. Gerar filhos, tomado como algo importante para conservação do Estado que se fortalece no século XIX, já que é essa ação que mantém e conserva o crescimento da mão-de-obra necessária à geração de capital, é, dessa maneira, cada vez mais, posto como obrigatório ao feminino ao ponto das mulheres sustentarem muitas gestações em pequenos espaços de tempo, como reforçado pelo narrador em outro momento do texto – “(...) e as mulheres iam despejando crianças *com uma regularidade de gado procriador*” (AZEVEDO, 1997, p. 99, grifo nosso). Chodorow (1978) reforça as

questões referentes ao interesse do estado no excerto a seguir:

> Na sociedade ocidental, a separação das esferas doméstica e pública – da reprodução doméstica e vida pessoal de um lado, e de outro a produção social e o Estado – foi aguçada no curso do desenvolvimento capitalista industrial, produzindo uma forma de família reduzida a seus fundamentos: a maternação das mulheres e suas qualidades maternas [...] (CHODOROW, 1978, p. 25).

Nesse sentido, as personagens mulheres da narrativa são balizadas pelos seus corpos de valor finito, que, em uma lógica determinista, as dispõe em grupos por sua "utilidade" ao capital: mulheres férteis x mulheres não férteis. Salienta-se, entretanto, que essas só poderão concretizar e cumprir o sentido da vida da mulher com a efetivação da maternidade, se adequadas aos valores morais do patriarcado. Personagens como as de Rita Baiana e Paula, a Bruxa, são exemplos de mulheres que não poderão efetivar o dever divino ao feminino já que não se encaixam nos parâmetros de um feminino legitimado a cumprir o papel materno.

Entre as mulheres-mães da obra está Augusta, personagem que é representada em permanente estado de gestação. É interessante apontar que a persistência dessa condição de mulher grávida, é também reflexo do status de "merecedora" da personagem que vive em um casamento aos moldes do tradicional. Um casamento que prevalece e que, por consequência, merece, como recompensa, o aumento da prole.

Entretanto, a própria alcunha da personagem, "Carne-Mole", já espelha o funcionamento da engrenagem social que depende do previsível motor biológico da mulher: de tantas gravidezes, Augusta possui um corpo, que pelo viés do patriarcado, está desfigurado, fora dos padrões desejáveis. Ela é mais uma das mulheres-mãe que "não aparece como indivíduo em si" (STEVENS, 2007b, p. 09), mas como alguém que só existe segundo suas funções reprodutivas. O narrador em muitos momentos ao se referir à personagem faz menção ao seu estado gravídico, como mostram as passagens que se seguem:

> A Augusta Carne-Mole, nesta última barriga, tomou conta de um pequeno aí na casa de uma família de tratamento (AZEVEDO, 1997, p. 54)

> "mulher [Augusta Carne-Mole] (...) era vista com freqüência a dar de mamar a um pequerrucho de poucos meses, empinando muito a

> barriga para a frente, pelo hábito de andar sempre grávida (AZEVEDO, 1997, p. 156).
>
> A Augusta, que estava grávida de sete meses, passeava solenemente o seu bandulho, levando um outro filho ao colo (AZEVEDO, 1997, p. 111)

Pelas inúmeras gravidezes, Augusta é mulher que assume a função de ama-de-leite[57], fazendo dessa função uma das principais formas de complementação do sustento da casa. Um corpo devotado não apenas ao cuidado com as suas crianças, mas às crianças de outras mulheres. Ela é um corpo que se molda a partir das circunstâncias da vida (RICH, 1986), um produto que atenderá às demandas dos desejos de um sistema masculino.

Ademais, Augusta passa pela triste situação da perda de uma filha[58], criança que morre pisoteada durante o incêndio do cortiço. O velório marca a dor extrema de uma mulher ao perder um filho ao mesmo tempo em que postula o fracasso de Augusta como mãe. As situações sociais que se formam firmam uma realidade em que a espécie humana acaba por ser a que depende por um maior período de tempo dos cuidados maternos (RICH, 1986), sendo assim, a culpa pela perda da filha é de Augusta, à vista do fato de que ela é a responsável pelos cuidados com a menina pequena, como mostra o trecho apresentado a seguir: "[...]em casa de Augusta, sobre uma mesa coberta por uma cerimoniosa toalha de rendas, estava o cadaverzinho da filha morta, todo enfeitado de flores, com um Cristo de latão à cabeceira e dois círios que ardiam tristemente" (AZEVEDO, 1997, p. 131).

O cuidado com o pequeno cadáver, coberto de flores, bem como a imagem religiosa do ato marcam a necessidade de se mostrar um feminino que ama incondicionalmente o filho(a) – como a Virgem Maria, Augusta zela por sua filha morta. A mulher sempre posta em estado de "espera" (RICH, 1986) – a espera pelo homem, a espera pelo casamento, a espera pela gestação –, aguarda agora pelo perdão divino. Todavia, faz-se mister apontar que a situação vivida por Augusta é fortemente

[57] A profissão de ama de leite era tão rentável que a personagem Leocádia cogita engravidar como forma de ganhar a vida – "Olha! Pediu ela, faz-me um filho, que eu preciso alugar-me de ama-de-leite... Agora estão pagando muito bem às amas!" (AZEVEDO, 1997, p. 52) – sem ao menos pautar os demais cuidados que gerar um filho demandaria.

[58] A personagem Machona igualmente perde o seu filho Agostinho em um acidente. A fala do narrador sugere a dor dessa mulher ao ver um filho morrer: "[...] a mãe, essa apenas soltou um bramido de monstro apunhalado no coração e caiu mesquinha junto ao cadáver, a beijá-lo, vagindo como uma criança (AZEVEDO, 1997, p. 150). Pontua-se, entretanto, a descrição instintiva do sofrimento da fêmea – como um monstro (animal) ela reage a situação –, síntese de um feminino idealizado pelo patriarcado.

atravessada pelas questões econômicas; a mãe pobre, ao precisar assumir outras funções junto à maternagem, acaba por sofrer duplamente as cobranças do mundo capitalista – ela precisar dar conta dos trabalhos com a criança e das funções que geram renda ao lar.

Somos ainda apresentados a Dona Isabel, mãe que figura como a *Mater dolorosa* da narrativa, sempre cuidadosa e vigilante aos desejos da filha, Pombinha. Ela é aquela mãe abnegada que não mede esforços para que o melhor da vida seja dado à menina. Esse sujeito-mãe carrega a dor da viuvez, pois o seu marido suicidou-se após a falência da loja de chapéus da qual era dono, deixando-as na miséria.

As dores da perda são mesmo marcadas fisicamente, como sugere o narrador nas passagens a seguir: "[...] a velha Isabel, isto é, Dona Isabel [...] uma pobre mulher comida de desgostos" (AZEVEDO, 1997, p. 20) e "tinha [Isabel] uma cara macilenta de velha portuguesa devota, que já foi gorda, bochechas moles de pelancas rechupadas, que lhe pendiam dos cantos da boca como saquinhos vazios" (AZEVEDO, 1997, p. 20). Na narrativa, não há menções a outros envolvimentos amorosos de Dona Isabel, que já retratada em idade madura, tem sua vida narrada do ponto de vista da relação formada entre ela e a filha. Depois de tantas tristezas em sua vida, os planos dessa mulher se resumem ao que é projetado à Pombinha. Dessa maneira, a sua maior alegria será a tão esperada maturação sexual, a porta para a consumação do sonhado casamento da filha idealizado pela mãe. A existência de ambas se entrelaça de modo que a mudança de status da filha é também a modificação da condição de Dona Isabel, cansada da atividade de lavadeira que exerce no cortiço.

Contudo, a ascensão social de ambas é curta, tendo em vista as traições de Pombinha ao esposo João e a sua entrada na prostituição. É aqui que mais uma vez a mãe cai em completo descontentamento. Ao ser sustentada pela filha, agora prostituta, a portuguesa precisa abdicar da moral ético-religiosa que sempre regeu o seu comportamento e vendo todo o cuidado e amor dispensados à menina transformados em um comportamento que não aprova, morre de dor e infelicidade.

As ações da filha de Marciana, da mesma forma que as da filha de Dona Isabel, ditarão o destino desse sujeito-mãe. Florinda, a menina de 15 anos, filha de Marciana, engravida após ser seduzida por um caixeiro-viajante que trabalha para João Romão. Assim que soube da gravidez da menina, a mãe reagiu com violência, espancando-a e tentando "entregá-la" ao caixeiro-viajante, que foge às responsabilidades. Florinda

será, dessa maneira, tomada como “perdida” por Marciana, afinal de contas, está grávida e sem casamento marcado. Essas atitudes levam à fuga da menina do cortiço.

Entretanto, o comportamento de Marciana, que não segue o ideal materno, podendo ser classificada como pertencente ao grupo de mães “aberrações” (BADINTER, 1980), tem grandes consequências em seu destino: ela fica louca, pois não consegue superar a “perda da filha”, morrendo em um hospício. Badinter (1980) pontua que a sublimação do sentimento de amor materno tem como resultado o mito de que todas as mulheres amarão os seus filhos da mesma forma, sem a capacidade de infligir mal algum aos que precisam de seus cuidados, já que o desamor diante de uma criança poderia significar a perdição – má formação de sua personalidade – dessa.

Esse é um sentimento que deverá surgir já no momento da concepção da criança, sendo reforçado pelas dores do parto, defendidas pelo patriarcado como a marca de seu propósito de vida. Sendo um sentimento de amor ao filho inerente à mulher, qualquer sinal que demonstrasse sentimentos opostos deveria ser diagnosticado e tratado em termos psicológicos, já que os seus resultados sociais seriam desastrosos para o desenvolvimento humano – já que uma criança sem o amor materno estaria condenada a ser infeliz – e da sociedade. O excerto a seguir sugere o incômodo dessa mulher ao perceber que suas atitudes tem como resultado o afastamento da filha:

> [...] a infeliz, desde que Florinda lhe fugira, levava a choramingar e maldizer-se, monologando com persistência maníaca. [...] saíra e entrara na estalagem mais de vinte vezes, irrequieta, ululando como uma cadela a quem roubaram o cachorrinho [...] (AZEVEDO, 1997. p. 78-79).

Nota-se, a partir da fala do narrador, que mais uma vez o feminino é apresentado com base em características animalizadas. Sobre isso, Badinter (1980), afirma que a mulher, mais do que o homem, conserva “uma parte de animalidade” (1986, p.326), reforçando a tese biologizante que a define. Dessa forma, o amor e cuidado maternos são resumidos como instintos da mulher.

Ainda na narrativa de Azevedo (1997) somos apresentados à Estela. Essa é a personagem mãe que mais parece fugir aos padrões impostos a esse sujeito. Ela não demonstra sentimentos, instituídos como maternais, por sua filha, Zulmira. A esposa

do português, Miranda, inclusive, usa a filha como artifício para a manutenção do seu lugar social ao aprovar a união de Zulmira com João Romão, homem bem mais velho que a menina, mas de boas condições financeiras e em ascensão social.

Ademais, Estela trata sua filha com total indiferença, já que a menina poderia ser filha de seu marido a quem tanto desprezava. O trecho a seguir indica o afirmado: "Estela amava-a [Zulmira] menos do que lhe pedia o instinto materno por supô-la filha do marido" (AZEVEDO, 1997, p. 05). Contudo, há menção na narrativa de que a referida personagem direciona todo o seu cuidado ao criado, Valentim. O narrador deixa claro que mesmo em comparação à sua filha, o menino, filho de uma escrava que havia sido de Estela, tinha preferências:

> A mulher do Miranda tinha por este moleque uma afeição sem limites: dava-lhe toda a liberdade, dinheiro, presentes, levava-o consigo a passeio, trazia-o bem vestido e muita vez chegou a fazer ciúmes à filha, de tão solícita que se mostrava com ele (AZEVEDO, 1997, p. 13).

Em vista disso, no que diz respeito à concretização da maternidade, não se pode apartar a situação de Estela das demais mulheres retratadas no *Cortiço* (1997). Da mesma maneira, é ela, ao tornar-se mãe e mesmo reproduzir o comportamento de cuidado frente ao menino Valentim, reduzida à condição de fêmea e, "como tal, seu destino, biologicamente traçado, se limita à propagação da espécie, como preconiza a formação discursiva determinista, hegemônica em nosso *corpus*" e comportamento (TADDEI, 2007, p. 134, grifo da autora).

Outrossim, como acima mencionado, mesmo as personagens não-mães não são colocadas na narrativa por acaso, tendo em vista as discussões propostas pelo naturalismo frente à sociedade. A sua não maternidade em muito se deve a sua não conformação ao modelo de "anjo-do-lar". Rita Baiana é uma das personagens que não se encaixa no ideal feminino patriarcal do século XIX; ela não quer casar - mas espera encontrar alguém de "raça superior", ela é a mulher amante e, desse modo, por não cumprir ideias impostos pelo regime masculino, como a concretização de um casamento estável, ela não pode ser mãe. Ao assumir sua identidade selvagem(livre?)[59], digna de um feminino representante da mestiçagem presente no

[59] Diferente do que afirma Angela Taddei em sua dissertação de mestrado intitulada *Umas & outras: memória social da maternidade em O cortiço (1890), de Aluísio Azevedo* (2007), acreditamos que a questão da não maternidade de certas mulheres na narrativa de Azevedo está para além da ideia de que "não há no romance filhos de mulheres livres [...]" (2007, p. 120). Nesse sentido, pontuamos que

Brasil, ela não faz parte do grupo de mulheres dignas de reprodução de crianças que sustentam o funcionamento do patriarcado.

Assim, diferente do que postula Badinter ao afirmar que, em meados do século XVII, aos poucos a mulher "aceita, [...], restringir a própria liberdade em favor da maior liberdade do filho" (1980, p. 199), Rita não é uma mulher que, devido ao seu comportamento "livre", atenderá às demandas de uma criança. As outras mulheres do cortiço assinalam a não conformidade aos padrões da personagem mencionada: "Aquela não endireita mais!... Cada vez fica até mais assanhada!... Parece que tem fogo no rabo!" (AZEVEDO, 1997, p. 27).

Faz-se interessante apontar que a desconjuntura de Rita em relação ao modelo feminino patriarcal é disposta ao lado do seu cuidado para com o outro, marcado pelo "seu bom coração". Essa segunda característica, tipicamente feminina e maternal, serve como uma reparação à sua transgressão, como assinalado pelas mesmas mulheres: "ainda assim não é má criatura... Tirante o defeito da vadiagem... — Bom coração tem ela, até demais, que não guarda um vintém pro dia de amanhã. Parece que o dinheiro lhe faz comichão no corpo!" (AZEVEDO, 1997, p. 27).

Em uma observação inicial, poderíamos entender a mencionada personagem como um vislumbre para uma eventual não redução do feminino à maternidade. Todavia, essa leitura não se sustenta ao considerarmos que Rita se constrói como uma figura pertencente ao grupo do feminino sedutor, a ruína do homem - Jerônimo, trabalhador português e executor responsável de suas funções "masculinas", enquanto casado com Piedade, acaba destruído em sua união com a mulher livre que, até o momento, Rita é. Ela é um feminino, mesmo que colocado como não disposto ao desempenho de certos papéis delegados a ele, ainda serve aos desejos masculinos. Jerônimo, ao sair vencedor da batalha travada com o outro homem com quem Rita se envolverá, Firmo, é também merecedor de seu corpo fértil.

Também entre as mulheres que não podem cumprir o papel materno está a personagem Paula, chamada pelos moradores do cortiço de João Romão de "Bruxa". Bruxa detém conhecimentos acerca de ervas, benzeduras (medicina popular) e do corpo feminino, podendo ajudar os processos de cura no cortiço – essa figura será, inclusive, responsável pela realização de abortos e avisos de gravidez. Por tal

entendemos que o status de não maternidade das "mais espertas, [...] personagens[mulheres] mais complexos" (2007, p. 120), se deve a sua não adequação aos padrões jurídicos, religiosos e médicos que envolvem o ato de tornar-se mãe.

sabedoria, ela era respeitada por todos naquele espaço. Entretanto, ao apresentar essa mulher, o narrador do romance usa dos mais terríveis adjetivos, como vemos a seguir: “[...] era extremamente feia, grossa, triste, com olhos desvairados, dentes cortados à navalha, formando ponta, como dentes de cão, cabelos lisos, escorridos e ainda retintos apesar da idade” (AZEVEDO, 1997, p. 20). O seu corpo não atende às características de uma estrutura física feminina cobiçável. Ademais, Bruxa, “cabocla velha”, não pertence ao grupo de mulheres desejáveis aos olhos masculinos, pois possui forte vínculo com o natural, representando, como bem salientado pelo narrador “um caráter fantástico de fúria saída do inferno” (AZEVEDO, 1997, p. 129). Ela é, então, o símbolo da mulher e sua aproximação ao diabo, ao fogo - não é à toa que essa personagem será a destruição do cortiço, pois está sempre a tentar colocar o espaço em chamas.

Assim, se essa não está inserida no conjunto de mulheres ideais, tanto quanto Rita, mesmo que por outros motivos, ela não pode fazer da maternidade uma realidade, já que a sua “feiúra” destacada e reconhecimento da fisiologia humana, ervas e rituais desvendam a circunstância que a impediria de efetivar um casamento e, por consequência, ser mãe nos moldes dos padrões patriarcais. Ela possui um final triste e solitário, sina de mulher não-mãe, castigo pelo não cumprimento do dever divino, sendo um dos corpos esquecidos após o incêndio causado por ela mesma[60], ficando atirado no meio do pátio do cortiço.

As questões referentes ao sujeito-mãe, o seu enclausuramento social e sua adequação aos padrões patriarcais, podem também ser analisadas nas linhas do realismo da obra de Machado de Assis, *Dom Casmurro* (2019[1889]). Do referido livro, nos deteremos na análise das duas personagens femininas mais significativas: Dona Glória, mãe de Bentinho (Dom Casmurro) e Capitu.

É no capítulo VII que o narrador dedica-se à apresentação de D. Glória. A partir do que é narrado, compreende-se a personagem como a típica mulher do patriarcado, que se constrói a partir da percepção central que o casamento e a maternidade possuem para o feminino: sua subjetividade é apresentada como formada a partir dessa única perspectiva. Viúva desde os 31 anos, ela é retratada alicerçada em sua dedicação ao estado de viuvez, marcando o respeito ao marido já falecido, e ao

[60] É interessante salientar que, de acordo com o narrador, Bruxa tenta incendiar o cortiço ao ser influenciada por Marciana, a personagem mãe em desespero: “a Bruxa, por influência sugestiva da loucura de Marciana, piorou do juízo e tentou incendiar o cortiço” (AZEVEDO, 1997, p. 85).

cuidado não somente em relação ao filho, que incontestavelmente é o motivo principal de sua preocupação, mas a todos os demais personagens da história narrada por Bentinho. Assim, o zelo marca a sua função primordial na história, a responsabilidade maternal da entrega ao outro.

Pelo exposto compreende-se que D. Glória faz parte de uma cenário social em que o útero é definido como agente decisivo do espaço ocupado pela mulher na sociedade e também de uma emocionalidade e moral mais fracas, só pode a maternidade ser percebida como a maior realização da mulher, que só teria a sua existência compreendida pela consumação de seu destino materno. Beauvoir (2009), ao tratar sobre o papel da mãe, pontua o status social que essa instituição sempre carregou, “é pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação ‘natural’, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie” (p. 643). Tornar-se mãe transforma-se em norma para a figura feminina, que ao mínimo movimento de recusa a essa regra, seria excluída da categoria de “mulher de verdade”.

O discurso da felicidade materna será, dessa maneira, altamente propagado e é nesse contexto que o ideal do amor-ternura entrará ainda mais em cena. O amor-materno será o responsável pela constituição de sujeitos-mãe devotados aos filhos. De acordo com Badinter, “uma verdadeira mãe não é livre” (1980, p. 253), desse modo, as provas desse amor na sociedade se resumiam ao fato de que “o bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor junto dela” (1980, p. 202), reforçando o conceito de que “o desejo de ter filhos é universal. Ele nasce das profundezas do cérebro” (BADINTER, 2011, p. 17). Assim, o sujeito-mãe deveria amar a criança mais do que a si mesmo, enfrentando o mundo para o cuidado pleno de seus filhos. A historiadora destaca que:

> Cuidar dos filhos, vigiá-los e educá-los exige sua presença [mãe] efetiva no lar. Totalmente entregue às suas obrigações, não tem mais tempo nem desejo de frequentar os salões e fazer vida mundana. Seus filhos são suas únicas ambições e ela sonha para eles um futuro mais brilhante e mais seguro ainda do que o seu (BADINTER, 1980, p. 211).

Com um comportamento que corresponde ao esperado para o feminino de sua época, inserido em um sistema patriarcal, D. Glória significa a sua vida pelo futuro

cuidado com os filhos, seguindo o modelo apontado por Badinter (1980). Bento foi uma gestação ansiosamente esperada, tendo em vista a perda do seu primeiro bebê. Religiosa, ela, no aguardo ansioso por uma segunda gravidez exitosa, realiza a promessa de enviar a criança ao seminário, caso essa venha a ser "varão", afinal de contas, Deus seria o grande responsável pelo sucesso de sua gestação, sendo merecedor da criança. No trecho a seguir, o narrador elucida o afirmado: "Os projetos vinham do tempo em que fui concebido. Tendo-lhe nascido morto o primeiro filho, minha mãe pegou-se com Deus para que o segundo vingasse, prometendo, se fosse varão, metê-lo na Igreja." (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 08).

Sobre o excerto, além disso, cabe salientar mais uma vez a importância que se dá à reprodução de um menino, já vimos esse aspecto na análise de *O mulato* (2019[1881]). O narrador esclarece a importância de ter um menino para D. Glória, já que ao ter um filho homem, essa estaria atendendo ao desejo do marido, a quem esse ato feminino se presta em primeira instância; um filho homem trará alegrias ao sujeito detentor de poder sobre a mulher, o pai.

Todavia, nessa relação traçada com o Bentinho, Dona Glória acaba por assumir de muitas maneiras uma posição castradora e dominadora diante do filho protegido, revelando o lado negativo do cuidado materno excessivo. Contudo, esse exagero da mãe de Bento é socialmente aceitável à vista do fato de que é esse extremo zelo, o fator de distinção entre boas e más figuras maternas – uma boa mãe está sempre a zelar pelo seu filho. Sua demasiada entrega ao filho tem como resultado primeiro o prejuízo para a independência desse; Bento é um filho submisso às vontades de sua mãe.

De acordo com Chodorow (1986), aspectos essenciais do senso do eu se revelam na relação entre mãe e filho, sugerindo que a influência materna se estenderá por toda a estrutura psicológica da criança. A partir da análise do texto de Chodorow (1986), pode-se postular que um outro efeito da dedicação excessiva do sujeito-mãe, é o medo que Bento carrega de sua mãe, a submissão ao materno. Ele nunca a confronta, mesmo nas situações em que discorda dessa, como no caso de sua ida para o seminário: sem coragem de colocar a sua vontade de não se tornar padre, Bentinho precisa que outras pessoas intercedam em seu favor. Essa falta de coragem será marca manifesta no caráter de Dom Casmurro durante toda a sua vida.

A vida de D. Glória é tão dependente da vida de seu filho, que quando esse chega à idade de ser enviado ao seminário, ela tem dificuldades em aceitar essa separação,

mesmo sabendo que precisa cumprir a promessa realizada. As passagens a seguir apresentadas esclarecem o afirmado:

> [...]Viúva, sentiu o terror de separar-se de mim; mas era tão devota, tão temente a Deus, que buscou testemunhas da obrigação, confiando a promessa a parentes e familiares (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 08).

> [...] Minha mãe ficava muita vez a olhar para mim, como alma perdida, ou pegava-me na mão, a pretexto de nada, para apertá-la muito (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 08).

Para a personagem, o filho é sua única responsabilidade real e é o que dá sentido à sua vida, tendo em vista a sua prematura viuvez. Assim como Deméter, a deusa da gestação, D. Glória é a mulher que, embebida do discurso social, precisa da maternidade para ser completa; distante do filho, ela perderia a sua única função social. A dor da separação perpassa até o corpo de D. Glória, que fica doente quando o menino vai para o seminário. Na certeza de que irá morrer, a mulher manda buscar o filho para que possa se despedir: “Ao cabo de cinco dias, minha mãe amanheceu tão transtornada que ordenou que me mandassem buscar ao seminário” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 54). Ela precisa de um último adeus, ter o seu filho por perto para morrer em paz, entretanto, a chegada do mesmo estabelece a reversão do quadro dessa mulher-mãe.

Ainda de acordo com o narrador, a proximidade com Capitu, que após a partida de Bentinho passa a frequentar a casa do protagonista com mais assiduidade, faz com que D. Glória volte a sentir-se bem e necessária diante do outro. A menina é tomada pela viúva como filha substituta, dando novamente uma significação e objetivo à vida da mulher que foi separada de seu filho. Com a aproximação, as primeiras impressões, que não boas, da mãe de Bentinho acerca de Capitu vão sendo modificadas, afinal de contas a menina faz D. Glória sentir-se sua mãe, principalmente pelo fato de que Capitu é órfã de mãe. O narrador tece comentários sobre o vínculo que cresce entre as duas:

> [...] o que unicamente digo aqui é que, ao passo que nos prendíamos um ao outro, ela ia prendendo minha mãe, fez-se mais assídua e terna, vivia ao pé dela, com os olhos nela. Minha mãe era de natural simpático, e igualmente sensível; tanto se doía como se aprazia de qualquer cousa. Entrou a achar em Capitu uma porção de graças

> novas, de dotes finos e raros; deu-lhe um anel dos seus e algumas galanterias[...] (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 41).

Para o narrador, a personagem mãe não percebe na aproximação com Capitu, o interesse real da jovem, que no final das contas almejava a possibilidade de uma futura união com Bentinho. Na relação com Capitu, o que interessava para D. Glória era que o seu dever materno estava sendo cumprido. Semelhante relação de cuidado, D. Glória estabelece com Pádua, pai de Capitu e Escobar.

Na relação com Pádua, homem que fica viúvo no decorrer da história narrada, é ela quem o aconselha a comprar uma casa enquanto esse ocupa um cargo com melhores proventos, bem como é ela quem o convence a não cometer suicídio após a morte da esposa, assumindo uma posição maternal diante dessa personagem.

Contudo, a real felicidade de D. Glória só será restabelecida após o retorno do filho, já graduado, como apontado pelo narrador: “Minha mãe, quando eu regressei bacharel quase estalou de felicidade Ainda ouço a voz de José Dias, lembrando o evangelho de São João, e dizendo ao ver-nos abraçados: -- Mulher, eis aí o teu filho!” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 75). Ao ver o filho já adulto e sendo esse muito parecido com o falecido marido, a mulher entende o bom trabalho realizado: “[...] Mas veja bem, mano Cosme, veja se não é a figura do meu defunto. Olha, Bentinho, olha bem para mim. Sempre achei que te parecias com ele, agora é muito mais. [...] E minha mãe beijava-me com uma ternura que não sei escrever” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 75).

Ademais, sublinha-se o fato de que a história de D. Glória vai desaparecendo[61] da narrativa na medida em que Bentinho vai traçando o seu próprio destino – ao tornar-se advogado, marido e chefe de sua própria família –, sendo ela substituída pela outra mulher-mãe da história que nos é contada, Capitu. Após a maternidade dessa, D. Glória, aos poucos, vai deixando de visitar o filho e a nora. A escolha de Bento do epitáfio para a lápide da mãe em muito fala pela personagem que o narrador nos apresenta “uma santa”, característica primeira esperada da figura materna.

Referente à Capitu, pode-se afirmar que esta é colocada em um espaço oposto ao de D. Glória. Com seus “olhos de cigana oblíqua e dissimulada”, características

[61] O desaparecimento de D. Glória serve como uma confirmação dos medos da mesma. Ela só era útil à narrativa, enquanto ainda necessária no desenvolvimento do filho.

dadas a ela por José Dias, Capitu é representante do grupo das mulheres temidas pelo homem. Apresentada pelo narrador como destemida, persuasiva, segura de seus desejos e boa em disfarces e mentiras, essa mulher não se adequa aos reconhecidos arquétipos femininos. É Capitu quem aos poucos vai tomando a frente de todos os planos para ficar com Bentinho – traça estratégias para que o rapaz não seja enviado ao seminário; depois, com Bento já no seminário, aproxima-se de D. Glória, fazendo com a senhora vislumbre nela a figura de uma possível boa nora. Para o sujeito que narra, Capitu manipula todas as situações para que elas aconteçam exatamente da forma que ela espera.

Capitu, assim, na história a que temos acesso, parece dominar-se, ditando as regras de sua vida. Entretanto, a criação e educação da mencionada personagem é realizada como a de qualquer mulher - ela é educada para ser mãe e esposa. Nesse viés, quando o tema que a atravessa é a maternidade, ela se apresenta, como um feminino desenhado a partir da visão masculina de uma cultura dominada pelo homem, como mulher desejosa para o cumprimento desse dever.

Desde nova, os planos já eram existentes para a personagem. O narrador menciona a vontade de Capitu ao lembrar da possibilidade levantada por ela, no caso dele tornar-se padre, de ser ele o responsável pelo batizado do primeiro filho da menina: “– Não, Bentinho, disse, seria esperar muito tempo, você não vai ser padre já amanhã, leva muitos anos... Olhe, prometo outra cousa; prometo que há de batizar o meu primeiro filho” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 38).

Adulta e já casada com Bentinho há dois anos, o sonho de tornar-se mãe é presente ao ponto de sentir-se triste com a realização da maternidade da amiga, Sancha – que dá o nome de Capitu à filha. A passagem a seguir apresentada coloca também a vontade de Bento em ser pai: “quando íamos a Andaraí e víamos a filha de Escobar e Sancha, familiarmente Capituzinha [...] e nós, quando voltávamos à noite para a Glória, vínhamos suspirando as nossas invejas, e pedindo mentalmente ao céu que no-las matasse” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 81).

Após os muitos pedidos aos céus, Capitu fica então grávida. Gerando o tão esperado filho homem, como narrado por Bento: “as invejas morreram, as esperanças nasceram, e não tardou que viesse ao mundo o fruto delas. Não era escasso nem feio, como eu já pedia, mas um rapagão robusto e lindo” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 81). O menino será nomeado Ezequiel em homenagem ao grande amigo do casal, Escobar.

A chegada do menino, segundo Bentinho, aflora o cuidado terno e maternal em Capitu. Pontua o narrador que assim como ele, a mulher dispensa toda atenção ao recém-nascido:

> Capitu não era menos terna para ele e para mim. Dávamos as mãos um ao outro, e, quando não olhávamos para o nosso filho, conversávamos de nós, do nosso passado e do nosso futuro. As horas de maior encanto e mistério eram as de amamentação. Quando eu via o meu filho chupando o leite da mãe, e toda aquela união da natureza para a nutrição e vida de um ser que não fora nada, mas que o nosso destino afirmou que seria, e a nossa constância e o nosso amor fizeram que chegasse a ser. ficava que não sei dizer nem digo; positivamente não me lembra, e receio que o que dissesse me saísse escuro (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 81).

No trecho acima, o narrador coloca em destaque o aspecto sagrado do vínculo estabelecido entre mãe e filho, colocando-o como uma condição natural à esposa – conexão entre ambos que parece mesmo inquebrável. O ato de amamentação encanta ao mesmo tempo em que assusta Bentinho, que, desse modo, externa a beleza daquilo que não pode compreender, mas que faz da mulher útil em um mundo de homens. As novas qualidades de Capitu após a concretização da maternidade são confirmadas por José Dias: “Agora, quando os ouço, entro também no coro, mas a princípio ficava envergonhadíssimo. Para quem chegou, como eu, a arrenegar deste casamento, era duro confessar que ele foi uma verdadeira bênção do céu. Que digna senhora nos saiu a criança travessa de Mata-cavalos” (MACHADO DE ASSIS, 2019, p. 87).

Entretanto, Capitu é, como mencionado, apresentada desde o início da narrativa, como sujeito feminino não cumpridor dos padrões impostos ao seu gênero e, para esse feminino, a maternidade configurar-se-á como sua derrocada. É assim, que Bentinho começa a ter dúvidas com relação a paternidade de Ezequiel, e vê na maternidade da personagem a prova de uma traição[62]. O cumprimento da Instituição que em um primeiro momento era apresentado tomando como base as estimas mais amorosas, passa a ser percebido como a comprovação do ato mais vil da mulher-mãe, já que essa ação não estaria conforme os valores do patriarcado.

[62] Para o narrador Bento, completamente cegado pelo ciúmes da esposa Capitu, Ezequiel seria fruto da traição dessa com o seu melhor amigo, Escobar. Capitu em nenhum momento da narrativa confirma ou não a dúvida de seu marido.

Por fim, Capitu, em resposta ao comportamento de Bento frente a uma possível deslealdade da mulher, em gesto também de proteção ao filho, decide separar-se e ir embora com o menino para a Europa. Mas como mãe protetora, ela nunca deixou que a história imaginada pelo marido chegasse ao filho. Assim, a maternidade a levou à total exclusão e solidão, morrendo ela, sem nunca mais ter voltado ao Brasil, enquanto ainda residia na Suíça. O narrador salienta ainda o fato de que a mesma jamais falou mal de Bento, marcando ainda o seu caráter de boa mãe.

Todavia, salientamos que em uma cultura embebida por valores masculinos, os homens não são os únicos sujeitos a propagarem os padrões a que a maternidade está vinculada. Da mesma maneira, as mulheres, por também serem indivíduos embebidos dessa mesma cultura, propagam a maternidade como a salvação, apresentando o amor materno pulsional ao feminino – um sentimento tomado como necessário na formação de uma "verdadeira" mulher. Para esse debate, no próximo subcapítulo nos deteremos na discussão sobre escritoras do século XIX e sua produção (poemas, trechos de seus diferentes trabalhos), nomes recuperados por importante pesquisa na área da crítica feminista, publicizados na obra em três volumes *Escritoras brasileiras do século XIX* (2000, 2004, 2009), assim como no debate acerca do livro *O quinze* (1993), de Raquel de Queiróz.

2.2 “E sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida”: quando os padrões patriarcais não são superados.

Ser Mãe, divino dom de eterna Natureza,
que eleva, glorifica e uma beleza encerra,
quer seja na opulência ou seja na pobreza,
ser Mãe sempre será nobre missão na Terra![63]

No subcapítulo anterior discorremos sobre a exclusão da autoria feminina no espaço da literatura canônica brasileira, bem como sobre a problemática da representação desses sujeitos pelas linhas literárias dominadas por mãos masculinas. Logo, refletiu-se sobre como o peso dos deveres sociais (espaço privado, marido, e filhos), conferidos a esses sujeitos, atuou como causa determinante para o afastamento e apagamento do feminino do universo literário nacional. O homem como pertencente ao lugar público e voz da cultura, é quem, por consequência, será a principal figura na e da literatura, ocupando o lugar de escritor e herói das narrativas.

Em termos de representação, o resultado dessa dominação é a apresentação de personagens mulheres a partir de uma visão que destaca os valores patriarcais da sociedade. O feminino, em condição de coadjuvante, é, assim, delimitado aos grupos de mulheres “anjo-do-lar” e de mulheres desviantes. O primeiro grupo será formado pelo feminino cumpridor dos padrões impostos, sendo principalmente um realizador de suas funções medulares de esposa e mãe. Já o segundo, será constituído pelas mulheres que não se encaixam nos padrões impostos pelo homem.

Da mesma forma, tendo em vista a visão unívoca do feminino entregue pelo olhar do homem, os temas que perpassam esses sujeitos são expostos de maneira unilateral, a serviço dos padrões socioculturais vigentes, quando não são totalmente silenciados por aqueles que escrevem. É o que acontece, como mostramos no subcapítulo anterior, quando o tema em destaque é a maternidade.

As análises das obras de Aluísio de Azevedo (1997[1890];2019[1881]) e Machado de Assis (2019[1889]) mostraram o discurso que se construiu acerca da maternidade e do sujeito-mãe a partir dos finais século XVIII e mais fortemente no século XIX (momento em que as obras foram produzidas); uma leitura acerca dessa instituição que se fez presente na literatura como um todo. Nessa, a maternidade é dada como função obrigatória feminina, estando alicerçada em bases e valores

[63] Excerto do poema “Ser Mãe” (2004), de autoria da poeta Escolástica de Moraes Veloso.

cristãos, sendo a Virgem Maria, o grande modelo de mãe a ser seguido. Não obstante, o amor materno é sentimento dado como certo e verdadeiro, marcando a entrega feminina ao cumprimento da função divina. Esse fato posiciona o feminino em um patamar de santidade, marcando ainda mais a sua emocionalidade aflorada e a abnegação ao outro.

As obras mencionadas pontuam também que as mulheres desviantes não estão aptas ao cumprimento da maternidade, já que essa por ser instituição basilar do patriarcado só poderá ser efetivada dentro do sistema que institui o casamento heteronormativo como premissa fundamental para a efetivação dessa ação. Dessa maneira, não cabe perdão às mulheres-mãe que não se encaixam nos padrões estabelecidos, afinal de contas o gozo prazeroso do sexo é reservado àquelas que se guardam para a realização da maternidade dentro das normas de pureza da cultura do homem: a gravidez fora do casamento é exemplo de atitude que faz com que o sujeito-mãe sofra algum castigo, seja ele a loucura ou a infelicidade. Da mesma maneira, a falta de demonstração de amor e dedicação aos filhos é merecedora de punição social.

Contudo, na direção do postulado por Beauvoir de que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (2009, p. 152) faz-se importante destacar que os preceitos propagados socialmente acerca da mulher foram também disseminados por vozes femininas. Mulheres que, por fazerem parte de uma sociedade com normas predefinidas para si mesmas, impedidas de acessarem os seus próprios corpos e sexualidades e, por isso, impossibilitadas de se colocarem em posição de questionamento de tais regras e padrões, acabavam por assumir como verdadeiras as disposições sobre o tema. Para elas, as figuras femininas deveriam imputar-se prontamente das funções que lhes eram designadas. À vista disso, no século XIX, mesmo muitas das que tomaram à frente de uma luta pela educação e independência feminina, estando na contramão de certos moldes patriarcais, dispunham de que esses espaços deveriam levar em consideração o futuro rumo à maternidade que seria traçado por todas as mulheres; uma educação para o correto desempenho do papel materno.

Desse modo, em um contexto de dominação patriarcal, em que o próprio feminino, mesmo que já ocupando espaços que possibilitavam um maior questionamento às bases masculinas, ainda pouco vislumbrava a sua multiplicidade de subjetividades maternas, contribuiu sobremaneira para a naturalização dos

processos que envolvem a maternidade, como a certa gestação de crianças pelas mulheres em casamentos estabelecidos, a dedicação ao espaço doméstico por essas figuras que ainda respondem pela amamentação desses, bem como por sua socialização e educação. Compreendendo a maternidade como o objetivo final da mulher, as figuras femininas tomam para si um discurso no qual "a vigilância materna estende-se de maneira ilimitada" (BADINTER, 1980, p. 210). Imersas em um contexto que toma o amor materno como instintual, esses sujeitos buscam de muitas formas realizarem-se na efetivação e na defesa de uma boa maternidade; uma maternidade guardada ao espaço privado do lar e voltada aos desejos de realização e felicidade futura dos filhos.

Na literatura escrita por mulheres entre o século XIX e meados do século XX[64], o cenário era o da disseminação das ideias patriarcais sobre a maternidade; essa era uma das instituições patriarcais melhor estruturada, tendo em vista o forte movimento do Estado ao lado da religião e da medicina como explicitado ainda no primeiro capítulo, e questioná-la, nesse período, parecia não fazer parte das inquietudes das mulheres. Como na literatura escrita por homens, a autoria feminina fez-se similarmente instrumento de propagação do valor divino e da inquestionável destinação à maternação das mulheres ao longo dos séculos. Esses discursos eram calcados nos arranjos sociais, tendo o feminino como o ocupante do espaço privado e responsável pelo funcionamento do lar e do cuidado à família, mas mais fortemente, aos aspectos biológicos do feminino; esses seriam a prova concreta de que ao se refletir sobre o sujeito mulher automaticamente remeter-se-ia para o cumprimento obrigatório da maternidade. Assim, propaga-se pelo olhar feminino a ideia de que a satisfação da mulher com a maternidade será sempre o mais puro e verdadeiro sentimento vivido por ela, apagando a compreensão de um sentimento de ligação entre mãe e filho em construção, já que essa é dada como axiomática.

É verdade que a produção literária feminina do século XIX no Brasil foi por décadas apagada. A crítica masculina dominante preteriu um lugar de completa insignificância à escrita das mulheres. Essas figuras foram retomadas e tiveram sua

[64] Salienta-se a compreensão de que os parâmetros acerca da maternidade estão presentes no decorrer do século XX até o período corrente e ainda se fazem presentes nos textos literários escritos por homens e também por mulheres, que propalam a noção da mãe perfeita e do instinto materno como certo ao feminino. Contudo, entende-se que as discussões sobre o tema se fazem mais plurais na atualidade. No próximo capítulo, a discussão acerca das configurações da maternidade e do sujeito-mãe no século XXI acontecerá com um maior esmero.

produção literária reconhecida, em sua vasta maioria, apenas na década de 1980 com os estudos desenvolvidos pelo GT “A mulher na literatura”, da ANPOLL. Uma pesquisa, como pontuado pelas estudiosas, que demandou um trabalho rigoroso, já que era difícil o acesso aos trabalhos dessas escritoras; foram poucas as que tiveram os seus trabalhos publicados.

Dessa singular contribuição da academia para o resgate da produção feminina produziu-se os três volumes de *Escritoras brasileiras do século XIX*. O primeiro volume foi publicado em 2000, sendo seguido pela publicação do segundo e terceiro volumes nos anos de 2004 e 2009 respectivamente. Os três volumes contam com mais de 900 páginas que trazem os nomes das mulheres que produziram literatura no referido período. Os livros trazem além de informações biográficas das autoras, as suas produções que perpassam muitos gêneros literários, indo da poesia à prosa[65].

O resgate de notável importância dessas escritoras comprova que diferentemente do que a história da literatura brasileira a que temos acesso difunde, a mulher foi figura dedicada à produção de literatura. Suas obras, como anunciam as pesquisadoras responsáveis pelo estudo, teriam em muito contribuído, à época, para uma reflexão acerca do sistema literário brasileiro, sendo muitas delas superiores em termos estéticos e formais às obras de homens que ocupam espaço no cânone brasileiro. Contudo, a crítica da época formada por homens fez questão de resumir a escrita feminina a um ataque ao fato de serem “livros de mulheres” e que, por isso, tratariam de temas desinteressantes; não universais, sem que se apreciasse apropriadamente as obras produzidas por elas.

Para além do acima afirmado, a recuperação da história dessas mulheres, revelou a força da lei dos homens impressa à literatura dessas, tanto em termos pessoais quanto do conteúdo das histórias por elas narradas[66]. Na vida pessoal,

[65] Menciona-se também a importante do trabalho desenvolvido por Maria Eunice Moreira (PUCRS) na área da História da Literatura. Seu livro, *Retratos de camafeu: biografias de escritoras sul-rio-grandenses* (2020), contribuiu, sobremaneira, para a a memória da história da literatura escrita por mulheres.

[66] A presente tese acentua o valor inestimável do trabalho produzido pelo GT “A mulher na literatura”, fazendo questão de salientar o seu caráter transgressor frente à crítica literária conservadora; um resgate com forças para desconstruir a noção acerca de um cânone excludente. Por isso, achamos importante destacar o fato de que as análises realizadas neste subcapítulo não se prestam a desvalorizar a produção das escritoras apagadas da história brasileira, mas revelar o esforço empregado pelo patriarcado para o esmagamento da subjetividade do feminino, adaptando-a a apenas os dois modelos aqui já apresentados. Muitas dessas escritoras, mesmo no lugar de reprodutoras dos valores patriarcais universais sobre a maternidade, em outros temas contribuíram sobremaneira para o movimento de libertação das mulheres que se formava à época. Como apontado por Rosana Kamita (2004), em artigo sobre Castorina Lobo de S. Thiago, “é necessário compreender a atuação feminina

assinala-se que a maioria dessas escritoras viveu de acordo com as expectativas para o sujeito feminino e, assim, elas conciliavam a escrita à vida doméstica de cuidado e dedicação ao lar, ao esposo e aos filhos. Há relatos de autoras que redigiram seus textos às escondidas dos homens da família, de escritoras que faziam seus textos após ou entre o cuidado com um filho e os afazeres domésticos, assim como de mulheres que largaram a escrita frente às responsabilidades com o lar.

A história de Emília Leitão Guerra (1883-1966) é exemplo do afirmado. Em artigo dedicado à retomada da obra e biografia da autora, em *Escritoras brasileiras do século XIX, vol. II* (2004), Ivana Alves salienta que a poeta era mãe de onze filhos e "viu-se *obrigada* a recolher-se ao lar, deixando de participar da cena literária" (ALVES, 2004, p. 1046, grifo nosso) da época. Na sequência, a estudiosa afirma que de acordo com uma das filhas "a mãe nunca mais fez questão de publicar seus trabalhos, escrevendo para o próprio deleite e para os familiares. *À medida que aumentava a família, mais e mais escasseava o seu tempo para a literatura. A vida doméstica consumia-lhe toda a atenção"* (ALVES, 2004, p. 1046-1047, grifo nosso). A afirmação da autora destaca uma ação comum entre as escritoras nascidas à época e mais fortemente àquelas que eram mães; nesse cenário a literatura acabava por ficar em segundo plano na vida das mulheres.

As impressões de Emília Guerra sobre o sujeito-mãe estão presentes no poema "Mãe" (2004)[67]. Os versos de seu poema exaltam a felicidade do exercício da maternidade, reforçando os ideais maternalistas. Ao descrever o retorno da mulher ao lar após festejo em companhia do marido, o eu lírico de Guerra salienta que essa "sobre a criança, devagar, se inclina. / fita-se, feliz contente, pressurosa: seu terno coração de mãe e esposa/ Desperta, pr'a viver numa outra vida" (GUERRA, 2004, V. 36-39, p. 1053). O final do texto é um enaltecimento da família tradicional: "o corpo do marido estreita ao seio/E o baile esquece, esquece o galanteio, Beijando a loura filha adormecida" (GUERRA, 2004, V. 40-42, p. 1053).

Da mesma forma, a biografia de Julia Lopes de Almeida (1862-1934) é amostra das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que escreviam. Peggy Sharpe, em artigo dedicado à vida de Almeida, acentua a jornada tripla de trabalho assumida pela personalidade, que ao mesmo tempo em que escrevia, assumia os afazeres da casa

no mundo das letras, levando em consideração o meio e o tempo a que as escritoras pertenciam. Julgar seus textos sem atentar a isso, é incorrer em erro" (p. 1111).

[67] O poema foi originalmente publicado em 28 de fevereiro de 1900.

e os deveres com os livros. Faz-se relevante apontar que a escritora é uma das poucas de sua época referenciadas em alguns livros que tratam da história da literatura brasileira, mesmo que muito brevemente. Sua obra teve certa força e reconhecimento no meio de seus pares chegando o seu trabalho a ser divulgado em diferentes países. Almeida foi uma mulher que acreditava que a emancipação feminina estava em um maior acesso à educação e a um mercado de trabalho fora do lar – tema que fez parte de seus escritos. Entretanto, a vida literária de Julia de Almeida era dividida com as suas incumbências do lar: casada, ela e o marido tiveram seis filhos. Sharpe (2004), ao retomar as palavras do escritor João Luso sobre a artista, aponta que ela "'sem deixar a mesa de trabalho, levantava o filho nos braços, beijava-o um bom momento, acomodava-o no regaço; depois, com a mão esquerda, mimava-lhe os cabelos, com a direita recomeçava a escrever'" (SHARPE, 2004, p. 203). Caráter confirmado, de acordo com a pesquisadora, pela própria produção da autora, que em seus textos entoa discursos de aprovação da dedicação feminina à maternidade – o trabalho intitulado "Semear até na pedra" é um dos textos mencionados pela pesquisadora como exemplo dessa produção que exalta o sujeito-mãe.

A literatura de Júlia Lopes de Almeida pode ser tomada como modelo de uma escrita feminina que revela que dentre os muitos valores a que as mulheres estavam presas, os relacionados ao trânsito limitado à mulher e o seu papel materno, bem como as relações que se constroem por essas com os seus filhos e com a sociedade como um todo, a partir da experiência materna, acabavam por estarem refletidas em seus trabalhos. Contudo, a abordagem única do tema, não é exclusiva à Almeida; há um número elevado de obras de mulheres que traziam as concepções do feminino anjo/rainha-do-lar como o padrão único ao gênero.

A maneira como a maternidade é representada nos textos de Almeida é sintomática à época, fazendo-se muito presente na escrita das mulheres do século XIX. Um olhar mais atento para a produção dessas mulheres, escancara a forma como esse conteúdo é altamente influenciado pelos valores vigentes. A análise dos três volumes da obra *Escritoras brasileiras do século XIX* (2000; 2004; 2009), mostra que as figuras femininas que escreviam creditaram ao espaço literário o poder formador e instrutor para que as mulheres gerassem, formassem e educassem os seus filhos, isto é, as linhas literárias foram utilizadas por essas como meio de troca de experiências, assim como de propagação de comportamentos e etiquetas a serem seguidos para

uma melhor preparação da mulher à maternidade e todas as funções que a partir dela o feminino assumiria[68].

No primeiro capítulo da presente tese, salientou-se que o século XIX, com a separação entre espaços públicos e privados já bem estabelecida, foi o período em que o Estado, a partir da necessidade de definir um novo papel à criança na sociedade para atendimento aos seus interesses, investe ainda mais no controle sob os corpos femininos; o discurso médico higienista acerca da maternidade, cada vez mais consolidado (FREIRE, 2008), será aliado ativo nesse processo.

As mulheres vão sendo absorvidas por um ambiente que as coloca como geradoras e únicas responsáveis pela formação do futuro da nação; para a pátria, elas são as cuidadoras do "herói nacional" de amanhã. O devotamento aos primeiros cuidados e à educação com as crianças, acrescentava um maior nível de respeito ao que se chamou de "nova mulher moderna" (FREIRE, 2008), adjetivo dado ao sujeito investido dos cuidados com o lar. As revistas voltadas para o público feminino enunciavam o fato de que as mulheres precisavam de uma "cultura intelectual e moral que o papel de mãe lhe impõe...É exatamente pelo seu destino superior que deve ser mais cuidada a educação cultural e a disciplina moral das mulheres" (REVISTA FEMININA, p. 171, 1975). Entretanto, as páginas desses veículos não explanavam sobre os reais interesses dessa situação, apoiada exclusivamente nos interesses dos homens.

A luta feminista[69] pelo acesso à educação há tanto negada às mulheres, foi tomada como uma oportunidade para a disseminação de uma conduta materna idealizada, uma vez que ter filhos passa a ser uma missão patriótica. Outrossim, aos princípios maternalistas da instintividade seria adicionada a necessidade de uma formação formal à mulher, que certamente no futuro iria exercer o ofício materno. O Estado, maior interessado no impulsionamento dessa nova convicção, alimentaria nas mulheres, assim, a ilusão de uma participação maior realizada por elas no espaço

[68] Compreende-se que a atividade literária dessas mulheres constitui-se em um fazer transgressor, afinal de contas a própria noção de criatividade e imaginação, própria de quem escreve literatura, foram características negadas à mulher-mãe, sendo exclusivamente masculinas. Entretanto, o que aqui se coloca é a situação de total controle do patriarcado no que se refere à maternidade, percebida diretamente na escrita e na vida dessas mulheres. Esse foi um período em que questionar essa instituição, bem como explorar as diferenças do fazer materno, era opção inexistente.

[69] Ao redor do mundo, a defesa da educação formal às mulheres como forma de instrução para uma melhor prática da maternagem foi tomada pelos movimentos feministas de viés maternalista; esses compreendiam a maternidade como o essencial dever nacional e papel da figura feminina. Reflexões sobre esse movimento foram realizadas no subcapítulo 1.3.

público, ao mesmo tempo em que encobriria o seu verdadeiro ganho: o trabalho não remunerado das mulheres executado em proveito do povo (FEDERICI, 2017).

Os reflexos desses padrões seriam, então, vigorosamente aventados na literatura das mulheres escritoras do século XIX e início do século XX de forma a serem muitos dos seus escritos dispositivos para o fortalecimento de uma maternidade exercida de maneira única, dando o amor materno como instinto da mulher, e contribuindo para posicionamento da figura materna no *status* de santidade, tendo em vista a sua total entrega à função.

Nos três volumes encontramos nomes de autoras como: no volume I, Joana Paula de Noronha (1819-1875), Maria Benedita Barbosa (?-1886), Joaquina Lacerda (1842-1909), Ana Ribeiro, (1843-1930), Luciana de Abreu (1847-1880); no volume II, Amélia Rodrigues (1861-1926), Ancilla Domini (1877-1916), Madame Chrysantheme[70] (1870-1948), Targélia Barreto de Meneses (1879-1909). Já no terceiro volume, Aurea Miranda (1892-1968), Henriqueta Galeno (1887-1964) são algumas das mulheres que ou sofreram ou com a impossibilidade de conciliar as atividades de cuidado com os filhos com a escrita ou que foram vozes que favoreceram a disseminação de um ideal materno, mesmo muitas delas que não tenham se tornado mães.

As ideias acerca do amor materno apareciam de diferentes formas na produção literária das mulheres. Sejam em textos redigidos para revistas voltadas para ao público feminino, sejam em trabalhos ficcionais, a projeção de um perfeito sujeito-mãe se fez presente. Maria dos Reis (1822-1917), escritora maranhense resgatada no estudo desenvolvido pelo GT “A mulher na literatura”, no prólogo de seu livro *Úrsula* (2018 [1859]) faz uso da concepção social solidificada do amor e da dedicação materna em um pedido de desculpas pela escrita de seu livro, já que ela poderia, a partir dessa produção, ser mal interpretada e acusada de tentar ocupar um espaço, o literário, que era de exclusividade masculina. Assim, ela afirma que a insistência na publicação de seu trabalho se deve pelo “amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa - os defeitos, os achaques, as deformidades do filho - e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado” (p. 93).

A menção ao sentimento materno sustenta um pedido de compreensão ao seu leitor pelo seu esforço em publicizar seu trabalho, que é colocado no mesmo patamar

[70] Pseudônimo de Maria Cecília Bandeira de Melo Vasconcelos

de um filho, servindo como um anúncio de sua qualidade inferior quando comparado com textos literários produzidos por homens. Contudo, a passagem sugere a adequação da mulher-mãe a qualquer situação familiar dada; um empenho em direção aos filhos indiferentemente do contexto em que esta mulher está inserida. Ao postular que o sujeito-mãe "tudo desculpa", Maria Firmina corrobora a noção de que a criança é o "mundo da mulher" (BADINTER, 1980, p. 253), bem como o seu preparo para as críticas que viriam com a publicação de seu livro, afinal de contas, o amor materno aceitaria toda a dor e sofrimento como forma de crescimento próprio[71].

Na mesma direção das autoras até aqui mencionadas aponta a biografia e a produção de Escolástica de Morais Veloso (1874-1961). A paranaense foi autora que outorgou a sua produção literária a função de defesa da maternidade. Mãe de 12 filhos, Veloso entendia a atribuição materna como a "mais sublime" (KAMITA, 2004, p. 648) entre as mulheres, o que pode ser percebido no poema "Ser mãe" (2004[1959][72]). A epígrafe imediatamente declara a que o texto de Veloso se propõe: dedicado às filhas e à nora, a escritora apregoa que não há dor que "o carinho das Mães" não amenize, colocando a figura materna em um lugar de santidade; que cura todos os males do outro. Assim, os versos são consagrados ao anúncio das características, das comportamentos e dos valores esperados de uma mulher-mãe, como se percebe no trecho abaixo:

> Mãe, nome sem igual; encanto, flor, essência,
> seu aroma perfuma, talvez como a saudade,
> enleva-nos e prende assim toda a existência,
> Sendo elo sagrado de Amor e Amizade (2004, v. 9-12, p.655).

O excerto apresentado indica o alto patamar, social e cultural, associado ao sujeito-mãe; as palavras do eu lírico da poeta sugerem que não há substantivo que alcance a potência materna e o seu forte encantamento, o mais alto sentimento que a mulher pode sentir. Ele é, ao longo do poema, escrito com a primeira letra em maiúscula, artifício que dá lhe dá destaque e contribui para a compreensão do leitor

[71]Sublinha-se que mesmo se entenda que o modo como o discurso de Maria Firmina ao tomar a maternidade enquanto um fazer que tudo admite, corrobora com a ideia do amor e da abnegação do feminino para com seus filhos, é impossível apagar a subversão por ela realizada: Maria Firmina era uma mulher negra, escrevendo sobre um romance de teor antiescravagista, situação insurgente à época. Há uma necessária negociação de uma subjetividade materna daquela que acaba de gerar um livro, de modo que essa talvez seja uma forma de se fazer ouvida.

[72]O poema foi publicado originalmente no livro *Um século de poesia* (1959, p. 127).

quanto ao valor dado a esse sujeito pela escritora. Ao comparar a mãe a uma flor, o eu lírico do poema de Escolástica, assim como acontece em muitas das produções literárias escritas por homens ao descreverem o feminino que ocupa o lugar de musa, realça a fragilidade e a delicadeza do feminino, evidenciando a "natureza" de santidade desse sujeito. Ainda, no verso nove, depreende-se que a atividade, momento de mais completo regozijo feminino, é automaticamente vinculada a uma essência das mulheres – a maternidade é natural à mulher, fator sustentado também pela sua biologia. Assim, esse feminino precisa cumprir o cuidado com os filhos para que seja uma "mulher completa", a sua existência está presa a isso – que, a partir dela, alcançará o espaço divino no qual só é possível ter sentimentos bons (amor e amizade).

Enfatiza-se que desde o primeiro verso do poema, o substantivo "mãe" é colocado ao lado de palavras que salientam a condição de contentamento que acompanha a maternidade; felicidade tão grande que tem como resultado o relacionamento direto com Deus:

> Ser Mãe é sempre ter alegre o coração
> um sorriso nos lábios, e lágrimas nos olhos.
> Em súplicas viver, em sincera oração,
> Num florido jardim, num caminho de abrolhos! (2004, v. 1-4, p. 655).

Da mesma maneira, o excerto salienta a dualidade da atuação materna. O prazer materno com a atenção voltada à criança é certo, mas não é sensação atingida sem o enfrentamento de intempéries. A poeta, através do eu-lírico, outorga uma felicidade que será completamente conquistada na vitória contra as dores e os obstáculos que a responsabilidade com uma criança apresentam; um trabalho árduo, mas recompensador, posto que é com ele que a mulher viverá plenamente ao executar as ações ditadas pelo patriarcado. Desse modo, o eu lírico a que Veloso (2004) dá voz, declara e reforça, em cada novo verso, o amor materno.

Assinala-se que o momento em que a escritora produz os seus escritos é o do crescimento dos ideais de emancipação feminina, as lutas feministas estão ganhando um espaço maior na sociedade, todavia, o seu poema ao tomar como base as noções difundidas pelo patriarcado acerca da disponibilidade emocional da mulher para o exercício dessa atividade, sugere o total alheamento da poeta ao cenário dessas lutas, bem como a sua incorporação dos preceitos do patriarcado. Isso é demonstrado pelo

reforço da noção de todo amor e emocionalidade que a mulher-mãe deve entregar ao seus filhos, bem como pela condição natural de tal tarefa:

> Amor puro de Mãe, é sublime Virtude,
> que nos dá Esperança e a Fé nos incentiva,
> fazendo Caridade em formosa atitude
> e carinho ou Perdão, de u'a alma sensitiva
>
> Ser Mãe, divino dom da eterna Natureza,
> que eleva, glorifica e uma beleza encerra,
> quer seja na opulência ou seja na pobreza,
> Ser Mãe sempre será nobre missão na Terra. (2004, v. 17-24, p. 656).

O destaque dado à palavra "Mãe", grafada com a letra inicial em letra maiúscula, é o mesmo dado aos atributos dela esperado: a "virtude" da conformidade aos padrões; a "esperança" nas crianças as quais cuida e educa, na sua função frente ao futuro da nação; a fé nos valores cristão que norteiam o maternar; a caridade como o eterno cuidado e devoção ao outro e o perdão, que a aproxima ainda mais da santidade, uma mãe não guarda rancores e sempre perdoa como ser benevolente que é.

A mãe, de acordo com o eu lírico da autora, entre os versos vinte e um e vinte e quatro, é aquela que em constante estado de graça, compreende que a sua essência à vincula a necessidade de gerar filhos; seja essa mulher pobre ou rica é a sua disposição fisiológica e psíquica inquestionável que a coloca no lugar do cuidado. O estado de diligência materno é fortificado a cada nova estrofe:

> É viver para outrem, e não se pertencer,
> dispensando meiguice, amor, dedicação,
> sem interesse algum de Graças receber,
> Ser Anjo tutelar cumprindo sua missão (2004, v. 25-28, p. 656).

É evidenciado que o sujeito-mãe não pertence a ela mesma; ele é de outrem, a quem a sua vida é dedicada. Ela é o "anjo" que cumpre uma missão divina e a quem, por consequência, não há outro destino a ser cumprido. Sendo a maternidade dever incumbido por Deus, a figura que moldou a mulher com base nos princípios do cuidado ao outro, não cabe o descumprimento dessa função. Ademais, a letra inicial da palavra grafada em letra maiúscula é artifício para o reforço do papel reservado à mulher que executa a maternidade presa aos parâmetros da boa maternidade.

Assim como Escolástica, Lola Oliveira (1889-1965) dedicou poema à figura materna. “Amor de Mãe” (2004)[73] é mais um exemplo de texto em que se percebe a discrição de uma figura materna idealizada, enquanto um sujeito que pertence ao grupo das mulheres que exerce a boa maternidade, ação baseada no afeto e devoção aos filhos:

> “Amor de Mãe! amor que nada pede!
> Que tudo sacrifica ao filho amado.
> Amor sublime que nenhum precede.
> Amor de mãe! Jamais recompensado.
> Amor que segue sempre ao nosso lado
> E nos embala em deliciosa rede.
> Tão cheio de ternura e de cuidado
> E que à nossa ventura tudo cede (2004, p. 712).

O eu lírico de Oliveira, assim como o de Escolástica, coloca o sujeito-mãe no mais alto nível de entrega e sacrifício ao outro. A figura materna é aquela que nada solicita em troca, pois toda a sua constituição é voltada para esse eterno estado de afeição e doação intensa ao filho; sua felicidade só será plena nessa relação sem contrapartidas traçadas não só com a criança, mas com todos os demais sujeitos que a circundam e que de alguma maneira fazem parte da sua realidade materna. No segundo verso, o sujeito lírico, ao colocar a renúncia da mãe como ação certa frente às necessidades do filho, encobre o papel acessório do feminino em uma sociedade patriarcal, considerando que ele só é de interesse do patriarcado enquanto vive em função das crianças que gera. Toda a sua subjetividade e emocionalidade, nessa cultura masculina, é fundada no arquétipo materno do amor que “segue sempre ao nosso lado”, independentemente da situação que solicite esse sentimento da mulher.

As ideias em torno da figura da mãe não sofrerão grandes mudanças no início do século XX. Propagados com uma veemência cada vez maior pelos diferentes setores da sociedade, os valores morais da mãe refletem-se na educação das mulheres do século XX assim como as do período anterior, como percebemos em *O quinze* (1993), livro de estreia da escritora cearense, Rachel de Queiroz. Publicado em 1930, o livro dispõe-se a narrar a história da forte seca no sertão nordestino. Simultaneamente acompanha-se os acontecimentos na vida de personagens como Conceição, jovem professora, leitora ávida e de ideais feministas de emancipação das

[73] Poema originalmente publicado no ano de 1956.

mulheres; Mãe Inácia, avó de Conceição, que marca o conservadorismo de valores patriarcais da época e a família de Chico Bento e Cordulina, com a vida completamente modificada pela seca e que estão em fuga do sertão rumo à cidade grande em busca de uma vida melhor.

Para a presente análise, deter-se-á em reflexões acerca da personagem Conceição, a quem a discussão sobre a maternidade perpassa no decorrer da narrativa de Queiroz. Faz-se importante salientar, mais uma vez, que o objetivo ao olhar para a personagem de Queiroz não é o de apagar as contribuições dadas pela autora para se discutir um feminino que, em certa medida, já demonstra a independência da mulher, principalmente pela constituição de uma subjetividade mais móvel, que desconstrói alguns padrões impostos patriarcado. Entende-se que, nesse sentido, Conceição é uma figura feminina que questiona o casamento tradicional, percebendo que não é necessariamente nele que residirá a sua felicidade. Ela representa possibilidades de deslocamento do espaço privado que lhe é historicamente reservado.

Todavia, o tema da maternidade e a forma com que esse é debatido na narrativa da escritora, ainda trazem reflexos de um discurso de viés patriarcal conservador, fazendo-se inevitável a crítica proposta: Conceição é representada sob um o viés da maternidade compulsória; para ela, não há fuga. Assim, a personagem será constituída sob um paradoxo; a luta entre o conservadorismo e a modernidade, característica comum às mulheres de sua época.

A mencionada personagem é contraposta a figura de Mãe Inácia que é apresentada como o feminino conservador, que preserva os valores que postulam à mulher a submissão e o espaço doméstico do casamento e da maternidade. O diálogo entre as personagens mencionadas apresentado a seguir corroboram o afirmado:

> Já de volta, Mãe Nácia?
> – E você sem largar esse livro! Até em hora de missa!
> A moça fechou o livro, rindo:
> – Lá vem Mãe Nácia com briga! Não é domingo? Estou Descansando. [...]
> – De que trata? Você sabe que eu não entendo francês...
> Conceição, ante aquela ouvinte inesperada, tentou fazer uma síntese do tema da obra, procurando ingenuamente encaminhar a avó para suas tais ideias:
> – Trata da questão feminina, da situação da mulher na sociedade, dos direitos maternais, do problema...
> Dona Inácia juntou as mãos, aflita:

> – E minha filha, para que uma moça precisa saber disso? Você quererá ser doutora, dar para escrever livros?
> Novamente o riso da moça soou:
> – Qual o quê, Mãe Nácia! Leio para aprender, para me documentar...
> – E só para isso, você vive queimando os olhos, emagrecendo... Lendo essas tolices...
> – Mãe Nácia, quando a gente renuncia a certas obrigações, casa, filhos, família, tem que arranjar outras coisas com que se preocupe... Senão a vida fica vazia demais… (QUEIROZ, 1993, p. 123-125)

O rompimento de Conceição reside em muito em sua formação cultural de uma mulher que opta por ler livros que discutem a condição feminina, bem como textos que contam “casos de heroísmo, rebeliões e guerrilhas” (QUEIROZ, 1993, p. 11) como salientado por Mãe Inácia, em um caminho de recusa ao destino das mulheres da época. Essa resistência é também demarcada pelo fato de que a jovem personagem parece abdicar dos rituais religiosos, como ir à missa, dando preferência pela aquisição de conhecimento, ato inconcebível ao sujeito feminino, marcado pela fala de Mãe Inácia que tece comentários sobre as modificações físicas de Conceição, que para ela são devido aos estudos de sua neta. A senhora reitera que, ao invés de estudar demais, a neta deveria estar buscando formas de melhorar suas práticas domésticas aquelas para as quais havia sido, por natureza, designada.

Não obstante, a ânsia de uma vida emancipada esbarra na construção de um feminino concebido a partir da dedicação ao outro; um cuidado com o outro que a leva, mais para o final da narrativa, a tomar a decisão da adoção de Duquinha, seu afilhado, filho de Chico e Cordulina, casal sem condições de cuidar de mais uma criança e que está a caminho de São Paulo com o objetivo de recomeçar a vida após as perdas ocasionadas pelo período de seca. A criança está muito doente e precisando de uma atenção maior para com a sua saúde debilitada, devido a situação em que toda a sua família se encontra, sem acesso nem à alimentação básica.

Nesse viés, de todas as obrigações rompidas por Conceição, a maternidade será aquela a que ela não conseguirá seguir um caminho diverso do daquele esperado para o feminino, mesmo que essa não seja cumprida dentro dos moldes esperados – a jovem personagem não se casa e não sente as mudanças físicas causadas pela gravidez e, por consequência, não alimenta a criança, que a partir da adoção cumprirá o papel de filho, com o leite materno.

Exercendo o papel de madrinha, aquela que substitui a “primeira mãe” em caso de ausência, Conceição cumprirá a maternidade de maneira social, reiterando as noções culturais que envolvem o feminino e essa instituição. Atrelado a esse lugar de mãe social assumido pela personagem, se fortalece um discurso que efetiva o instinto materno às mulheres, estando esses sujeitos disponíveis, em todos os sentidos, para assumir estas responsabilidade a qualquer tempo – um exercício que tem preferência a toda e qualquer atividade realizada pelas mulheres. Nesse viés, a realidade de Conceição não poderia ser diferente. Frente à essa nova situação, a jovem professora se mostra preparada a atender as demandas de uma criança, ocupando rapidamente o espaço da figura materna para o menino que:

> Enfim, já se sentava na rede e pegava com as mãos incertas a tigela de leite ou de caldo.
> E já não olhava a madrinha com a primitiva expressão assustada. Tinha para ela olhares agradecidos e meigos, que a acompanhavam a circular no quarto, e demoravam longamente, com uma fixidez brilhante, nas pregas do seu vestido branco, nos laços de suas tranças.
> Conceição toda se desvelava em exageros de maternidade (QUEIROZ, 1993, p. 125).

A personagem se adapta aos “exageros” que a maternagem solicita dela como sujeito; sem grandes questionamentos, ela parece aceitar a noção de que é por esse cuidado que sua existência será autenticada pelo olhar social. Carlos Magno Gomes, em seu artigo “A aula de alteridade em *O quinze”* (2010)*,* postula que o ato da jovem de adotar o afilhado é muito mais um ato humanitário do que pessoal, entretanto, entende-se aqui que essa leitura apaga o reforço social de uma economia simbólica da maternidade enfrentada pelas mulheres diariamente: o sujeito feminino é sempre o responsável pelo outro e isso não é novidade nas representações literárias.

O mesmo pesquisador chega a afirmar que a maternidade na narrativa de Queiroz (1993) é racionalmente trabalhada, principalmente pelo fato de que o tema é apresentado de forma a romper com certas estruturas, mas acredita-se ser impossível reiterar essa afirmação, partindo-se da ideia de que essa mulher ainda padece diante dessa obrigação social. O afirmado é apreendido em um excerto do texto em que Conceição observa a felicidade de Lurdinha, prima da personagem, dentro dos moldes guardados ao feminino, parecendo frustrada por ter optado por destino tão diferente da outra mulher, principalmente no que se refere a não concretização do seu papel de

mãe. Após conversa com outra personagem, um dentista que reverbera a ideia de que ela ficará solitária se não cumprir a sina de mulher, o narrador pontua que a jovem:

> [...] pensava na citação do rapaz:
> ”Vae solís!” Pedante! Mas Lourdinha parecia tão feliz com a filhinha...
> Afinal, o verdadeiro destino de toda mulher é acalentar uma criança no peito...
> *E sentia no seu coração o vácuo da maternidade impreenchida... “Vae solís!” Bolas!*
> *Seria sempre estéril, inútil, só... Seu coração não alimentaria outra vida, sua alma não se prolongaria noutra pequenina alma*... Mulher sem filhos, elo partido na cadeia da imortalidade...
> Ai dos sós… (QUEIROZ, 1993, p. 148, grifo nosso).

Ao afirmar que a professora iria, pelo não cumprimento da maternidade, viver uma vida de solidão, sem deixar marcas para a posteridade, o narrador evidencia a impossibilidade de se pensar o feminino além das questões que perpassam a maternidade. A sua recepção ao discurso da sociedade, não poderia ser diferente da que ela sente: ela se constitui também segundo os preceitos socioculturais que ela fortemente quer lutar contra e o efeito disso é que o sentimento de Conceição é de incompletude, a partir do momento em que ele vê na prima a felicidade no acalento de seus filhos – há limites para o seu rompimento com o sistema.

Ademais, a sensação de falta sentida pela personagem é alimentada por uma sociedade – na narrativa personificada pelas vozes de Mãe Inácia, Lurdinha, o jovem dentista – que compreende o feminino a partir do que ela impõe como uma “conexão existencial” da mulher com seus filhos. No excerto, a marca dessa junção inquebrável entre a instituição maternidade, como instituída pelo patriarcado, e mulher é dada pelo uso da palavra “impreenchida”, determinando a não integridade da personagem, que se sente então “estéril, inútil”. Ao final da narrativa, a personagem conclui com felicidade o fato de que agora ela poderá ser vista como mãe, única incubência que lhe faltava:

> À vista do menino, adoçou-se a amargura no coração da moça.
> Passou-lhe suavemente a mão pela cabeça; e pensou nas suas longas noites de vigília, quando Duquinha, moribundo, arquejava, e ela lhe servia de mãe. Recordou seus cuidados infinitos, sua dedicação, seu carinho...
> E, consolada, murmurou:
> — *Afinal, também posso dizer que criei um filho*… (QUEIROZ, 1993, p. 155, grifo nosso)

Pela voz do narrador, a passagem sugere que antes de encarregar-se da criação de Duquinha, a jovem tinha um coração duro, sem sentimentos; aspecto não aceito quando se trata de mulheres. Ela precisava “adoçar o seu coração” e esse ofício será efetuado pela ocupação com o menino, agora seu filho. As noites mal dormidas, dedicadas ao zelo oferecido ao afilhado, valem a pena porque agora ela poderá agora dizer que ela foi responsável pela formação de uma criança, a quem ela dá o título de filho. Assim, o final da história demarca a felicidade da personagem em tornar-se mãe, que após quinze dias[74] de dedicação contínua à criança pode externalizar o que sempre lhe foi ensinado.

O presente capítulo em sua totalidade sugeriu que pensar a história da representação da maternidade pelas linhas literárias faz-se exercício fundamental quando se objetiva colocar a narrativa das mulheres em destaque. O patriarcado, apropriando-se do corpo feminino, vê na maternidade forma de alimento do capitalismo, sistema econômico que se fortifica nessa forma de organização social; as mulheres são obrigadas a colocarem os seus corpos como um dos principais meios de enriquecimento do estado, tendo toda a sua constituição psicológica desde a juventude, a partir da organização sociocultural que se forma, estruturada para o atendimento desse dever.

Obviamente aqui, devido a extensão da tese, seria impossível fazer um levantamento maior no que se refere a obras e autores que tratam sobre o tema. Entretanto, entende-se que pelo levantamento proposto, evidenciou-se tanto o silenciamento – a maternidade é sempre tratada como pano de fundo da narrativa, os sujeitos-mães, as mulheres, são colocadas em segundo planos sem grandes aprofundamentos acerca da sua subjetividade – quanto a visão homogênea destinada ao tópico – a mãe cuidadosa e em constante estado de abnegação[75].

---

[74] Faço aqui relação com o próprio título da narrativa. O livro faz menção ao número quinze ao se referir ao tempo em que Conceição devotou à ocupação com a saúde da criança profundamente enferma. Quinze é, assim, também o número que sinaliza a natureza materna de Conceição, que estava apenas escondida por trás dos livros sobre feminismo lidos por ela.

[75] Como já mencionado na introdução, não se apaga o fato de não tratarmos de outras formas de maternidade, como a maternidade das mulheres negras, das mulheres lésbicas. Os contextos aqui analisados são quase que unanimemente formados por mulheres brancas e de classe média. Enfim, o debate sobre essa instituição é multifacetado. Sendo o sujeito feminino plural, as experiências maternas se fazem também diferentes nos diversos contextos em que as mulheres estão inseridas. Como salientado ainda nas considerações iniciais, refletir acerca da maternidade para além dos padrões patriarcais, envolve uma discussão interseccional, nas quais fatores como classe e raça em muitos influenciam

Descortinar o peso da obrigação da dedicação ao cuidado com o outro e do resumo de um corpo à sua biologia, aspectos que formam a maternidade, para o feminino na história é pertinente também para o estudo dos avanços do debate sobre o tópico. Para a exposição da situação e do modo como o sujeito-mãe é hoje representado pela literatura brasileira, mostrar os padrões em que essa instituição foi concebida é essencial para que tracemos as linhas do progresso nessa discussão. Assim, poder-se-á olhar atentamente para os aspectos desse tópico que a literatura contemporânea, produzida por mulheres, no Brasil, tomou como posição de fratura com os paradigmas masculinos. Dito isso, essa é a discussão a que o próximo capítulo se propõe.

3. “A gente tá feita para isso?”: O sujeito-mãe e a literatura brasileira contemporânea escrita por mulheres

O capítulo anterior mostrou que no século XIX e início do século XX a maternidade, e tudo que a envolve o tema, era tratada de dois modos pela literatura brasileira; o primeiro deles era o de total apagamento. Embora tenha se feito personagem constante na literatura, a mãe não é colocada como indivíduo central das narrativas. Percebe-se que a temática, principalmente por ser uma experiência exclusiva do feminino e, por consequência, sem interesse para a sociedade de normas masculinas[76], que valorizou os feitos grandiosos dos homens, não foi representada de maneira substancial na literatura. A partir de uma revisão histórica, pode-se afirmar que não há textos, especialmente em um cenário que evidencia o homem como primeira figura do fazer literário, que colocam a maternidade em destaque. A mãe regularmente é personagem secundário e figura descrita pela literatura de maneira trivializada, cômica, impotente (STEVENS, 2005, p. 73).

A literatura reforça a ideia de que a maternidade é resultado consequente de um casamento heterossexual; assim, a realização da maternidade pelas mulheres é dada como destino natural do feminino que deverá entregar filhos ao marido, como modo de certificação da continuidade do nome da família do homem. Dessa maneira, o segundo parâmetro de representação da maternidade e do sujeito-mãe é resultante desse primeiro: há uma restrição desse personagem a um único modo de representação. O sujeito-mãe é, então, apresentado como uma entidade homogênea personificada no ideal de “boa mãe”. A naturalização da maternidade afetou a individualidade das mulheres: como já exposto, as mulheres que, por algum motivo não se enquadravam nessa categoria – incluídas as que não cogitavam a gestação de crianças –, eram taxadas de anormais.

Assim, os textos literários analisados no segundo capítulo da presente tese sugerem que as inúmeras idealizações acerca da maternidade sempre se refletiram na constituição do sujeito-mãe. Assombrada pelo ideal materno, essa mulher foi

[76] O capítulo anterior mostrou que a idealização da maternidade se fez presente tanto na escrita de homens quanto na de escritoras mulheres. O sistema patriarcal, através de seu discurso dominador, moldou a sociedade de forma que a compulsoriedade da maternidade para as mulheres não fosse questionada. O completo silenciamento sobre o tema e o seu resumo ao ideal de boa mãe fortificaram a noção do fazer materno como um dever feminino.

forçada, de muitas formas, a adequar-se aos moldes instituídos para o cumprimento do "correto" cuidado para com os filhos. Sendo a maternidade uma atividade resumida pelo sentimento da felicidade, emoções ambivalentes foram mantidas em silêncio de maneira a reforçar a maternação como um fim para as mulheres. A compreensão de si mesma da mulher-mãe cingiu-se ao seu fazer materno, a sua, consequente, entrega ao outro; sua identidade e valor resumem-se a esse amor altruísta imposto ao feminino. Nessa perspectiva, assinala Orna Donath que a maternidade é o que anunciará "a ela [mulher-mãe] mesma e ao mundo que ela é uma mulher no sentido mais amplo da palavra, uma figura moral que não apenas paga sua dívida com a natureza ao criar vida, mas que além disso a protege e a promove" (2017, p. 25).

Nesse enquadramento da mulher-mãe, o seu papel no seio familiar é o de principal suporte do homem e de seus filhos. A sua ausência no espaço doméstico é interpretada como negligência e qualquer movimentação sua causadora de desconforto da família é lida como falha pessoal. Agente do bem-estar, a mulher-mãe tem "a sua própria raiva não legitimada, já que o seu trabalho é prover compaixão e conforto[...]"[77] (RICH, 1986, p. 53, tradução nossa).

Ainda que não se possa falar na existência de uma igualdade de participação do feminino na literatura, seja enquanto temática, tendo em vista a prevalência do masculino como sujeito universal, seja enquanto aquele que escreve, acentua-se que é em meados do século XX que o sujeito-mãe e o fazer materno passam a ser tópico de considerável reflexão na produção literária de algumas escritoras brasileiras. Como visto, o destaque dado a esse sujeito é possibilitado pelos avanços proporcionados pelos movimentos feministas e pelos estudos sócio-históricos acerca da mulher.

Ao postular a multiplicidade do sujeito feminino e reconhecer os limites impostos a ele no decorrer da história, esse conjunto de fatores viabilizou os questionamentos acerca do *status* da maternidade, bem como do peso dessa constituição do feminino, já que a maternidade foi utilizada enquanto fator para a dominação e opressão da figura feminina. Autoras que, através de sua produção, enfatizam o ponto de vista de Rich de que "[...] uma vez reconhecida a incorporação da diversidade pela sociedade [...] começa a ser possível imaginar que o patriarcado,

[77] No original: "her own anger becomes illegitimate, since her job is to provide him with compassion and comfort".

a cultura da família ocidental patrilinear não era tão essencial nem tão inevitável quanto parecia" (1986, p. 85).

Assim, rompe-se o conceito de natureza e passividade irracional do sujeito-mãe e a representação da maternidade no espaço literário desloca-se rumo à diversidade. Essas mudanças repercutem também na literatura e, nesse novo contexto, a literatura brasileira, com destaque para a produção de mulheres, torna-se sítio de uma releitura dos papéis de gênero e, por consequência, de discussão da ideia de que "a multiplicidade da mulher está presente na figura da mãe para quem convergem as dimensões de classe, raça, sexualidade, etc [...]" (STEVENS, 2005, p. 66). Essa compreensão traz à tona a percepção de que a maternidade atravessa não apenas questões biológicas, mas de caráter psicológico e, sobretudo, social. As reflexões postas por estas mulheres desnudam o modo de funcionamento patriarcal que naturaliza a maternidade enquanto dever feminino e desmascaram o perigoso discurso que homogeneiza o comportamento da mulher enquanto sujeito que materna.

No período citado, na literatura escrita por mulheres, destacam-se os nomes de Clarice Lispector (1920-1977), Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e Lygia Fagundes Telles (1923-). Mulheres escritoras que colocam o feminino como instâncias narrativas de suas histórias, representando experiências femininas distantes daquelas contadas pelas perspectivas hegemônicas. Assim, entende-se que elas reescrevem "trajetórias, imagens e desejos feminino [...] que respondem subversivamente às ideologias conservadoras arraigadas na reprodução de imagens femininas, produzidas tradicionalmente pela literatura canônica" (ZOLIN, 2009, p. 106).

Pontua-se que, no exercício de reescrita da vivência das mulheres, essas autoras evidenciaram e representaram a maternidade e o sujeito-mãe, em seus trabalhos, de maneira a promover um protagonismo dessas mulheres em sua variada constituição[78]. Elas proporcionam uma discussão para além das amarras em que o patriarcado envolveu a maternidade, seja por colocarem a maternidade negra e pobre em destaque, no caso de Carolina de Jesus, por darem acesso à consciência da mulher no exercício da maternagem, no caso de Lispector, ou seja por apresentarem mulheres-mães infiéis ao casamento imposto pelo patriarcado, de Telles. Assim, ao

[78] Outrossim, sua literatura também colocou em destaque mulheres não-mães, personagens mulheres, que ao tomarem um caminho diverso daquele para elas predeterminado, ressignificam os modos como a subjetividade feminina é constituída.

representarem esses diferentes sujeitos-mãe, elas corroboram para a noção de que a "literatura, em sua heterogeneidade de formas e realizações, tem uma função crítica importante na produção de saberes, nos processos de emancipação e na formação de competências sociais" (SCHMIDT, 2017, p. 42)

As obras dessas escritoras[79], atentas tanto às renovações no campo social quanto aos debates concernentes aos papéis de gênero, contemplaram as ambivalências que constroem o sujeito-mãe. Assim, ao exporem a pluralidade dessas figuras, sugerem que o amor materno, sentimento compreendido como elaborado nas trocas entre mães e filhos, pode até mesmo não se fazer presente nessa relação, bem como pode dar lugar ou estar acompanhado de emoções como frustração, arrependimento, culpa, vergonha, raiva. Essas autoras, pautando a maternidade como mais uma das muitas relações humanas que perpassam o feminino, ponderaram sobre uma urgente ressignificação social da temática e sublinharam a importância da desconstrução de um padrão que objetifica o sujeito-mãe. Suas obras transpuseram os limites impostos pelo patriarcado, escancarando a percepção de que a mulher-mãe não deve mais ser circunscrita por sua servidão eterna ao outro.

Embora o debate proposto pela literatura dessas mulheres acerca da maternidade parta muitas vezes dos danos causados ao feminino perante a obrigatoriedade do cumprimento do papel materno ou das cobranças de exercer esse ofício a partir dos altos padrões impostos pelo patriarcado, compreende-se que o objetivo nele contido não é o de propor que todas as mulheres abdiquem da maternidade, colocando a compulsoriedade em termos de proibição e de abolição de seu exercício pela mulher, mas sim o de, como preconiza Rich (1986), destruir a maternidade enquanto instituição patriarcal, o que possibilita uma verdadeira ressignificação do fazer materno em termos mais plurais. A estadunidense, que como dissertamos ainda no primeiro capítulo, descreve dois significados para a maternidade, pontua que é essencial dissociar esse fazer das noções de compulsoriedade, de dominação e de repressão do feminino, como pregado pelo discurso dos homens, com a finalidade de associá-la às questões de livre escolha das mulheres.

[79] Questões sobre a maternidade (ou a não maternidade) são debatidas nas obras *O quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, *A mulher que matou os peixes* (1968) e *A hora da estrela* (1977), de Clarice Lispector e o conto "Uma branca sombra pálida" (1995) e o livro, *As meninas,* de Lygia Fagundes Telles.

As relações vivenciadas pela mulher-mãe com a família, sobretudo as traçadas com os seus filhos, são apresentadas a partir de sua problematização, sugerindo a necessária reconfiguração dos relacionamentos em que o sujeito-mãe está inserido. Assim, a simbiose entre mães e filhos é colocada em xeque ao se questionar a maternidade enquanto dever das mulheres. Essas mulheres, ao ocuparem espaço de destaque na literatura, elucidam considerações acerca das cicatrizes deixadas no feminino pela imposição de uma sublime união entre esses sujeitos; um vínculo que de tão “perfeito” apaga todo e qualquer resquício da subjetividade materna, já que os desejos dos filhos é o que deve prevalecer. A vulnerabilidade dessas relações entra em cena para mostrar as bases incertas de uma maternidade mais próxima da realidade.

Ainda pode-se perceber que questionamentos quanto aos fluxos espaciais do sujeito-mãe fazem-se presentes na literatura a partir de meados do século XX. Enquanto a maior parte das produções literárias nacionais, anteriores ao período mencionado, mostravam que essa mulher estava fixada ao espaço doméstico sem muitas possibilidades de rompimento dos laços com o lar, o feminino representado pela literatura de mulheres no século XX delineia variadas relações com o ambiente privado, bem como com o público. O sujeito-mãe faz dos seus trânsitos nesses espaços momentos de reflexão sobre suas experiências e limitações. A casa não é mais exclusivamente apresentada como lugar reservado à passividade feminina, e que cumpre um ofício essencial na modelagem do ideal materno, mas local passível de suscitar as mais profundas meditações femininas sobre o seu status. O espaço doméstico é, enfim, um local político e de influência mesmo na transgressão das mulheres-mães. Demarcou-se, então, uma abertura, ainda que pequena, de espaços para um maior protagonismo da mulher-mãe.

Ademais, destaca-se que o aspecto mais importante da presença da mulher-mãe nas narrativas dessas mulheres foi a possibilidade dada às mães de contarem as suas próprias histórias, expondo suas dúvidas e inseguranças quanto aos processos que perpassam a maternidade como um todo. Um protagonismo importante em uma sociedade que romantiza as relações que constituem o sujeito-mãe e que afirma o fazer materno como desejo natural da mulher.

Compreende-se que a literatura dessas autoras que indagaram as certezas que rodeiam o sujeito-mãe e exprimiram o peso carregado, bem como o preço carregado ao longo da história pelo feminino ressoa na escrita de muitas escritoras no século

XXI. Apreende-se que a literatura brasileira escrita por mulheres na contemporaneidade apresenta e vem dando cada vez mais destaque aos sujeitos-mãe que de muitas formas não se encaixam no ideal materno propagado pela sociedade patriarcal. Essa nova postura frente à maternidade objetiva também à compreensão da ambivalência de sentimentos maternos, o que expôs uma subjetividade materna que é também edificada nessas contradições que a experiência provoca. As ressignificações colocaram em xeque a noção acerca da "boa maternidade", que atribui às mulheres o amor e a entrega como únicos sentimentos presentes no fazer materno.

Obras, como as que neste capítulo analisaremos, mostram que o altruísmo e a benevolência, base do protótipo da maternidade patriarcal, revelam-se emoções sustentadas pelo total silenciamento e apagamento das mulheres. A percepção da maternidade representada pelas personagens dessas autoras, enquanto ação paradoxal, sublinha que esses sentimentos foram destacados pelo patriarcado com o objetivo de apagamento de qualquer outra emoção que pudesse deslocar a mulher-mãe do lugar sagrado em que foi posicionado socialmente.

Não se postula, neste trabalho, que toda a literatura brasileira escrita por mulheres no período em análise nesse subcapítulo esteja livre das amarras do patriarcado e que a representação da mulher-mãe não corresponda mais ao ideal vinculado a essa figura, seria impossível fazer tal afirmação tendo em vista que somos sujeitos imersos em uma sociedade que ainda toma os valores do patriarcado como universais[80]. Contudo, assume-se que, na atualidade, a literatura produzida por muitas mulheres expande o debate sobre os aspectos identitários, contribuindo para que a subjetividade feminina fosse fragmentada em perspectivas plurais (DALCASTAGNÈ, 2012). Dalcastagnè afirma que as diferentes representações dos sujeitos:

> [...] apontam diferentes modos de encarar a situação da mulher na sociedade, incorporando pretensões de realismo e fantasia, desejos e temores, ativismo e preconceito. Na medida em que nas últimas

[80] Não restam dúvidas de que os efeitos do predomínio dos valores do patriarcado são sentidos até hoje no espaço literário brasileiro. A professora Regina Dalcastagnè (2012), ao apresentar os resultados coletados pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília que pesquisou o perfil de escritores e personagens do romance brasileiro, pontua que a literatura brasileira possui um perfil dominante de escritor. Esse é formado por homens, brancos, heterossexuais, que possuem ensino superior, moram no eixo Rio-São Paulo, têm em média 50 anos e sua literatura apresenta como personagem principal quase invariavelmente homens na mesma situação. A pesquisa foi realizada junto a três grandes editoras do país (Companhia das Letras, Rocco e Record); foram analisados 165 autores e 258 obras (soma referente ao período de 1990 a 2004).

> décadas transformou-se aceleradamente a posição feminina nos diversos espaços no mundo social, a narrativa contemporânea é um campos especialmente fértil para se analisar o problema da representação das mulheres no Brasil de hoje (2012, p. 40).

No século XXI, há um número significativo de escritoras que através da literatura denunciam que "a multiplicidade que compõe o desejo e a experiência das mulheres é esquecida pelo efeito homogeneizante da imagem do mesmo" (SWAIN, 2007, p. 23). Pelo registro de um feminino múltiplo e contraditório, postula-se que muitas das mulheres que escrevem sobre mulheres, no século em vigência, contribuem sobremaneira para uma *política de localização subjetiva*, nos termos postos por de Lauretis (1990). Ao criar um lugar de crítica e de investigação acerca das marcas deixadas pelas limitações impostas aos gêneros pelo patriarcado, concebe-se um espaço de reflexões, ou como afirma Swain (2000) ao abordar as questões apontadas por de Lauretis, um lugar de fala "[...] com um entendimento particular da experiência individual como resultado de um feixe complexo de determinações e lutas, um processo de contínua renegociação entre pressões externas e resistências internas" (DE LAURETIS, 1990, p. 137).

Nessa lógica, Camila Doval[81] (2016) assinala, em sua tese acerca da personagem feminina no romance brasileiro contemporâneo escrito por mulheres, que a maternidade, ao lado da sexualidade, passam a ser tema recorrente "numa clara indicação da intimidade que as mulheres mantêm com ele[s], mesmo que forçadas a isso, e dos problemas de nível existencial que ele[s] acaba[m] invocando" (2016, p. 19). Ela continua seu estudo postulando que a literatura dessas mulheres evidencia o valor da apropriação desses temas pelo feminino, uma vez que contá-los pelas perspectiva das mulheres é assumir uma postura de resistência.

Pelo exposto, busca-se nesta seção discutir o modo como os livros *Uma duas*, de Eliane Brum (2018[2014]), *Com armas sonolentas*, de Carola Saavedra (2018), *O peso do pássaro morto*, de Aline Bei (2017) e *Quarenta dias*, de Maria Valéria

[81] Em 2016, Camila Doval defendeu a tese intitulada "Mulheres escritas por mulheres: personagens femininas no romance brasileiro contemporâneo (2000-2014)". Nesse trabalho, a pesquisadora analisou dez escritoras e dez obras: *Sinfonia em branco* (2001), de Adriana Lisboa; *Calcinha no varal* (2005), de Sabina Anzuategui; *A chave de casa* (2007), de Tatiana Salem Levy; *Algum lugar* (2009), de Paloma Vidal; *O pau* (2009), de Fernanda Young; *Suíte dama da noite* (2009), de Manoela Sawitzki; *Paisagem com dromedário* (2010), de Carola Saavedra; *Meu coração de pedra-pomes* (2013), de Juliana Frank; *Todos nós adorávamos cowboys* (2013), de Carol Bensimon; e *A menina de véu* (2014), de Natália Nami.

Rezende (2014) retratam a maternidade e o sujeito-mãe. Parte-se da noção de que essas obras representam uma mulher-mãe para além daquele postulado pelo patriarcado, principalmente por evidenciar as cicatrizes deixadas pelas exigências que aprisionam seu corpo, sua sexualidade, enfim, sua subjetividade. Nesse sentido, pretende-se apresentar os elementos dessas obras que refletem esses avanços realizados nos estudos sobre a temática tanto na apresentação de mulheres-mães como protagonistas de suas histórias quanto na exposição de mulheres que repensam o seu fazer materno e o questionam enquanto limitadores de suas ações e existência no mundo.

Para isso, elementos como as relações com o outro traçadas pelas personagens mães e a construção da percepção de si mesmas são debatidos, de modo a mostrar que as mulheres-mães representadas nos textos nesse capítulo analisados contribuem para a desconstrução do ideal materno e da maternidade instintiva. Do mesmo modo, apresentam-se elementos das narrativas que auxiliam para uma nova compreensão do sujeito-mãe, ao encontro dos termos apresentados no primeiro capítulo que pontuam a construção de uma mulher-mãe plural, não apenas atrelada ao exercício abnegado de entrega aos filhos, e de uma maternidade múltipla, que não aquela unicamente vinculada às mulheres, mas sim enquanto um fazer coletivo.

3.1. “Eu sempre senti que havia uma coisa ruim dentro de mim”: a subjetividade materna em Uma duas, de Eliane Brum.

Como afirmado anteriormente, a literatura brasileira contemporânea produzida por mulheres discute de maneira ampla as marcas deixadas pelas imposições do patriarcado à mulher-mãe. Narrativas recentes dão destaque para essas mulheres, enfocando os diversos processos e experiências que as envolvem, de modo a desconstruir o ideal da maternidade, que coloca o amor materno e o instinto feminino para o cuidado com o outro como centrais. Nesse sentido, uma das obras a colocar a temática em pauta, questionando os padrões impostos a esses sujeitos e sugerindo as profundas cicatrizes deixadas por esses parâmetros inquebráveis, é o livro de Eliane Brum, *Uma duas* (2018).

Publicada em 2011, a narrativa tem como cerne a relação entre uma mãe, Maria Lúcia, e sua filha, Laura; duas mulheres que se veem novamente obrigadas a conviverem dada a situação de saúde da primeira, que é encontrada muito doente dentro de casa depois que os vizinhos percebem o sumiço de longo período, nada normal na rotina dessa mulher. O relato de uma convivência forçada e as memórias desses femininos são o que o leitor acompanhará no decorrer do livro. A(s) história(s) contada(s) constroem-se de forma que se acompanhe, não linearmente, o passado e o presente dessas mulheres, assim como a maneira como esses diferentes tempos se refletem na relação delineada entre elas. Do mesmo modo, é nesse exercício de escrita que ambas têm a oportunidade de contar como suas diferentes experiências se refletem nessa relação mas, principalmente, de refletir como o vínculo entre elas construído reverbera-se na construção de seus “eus”.

A narrativa é majoritariamente contada em primeira pessoa, mas apresenta inserções de um narrador em terceira pessoa[82]. Tem-se acessos as vozes de Laura, que é a primeira a se propor a contar as situações vividas entre ela e a mãe, e de Maria Lúcia, que invadirá a história da filha para contar a sua versão dos fatos e, para isso, retornará às suas vivências do passado, perpassando pelas memórias com o seu pai e o homem com quem se relacionou após a morte do primeiro, pai de Laura;

[82] O primeiro narrador a aparecer na narrativa é Laura. Sua narração é intercalada com inserções de um narrador em terceira pessoa e da narração de Maria Lúcia. No texto, a narração de Maria Lúcia é a única que possui uma marca de distinção, sendo apresentada em itálico, característica da edição em que o estudo baseou-se. A primeira edição de 2011 apresenta distinção da voz do narrador em terceira pessoa, que será marcada pelo uso do negrito.

essas narrações marcam as incertezas e a parcialidade de um narrar em primeira pessoa, ambos os relatos “ilustram uma confusão mental relacionada com a impossibilidade de lembrar e organizar o relato” (MACHADO, 2014, p. 14).

Entende-se que o impulso das narrações da mãe e da filha é exatamente o mesmo, já que tanto Laura quanto Maria Lúcia demonstram um semelhante esfacelamento de suas subjetividades advindo das experiências acarretadas pelo vínculo que se construiu entre elas durante a infância e a adolescência da primeira. Esse fato será reforçado pelas interposições do narrador em terceira pessoa, que trabalhará para o preenchimento dos espaços vazios deixados por essas duas mulheres imersas em seus traumas e em uma relação marcada por diferentes níveis de rivalidade, bem como de mágoas.

Salienta-se que, na narrativa, Laura e Maria Lúcia possuem vozes de difícil separação; elas são individualidades que se confundem. Logo, percebe-se que não há uma subjetividade materna desatrelada da figura de sua filha. Esse sujeito-mãe que compreende a si mesmo, bem como entende suas ações no mundo, a partir do inevitável vínculo com a filha, é já anunciado no título da obra de Brum (2018[2011]). *Uma duas*, redigido na capa sem pontuação que marque divisão entre essas duas palavras, sugere a inseparabilidade da primeira (uma) com a que a procede (duas): a mãe confunde-se com a filha; elas são sujeitos que não se percebem separadas. Afirma Laura que o “útero é para sempre” (BRUM, 2018, p. 14), acentuando a noção de que, com sua mãe, elas formam um único corpo. Contudo, esse elo molda-se a partir do reflexo de uma realidade de apagamento e de uma história de reclusão em que a integridade dessa mulher-mãe foi-lhe sempre negada; ela só existe nessa relação dependente com a filha, único sujeito com quem ela percebeu algo em comum, o silêncio.

Em *Uma duas* (2018), há a representação de um relacionamento entre mãe e filha que sugere a sensibilidade e a debilidade dos frágeis relacionamentos humanos. Para isso, Brum (2018) expõe ao leitor os ressentimentos, os arrependimentos e as desconfianças que envolvem esse vínculo. A ligação entre Maria Lúcia e Laura é perpassada pelas mais diversas dores que a elas foram infligidas por uma sociedade que subjuga o feminino ao poder do masculino nos diferentes setores de suas vidas. Mãe e filha exprimem uma multiplicidade de emoções que não fazem parte do *script*

reservado às mulheres pelo patriarcado[83], como a raiva e descontentamento de Laura, sentimento demonstrado no momento em que descobre que há dias a mãe não sai de casa através do contato com uma vizinha dessa mulher — “droga de vida, droga de mãe, droga de mulher-do-centro-espírita. Droga de gente que se mete na vida dos outros. [...] Cadê a droga da maldita chave do apartamento da mãe?” (BRUM, 2018, p. 10) —, e como Maria Lúcia que admite não ser boa e bastante orgulhosa — “não quero que vocês pensem que sou boa, porque não sou. [...] é verdade que sempre fui uma mulher muito orgulhosa” (BRUM, 2018, p. 77).

Os excertos acima sugerem os deslizamentos dessas entre o ódio, a desconfiança e a raiva, sentimentos expressos muito em vista da necessidade que ambas têm em superar a culpa que mina esse relacionamento. Essas sensações manifestam-se de diversas formas nessas personagens, perpassando tanto a linguagem usada por elas ao contarem as suas histórias, uma linguagem repleta de palavras usadas para machucar e atingir uma a outra, quanto a maneira como seus corpos são representados: de um lado temos Laura que se automutila[84] e do outro, Maria Lúcia, enfraquecida por um câncer em estágio terminal. É, dessa maneira, que suas cicatrizes são expostas, revelando sujeitos estilhaçados pelos limites rígidos impostos ao feminino pelo patriarcado; “mulheres destinadas a viver sem palavras” (BRUM, 2018, p. 96), afirma Maria Lúcia.

A dificuldade de desvencilhamento entre essas duas mulheres marca também a diluição das fronteiras entre a realidade e o ficcional[85]: os sujeitos que narram são, do mesmo modo, personagens fictícias. Nesse sentido, Maria Lúcia introduz-se na história como uma projeção de Laura, que também precisa compreender o porquê da relação com a mãe ter sido tão traumática, assim a voz de Maria Lúcia é também a voz de Laura; em seus “corpos de letras” e mãos idênticas ambas precisam narrar. Laura, que ao perceber a semelhança de sua mão com a mão da mãe, em um primeiro

[83] Bárbara Rosenwein, em *História das Emoções* (2011), assinala que as emoções são utilizadas de modo a rotular os sujeitos. No caso das mulheres, a docilidade, o amor ao outro, a timidez são alguns dos rótulos que as designaram.

[84] Laura começa a se cortar com o objetivo de separar-se da mãe, como mostra o seguinte excerto: “como meus braços bordados pelas cicatrizes de todas as tentativas de me separar do corpo de minha mãe” (BRUM, 2018, p. 15).

[85] Faz-se importante mencionar a análise realizada por Bruna Farias Machado (2014). Em seu trabalho intitulado, *Corpos que gritam: a relação mãe e filha em Uma duas, de Eliane Brum*, Machado defende que a narrativa pode ser categorizada enquanto um texto autoficcional, tendo em vista o entrelaçamento entre personagens e os narradores em primeira pessoa, o que consequentemente, dissolve os limites entre o real e o ficcional.

momento quer apagar tudo que escreve, mas aos poucos reconhece que é nesse exercício que reside a sua liberdade. Do mesmo modo, o exercício de escrita de Maria Lúcia, que adentra à escrita da filha sem pedir licença, sugere esse como um necessário fazer para o seu livramento de uma história de controle a que foi submetida.

Assim, salienta-se que a percepção da escrita como uma importante ação para o feminino na contemporaneidade; essa necessidade de escrever, exercício em direção a uma libertação dos padrões e do peso deixado pelo patriarcado, estão presente em outros dois livros analisado: *Quarenta dias* (2014), de Maria Valéria Rezende, no qual a personagem principal escreve um diário, e *Com armas sonolentas* (2018), de Carola Saavedra, em que Ana registra em uma peça, na qual também atua, suas vivências.

De todo modo, entende-se que a inerência entre mãe e filha, retratada pelo livro de Brum (2018), escancara os efeitos de um fazer materno moldado pelo discurso dos homens que coloca o feminino como exclusivo cuidador das crianças, o responsável por todos os aspectos que envolvem a sua formação. Essa responsabilidade é revestida pelo caráter de total devotamento e sacrifício da figura feminina por seus filhos e pode ter como consequência a impossibilidade do desentrelaçamento de sujeitos que se percebem enquanto unos. Pontua Badinter (1980), ao refletir acerca da obra *Memórias de duas jovens esposas*, de Honoré Balzac (1841), que para o patriarcado, mãe e filhos(as) representam o "casal ideal", já que na relação traçada entre ambos não existiria a "necessidade de nada nem de ninguém" para a concretização de sua felicidade (BADINTER, 1980, p. 250). O resultado desse elo inquebrável é perceptível no texto de Brum (2018) ao ser apresentado através da relação narcísica instituída entre as personagens; uma é o espelho da outra, sugerindo a total falha do sujeito-mãe em sua performance de uma boa maternação", que seria a viabilização materna de um lugar de satisfação tanto física quanto psicológica, que acarretaria do desvencilhamento entre ele e seu filho (CHODOROW, 1978).

Ainda que no primeiro capítulo tenha-se mencionado que no século XXI há uma revitalização do arquétipo materno, aquele baseado na bondade e paixão do sujeito-mãe, bastante fortalecido pelo discurso da mídia, seja ele a nível social pela valorização cada vez mais forte da família, como instituída pelo discurso religioso, seja mesmo no debates nos movimentos feministas (BADINTER, 2011), a obra de Brum (2018) empenha-se em colocar em xeque esse sujeito. Desse modo, a escritora

gaúcha constrói uma narrativa crua e visceral em que não há representação de uma mãe que atenda aos padrões do patriarcado, mas a apresentação de uma mulher-mãe da maneira mais íntima e profunda, um indivíduo também construído a partir das ambivalências e incertezas que envolvem sua subjetividade; ela é um feminino cansado das amarras que por longo tempo a impuseram uma vida de restrições. Nesse caminho, distanciando-se do pudor que a ela foi estabelecido pela figura paterna, como ao longo da narrativa será revelado, esse sujeito precisa apresentar-se enquanto um indivíduo que tem necessidades fisiológicas como qualquer outro.

Logo no início da narrativa, a filha encontra esta mãe já bastante doente; "enrodilhada no chão", tendo os seus pés, em processo de decomposição, comidos pelo gato; Brum (2018) exprime, assim, já na constituição corporal da personagem, uma mulher-mãe atípica; essa possui um corpo distante daquele da imagem sacralizada de Virgem Maria, não há um corpo intocável, mas um corpo infectado e doente, desconstruindo a noção do "sentimento corrente e profundo de que o corpo feminino seria mágico"[86] (RICH, 1986, p. 164, tradução nossa). Afirma Maria Lúcia que ela "nunca foi boa em disfarçar o mau cheiro" (BRUM, 2018, p. 128), ratificando a noção de que esse não é um corpo de uma mãe nos moldes do patriarcado, mas um corpo humano imperfeito distante da imagem materna divina.

Faz-se interessante pontuar que a narrativa da mãe se desenrola em dois espaços: o doméstico e o hospitalar, lugares, como no primeiro capítulo discorreu-se, que evidenciam o domínio do masculino sobre o feminino. No decorrer da obra, os diferentes narradores evidenciam a atmosfera de aprisionamento de ambos os espaços. Para Maria Lúcia, a casa foi, desde a sua infância até a vida adulta, lugar de encarceramento e em que todos os horrores lhe acometiam. Já o hospital, é o local em que mãe e filha precisam se ajustar aos comportamentos destinados aos seus papéis sociais, Laura narra que os olhares daqueles que ali trabalham deixam claras as expectativas para essas duas mulheres. Entretanto, é nesse mesmo ambiente que Laura e Maria Lúcia subvertem a ordem da conduta mãe e filha; a mulher-mãe pede a filha que a mate e é entre as paredes verdes, assistindo, não à toa, *A noviça rebelde*, que Laura decide por atender o pedido da mãe.

A representação de uma mãe incomodada com o papel que lhe é demandado, instaura uma narrativa que apresenta a maternidade que não se encaixa nos padrões

[86] No original: "[...] deep and prevalent sense of the women's body as magical".

impostos, transparecendo os incômodos e as misérias desse feminino acerca de seu papel materno. Nesse sentido, *Uma duas* (2018) revela as consequências deixadas nos sujeitos pela idealização do sujeito-mãe: Maria Lúcia é uma mulher que pouco sabe sobre si mesma e que pouco viveu fora do espaço doméstico, tendo em vista os cercamentos enfrentados por ela nos vínculos com o masculino. Essa noção de não reconhecimento de si mesma e do seu modo de ser no mundo enquanto mulher e mãe é exposto pela personagem no excerto que se segue:

> *[...] talvez eu pudesse ter tido outra vida. Acho que é isso, afinal. Eu fui um equívoco. Minha vida foi um grande mal-entendido. [...] Será que existe alguma vida que não seja um grande mal-entendido? Eu não sabia que gostava tanto de viver, mas eu gosto. Agora que eu vou morrer eu gosto. Você não estará lá onde vou, Laura. Se é que eu vou a algum lugar. Se existe céu e inferno, eu provavelmente vou para o inferno. Mas, ouso dizer, será uma injustiça. Porque eu não sabia. [...] Eu sei que sabia o que fazia. O que eu não sabia e não sei até hoje é como fazer diferente. Como a gente cria uma vida que não seja um grande mal-entendido?* (BRUM, 2018, p. 158, grifo da autora).

Maria Lúcia percebe-se como um equívoco; uma mulher que pouco entende da vida e que é, portanto, inapta para o cuidado de outro sujeito. Essa incapacidade, reflete Maria Lúcia, incidiria na criação de outra vida também compreendida como um mal-entendido, já que ela não poderia exercer o papel materno de outro modo que não aquele marcado pelo domínio sob a filha, a quem ela submete a situações como a de dar o peito para Laura sugar, mesmo essa estando em idade já adulta. As noções de cuidado e amor desse sujeito-mãe se resumem à falta de qualquer carinho e proximidade com o seu pai, militar, homem de valores conservadores; essa figura paterna foi responsável por sua criação após a perda de sua mãe, morta durante o parto. Entre eles, a interação era quase inexistente e os cercamentos se faziam grandes, tendo em vista que Maria Lúcia era proibida de possuir qualquer contato que não fosse com ele:

> *[...] assim eu vivia sob vigilância constante, já que ele não confiava em ninguém para botar dentro de casa, e eu passava o dia sozinha. [...] Meu pai, [...], era pudico com o meu corpo. Nunca tocou em mim. Nem mesmo para me dar colo ou um beijo de aniversário. Meu pai achava que uma relação decente entre pai e filha não incluía o toque* (BRUM, 2018, p. 90-91).

O trecho acima mostra que o pai da personagem-mãe em *Uma duas* (2018), que como ela mesma afirma “gostava da tradição” (BRUM, 2018, p. 89), simboliza, assim, o masculino não preparado para o cuidado com crianças. Reflexo do que é designado ao homem, ele não aprendeu como encarar todos os processos que envolvem a criação de uma criança; assumir a incumbência pelos cuidados com a filha não estava em seus planos, levando em consideração que essa seria uma atividade de sua mulher. À vista disso, a subjetividade esfacelada de Maria Lúcia é igualmente consequência de uma sociedade que designa, de modo exclusivo, o cuidado para com os filhos à mãe e, sem sua própria mãe, devido ao modo como a sociedade se configura, esse sujeito foi impedido de constituir o seu eu, visto que, como pontua Chodorow (1976), a relação inicial da criança com a mãe — ou a falta dela — afetaria “profundamente o senso do eu” (p. 106).

Logo, a ausência materna para Maria Lúcia também ecoa no seu discurso como uma possível justificativa para a sua inaptidão para o fazer materno: “eu não tive uma mãe. Talvez seja por isso que eu não tenha sido uma boa mãe. Eu nunca soube o que uma mãe deve fazer” (BRUM, 2018, p. 88). As observações da personagem apontam para a noção social de que a mulher é sempre uma mãe em potencial e que essa potência será desenvolvida no contato com a sua mãe, sua principal fonte de descobertas e trocas. Em um contexto em que a maternidade é idealizada, para Maria Lúcia, não muito diferente do discurso conservador socialmente reverberado, a falta da figura materna seria um modo de explicar o seu desempenho ineficiente no exercício materno.

De modo a refletir sobre o acima explicitado, apresenta-se os apontamentos de Donath discorre sobre o significativo papel da figura materna na preparação das mulheres para a maternidade: “são as mães que assumem o papel de ‘professoras’ de suas filhas. Elas, ao cumprirem com o dever da ‘boa maternidade’, serão porta-vozes da maternidade enquanto instinto e amor inquestionável” (2017, p.108). Nessa perspectiva, segundo a Donath, as mulheres-mães, no exercício de sua função materna, devem instruir e servir de modelo às suas filhas. Badinter (2011) faz afirmação semelhante: “a mãe, enquanto modelo positivo, será tomada como uma grande aliada pelo patriarcado, pois a filha a tomará como modelo para sua vida futura” (1980, p. 245). São essas figuras, que, consumidas pelos valores vigentes, não desempenharam uma maternidade que não aquela esperada pela sociedade, tendo

em vista que as possibilidades de questionamento acerca dessa função eram inexistentes, como aqui já demonstrado, que:

> [...] transmitem os valores fundamentais para a compreensão da maternidade como natural às mulheres, dando sequência ao fazer materno nos moldes do patriarcado, o que significa a construção de relações sólidas com os filhos, que gerariam, desse modo, uma ordem nas relações familiares. Da mesma maneira, reforçam a sensação de pertencimento ao ambiente da mulher quando no exercício da maternidade (DONATH, 2017, p. 109)

Faz-se relevante salientar que no decorrer da narrativa tem-se acesso a diferentes pontos-de-vista sobre o sujeito-mãe, uma manifestada pela filha e, outra, pela própria personagem-mãe. Enquanto na versão de Laura, Maria Lúcia é uma mãe monstruosa, que anula a figura paterna, sujeito não nomeado no decorrer da obra, e que detém um poder intimidador sobre a filha, em uma relação em que o amor e o ódio estão presentes na mesma intensidade; o sujeito-mãe quando se faz narrador, ao depreender o caráter libertador que a função da escrita exerce em sua vida, descreve-se como “apenas uma velha, [...] muito, muito cansada” (BRUM, 2018, p. 77) e que até aquele momento fora balizada pelo “pudor das palavras” (BRUM, 2018, p. 77). A nova situação é, então, uma oportunidade de narrar suas histórias e mágoas do passado e, mesmo, apresentar a sua versão sobre a relação com a filha Laura, traçada no presente.

Não surpreendente é o fato de que o sujeito-mãe, Maria Lúcia, precisa reivindicar o seu direito à fala, tendo ela que invadir o espaço de escrita/fala da filha – essa intromissão do discurso da mãe ocorre apenas no capítulo quinze, em meio às reflexões de Laura acerca do estado atual de sua mãe, como mostra o excerto abaixo:

> *[...] ainda bem que você saiu. Eu já estava me sufocando com a sua presença no ar que eu quase não respiro. Não se iluda, eu também sinto seus olhos e suas unhas ainda jovens arranhando a minha porta. [...] É para os seus leitores que escrevo. Mas a decisão de publicar também a minha versão é sua. Será sempre sua* (BRUM, 2018, p. 76-77, grifo da autora)

Essa necessária interferência sugere que essa mulher-mãe não aceitará mais o espaço de silenciamento que lhe foi outorgado. Uma subalternidade que levou-lhe a construir uma penosa relação com Laura em que ambas não superam o

imbricamento de suas subjetividades, demarcando um complexo de Édipo não superado[87]. Maria Lúcia reconhece o seu nulo poder de decisão, enquanto mulher-mãe, tendo em vista que é Laura quem detém o poder no tocante à escolha de tornar ou não pública a versão de sua mãe. Não obstante, como afirma o sujeito-mãe, a escrita também será uma ação que refletirá a sua "[...] existência. Escrevo como se disso dependesse a minha existência" (BRUM, 2018, p. 105). Emily Jeremiah, em seu artigo "Murderous Mothers: Adrienne Rich's *Of Woman Born* and Toni Morrison's *Beloved*" (2004), ao comentar os apontamentos de Rich acerca da maternidade, expressa a importância do processo de escrita para o sujeito-mãe:

> a escrita materna perturba outros [. . .] oposições, como público/privado e mente/corpo [; . . . também] implica uma divulgação da experiência da maternidade, [. . .] subverte a noção tradicional da mãe como um instintivo, ser puramente corpóreo [e] desafiar os ideais dominantes de individualidade e autonomia. Portanto, a escrita materna, ao interromper e desconstruir o roteiro normativo da maternidade como privado e silencioso também perturba e se opõe à narrativa recebida da criatividade, especificamente da tripulação humanista liberal de subjetividade e autoria (2004, p. 59, tradução nossa)[88].

Como marca de sua subsistência na escrita, Maria Lúcia opta, em determinado momento de sua narração, por declarar e escrever a palavra que teria matado o seu pai — *voragem*. Para ela, colocar no papel essa palavra que a perseguiu durante anos, significa o caminho para a aceitação de uma desvinculação de sua figura paterna e o rompimento com a herança emocional legada por esse, o que acaba por fortalecer a compreensão de sua própria voz, não mais como uma mera repetidora das palavras ditadas pela figura paterna. Ela coloca a apresentação do vocábulo como um grande momento em sua vida, sendo este responsável pelo trânsito da personagem por variados espaços, não antes habitados, em si mesma. As percepções acerca do seu eu a levam à apreensão sobre a relação com a filha.

---

[87] No primeiro capítulo, foram tecidos comentários acerca da construção e da superação do Complexo de Édipo pela menina de acordo com Freud (1976).

[88] No original: "upsets other [. . .] oppositions, such as public/private and mind/body [; . . . as well it] entails a publicizing of maternal experience, [. . .] subverts the traditional notion of the mother as an instinctual, purely corporeal being [and] challenge[s] dominant ideals of individuality and autonomy". Maternal writing therefore, as it interrupts and deconstructs the normative script of maternity as private and silent, also disturbs and counters the received narrative of creativity, specifically the liberal humanist view of subjectivity and authorship".

Nessa perspectiva, a própria prática da escrita é colocada por Maria Lúcia como esfera de aproximação entre ela e Laura. Considerando que o pai “mal sabia escrever” (BRUM, 2018, p. 77), o talento para escrever teria sido herdado da mãe, Maria Lúcia é quem efetivamente abre o caminho para que a filha torne público sua condição feminina. Elas são sujeitos femininos que, agora, fazem o uso de suas mãos de modo a libertarem-se das amarras que as limitaram por longo tempo. Desse modo, a mão, símbolo do afago materno, da segurança que a mãe representa, é o que coloca essas duas mulheres em um mesmo nível. Mãos que escrevem e que propulsionam essas mulheres para além do esperado para si mesmas em um universo masculino.

Brum (2018), ao retratar uma relação de dependência entre mãe e filha, expõe a dor e o peso do dever da maternidade para uma mulher, sem que essa compreenda essa instituição e tudo que nela está envolvido. Esse feminino é levado à concretização do papel materno sem possibilidades de questioná-lo; à Maria Lúcia, por estar em uma relação heterossexual, é negada a não realização da maternidade, já que ao não tornar-se mãe estaria materializando um *status* de não-mulher. Outrossim, a maternidade é, então, exposta como um possível lugar de desencontros, de não completude dessa mulher, diferente do esperado quando se pensa na instituição erigida pelo patriarcado; na narrativa, a maternidade é mostrada a partir do entendimento de que ele pode ser mais uma face de objetificação do corpo das mulheres.

O corpo de Maria Lúcia desejava a liberdade desde a morte de seu pai, como por ela mesma exposto, “eu queria tanto ter liberdade para sair sozinha de casa” (BRUM, 2018, p. 122). Todavia, o seu “*medo [...] era maior do que qualquer coisa que [...] tivesse experimentado*” (BRUM, 2018, p. 122, grifo da autora), o que a leva a substituir a figura de seu pai pela de outro homem, o porteiro do prédio em que morava com o pai, a quem ela chama, durante a narrativa, de o “ratinho cinzento”, “*um estranho, [...] agora a pessoa mais íntima da minha vida*” (BRUM, 2018, p.124, grifo da autora), nas palavras da própria personagem; um masculino que a corrompe e a invade de variadas maneiras. É esse masculino quem, depois do pai, dominará o seu corpo. Após uma tentativa de fuga frustrada pelo medo da noite, ao chegar em seu prédio o “ratinho cinza” deixa clara a relação entre eles estabelecida: “*sou o seu homem”* (BRUM, 2018, p. 125), sugerindo o papel de protetor do feminino indefeso que agora ele ocupa.

No entanto, Maria Lúcia não entende o vínculo estabelecido, afinal de contas, seu pai era o único com quem convivia até os 22 anos de idade; a ela não é dada escolha quanto a permanência daquele homem em sua vida, pois o medo e as incertezas da solidão não conhecida a impossibilitam de assimilar a situação em sua totalidade. Ela é a jovem mulher em que, como nos termos postos por Beauvoir (2009), os "sentimentos se acham privados de eficiência imediata" (p. 435). A criação dada a ela pelo pai contribuíram para a noção de que "o mundo define-se sem ela e tem um aspecto imutável" (p. 435). Nessa situação, ela resigna-se a impotência de um corpo que nunca experimentou força; Maria Lúcia "não ousa empreender, revoltar-se, inventar: votada à docilidade [...], não pode se não aceitar [...] um lugar já preparado (BEAUVOIR, 2009, p. 435). Mesmo que seus sentimentos em relação ao homem beirem o ódio e o nojo, esses não são forças motoras para que ela saia dessa situação, tendo em vista que ela não reconhece a viabilidade de criação de um relacionamento para além do silêncio e da subjugação de si mesma. Por mais que aquela relação seja completamente diversa das demais, como ela mesma percebe em uma caminhada no parque com o "ratinho cinzento" ao ver que outros casais se beijavam e se abraçavam enquanto os dois não trocavam demonstrações de carinho, era ao que ela tinha se apegado após a morte de seu pai. É nessa relação que esse sujeito-mãe terá sua primeira experiência com o sexo.

A representação do sexo entre essas personagens, na obra de Brum (2018), elucida as violências sofridas pelo feminino delimitadas pela heterossexualidade compulsória. É no momento em que afirma que é o "seu homem", que o "ratinho cinzento", tomando a premissa como sinônimo para a apropriação do corpo dessa mulher, parte para a violação de um feminino indefeso e inconsciente do significado do que ali acontece. São com os estupros efetivados pelo "ratinho cinzento" que Maria Lúcia terá seu único contato com o sexo. Ela descreve o primeiro estupro sofrido:

> *Fiz o que tinha aprendido a fazer. Deixei fazer.*
> *Ele tocava o meu corpo com cuidado, quase com temor. E foi tocando e tocando em todos os lugares onde meu pai nunca tocou. Eu não sabia o que ele fazia, mas sabia que ele não devia fazer. Não conseguia me mexer. Talvez nem quisesse. Eu nem estava ali. Mas estava de algum modo porque comecei a gostar e a odiar aquele toque. Era a primeira vez que alguém me tocava. E era bom e era ruim* (BRUM, 2018, p. 125-126, grifo da autora).

O excerto acima descreve a ambivalência de sentimentos que perpassam a personagem: ela não consegue explicar as suas emoções diante da exposição e do contato físico com aquele homem, o primeiro a tocá-la, sugerindo a sua incapacidade em perceber a crueldade instituída nessa sua nova relação. Enquanto mulher, ela é impedida de perceber as invasões desse masculino, como assinalado por Beauvoir (2009) ao citar as palavras de Rousseau: “a mulher é feita para ceder ao homem e suportar-lhe as injustiças” (p. 163).

Durante o ato, Maria Lúcia está imobilizada e seus pensamentos remetem, exclusivamente, à figura do pai e os limites que ao seu corpo eram impostos; a dor e o nojo são os resultados do que entre eles acontece: “*ele começou a tirar as suas roupas e ele tinha um corpo branco e mole, muito diferente do corpo de meu pai. Eu tive nojo dele ao ver aquele corpo* [...] *tão diferente do corpo do meu pai. Mas continuei parada ali até mesmo quando ele abriu as minhas pernas, e eu senti uma dor tão grande* [...]” (BRUM, 2018, p. 126). Os sentimentos que nela persistem, demarcam a agressividade da situação, uma situação que a fere de múltiplas formas. O final da prática sexual é marcada pela ideia de que sua vida é regida pelo silêncio e pela sua invisibilidade frente aos demais sujeitos: “*pensei que tinha acordado todos os vizinhos com meu grito. Mas, como tudo em mim, foi um grito de silêncio, porque ninguém apareceu”* (BRUM, 2018, p. 126, grifo da autora).

A negativa de acesso ao seu próprio corpo e sexualidade, levando em conta a própria relação que o pai mantinha com essas questões, colocam Maria Lúcia em um lugar de ignorância frente aos abusos cometidos pelo homem inominado; ela sabe que há algo errado, mas não sabe mensurar a inadequação das circunstâncias. Por isso, faz-se relevante recordar que o primeiro contato de Maria Lúcia com uma situação em que ela presencia conduta sexual balizará sua relação com a sexualidade por toda a sua vida adulta. Ainda criança, ela assiste uma troca de carícias e de beijos entre o jovem casal, e a censura do pai frente ao ocorrido é fato que marcará sua memória. Ao ver a cena, muito em vista do seu pouco contato com o mundo externo e com outras pessoas, sem depreender a situação que se desenrola entre um jovem casal, ela acredita que precisa salvar a moça, dado que ela nunca havia visto uma mulher em contexto semelhante. Sua primeira reação é correr para pedir ajuda ao pai, pois acredita que a jovem está em perigo. Assim, a cena do beijo trocado entre os amantes é seguida pela intervenção paterna que, ao chamar a atenção daqueles indivíduos, acaba por determinar para a filha, na atitude por ele tomada, aquele ato

como algo negativo, que não deveria estar sendo realizado, principalmente em um espaço público.

A reação do casal censurado por seu pai é a de desejar que Maria Lúcia seja uma “meretriz”, palavra que ela não conhece, mas que sabe ser profundamente negativa a ponto de seu pai ficar enraivecido quando por ela questionado sobre o significado do termo. É na busca pelo sentido da palavra proferida pelo casal como um castigo que ela encontrará o significado da palavra “ósculo”, palavra sinônima à palavra “beijo” vocábulo também ouvido durante a briga do casal com o seu pai. Nessa descoberta, seu corpo responde de modo involuntário à lembrança do ocorrido: “*ao ler o significado de ósculo, lembrei da cena. Beijo. [...] Senti um líquido quente escorrer entre minhas pernas e soube que tinha me urinado*” (BRUM, 2018, p. 92, grifo da autora).

Wulff Odessa reitera o princípio de que “a estimulação no exterior do aparelho urinário causada pela excreção de secreções e excrementos como urina forma essas partes do corpo como zonas erógenas privilegiadas” (2016, p. 514), logo, interpreta-se a urina de Maria Lúcia como o resultado do gozo por ela sentido ao observar a cena do casal apaixonado, mas concomitantemente estabelece-se o mesmo ato como reflexo da vergonha, da sujeira e da impureza sentidas pela menina ao relembrar o ato do toque entre aquelas pessoas. As impressões deixadas pelo pai influenciam eminentemente para uma limitada compreensão do outro e de si mesma, levando-a ao enclausuramento em si mesma. Desde cedo, o corpo desse feminino será marcado pela resiliente dominação patriarcal, que o identifica enquanto símbolo da fraqueza feminina e o controla para que corresponda à passividade para ele designada. As sequelas nela deixadas são a total falta de acesso a sua corporalidade e a sua sexualidade; para ela, aprofundar essas duas questões era transformar-se em alguém imundo.

A noção de impureza e da negatividade relacionadas ao sexo não são dissipadas no relacionamento criado entre Maria Lúcia e o “ratinho cinzento”, considerando o fato que, após os atos carnais realizados, ele a limpava: “*depois ele me limpava com algo que devia ser carinho*” (BRUM, 2018, p. 126). Não há prazer com a figura masculina, sensação esta que ela só sentirá ao tocar em seu próprio corpo — “*um dia eu coloquei minha mão ali. E então pensei que fosse morrer e desmaiei*” (BRUM, 2018, p. 127) —, porém, o prazer é sempre acompanhado pela

culpa e pelas memórias das palavras ditadas pelo pai — "*E, quando eu fazia, comecei a pensar nas palavras do meu pai*" (BRUM, 2018, p. 127).

A maternidade acontece para Maria Lúcia nesse contexto de abusos e restrições. Quando os sinais de sua primeira gravidez acontecem, o "ratinho cinzento" percebe a situação da mulher bem antes dela que nem me entende o que isso significaria: "*E ele soube que eu estava grávida. Porque eu mesma não entendia o que era gravidez*" (BRUM, 2018, p. 127). O sujeito-mãe de *Uma duas* (2018) representa a impossibilidade de se pensar o desejo da maternidade como certo para todas as mulheres, já que esse depende das relações por esse sujeito instituídas tanto com ela mesma quanto com os demais indivíduos que partilham com ela as vivências (BADINTER, 1980).

Para Maria Lúcia, muito diferente da noção de que o encontro com a maternidade serviria para lembrá-la de sua impregnação pelo gênero feminino (DONATH, 2017, p. 121), o que crescia em sua barriga era "*uma coisa ruim*", uma confirmação do que de negativo ela teria carregado dentro de si mesma por toda a sua vida, por mais que o homem tentasse a convencer do contrário, afirmando que "*um bebê*, [...] *era uma coisa boa*" (BRUM, 2018, p. 127). Para ela, só ela poderia saber o que significava aquilo que crescia em sua barriga e, assim, enquanto o homem estava feliz, ela ficava cada vez mais "horrorizada" vendo sua barriga crescer, "rasgando sua pele". Sua resposta ao horror sentido é o pedido para que o "ratinho cinzento" arranque aquilo que nela habita: "*Tira isso de dentro de mim, eu gritava. Mas o homenzinho só me olhava com aqueles olhos tristes dele*" (BRUM, 2018, p. 154). Esse trecho exemplifica o postulado por Federici de que "ninguém pode descrever, de fato, a angústia e o desespero sofridos por uma mulher ao ver o seu corpo se voltando contra si mesma, como acontece no caso de uma gravidez indesejada" (2017, p. 180).

A personagem de Brum (2018) coloca em xeque a noção do instinto maternal, à vista do fato de que com o nascimento do primeiro filho, sua reação frente a ele é a de nojo, mesmo sentimento que sente pelo "ratinho cinzento"; para ela, o "monstrinho júnior", como chama a criança que pariu, tentaria se enfiar dentro dela como o pai dele, ideia que define a compreensão da dominação da figura masculina nas relações por ela traçadas. Desse modo, Maria Lúcia nega o acesso ao leite materno à criança, afirmando que "*aquela coisa já tinha me sugado por dentro durante uma eternidade e, agora que saiu, queria me sugar pelo lado de fora*" (BRUM, 2018, p. 154, grifo da autora).

Em direção contrária a da "suposição de que existe um *vínculo* feminino inato com a gravidez [...] e, após o nascimento, este *vínculo* seria automaticamente transferido para o bebê" (DONATH, 2017, p. 80, grifo da autora), Maria Lúcia decide matar a criança. Ela narra que, com a saída do homem para o trabalho, pegou "*o pedaço de carne"* (BRUM, 2018, p. 154, grifo da autora), afogando-o na privada. A própria escolha de palavras para mencionar a situação demonstra a sua falta de arrependimento frente à situação: "*eu nunca me senti culpada por isso"* (BRUM, 2018, p. 154), ela afirma. A ausência de culpa possibilitou que ela realizasse mais três afogamentos de bebês recém nascidos; ela declara que "*eram crimes perfeitos, embora para mim nunca parecesse um crime. Se eu gerava, ainda que à força, podia muito bem matar. Sempre tive certeza disso*" (BRUM, 2018, p. 155). Cada nova criança que nascia era para Maria Lúcia, nada além de uma "coisa" que dela se alimentava e que a "*arrebentava ao sair*" (BRUM, 2018, p. 155) e que, por isso, precisava ser afogada na privada. Os bebês mortos viravam árvores plantadas em seu jardim; o último deles, ela mesma enterrou, sem demonstrar qualquer tipo de arrependimento pelo que havia feito.

Por fazer parte de uma sociedade que "ao invés de reconhecer a violência institucional da maternidade patriarcal, rotulam as mulheres, que irrompem em violência, como sujeitos psicopatológicos" (RICH, 1986, p. 263), o "ratinho cinzento" representa as limitações sociais pelo julgamento dado à Maria Lúcia, tendo em vista que a cada novo crime ele cravava seus olhos nessa mulher como se ela fosse "a maior decepção do universo" (BRUM, 2018, p. 155), é apenas depois de anos que Maria Lúcia será capaz de compreender a situação que a assolava a cada nascimento de uma nova criança. Ao ler matéria publicada pela única filha, Laura, o bebê que não teve coragem de matar, é que ela entende que passou por depressão pós-parto. Destaca-se que o debate sobre a depressão pós-parto foi só recentemente exposto, à vista do fato de que discutir essa situação acarretaria na abertura de um diálogo que desconstrói o ideal materno posto à sociedade, visibilizando a noção de que o amor materno é um sentimento humano e, por isso, é frágil e imperfeito. Pensar o sofrimento materno após o parto também viabiliza o entendimento de que a relação entre mãe e filho, como qualquer outra, é uma construção que se dá no dia-a-dia entre os sujeitos que partilham uma realidade de dependência e cuidados (BADINTER, 1985), portanto, são laços que, da mesma forma, podem não ser criados ou aprofundados. Para a

personagem-mãe, perceber a existência de algo como a depressão pós-parto seria a absolvição final para o que ela havia cometido àquelas crianças.

É o nascimento de sua última filha que faz com que ela assuma uma atitude diferente diante da criança gerada. Pontua-se que a gestação da filha será a experiência gravítica mais pública de todas, já que ela precisa ir ao hospital para dar à luz enquanto suas gestações anteriores eram escondidas inclusive de seus vizinhos. Durante a última gravidez, os esforços do "ratinho cinzento" para que ela não mate a criança são também maiores, considerando a situação de que Laura havia sido registrada ainda no hospital, o homem tenta amedrontar a mulher-mãe com a possibilidade de ser presa.

Ao tentar afogar a menina, Maria Lúcia percebe que "*ela não berrou como os outro*s" (BRUM, 2018, p. 156), ao invés disso, Laura a teria olhado e, nesse momento, ela percebeu que a filha era parte dela mesma — "*eu me vi no seu olhar"* (BRUM, 2018, p. 159). O reconhecimento da mãe em sua filha, não pode ser reduzido à noção do instinto materno, mas do discernimento de que esse feminino é seu igual; um sujeito que já nasce silenciado, vítima de uma sociedade que anula a existência feminina. Maria Lúcia apreende que precisa proteger a filha dessa sociedade que a oprimiu e a impossibilitou de narrar a própria história.

O reconhecimento de si mesma e do feminino silenciado em Laura acaba por desencadear uma necessidade de compensação em Maria Lúcia, que se efetiva no ato de amamentação, um exercício bastante distante daquele que se espera realizar em uma maternidade ideal: esse sujeito-mãe obriga a sua filha a mamar em seu seio até a adolescência. Situação que marcará profundamente a vida de Laura, mas que para essa mãe representa tanto uma forma de afeto quanto um modo de mantê-la sob sua proteção, garantindo a submissão da filha e o afastamento da figura masculina que a ela tanto mal causou.

Diante desse silenciamento, até suas emoções e sentimentos são incertos. Sua reduzida compreensão sobre si mesma faz com que essa mulher-mãe só saiba nomear o sentimento sentido pela criança muito tempo depois, com Laura já sendo uma mulher adulta, como por ela frisado: "*acho que era amor, mas só soube o nome muito tempo depois*" (BRUM, 2018, p. 156). Essa reflexão vem acompanhada de sua incredulidade de que amor seria o único sentimento permitido para uma mãe:

> *eu duvido que essas mulheres que ficam exibindo suas barrigas saudáveis nessas revistas femininas[...] falando sobre as maravilhas da maternidade não tenham pelo menos um dia, um diazinho só, sentido que havia um monstro dentro delas, comendo-as de dentro para fora. Pode ser que eu seja a única mulher doida do mundo, mas duvido. Du-vi-do. Apenas que ninguém tem a coragem de confessar porque vivemos na época dos idiotas* (BRUM, 2018, p. 156, grifo da autora).

No trecho acima, Maria Lúcia pontua o peso social sentido pelo feminino diante da maternidade, que a impossibilita de colocar a maternidade também como uma experiência traumática de invasão, que ameaça a constituição do seu "eu" (DONATH, 2017). Ao externalizar sua descrença nos discursos reproduzidos nas revistas em que lia sobre mulheres-mãe e seus relatos sobre a maternidade, Maria Lúcia parece tentar convencer-se de que ela não é a única pessoa que sentiu o bebê como um monstro que viveu em seu corpo. Com o nascimento de Laura, a personagem-mãe precisará lidar com a culpa pelos sentimentos ambivalentes com relação à filha; ela se sente culpada de amar de "maneira torta" a filha. Afirma Maria Lúcia que "*a verdade é que amei Laura. Apesar de tudo. [...] Era isso o que eu fazia muito mais tarde, quando lhe dava o meu peito e quase fui parar na cadeia. Eu tentava compensar*" (BRUM, 2018, p. 156). A tentativa de compensação era também realizada pelo o afastamento do homem de sua filha, pois, para ela, imaginar o ratinho cinzento enfiando-se na cama da filha era ter a certeza da violação da filha. Contudo, entende-se aqui que apontar essa situação ambivalente, sentida por ela enquanto sujeito-mãe, serve como um procedimento de libertação da culpa pela criação dada a Laura, sujeito tão estilhaçado quanto ela e cujo despedaçamento tem sua autoria, no sentido de ter sido causado, em boa medida, por sua conduta materna em relação à filha.

Acredita-se que as palavras dessa personagem, ao se posicionar diante da possibilidade de sentimentos ambivalentes na maternidade, apresentam uma compreensão da maternidade, a qual toma um rumo diferente daquele instituído por Freud (1976), que a coloca como um modo da mulher para lidar com a castração, instituição na qual a criança seria equivalente ao falo. Na personagem de Brum (2018), a maternidade é "sítio da personificação da raiva, da tragédia, da energia sobrecarregada do amor, do desespero" (RICH, 1986, p. 280, tradução nossa), sendo assim, símbolo do esvaziamento e silenciamento enfrentado pelo feminino em uma sociedade patriarcal que degrada e prende o corpo das mulheres nesse exercício, sem que haja uma aprofundada reflexão sobre a temática. Brum, ao apresentar uma

mãe que narra a sua história contribui eminentemente para o reconhecimento do que Rich (1986) chamará de “o doloroso maquinário da violência institucional” que recai sobre a experiência materna.

É interessante notar que a única saída para essa mulher já cansada pelos anos vividos em completa privação e resguardo no espaço privado é a morte. Após poder contar a sua versão da história, a morte de Maria Lúcia funciona como um modo de reparação e uma maneira de sinalizar à Laura a possibilidade de cura e de retomada de sua própria existência, não porque essa mãe não mais fará parte da vida da filha, mas porque é também uma possibilidade para amá-la, compreendendo que o fazer materno está para além dos moldes de um fazer perfeito e abnegado.

3.2 "Também não fui mãe": o "eu" não maternal em *O peso do pássaro morto*, de Aline Bei.

O peso do pássaro morto, da escritora paulista Aline Bei, publicado em 2017, é mais uma das obras de escritoras brasileiras contemporâneas em que se dá destaque ao sujeito-mãe. Diferente do livro de Brum (2018) em que a mãe precisa reivindicar o seu espaço de fala na narração da filha, no texto de Bei (2017), a mulher-mãe é a principal narradora de suas vivências. Assim, acompanha-se pelo olhar dessa mulher as consequências, por ela sentidas, de uma história de total negação de acesso ao seu próprio corpo. Não há uma apresentação formal dessa personagem e durante toda a narrativa não se sabe o seu nome. Ao não nomear a sua personagem, Bei (2018) deixa claro que a biografia dessa mulher poderia ser de muitas outras, mães e trabalhadoras brasileiras que têm seus desejos esmagados pelo patriarcado. A vida da mulher-mãe sem nome será narrada por ela mesma, em nove capítulos que perpassam dos seus oito aos seus cinquenta e dois anos.

Essa narradora-personagem é um feminino construído sob a égide da perda e da solidão, como ela mesma afirma ao responder a pergunta do amigo curandeiro de sua mãe, logo após perder sua melhor amiga aos oito anos de idade: "*— e você tá se sentindo como?/ — Sozinha."*[89] (BEI, 2017, p. 22). Entretanto, em sua narração, ela confessa para além dos sonhos abdicados, das mágoas e dos acontecimentos não revelados às pessoas de sua convivência, a vontade de não ser resumida à dor sob a qual foi construída; reerguer-se faz-se situação necessária a cada nova perda em sua vida. Beatriz Sarlo (2007) pontua que "[...] o retorno ao passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente" (SARLO, 2007, p. 9). As reflexões da pesquisadora dão-se no âmbito da temática e do debate acerca da ditadura e da memória que dela é construída pelas vozes de suas vítimas, entretanto, compreende-se que as rememorações contínuas de seu passado traumático, realizadas pela figura feminina central na narrativa de Bei (2017), podem ser assimiladas da mesma forma, tendo em vista que é nesse exercício que ela empreenderá um esforço para a compreensão de seu momento atual, mesmo que esse não garanta uma real libertação frente aos anseios do passado.

[89] Optou-se pela divisão em barras nas citações com menos de quatro linhas. Essa decisão foi tomada, tendo em vista o formato não tradicional do texto. Acredita-se que a forma de citação escolhida mantém as intermitências e vazios propostos pela narrativa.

A história dessa personagem sem nome será perpassada por diversos vazios, distanciamentos e silenciamentos de afetos e de relações sociais. Esse estilhaçamento será marcado no formato dado à obra; Bei (2017) escreve uma narrativa em versos, de modo que quebra com as expectativas direcionadas à forma do romance. Marília Kubota em resenha para a página *Escotilha*, tece comentários sobre o formato do livro de Bei (2017), Kubota assinala que a escritora, assim, rompe com a norma, levando a pensar sobre a função dos vazios dentro da narrativa. [...] Uma prosa poética que apresenta uma estrutura que rompe com a paragrafação e pontuação narrativa informando sobre o vazio, o silêncio, as rupturas de linguagem e a interdição de falas dessa personagem" (KUBOTA, 2018, *online*).

É aos oito anos que esta figura feminina sofrerá a sua primeira grande perda. Sua melhor amiga, Carla, morre e mesmo sem entender o que isso significa, ela sabe que algo nela "congelou", perdeu-se junto à amiga. Os trechos abaixo exemplificam o aqui afirmado:

> Chorei pensando que chorar assim deve
> desmanchar o rosto da gente,
> [...]
> só mais 1 dia ao lado dela sabendo que
> Acabou, pedi
> por favor
> deusinho
> volta a carla ao normal pra mim que sem ela eu acho que
> Não Consigo (BEI, 2017, p. 26).

> *fez nascer um buraco em mim, lembra do vulcão na aula de geografia?*
> *então, é assim que eu me sinto*
> *mas sem o fogo*
> *que não é quente ficar sem você* (BEI, 2017, p. 40-41).

Suas falas quando criança, ao perder a amiga, já denotam o processo de esvaziamento que o seu eu vai passar com o decorrer dos anos. A amiga é também ela e, pelo menos, uma parte dela vai junto com Carla, personagem que, diferente dessa menina que narra, precisa ser nomeada, já que era um pedaço fundamental para a compreensão de si realizada pela menina sem nome. Carla era aquela que não se machucava, como a própria narradora diz em um dos primeiros momentos em que se refere à amiga, "mas a carla tinha uma saúde/de aço [...]/ela nunca deu choro de ralar joelho, pelo um/ roxo, Nada, Carla/ a menina Intacta" (BEI, 2017, p. 12), e sem a

amiga, ela perdeu o “seu pedaço inquebrável”. Para a narradora menina, a vida sem essa significava uma vivência sem o seu “protetor de doença e machucado” (BEI, 2017, p. 2017); nesse sentido, a perda de sua parte que “não quebrava” simboliza o surgimento de um vazio afetivo que transparece a sua dificuldade em lidar como rompimento e a impossibilidade de ter a melhor amiga por perto mais uma vez. Entende-se que essa primeira perda é o princípio de seu processo melancólico, de um luto que não será superado: aos poucos, a menina inominável vai abandonando-se, ignorando-se.

Ao diferenciar a melancolia do luto, Freud, em *Luto e melancolia* (2013), postula que:

> [...] no luto, o mundo se torna vazio, empobrecido, sem atrativos; na melancolia, é o próprio eu (ego) que é atingido, ferido, dilacerado. No luto, nada da perda é subtraído da consciência, pois o enlutado sabe o que perde, ao contrário do que ocorre na melancolia, na qual não há saber sobre a causa do sofrimento (FREUD, 2013, p. 66-67).

A personagem-narradora ao não identificar o que perdeu com a morte da amiga, perde-se de si mesma. Nesse incômodo da perda, a menina sem nome busca diferentes formas de lidar com o vazio deixado pela amiga, uma delas é acreditar na possibilidade de que seu Luís, o curandeiro, amigo de sua mãe, pode trazer Carla de volta. Porém, se em um primeiro momento, ela acredita que o curandeiro pode salvar a amiga, “desmontada” por um ataque de um cachorro, solicitando que ele realize uma benzedura para fazer a amiga voltar a vida, é com a negativa desse homem, ao pontuar que não sabe “*fazer a morte parar*” (BEI, 2017, p. 24) que a personagem, ao perceber a impossibilidade em se fazer alguém voltar à vida, aprende viver com a falta, a viver em pedaços.

Se o luto, como assinala Freud (2013) envolve a substituição do objeto perdido, o que acarretaria na superação da perda, na melancolia isso não ocorre, a imersão na perda é profunda e constante. Nessa perspectiva, a menina parece caminhar em direção contrária a da superação da morte da amiga: Carla será presença constante em sua vida, a lembrança de uma vida que não teve. Ela, em redação escrita na escola, reconhece que não há cura para as dores que as perdas deixam na vida, insinuando a maneira como ela mesma irá lidar com as tragédias no transcorrer de sua vida.

Da mesma maneira, sua adolescência será também marcada por episódios cruéis, que a levam a esquecer os sonhos construídos em um processo de endurecimento perante a vida. A compreensão da personagem sobre si mesma vai sendo cada vez mais limitada às fronteiras patriarcais: a percepção de seu corpo, a descoberta da sexualidade e as mais variadas experiências acabam por ser reconhecidas enquanto posse do masculino. É nesse período que a personagem viverá uma das maiores dores a ela imposta, um sofrimento que a acompanhará por toda a vida, tanto pelas marcas deixadas pela vergonha quanto pelas decretadas pelo medo e culpa: ela é estuprada pelo ex-namorado, Pedro, aos dezessete anos de idade. Pedro, enciumado com a traição da namorada, que havia beijado duas outras pessoas em uma festa a qual ele não pode ir, decide vingar-se da "mulher insubmissa". O trecho abaixo mostra a violência a que esse feminino é submetido:

> o Pedro
> tinha 1 Faca
> que colocou no meu
> pescoço.
> meu grito
> morreu no estômago
> junto com o chute que ele me deu.
> [...]
> ardia enquanto o Pedro
> mastigava meus peitos
> [...]
>
> — *engole essa, vadia*
>
> o gosto morno
> para azedo.
> ele socou o pau
> até o fundo mais
> impossível da minha
> garganta,
>
> vomitei. (BEI, 2018, p. 58-59).

Perrot (2015), assinalando o caráter frágil vinculado à sexualidade e ao corpo feminino, aponta que para os homens "o sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído" (p. 64) e é nessas circunstâncias que é "atribuída importância ao hímen e à virgindade" (p. 64), valores importantes para uma mulher e bens supremos dos homens. Pedro, homem que personifica a noção de masculino construída pelo patriarcado, no auge da necessidade de comprovar sua masculinidade e "dignidade

masculina", precisa tomar o que é "seu por direito", já que ao homem é ensinado que o corpo feminino é sua propriedade. Ao mesmo tempo, ele sabe que um corpo violado será sempre a marca da indignidade do feminino, pois esse não estaria mais de acordo com as normas impostas à mulher. A maneira como a mulher narra o abuso que sofreu, através de uma linguagem forte e violenta, assinala o desrespeito frente ao feminino que, como já aqui salientado, de diversas maneiras tem o seu corpo violentado. Pedro representa uma sociedade na qual predominam os valores masculinos, que anula e que toma como sua propriedade o corpo feminino, tendo, assim, permissão para fazer com esse o que bem quiser[90]. Não muito diferente do que acontece na maioria desses crimes, o estuprador na obra de Bei (2017) era, à personagem sem nome, um homem com quem mantinha um vínculo de proximidade, um sujeito em que ela confiava.

Como reflexo de um contexto social que empodera o masculino e que silencia ou mesmo coloca a mulher como mentirosa e culpada pelas violências sofridas, a conduta dessa personagem é a de não contar o que sofreu, guardando para si a angústia do estupro, situação que o leitor só tomará conhecimento aos vinte e oito anos da personagem, quando ela encontra a mãe de uma amiga da escola: "sobre/a noite/ que o Pedro foi na/minha casa, / eu/ não consegui contar/ (pra ninguém)" (BEI, 2017, p. 70). Mais adiante, ao narrar os seus trinta e sete anos, ela anuncia o igual pânico em falar sobre o acontecido à família, *"[...]mas não tive Coragem/ pra dizer/ Estupro/ então eu disse: fiz sexo [...]"*; seus pais nunca ficam sabendo da violação a que foi submetida.

Desse crime, resultará uma gestação e uma maternidade não desejadas e, aos dezoito anos, essa mulher já precisa lidar com a carga da compulsoriedade dessa instituição: se foi adulta para fazer, será a adulta para criar uma criança, afirmam os pais ao descobrirem sobre a gestação da filha, visão perceptível na fala que a personagem-narradora atribui à sua família ao descobrir a sua gravidez — "*se foi mulher pra fazer vai ser mulher pra criar*" (2017, p. 100, grifo da autora). A personagem não conta à família sobre o estupro, o que, inegavelmente, evidencia olhar restrito dessas outras pessoas sobre o acontecimento que ocasionou a sua gestação,

[90] No Brasil, em pesquisa realizada no ano de 2019, publicada no *14º Anuário brasileiro segurança pública* (2020), o número de mulheres vítimas de estupro chegou a mais de 66 mil, contabilizando um total de um estupro a cada oito minutos, o maior índice desde que o estudo começou a ser realizado. A primeira pesquisa foi realizada no ano de 2007.

entretanto, a fala proferida sugere a forte responsabilização que à mulher é atrelada, desde os primeiros sinais da gravidez; ela não tem escolha sobre o seu corpo. Assim, depreende-se que ao levar a gestação ocasionada pela violação de seu corpo até o final, a personagem da narrativa de Bei (2017) personifica o discurso que dispõe a maternidade como um compromisso social (BEAUVOIR, 2009), um dever do feminino, independentemente da situação que a ela levou.

Maquiada de "natureza feminina", essa obrigação denota a falta de controle da mulher acerca da reprodução, demarcando "uma alienação de seus corpos" (FEDERICI, 2017, p. 80). A sua conduta expõe, da mesma forma, a condenação social do aborto, que mesmo que previsto nos casos de gravidez decorrente de abuso sexual, é ainda percebido como um "crime" mais passível de punição do que aquele a essa mulher infligido. Quando mais velha, a mulher chega a mencionar que à época da gestação houve o desejo de realizar um aborto, "[...] *pensei seriamente em/ aborto [...]"* (BEI, 2017*, p.* 100, grifo da autora), mas o temor em admitir o estupro foi maior que a vontade de não levar a gravidez adiante. Ela sabe que relatar a invasão de seu corpo é enfrentar o olhar social que a toma como culpada pela ação criminosa contra ela cometida.

Ademais, essa mulher-mãe é um sujeito inserido em um contexto que reforça o discurso materno enquanto dever feminino. Nesse perspectiva, ela sabe que recorrer a um aborto é também estar vulnerável a constrangimentos e represálias dessa sociedade que a identifica enquanto mãe, gestante, protetora e cuidadora de crianças, independentemente da conjuntura que a levou à gestação; um coletivo que não reconhece a existência de mulheres que não querem viver a maternidade e que não percebem no fazer materno um benefício para si. Diante disso tudo, a personagem ainda precisa lidar com o fato do bebê, que ela traz ao mundo, ser um menino:

> — *é um menino.* — o médico disse
>
> e colocou o bebê
> no meu colo.
> eu estava chorando
> de cansaço,
> olhei praquela criança
> também chorosa, ela que
> não fazia ideia
> do que é no mundo nascer um menino,
> alguém precisa contar (BEI, 2017. p. 61).

Silvia Lordello e Liane Costa assinalam que ao decidir ter o filho, a mulher abusada se vê diante dos desafios da preparação para a maternagem e da minimização dos "efeitos das projeções os quais os filhos podem se tornar depositários da violência sofrida" (2014, p. 97). Todavia, o excerto acima sugere que essa criança acaba por se tornar um gatilho para a rememoração do abuso sofrido. A impessoalidade na maneira como a mulher se refere à criança gerada, "aquela criança", sugere que essa será sempre um pouco do Pedro, um pouco daquele que roubou um pedaço seu. Seus pensamentos e reações no primeiro contato com o bebê reforçam a noção de que o sentimento por ele evocado é o de tristeza: é só depois de lembrar "[d]as mulheres/ abusadas nas trincheiras e/nos viadutos/ que não estão nos livros de história" (BEI, 2017, p. 61) que a personagem pontua que "um bebê no mundo/ também precisa saber das histórias bonitas" (BEI, 2017, p. 62).

Ainda no primeiro capítulo desta tese, na apresentação das contribuições teóricas de Rich (1986), pontuou-se que a mulher-mãe é uma forte aliada do patriarcado para a transmissão dos valores desse sistema. Rich assinala que é muito difícil para as mães, tendo em vista o poder masculino que permeia tudo, inclusive a linguagem, superar os preceitos masculinos que lhes são ensinados como corretos, de modo que esses acabam sendo passados de geração para geração. Nesse contexto, a partir da análise da passagem da obra de Bei (2017) acima apresentada, pode-se inferir que a importância de contar para a criança acerca da significação do "nascer um menino" reside em uma tentativa da não disseminação de uma educação machista que coloco o homem enquanto centro; um esforço para um afastamento dos padrões masculinos, de modo a romper com os horrores causados às mulheres em uma sociedade que coloca os homens como únicos detentores do poder.

O cansaço dessa mulher diante do bebê recém-nascido ratifica a fraqueza do feminino frente ao poder do masculino; diante da força daquele que a violou. Frente à tristeza, sua vulnerabilidade transparece em seu corpo que enfraquece diante da nova incumbência de cuidar e amar o filho de seu abusador. Desse modo, a narrativa de Bei (2017) corrobora com o pontuado por Rich (1986) ao afirmar que a maternidade, assim como a experiência da sexualidade feminina, é canalizada para servir aos interesses masculinos. O abatimento e sofrimento são logo percebidos pela enfermeira que atende o parto:

— isso é
tristeza pós-parto, seu corpo fez muita força.
mas deus é grande,
essa dor
passa rápido
e agora você precisa ficar forte
pra cuidar do seu
bebê. (BEI, 2017, p. 65, grifo da autora).

O discurso proferido pela enfermeira declara a existência de um progresso "natural" e normatizado para o feminino após uma gestação; há "'emoções apropriadas' que devem surgir a cada marco do caminho" (DONATH, 2016, p. 38). No primeiro capítulo da presente tese, identificou-se que, ao se considerar o instinto materno como algo inerente às mulheres, automaticamente institui-se o que Donath (2016) chamará de movimento progressivo de emoções nas mulheres-mães, sugerindo que, assim como o desejo da maternidade surge em todas as mulheres, como uma resposta ao relógio biológico feminino, o amor pelo ser gerado é sentimento dado e a única premissa verdadeira para a relação que começou desde a gestação. Essa determinação de emoções que acompanham as diferentes fases que envolvem a maternidade ficou evidente nos textos apresentados no segundo capítulo desse trabalho, tal noção se faz presente tanto na fala das próprias mulheres quanto na dos demais sujeitos que da realidade delas compartilham.

Na obra de Bei (2017), o reforço do princípio social da maternidade enquanto dever social de um sujeito que existe para suprir as demandas do(s) filhos está presente no discurso da enfermeira que, mesmo reconhecendo a tristeza e a fraqueza daquela mulher, postula que essa deverá ser vencida para que a maternidade seja praticada de maneira adequada, ou seja, com amor e total entrega dessa mulher a uma criança que dela exigirá constantes cuidados dessa mulher. Entretanto, a personagem-narradora sem nome de Bei (2017) simboliza a quebra com essa certeza dos sentimentos de amor e completude da mulher diante da maternidade; a gestação do filho, para ela, é simultaneamente a certeza de uma vida que ela não nunca terá acesso, o que fica evidenciado pelo sentimento de desânimo depois do parto do menino, visível no trecho acima apresentado.

A vulnerabilidade do seu corpo no momento do parto será relembrada pela personagem anos depois, aos 48 anos, insinuando a aflição vivida naquele momento. A ânsia sentida somou-se, ao instante do parto ainda muito jovem, a todo o sofrimento

que o mundo, a vida e Pedro a ela decretaram. O trecho a seguir apresentado mostra a pungência do ato em suas lembranças:

> eu me lembro do parto
> que tive pro lucas nascer,
> minhas pernas em
>
> V
> escancaras.
> empurrei o bebê na maior força que pude,
> barriga e bunda trabalhando juntas,
> pensei que perderia
> os dentes
> os cabelo sim, [...] (BEI, 2017, p. 126-127).

O V que suas pernas simbolizam o "v" não do sentimento de vitória por ter alcançado o auge de sua feminilidade ou por ter alcançado o mais alto lugar para uma mulher em uma sociedade de valores patriarcais, mas da vergonha que será sua eterna companheira. Percebe-se que Bei (2017), por meio de sua personagem sem nome, discute o quanto a mulher é resumida a sua natureza e instintos e o quão traumatizante essa situação se faz, expondo o feminino aos mais diversos flagelos. Badinter, tecendo comentários sobre a mudança do *status* materno a partir do século XVIII, assinala o caráter traumático dessa contínua aproximação entre mulheres e natureza: "se definimos a natureza em termos da 'norma', a mulher desnaturada será uma anormal, isto é, uma doente ou um monstro. E, se identificamos a natureza como a virtude, a mulher desnaturada será corrompida ou viciosa, isto é, uma amoral, ou uma mãe ruim" (1980, p. 189). Badinter (2011) aponta que a aproximação do feminino com a natureza corroborou para o posicionamento do feminino enquanto figura embebida de irresponsabilidade, perigo e culpa.

É perceptível, através da descrição construída pela narrativa de Bei (2017), que a personagem desenvolve transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtorno de ansiedade que ocorre após a exposição a um evento traumático, situação bastante comum em vítimas de estupro. O nascimento de Lucas será situação de reforço dos sintomas psicológicos, comportamentais e físicos, por ela sentidos. Como um reflexo do quadro desenvolvido, a memória da mulher sem nome retorna constantemente, em todos os capítulos da narrativa, isto é, tanto no final de sua adolescência quanto já em idade adulta, ao evento ocorrido; além disso, o seu descontentamento com a vida e a perda do interesse em suas atividades podem ser igualmente entendidas como

cicatrizes deixadas pela violação sofrida. Ao comentar sobre sua rotina, ela transparece o desânimo com a vida que acabou por ter que optar:

> às 6 da manhã eu fico no ponto
> esperando meu ônibus já lotado
> tem gente que acorda às 5, pega condução às 5:30 e
> pega também o meu assento.
> em pé a caminho do trabalho era de segunda
> a sexta.
> no máximo às 7 eu estava na minha sala sempre a
> mesma, agora sim
> sentada (BEI, 2017, p. 68).

O excerto apresentado mostra a sua apatia perante a vida, essa atitude é consequência do abuso vivido: a personagem-narradora foi privada dos prazeres, sendo ela afogada pelas responsabilidades diárias. A constante rememoração do acontecimento traumático, leva-a ao desenvolvimento de comportamentos que se moldam pelo trauma. Jeanne Marie Gagnebin (2006) discorre acerca da memória traumática, conceituando o trauma como a "[...]ferida aberta na alma,ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular, sob a forma de palavra, pelo sujeito" (GAGNEBIN, 2006, p. 110). Compreende-se pelo exposto que as sequelas do passado podem ser tão intensas que acarretam na dificuldade de compreensão dos fatos transcorridos, trazendo como resultado uma diversidade de reflexos no presente desse sujeito. Desse modo, no momento em que é responsável pela criação de um menino, não há o encontro desse feminino com a "maravilhosa paz" (BEAUVOIR, 2009) nem com a "glória materna" (BADINTER, 1980), em oposição ao ideal patriarcal no que se refere aos sentimentos que florescem em uma mulher que torna-se mãe. Na realidade, ela sabe, desde o momento do seu parto, que sua vida sofreu uma mudança que a impediu de realizar os sonhos, já que ela tinha uma criança para criar. No capítulo em que a personagem-narradora conta acerca dos seus 28 anos, há a menção a um encontro com a mãe de Paula, amiga da adolescência com quem não mais mantém contato. Esse acontecimento a leva a pensar sobre uma vida em que teria espaço para escolha:

> o que eu estaria fazendo se eu pudesse ter escolhido
> fazer alguma coisa?
> eu ainda gostaria de ser
> Aeromoça, elas
> voam

> sem precisar de asas ou colocar a mão no bolso e sim
> o contrário (BEI, 2017, p. 71).

A personagem, ao refletir sobre os desejos de uma vida não vivida, remete-se ao sonho de quando ainda era criança, aos seus oito anos de idade. A primeira vez em que ela expõe sua vontade de ser aeromoça, de "trabalhar dentro de deus" (BEI, 2017, p. 32) acontece em conversa com o pai e, naquele momento, já fica evidente a necessidade por ela sentida de distanciamento de um espaço que a machuca. Logo, o avião, a "Máquina/ com gente que trabalha dentro usando terno e saia pra voar no mundo" (BEI, 2017, p. 32) seria para a menina sem nome um meio para que "nunca mais nenhum idiota do colégio" implicasse com ela (BEI, 2017, p. 33), já que, por estar próximo às nuvens, seria impossível de ouvir qualquer provocação dos colegas. A reminiscência do diálogo com o pai, acerca do sonho de voar, desvela a aspiração à liberdade que lhe foi tomada e a independência e desprendimento que a atuação em tal profissão requer: como comissária de bordo, ela viajaria para diferentes lugares, sem criar vínculos com pessoas ou com espaços. Poder voar é conquistar a confiança que nunca lhe foi concedida; é ter a possibilidade de transitar por lugares que, enquanto sujeito aprisionado, nunca foram-lhe permitidos. Desse modo, o desejo perene em ser uma aeromoça ratifica um futuro em que ela seria a mulher que sempre sonhou tornar-se. Por fim, em sua solitária vida, ela mesma conclui que, longe do sonho de chegar aos céus, ela acabou por ser reduzida por um cotidiano comum em que "não deu/para ser/nada/além de uma secretária mediana" (BEI, 2017, p. 124).

Da mesma maneira, o encontro com a mãe de Paula acaba por reforçar o desconforto da personagem sem nome diante daqueles que um dia fizeram parte de sua vida, aqueles a quem ela nunca narrará os horrores do mais penoso episódio de sua vida; ela afirma, ao pedir que a mulher envie beijos a amiga, que "não tinha peito" (BEI, 2017, p. 70) para enfrentar a distância imposta pelo tempo. Compreende-se, todavia, que muito do afastamento também se deu pelo medo e a vergonha que dominavam a sua vida. O mesmo distanciamento é sentido por seus pais que cobram dela uma visita – "*filha, tá tudo bem? tá precisando de/ algo? nos avise, e venha visitar a gente amanhã"* (BEI, 2017, p. 82, grifo da autora). Encontrar esses sujeitos é deparar-se com o seu estado mutilado: ela não chegou, profissionalmente, ao lugar que a amiga engenheira civil está; e, muito menos, viveu o amor que os pais experienciam há mais de trinta anos. Ela, pelo contrário, convive com uma rotina não motivadora:

> [...] nunca imaginei que meus
> sábados fossem se transformar em dias
> solitários mais que segundas, dias longuíssimos,
> intermináveis (BEI, 2017, p. 81)

O excerto acima apresentado sugere a melancolia da figura feminina frente a vida trivial a que acabou submetida. Donath (2017), ao recordar os apontamentos de Naomi Wolf que pontua que "nossos antepassados viam uma mulher grávida como uma pessoa morta" (p. 118), faz algumas reflexões sobre o estado de morte vinculado à mulher-mãe. A teórica, salientando que Wolf ao mencionar esse fato está obviamente expondo as dificuldades que envolviam o parto de uma mulher no passado, tendo em vista as complicações relacionadas a esse momento, propõe uma leitura de que "mesmo quando não estamos lidando com uma agonia de verdade, parece que a maternidade tende a personificar uma morte; a morte do ser anterior e a criação de uma identidade distinta" (p. 118). Percebe-se que, a partir da obra de Bei (2017), pode-se tomar a premissa da maternidade enquanto morte de um "eu" anterior, o eu mãe de ninguém como modo de percepção dessa mulher-mãe. Suas falas reconhecem os danos físicos e perdas sociais acarretados por essa responsabilidade do cuidado com o outro.

A morte desse eu anterior é, ademais, marca do nascimento e da construção de uma nova subjetividade, agora delimitada pela maternidade. Jeremiah (2004), tratando acerca das limitações impostas às mulheres por essa instituição, aponta que a inexistência de caminhos alternativos para o sujeito-mãe é sentida como "uma da estradas mais rápidas para a sensação de perda de controle de si mesma e da vida" (2004, p. 75, tradução nossa[91]), por essas mulheres. Se para os outros esse novo eu é aquele almejado por todas as mulheres, para a mulher sem nome, ele é um sujeito constituído sob os efeitos traumáticos do estupro. São muitos os momentos em que ela indica que não quer seguir vivendo sob a égide desse novo eu; o excerto abaixo elucida o explicitado:

> chorei assistindo um programa de TV. nascida há anos
> ainda passo por esses vexames
> aproveito e tiro uma foto
> de dentro da minha cabeça. daqui um tempo

[91] No original: "motherhood without choice is one of the quickest roads to a sense of losing self and life control."

olharei pra ela e
ficarei triste
por eu ser eu mesma
e não haver outra saída possível pra deixar de ser eu e
ainda assim seguir vivendo (BEI, 2017, p. 76).

As limitações impostas a esta mulher, a partir dos sacrifícios que a sociedade impõe ao sujeito-mãe, fortalecem as dissonâncias sentidas dentro de si mesma; sua vida adulta será marcada pela certeza de que ela não é feliz por ser quem é e nem mesmo por estar no lugar em que está: ela está presa. Em sua rotina, são poucos os momentos que ela encontra para passar com ela mesma e, quando os têm, ela acaba por adentrar ainda mais na ferida aberta de sua história pregressa, bem como em suas insatisfações. Enquanto mulher, a ela foi ensinado que em sua vida, como mulher-mãe, é imprescindível a prioridade do cuidado para com o seu filho.

É nesse atendimento, que ela vai se perdendo cada vez mais, tendo em vista que ela precisa de um trabalho e de ganhos financeiros compatíveis com as responsabilidades com a criança por ela gerada. Nesse sentido, depreende-se que a personagem de Bei (2017) precisa lidar, para além dos traumas do passado que a levaram ao presente vivido, com as estipulações que julgam a mãe como figura central da criação do filho; dessa maneira, ela é a única figura que deverá dar conta de toda uma realidade que eduque e prepare Lucas para ser um bom cidadão e isso, para a personagem acabava sendo melhor realizada pela responsabilidade com “as despesas da casa, contas de telefone, de/ água e de/ luz” (BEI, 2017, p. 72), que, de acordo com a mulher, se faziam mais presentes que o filho em sua vida de dona de casa e trabalhadora.

Lynn Hallstein, em seu artigo “Public Choices, Private Control: How Mediated Mom Labels Work Rhetorically to Dismantle the Politics of Choice and White Second Wave Feminist Successes”, publicado no livro *Contemplating maternity in an era of choice* (2010), discorre sobre o que era chamará de *new momism. New momism*, segundo a teórica, seria a versão atualizada da figura da mãe idealizada que se construiu a partir do século XVIII; como já exposto na presente tese, o debate acerca da maternidade enquanto exercício natural e desejo inato ao feminino volta aos palcos sociais em meados do século XX, reforçando a ligação entre as mulheres e o fazer materno.

Donath (2017), ao discorrer sobre esse retorno da boa maternidade ao centro das discussões sociais, salienta que essa retomada aprisiona cada vez mais as

mulheres, já que em um cenário social que as pressiona para a prática obrigatória de uma maternidade nos padrões patriarcais, sua consciência volta a ser expressa unicamente como formada pela concretização da maternidade, independente do contexto em que essa é realizada. Esse fato, afirma Donath (2017), corrobora com a percepção "mais extensa do eu das mulheres como indivíduos no tempo e no contexto dos outros" (2017, p. 140); são elas os sujeitos mais comprometidos com os cuidados. No mesmo sentido, assinala Julia Tourinho (2006), em seu artigo "A mãe perfeita: idealização e realidade", que são as necessidades de seus filhos que ditam como as coisas acontecem na vida da mulher; a teórica ao fazer essa afirmação pontua que a redução da compreensão do tempo da mulher deve-se ao fato de o patriarcado fortificar um padrão de aprisionamento dessa ao espaço privado como uma "garantia ao homem de maior disponibilidade para outras obrigações sociais" (2006, p. 04).

Percebe-se que, mesmo que não haja fortes vínculos afetivos entre a figura feminina e seu filho[92], a influência e pressão sociais nas atitudes dessa mulher são evidentes, já que enquanto seu filho está em idade em que precisa de cuidados, sua vida resumia-se a uma rotina que propiciava uma vida confortável à criança. Contudo, nessa entrega ao atendimento das necessidades básicas de Lucas, ela assimila que a vida e o tempo vão passando e levando aquilo que de importante para ela existia. O trecho abaixo comprova o acima exposto:

> entendendo que o tempo
> sempre leva
> as nossas coisas preferidas no mundo
> e nos esquece aqui
> olhando pra vida
> sem elas (BEI, 2017, p. 111).

A vida materna da personagem de Bei (2017) é sinalizada pela sua completa falta de poder diante dos acontecimentos em sua vida. Sara Ruddick (1995), pontua que as mães formam um grupo dissociado das noções de poder, suas ideias, quando reconhecidas, são tomadas por "pessoas interessadas [...] em seu controle do que na sua escuta" (1994, p. 26). A teórica ainda sublinha o fato de que a privação de poder sofrida pelas mulheres-mães é marcada pelo seu estado de eterna dívida com a

[92] O contato afetivo da criança será realizado com outra personagem feminina, a vizinha Bete. A personagem ao se referir sobre a relação traçada entre Bete e Lucas aponta que o menino "Cresceu/ menos no meu/ braço e mais no dela" (BEI, 2017, p. 73).

natureza e o divino; a maternidade deve bastar para o seu entendimento como sujeito completo. Nesse sentido, a essa mulher restam as perdas e o esquecimento, as marcas deixadas pela "indiferença social, que frustra os seus melhores esforços" (RUDDICK, 1995, p. 30).

Ademais, a personagem-narradora vai mencionar, por diversas vezes, o total afastamento entre ela e seu filho; um afastamento que perpassa as lembranças do estupro e do estuprador, bem como o medo de ser confrontada pelo filho sobre a verdade sobre o seu "pai". Aos 37 anos, ela diz que foi questionada pelo menino, em muitos momentos, acerca da figura paterna, tendo ela inventado uma história que escondia a dureza da real situação por ela enfrentada: "*você nasceu de uma noite, era verão. / que mais? tinha a lua/ bem bonita no céu, não senti/ medo*" (BEI, 2017, p. 99); a história inventada era também um modo de proteção tanto para ela quanto para o menino. Ainda aos 37 anos, ela chega a escrever uma carta para o filho, narrando o acontecimento que gerou a sua gravidez, contudo, não consegue entregá-la.

Essa distância entre mãe e filho será marcada pela total falta de diálogo entre esses sujeitos nas diferentes fases de suas vidas. Durante a infância e início da adolescência de Lucas, essa relação será mediada por outra personagem feminina, bete[93], vizinha que tomará a responsabilidade de cuidados para com o menino: "Cresceu/ menos no meu/ braço e mais no dela" (BEI, 2017, p 72), afirma a personagem ao mencionar o fato de que as obrigações da casa eram mais presentes em sua vida do que o filho. A personagem se mostra por vezes ressentida com o comportamento do lucas em relação a ela:

> Levantou e foi, da porta me disse que estava com:
> *-fome*
> mas da porta ele nunca me disse:
> *-conta mais de você, mãe.*
> ou
> *- eu te amo*
> ou
> *- mãe,* (BEI, 2017, p. 74, grifo da autora)

O trecho acima sugere a ambivalência dos sentimentos desse feminino, que precisa lidar com a situação de não ter sido impedida de alcançar os seus objetivos na vida e com a impossibilidade de criar vínculos com o filho: a personagem

[93] Os nomes estão grafados em letra minúscula seguindo o modo como foram escritos na obra de Bei (2017).

compreende o seu afastamento do filho e reconhece os motivos que o ocasionam, mas ao mesmo tempo, há um conflito gerado pelo descaso de seu filho em relação a ela, compreende-se que muito desse sentimento é também originado pelo peso social e cultural que institui o afeto e o amor entre mãe e filho, noção a que as mulheres estão imersas desde pequenas. Como resultado dessa dualidade imposta pelo afastamento e a necessidade de ser percebida pelo filho, por diversas vezes, essa mulher sem nome ressente a relação entre bete e lucas, que a exclui, como sugere o trecho a seguir:

> vi
> aquele menino
> comendo demais e muito
> rápido, crescendo rápido também a barriga
> as canelas,
> alguns pelos
> no canto da boca e as garfadas grossas do bolo já quase
> acabando,
> eu disse:
> _ *chega*
> mas os dois
> riam alto,
> tão alto que ninguém me escutou [...] (BEI, 2017, p. 75)

Ela sente que bete é muito mais cuidadora de lucas do que ela e para ela vai ficando cada vez mais impossível a aproximação com essa criança. O modo como se refere a ele já demarca essa dificuldade: o filho é para ela “aquele” menino, um sujeito que está cada vez mais próximo da figura que a machucou - os sinais dessa transformação estão surgindo no corpo de lucas que cresce. Essa separação terá o seu auge quando lucas, junto de alguns amigos, mata um pássaro com um estilingue. A situação como um todo a faz rememorar a dor por ela sentida e ao mesmo tempo, suscita o medo de que o filho reproduza a crueldade do masculino:

> isso
> é o lugar onde nasce
> a dor.
> isso é
> tudo o que destrói a possibilidade de um mundo
> um pouco menos cruel
> com os mais fortes abusando dos
> mais fracos e o pai de lucas
> dentro dele
> e o pai
> do lucas
> dentro de

mim (BEI. 2017, p. 85).

Sua reação é violenta frente ao comportamento do filho: ela acaba batendo no rosto de lucas, que foi “mais forte” do que ela imagina e que, como afirma a personagem, fez com que o menino não voltasse a olhá-la nos olhos. Depois disso, a morte de bete será mais um grande fator para a fragmentação dessa relação, marcando ainda mais a incomunicabilidade, o silêncio existente entre eles.

É aos 37 anos que essa mulher, a partir de um inusitado encontro, depara-se com uma mudança em sua vida. Após onze meses sem ver ou falar com o filho, “[...] mas depositando/o dinheiro pra pagar a república e a comida” (BEI, 2017, p. 91), ela decide visitá-lo, o menino havia se mudado para Ouro Preto com a aprovação em vestibular na cidade e queria apresentar a nova namorada à mãe. O caminho que separa São Paulo da nova cidade-casa do filho será palco para as rememorações da mulher sem nome: o medo de enfrentar Lucas, que a cada dia que passa a lembra mais de Pedro, e a possibilidade de ser questionada sobre sua paternidade são perenes. Entre os desencontros e as confusões de seus pensamentos, ao parar em um posto de gasolina, ela depara-se com a figura de um enorme cachorro preto que muda os rumos de sua viagem. Desistindo de encontrar o filho, ela toma o cachorro e leva-o para casa, determinada a cuidá-lo. Ela cria um afeto potente com esse animal; há uma ligação imediata com o cachorro, que há muito tempo ela não sentia. O vínculo estabelecido com o bicho nunca existiu na relação com o filho. Nessa perspectiva, depreende-se que há um movimento em direção contrária à própria maternidade nessa ação, isto é, nessa conexão há um deslocamento que a desvia da presença da figura do filho.

É importante que se reflita sobre a simbologia envolvida na figura do cachorro preto, já que essa é bastante comum nos estudos acerca da depressão. Em *The depths: the evolutionary origins of the depression epidemic* (2014), Jonathan Rottenberg reitera que o termo “black dog” é uma metáfora usada desde o século XVII para descrever a lenda de um fantasma com olhos brilhantes, relacionado aos maus presságios, a dor e à morte em várias culturas. De acordo com Rottenberg (2014), essa expressão foi popularizada no século XX e começou a ser usada como uma forma de referência ao encontro com a própria sombra e o aprofundamento dos sujeitos em si mesmos, em uma alusão ao estado de depressão sentido pelas pessoas.

Entende-se que há nesse encontro o reconhecimento da impossibilidade da superação e do encontro com um final feliz em sua história. Entretanto, entende-se que para essa mulher-mãe, a relação estabelecida com esse cachorro significou o reavivamento de sentimentos nela há bastante tempo esquecidos. Ela afirma que o animal a olha nos olhos, diferente da maioria das pessoas que pela vida dela passaram; ele representa um modo de encontro consigo mesma, principalmente com aquela parte que se perdeu com a morte da amiga Carla — é interessante lembrar que foi um cachorro que despedaçou a amiga, como acima já comentado. Nesse sentido, postula-se que o grande cão preto é, para essa mulher, também um exercício de enfrentamento à morte, com quem, no decorrer da sua vida, ela sempre de perto flertou. Assim, ele é a ressignificação das perdas vividas e o encontro com os seus pedaços deixados pelo caminho.

Vento é o nome escolhido para a sua nova companhia –"- *seu nome vai ser Vento*/ eu disse,/ e abri o carro/ a porta/ de trás [...]" (BEI, 2017, p. 107) –, a alcunha da companhia inusitada parece não ter sido escolhida arbitrariamente: vento tem como seu significado, ao lado de ilusão e devaneio, a indicação de que, da mesma forma, é uma palavra que pode ser interpretada como uma força, bem como sorte, sugerindo que a personagem, nesse encontro, vislumbra futuras oportunidades de seu novo momento de vida.

É com a chegada dele que ela decide mudar de casa, o espaço em que sua vida foi construída não era para ela um lar: "olhei minha casa ao redor. /claramente entendi/ o quanto eu detestava morar ali" (BEI, 2017, p. 128). Esse lugar sempre foi um sinônimo de distanciamentos e fragmentações, em simbiose à personagem sem nome, essa casa não é representa um lar, um local de aconchego e encontro e é nela que a mulher inominável sentia-se "um fantasma": "aquela casa era um lar improvável com suas/ paredes/ pálidas/ há tantos anos/ pálidas/ sem ninguém pintar. / não tinha tapete, não tinha cheiro de/ café, / uma casa empilhada no meio de tantas outras." (BEI, 2017, p. 128). Esse espaço espaço doméstico simboliza o seu completo sufocamento, a personagem não perde-se de si mesma ainda mais ali dentro: "aqui nada é meu, / igual a todos os outros lugares" (BEI, 2017, p. 128).

Outrossim, o encontro com o cachorro, atrelado a outros acontecimentos tanto em sua vida quanto na do filho — o seu noivado, casamento e paternidade — clarificam ainda mais para essa figura feminina a sua não identificação com o *status* materno. Quanto mais ela vive essa nova fase, mais o seu papel materno precisa ficar

para trás. Esse sentimento é exposto depois de um jantar com o filho e a nora. Depois de receber a notícia de que o filho está indo embora para viver mais perto da família da esposa grávida, a mulher mais uma vez tenta conversar com o filho sobre os sentimentos que a assolam. Mas a tentativa frustrada de diálogo fortalece a sensação de seu desconforto com a maternidade. A mulher resolve que ela, enquanto mãe, precisa morrer:

> já que eu não era mais mãe e estava
> decidido.
> [...] me subiu uma angústia que saltou do taco, achei
> que era
> mofo,
> mas era a morte, antes, da mãe que nunca fui. (BEI, 2014, p. 127).

A maternidade para ela sempre o foi o reforço da impossibilidade de escolha; ela lembra mais uma vez o aborto ao mencionar o fato de que não precisa mais do filho que não matou — "pensei por nove meses vou matar/ mas/ não matei" (BEI, 2017, p. 124). Já o cuidado dedicado ao Vento e a relação com o cão estabelecida será por ela concluído como algo mais próximo ao amor. Em um movimento de coragem, a mulher sem nome vai se desvencilhando do aprisionamento que a maternidade, memória constante do estupro vivido, lhe impôs. Desconstrói-se nesse sujeito-mãe, o ideal patriarcal da "mãe perfeita", papel que ela nunca conseguiu desempenhar, e, para ela, faz-se cada vez mais visível o situação de que a maternidade é uma "[...] conjunção entre dois indivíduos específicos que mantêm um relacionamento em constante mudança" (DONATH, 2017, p. 222). O amor obrigatório entre mãe e filho(s) nada mais é que uma ilusão; esse é, sim, sentimento e vínculo que dependerá do entorno a que essa relação está delimitada.

Neste novo significado para a vida, aos seus cinquenta e dois anos de idade, o reconhecimento de sua corporalidade também é possível: "um vulcão. / (meu deus) / eu estava viva, / ainda". (BEI, 2017, p. 146). Tem-se, então, acesso a um corpo não mais limitado pela sua condição de mãe, mas um corpo que se movimenta e que está aberto aos prazeres que a prática de sua sexualidade pode lhe dar. Ela, sujeito corrompido pela violência e pela maternidade resultante do crime, não tem mais medo; seu corpo encontra no *vento* uma possível retomada de si mesma.

Ao fim da narrativa, no capítulo em que essa narradora-personagem fala sobre a sua vida aos 52 anos, é narrada a morte de Vento; o cão morre atropelado na rua

em que moram. Com a morte do animal, a mulher se esvai; suas forças para continuar vivendo não mais existem. A morte de Vento era também o encontro com a sua morte. Mais uma vez, uma parte de si é levada e essa era sua parte mais forte, o seu pedaço mais íntimo; era o fragmento de si que tinha encontrado beleza em seu corpo, em seu cotidiano banal e que havia lhe mostrado a possibilidade de criação de vínculos após perder-se de si mesma.

Em sua dor, a mulher reflete sobre um plano para ser morta e postula que "se [...] decidir matar bebês com faca e fizer um/ plano bom ou/for rápida/eu mato/o tanto de bebês que couber no tempo antes de/ alguém me apunhalar as costas" (BEI, 2017, p. 157). Percebe-se que a maternidade compulsória aparece em sua fala de modo a reconhecer a dor infligida, não só a ela, mas ao feminino: ela sabe que só a perceberão quando na ação de um crime contra uma criança. "O homem faz/ alguma coisa, alguns homens fazem algumas/ coisas" (BEI, 2017, p. 157) assinala a personagem antes de morrer engasgada em seu próprio vômito, enquanto sonha com o seu filho Lucas e tem a certeza de que "não ver/ alguém nunca mais por questões sentimentais/doía menos do que/não ver alguém nunca mais porque a pessoa deixou/de existir" (BEI, 2017, p. 158).

Sua morte foi silenciosa e quase imperceptível, não fosse pelos vizinhos que reclamaram do cheiro forte vindo de sua casa, como quase toda a sua vida, mas as marcas por ela deixadas foram fortes. O seu engasgo é sintomático de uma sociedade que pune e apaga o feminino; que impede, como informa Rich, "as mulheres da reivindicação de sua personalidade; da pretensão de compartilhar os produtos de seu trabalho, não para ser usado apenas como um instrumento, um papel, um útero, um par de mãos, costas ou um conjunto de dedos"[94] (1986, p. xviii, tradução nossa). Em sua lápide a frase "a cura não existe" estará marcada para sempre, todavia, apreende-se que a história narrada pela personagem sem nome é um vislumbre para debates que, no futuro, possibilitem colocar em xeque os valores patriarcais que perpassam o corpo feminino das mais variadas formas.

[94] No original: "the claim to personhood; the claim to share justly in the products of our labor, not to be used merely as an instrument, a role, a womb, a pair of hands or a back or a set of fingers".

3.3 “Sempre achei que não podia nada”[95]: os encontros e desencontros da mulher-mãe em “Quarenta dias”, de Maria Valéria Rezende.

A obra *Quarenta dias* (2014), de Maria Valéria Rezende, acompanha a vida de Alice, mulher-mãe que terá toda a vida transformada a partir de uma demanda de sua filha, Norinha. A filha de Alice pretende ser mãe e, para isso, ela precisa que a mãe se mude de João Pessoa para Porto Alegre, já que é lá que Norinha reside com o marido, ambos professores universitários, para auxiliá-la nesse processo de preparação para a maternidade, bem como ajudá-la com os primeiros cuidados do futuro filho: “Chegou a hora da senhora virar avó” (REZENDE, 2014, p. 25), afirma a filha, ao decretar o futuro dedicado aos cuidados de mais uma criança de sua mãe.

Assim, segue-se uma história de perdas e transformações: Alice precisa deixar sua vida pacata, mas feliz, em direção ao desconhecido território gaúcho. Essa mulher irá, assim, desapegar-se das referências culturais que formaram sua subjetividade e compreensão do mundo, bem como das coisas que para ela são importantes: casa, amigos etc.

Diante do pedido de Norinha, a primeira reação da professora de francês aposentada é a de “[...] fincar pé contra mais uma vontade alheia querendo tomar o controle daquela minha vida” (REZENDE, 2014, p. 09), contudo, ela percebe aos poucos que a sua reação frente ao pedido da filha nada mais será que uma “patética tentativa de resistência [...]” (REZENDE, 2014, p. 09), demarcando o lugar privilegiado ocupada pela filha frente a sua vontade – enquanto sujeito-mãe, ela precisa abdicar de seus desejos para atender os pedidos de sua filha.

Em um primeiro momento, o discurso assumido por Alice em resposta à solicitação de sua filha sugere um reforço da estável noção que vincula o feminino à maternidade, enquanto algo instintual: “logo você aprende a lidar com criança, não tem mistério, é natural, a gente está feita para isso” (REZENDE, 2014, p. 26), assinalando o fato de que mulheres naturalmente se adaptam a condição materna (BADINTER, 1980; RICH, 1986; DONATH, 2017) e que, mesmo que passasse um período auxiliando a filha em Porto Alegre, rapidamente a filha estaria adaptada ao fazer materno. Sobre a natural preparação feminina para a maternidade, Donath indica que:

[95] *Quarenta dias* (2014).

> a maternidade não é um projeto privado. É sempre, infinita e exaustivamente, pública. Todos os dias, as mulheres ouvem que possuem essas habilidade instintivamente, por natureza, mas ao mesmo tempo estão submetidas aos ditames sociais sobre *como* deveriam conduzir a relação com seus filhos de forma a serem consideradas "boas mulheres" e "boas mães", pessoas e seres morais (DONATH, 2017, p. 53).

Contudo, é esse discurso que ela precisará revisitar quando percebe que não há escolha para uma mulher-mãe já velha que não a de reproduzir a dedicação dada aos seus filhos, para com os seus netos, que nem mesmo ainda existem. Ao se dar conta do egoísmo da filha, percebe que, para Norinha, ela era só "uma velhota sentimental, com esse apego a coisas completamente ultrapassadas" (REZENDE, 2014, p. 07). Para o alcance de seu objetivo, Norinha, reduz e inferioriza Alice, retirando dela o controle de sua própria vida; o sujeito-mãe da narrativa de Rezende pontua que "o certo pra ela [Norinha] era que eu, afinal, já tinha chegado ao fim da minha vida própria" (REZENDE, 2014, p. 26).

As atitudes assumidas pela filha que retira a autonomia da mãe possuem fortes aliados em uma sociedade que, como afirma Kehl (2016), ao lembrar acerca das observações de Peter Gay em *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud* (1988), estabelece que para as mulheres, não restaria outro caminho se não o da dedicação à família. Sobre o mesmo tema, afirma Donath que "a obrigação, responsabilidade e preocupação em relação aos filhos não costuma desaparecer, nem quando as tarefas mecânicas da maternidade ficam para trás [...]. Como se costuma dizer: uma vez mãe, sempre mãe" (2017, p. 137-138). No mesmo viés, Fabiana Halasi (2018) diz que da mãe é sempre cobrada a presença e disponibilidade frente às demandas dos filhos.

Na narrativa, o olhar social que postula ao sujeito-mãe uma restrição de liberdade em favor de uma maior autonomia dos filhos, será personificado, principalmente, pela personagem prima Elizete: "você vai pra Porto Alegre, sim, e não se discute mais isso, *todo mundo vê* que é o melhor, é sua *obrigação* acompanhar sua filha única" (REZENDE, 2014, p. 34, grifo nosso). Sobre a impossibilidade do desprendimento do feminino da obrigação dos cuidados com os filhos, diz Chodorow (1978) que:

> [...] a perpetuação da sociedade exige que *alguém* crie filhos, mas nossa linguagem, ciência e cultura popular tornam muito difícil separar

> a necessidade de cuidado da questão de quem deve cuidar. É difícil separar as tarefas relacionadas ao cuidar de filhos, em geral executadas por mulheres [...], das próprias mulheres (CHODOROW, 1978, p. 57).

O excerto acima ao mesmo tempo em que pontua sobre o encadeamento entre mulher e criação das crianças e, por consequência, entre o feminino e o espaço privado, atenta para o fato de que são as mulheres, por estarem circunscritas a esse lugar e ocupação que reproduzem os valores conservadores que o patriarcado postula para a instituição materna. Dessa maneira, Chodorow (1978) destaca que "as mulheres reproduzem-se a *si mesmas* através de suas tarefas domésticas diárias" (1978, p. 57). Essa noção fica clara, tendo em vista que as falas que naturalizam os comportamentos femininos maternais na narrativa de Rezende (2014) são proferidas por personagens mulheres. A mesma teórica afirma que muito dessa reprodução das mulheres por elas mesmas se deve pela falta de apoio, afetivo ou emocional, a elas dado (CHODOROW, 1978).

É interessante pontuar que as primeiras reações da mulher-mãe por efeito das ações da filha com a sua negativa em ir para Porto Alegre ostentam um caráter paradoxal, já que ao mesmo tempo em que decide assumir uma postura mais dura de quem não entrega nem a "vontade e nem a consciência" (REZENDE, 2014, p. 28); Alice toma ainda a posição da mãe disposta ao atendimento das vontades da filha: "[...] ouvi calada, continuei a fazer os pratos de que ela mais gostava, a cuidar das coisas e a ceder minha poltrona preferida, em frente ao janelão que dava pro mar, pra que ela se sentisse confortável na minha casa, como se ainda fosse a casa dela" (REZENDE, 2014, p. 28). Constata-se que o comportamento dessa mulher-mãe reforça a noção "da maternidade como uma história sem fim" (DONATH, 2017, p. 147).

Evidencia-se o fato de Alice ter criado a filha sozinha: seu marido foi um dos muitos desaparecidos durante a ditadura militar brasileira. Nessa lógica, essa mulher-mãe é consumida pela culpa por Norinha não ter contado com a presença da figura paterna, questão que, inúmeras vezes, é levantada por essa filha. A ausência paterna e a não constituição de uma família é usado por Norinha, principalmente, durante a sua adolescência, período em que a relação entre ela e Alice foi mais conturbada, contra a mãe, de modo a responsabilizá-la por suas tristezas. Essa mulher-mãe, atingida pela acusação da filha, percebe-se como a culpada pelos problemas dessa, deixando-se levar pelas vontades e desejos de Norinha.

Ademais, incontestavelmente, no tempo presente da narração, Alice sofre com os limites que vão sendo-lhe pouco a pouco impostos, sobretudo, por já estar em idade avançada[96]; isso se deve ao fato, como expõe Ecléa Bosi (1997), de que na família, há uma cumplicidade entre os adultos de modo a "manejar os velhos [...] para o seu próprio bem" (p. 78), mas, como ela mesma perceberá no decorrer da história que narra, os cerceamentos que envolvem a maternidade são por ela sentidos há muito tempo:

> Disse a mim mesma que era só questão de amainar o meu coração e procurar se não havia mesmo um problema comigo. Talvez tudo se resumisse no resultado de todas as minhas frustradas tentativas de fazer outras coisas que gostaria, tendo sempre de ceder a vez pras prioridades dos outros, da minha filha mais que todos. [...] eu devia ter feito tudo ou pelo menos muito mais do que desejava nesta vida. [...] sempre achei que não podia nada...Quem sabe ainda é tempo de resgatar alguns desejos por cumprir? (REZENDE, 2014, p. 31).

Ao ser retratada como uma "velha" pela filha, Alice vê sua subjetividade e existência resumidas aos moldes pré-estabelecidos para mulheres dessa idade, que ao não mais contribuírem para a produção do trabalho material e sistema financeiro produtivo, especialmente, por não estarem em idade reprodutiva (FEDERICI, 2017), tem sua vida reduzida a uma identidade estereotipada vinculada à função de aconselhamento das mulheres mais jovens, como acontece com a personagem de Rezende que, para a sua filha, deve assumir o lugar de mãe/avó conselheira e cuidadora.

A partir da compreensão de que sua vida foi sempre balizada pelos desejos alheios, as reflexões de Alice remetem-se às privações por ela vividas no papel de sujeito-mãe; ela progressivamente percebe que viveu uma vida de limitações, que converteram-se em frustrações, frente aos necessários atendimentos aos desejos alheios. A fala da personagem denota "o sofrimento passivo que vem sendo tomado como universal, "natural", o destino feminino sentido em cada esfera" (RICH, 1986, p.

[96] Não há menção direta à idade de Alice, mas há artigos que analisam o livro que consideram que a personagem principal está por volta dos seus 50 e poucos anos (NEVES; MELO 2019). É interessante refletir que mesmo que a expectativa de vida da mulher brasileira, na atualidade, tenha aumentado no ano de 2020 para uma idade média de 80,1, de acordo com o IBGE, esse sujeito, quando não mais em idade apta para a reprodução e o exercício da força de trabalho passa a ser considerado velho. Ademais, em vista da figura idealizada que se constrói em volta da mulher-mãe, que sempre é vista dissociada de seu corpo e de sua sexualidade, quase sempre, para os seus filhos e família, essa mulher será percebida como figura em idade avançada.

129, tradução nossa[97]) da vida das mulheres; Alice, estando inserida em um contexto em que sua vida se constrói sob os pilares "de leis e códigos profissionais, sanções religiosas [...]" (RICH, 1986, p. 128, tradução nossa[98]), limitantes dos trânsitos e silenciadores das experiências femininas (RICH, 1986), entendia que nada podia realizar que não fosse almejando o bem-estar da filha, já privada da figura paterna[99]. Desse modo, Alice precisou dividir o seu tempo entre o cuidado com a filha e o trabalho como professora, que visava dar melhores condições de vida à menina.

É, mais uma vez, pelo sentimento de culpa que Norinha irá persuadir a mãe a realizar a sua vontade. De acordo com Donath (2017), ao remeter-se ao estudos de Rozsika Parker, a culpa, na atualidade, pode ser entendida quase como um sinônimo para a maternidade, já que a mulher-mãe não vê meios para lidar com a ambivalência que envolve a maternidade. Pelo processo de autoculpabilização, Alice, como mulher-mãe, compreende que "violou seus padrões morais ou sociais" (KUGLER; JONES, 1992) ou mesmo seus princípios éticos, morais ou religiosos, como apontam Suzana Lima e Delane Botelho (2019) e, por isso, ela se rende aos desejos de Norinha. Frente à falta de poder na relação traçada com a filha, a personagem mãe da narrativa de Rezende, ao perceber uma realidade que a concebe como uma "mãe má", admite: "eu cedi, vergonhosamente. Foi isso. O resto é consequência" (REZENDE, 2014, p. 34); ela não tem forças para assumir uma posição contrária da esperada para ela enquanto mãe e futura avó.

Alice assistirá, assim, o seu lar ser rapidamente desmontado, confirmando que suas memórias são menos importantes em detrimento da vida planejada por Norinha: as gavetas são esvaziadas, os móveis arrastados, cartazes de "família-vende-tudo" dispostos por seu apartamento e os pertences "mais valiosos" são enviados à garagem da Elizete, lugar "onde eu tinha arriado pra ficar, amuada, assistindo ao rebuliço, à derrocada da minha vida tão boínha" (REZENDE, 2014, p. 08), assinala a Alice. Entre os pertences valiosos da personagem, está o caderno amarelado com a capa cor de rosa da boneca Barbie, objeto com o qual Alice cisma e que, "por mais que a fúria organizadora da prima Elizete tentasse botá-lo no monte de velharias" (REZENDE, 2014, p. 07), leva consigo para a capital gaúcha. Até aquele momento,

[97] No original: "Passive suffering has been seen as a universal, 'natural', female destiny carried into every sphere [...]"
[98] No original: "laws and professional codes, religious sanctions"
[99] Aldenor, companheiro de Alice e pai de Norinha, desaparece devido ao seu envolvimento com a política.

mal sabia ela que o velho caderno teria, então, um papel importante no exercício de salvação e de resgate da bagunça em que sua vida se transforma ao chegar ao novo lar.

A chegada à Porto Alegre é marcada pela total falta de identificação com o novo lar, ao qual ela não contribuiu com a escolha e a organização, tendo sido a filha a única responsável pela seleção de móveis e distribuição das coisas trazidas de João Pessoa, será acompanhada pela notícia de que Norinha, com o marido, irá passar uma temporada no exterior. Alice, percebendo-se abandonada em uma cidade para a qual nunca quis ir e em um lar que mais parecia um tabuleiro de xadrez, um "*showroom* de móveis modernosos" (REZENDE, 2014, p. 23), que em nada a representavam, compreende a sua total irrelevância perante aos desejos da filha; Norinha a abandona em pedaços em um lugar completamente desconhecido. Esse sujeito-mãe vai percebendo a cada ação realizada pela filha, que a relação construída com essa em nada se aproxima daquela almejada antes mesmo de seu nascimento:

> Fiquei radiante e mais ainda quando nasceu uma menina, Como é bom saber que vou ter uma companheira!, quantas coisas vamos poder compartilhar?!, vamos ser felizes para sempre! [...] cuidei mais do que tudo pra que minha filha recebesse muito carinho, amor incondicional, mas sem mimos e complacência, havia de ser forte, reta e generosa como o pai, e confiei no meu exemplo, que eu achava natural, de cordialidade e delicadeza pra com os outros (REZENDE, 2014, p. 30).

O excerto acima sugere a esperança de Alice na possibilidade de construção de forte vínculo com o seu bebê, que por ser menina, significaria companhia e compreensão para com a figura materna. O discurso da personagem de Rezende (2014), ao lembrar as expectativas que tinha atinentes à filha, mais uma vez associa-se aos ideais, tanto para a mulher-mãe quanto para o feminino de modo geral, defendidos pelo patriarcado. Alice, por estar inserida nesse contexto limitador, é atravessada pela percepção de que há "mecanismos institucionais e sociais que teriam o poder de controlar o campo da significação social e produzir, promover e implantar representações de gênero" (SWAIN, 2008, p. 19); essas seriam as "tecnologias de gênero" que, nos termos postos por de Lauretis, como já aqui discutido, delimitam as subjetividades (e também os corpos) para que sigam produzindo a estabilidade instituída no gênero. Sobre o mesmo tópico, Chodorow, analisando a maternidade como função exclusiva da mulher, pontua que o modo como

os mecanismos sociais agem corrobora para a oposição feminino e masculino, estando o primeiro sempre em posição subalternizada. A autora assinala que “o sentido do eu feminino está fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido do eu masculino é fundamentalmente separado do mundo” (CHODOROW, 1978, p. 169).

Assim, diante da conduta da filha, Alice vivencia a raiva e a mágoa pela ingratidão filial, sentimentos que, para ela, até então, não pareciam possíveis para uma mãe dedicada e benevolente, que dedicou todos os esforços na criação de Norinha, afinal de contas para ela o “devotamento era parte integral da ‘natureza’ feminina, e nele estava a fonte mais segura de sua felicidade” (BADINTER, 1980, p. 267). Com os infortúnios da juventude que a levaram a criar a filha sozinha, ela acreditava que essa merecia todo o seu altruísmo para que, então, pudesse ser feliz; as realizações de Alice estavam na felicidade de Norinha.

Entretanto, o abandono à própria sorte na cidade grande por ela desconhecida abre espaço para ressignificações dos estereótipos acerca da maternidade que ela mesma tomou como modelo no decorrer de sua vida, assim como rompimentos e encontros consigo mesma enquanto mulher e mãe. Percebe-se que a convicção da existência de uma necessária entrega da mulher-mãe ao atendimento das vontades de seus filhos, por parte da personagem, passa por um processo de desconstrução: no mesmo sentido do postulado por Badinter (1980) que, ao tecer comentários sobre o instinto e o amor maternos, destaca o fato de que esses sentimentos, ao serem compreendidos como naturais ao sujeito-mãe, circunscrevem as mulheres à “dedicação cega” aos seus filhos, a personagem, ao perceber que a sua devoção à filha resultou no ressentimento e amargura da filha, sente-se “esmaecendo [...] rapidamente, eu sem nenhum rumo, nem hábito, nem companhias, *nem vínculos* neste mundo” (REZENDE, 2014, p. 87, grifo nosso). Ao reconhecer a sua falta de vínculos com outras pessoas, esse sujeito-mãe cria condições para um gradual enfraquecimento das imposições sociais referentes ao exercício obrigatório do cuidado com o outro, reservado ao feminino; Alice pode, então, pouco a pouco desvincular o seu cotidiano de mulher-mãe que sempre “está à disposição do outro (filhos)”.

É o completo desamparo dessa mulher que a leva às ruas de Porto Alegre. Recebida a notícia de que Norinha irá embora da cidade, Alice decide não mais falar com a filha “desnaturada” e não atender ligações que possam a vir intermediar o contato com a filha. É apenas depois de ter passado alguns dias isolada e destroçada

pelos últimos acontecimentos em sua vida que ela decide atender o telefone. Do outro lado da linha, estava sua prima Elizete, que narra as dores de uma mãe, chamada Socorro, a qual há anos não recebe notícias do filho, Cícero, residente da capital gaúcha, Alice decide sair em busca de notícias do filho desaparecido de outra mulher. “Talvez tenha sido, sem que eu percebesse, a dor da outra mãe tomando o lugar da minha, um alívio esquisito, uma distração” (REZENDE, 2014, p. 92), reflete Alice logo após finalizar a conversa com a prima pernambucana ao telefone e decidir sair em busca de notícias para a desesperada mãe.

Assim, ao passo que se dispõe-se a desvendar o paradeiro do filho de outro sujeito-mãe, em uma tentativa de sossegar o coração machucado dessa mulher em desespero pela “perda” de seu filho, ela adentra um espaço de rompimento com os valores em que até esta situação, na qualidade de mulher e mãe, esse feminino entendia como essencial para a constituição de seu eu. Sua nova empreitada era um bom modo em direção a “[...] esquecer Norinha e o apartamento preto e branco” (REZENDE, 2014, p. 117), dois fatores que a incomodavam nesta sua nova vida.

A Alice, de Rezende (2014), como a *Alice no país das maravilhas* (1865), de Lewis Carroll, com quem ela mesma irá comparar-se ao narrar suas peripécias à *Barbie*, diante das imprevisibilidades da vida, sai às ruas da capital gaúcha, a qual ela percebe estar bem distante da por ela imaginada enquanto ainda vivia em João Pessoa. Assim como o país de “maravilhas” de sua xará, Alice, ao “cair no buraco do coelho”, se depara com uma realidade dura de “[...] cenas ou episódios tipo país das maravilhas cruéis. [...]” (REZENDE, 2014, p. 158). Contudo, é esse mesmo espaço que abrir-lhe-á portas para uma reconfiguração de sua subjetividade enquanto sujeito-mãe, já que nele faz-se presente variadas formas de realizar a maternidade.

É essa saga em busca de Cícero pelas ruas do subúrbio porto-alegrense, mas, acima de tudo, os resultados da análise da relação traçada com a filha até o momento, assim como as observações sobre sua própria subjetividade em processo de reconstrução, que serão, após o seu término e retorno ao apartamento montado por Norinha, narrados à Barbie. Além disso, a narradora relata os encontros com os mais diversos indivíduos em Porto Alegre, sujeitos que nem ela mesmo esperava encontrar em uma cidade que achava ela ser tão diferente de João Pessoa. É no reconhecimento dessa multiplicidade de subjetividades subalternizadas e silenciadas que ela se apega para não retornar ao seu apartamento: “[...] andava só pra não voltar, eu, rebelde peão de xadrez [...] a ouvir histórias de gente quase reduzida a corpo e

dor, quase (REZENDE, 2014, p. 218)". As páginas amarelas do caderno rosa serão, assim, preenchidas com a história de seus quarenta dias em situação de andarilha urbana:

> [...] dei com o olho na Barbie e soube logo em quem ou descarregar tudo isso. E aqui estou vomitando nestas páginas amareladas os primeiros garranchos com que vou enchê-las até botar tudo pra fora e esconjurar toda essa gente que tomou conta de mim e grita e anda pra lá e pra cá e chora e xinga e gargalha e geme e mija e sorri e caga e fede e canta e arenga e escarra e fala e fode e fala e vende e fala e sangra e se vende e sonha e morre e ressuscita sem parar. [...] Contar a mim mesma, tim-tim por tim-tim, o que me anda acontecendo, desabafar com a boneca loira e o papel pautado, moucos e calados, incapazes de assustar-se, nem de dizer que estou doida, nem me mandar fazer psicoterapia [...] (REZENDE, 2014, p. 13-14).

Assim, narrar o seu presente, estando esse entrelaçado as suas lembranças e memórias do passado, se faz necessário para a assimilação de Alice do processo ambivalente que nela se instaurou: sua nova vida é a renúncia de seu antigo "eu". Na reestruturação de sua subjetividade, a personagem reconhece que o seu "eu" anterior, atrelado às limitações dispostas ao seu gênero, estava sujeito à "redução [...] a uma substancialidade última, a uma unicidade centrada e homogênea" (SIGNORINI, 2006, p. 342) e que, por consequência, diante de sua falta de autonomia, tinha sua vida moldada a partir das vontades alheias.

Nesse sentido, apontam Neves e Melo (2018) que Alice vivencia uma profunda crise de identidade, precisando ela (re)descobrir-se nas incertezas da nova vida. A própria personagem em diversos momentos reitera o fato de não saber mais quem ela é, como é possível perceber no trecho a seguir: "o que deixei pra trás, o que me obrigaram a deixar pra trás, lá ficou, na antiga vida da contente e pacífica professora Póli. Não tinham mais nada a ver com essa estranha Alice, desenraizada, desaprumada, que nem eu mesma conhecia". (REZENDE, 2014, p. 84). Em um determinado momento, mais para o final da narrativa, ela nomeará o momento vivido de "minha desaparecência" (REZENDE, 2014, p. 235), reforçando a situação da "morte" de um "eu" anterior para o nascimento de um novo "eu" após suas caminhadas pelas vilas da capital gaúcha.

Nas retomadas ao passado, a personagem esclarece fatos de sua vida que deslindam o "eu" que passará por esse fundamental processo de ruptura. Na Paraíba, Alice era Póli, a "disciplinada" professora aposentada de francês, criada pela avó,

após a morte de sua mãe no parto. Sua avó é o modelo feminino e de maternidade de Alice: “minha vó, ela sim, exilada, nunca me deixou sentir-me infeliz pela minha curta história de menina sem pai nem mãe (REZENDE, 2014, p. 166). O excerto apresentado sugere que não é à toa a reprodução por Alice de um padrão de abnegação materna, assim como a sua avó nunca a deixou sentir-se triste, ela não poderia deixar isso acontecer com a filha. Jovem, a personagem engravida e vê-se sozinha. Sua solidão será marcada, inclusive, pelo esquecimento de seu corpo e sexualidade enquanto sujeito-desejante: Alice, depois de Aldenor, não envolver-se-á, romanticamente e sexualmente, com outras pessoas, conservando a ideia da assexualidade que paira sob o sujeito-mãe (RICH, 1986).

Dessa maneira, não é à toa a presença da personagem Barbie na obra de Rezende (2014). A boneca, símbolo dos padrões estéticos impostos ao feminino, ao mesmo tempo que será a silenciosa “ouvinte” dos relatos de Alice, representará a idealização feminina que o sujeito-mãe está desconstruindo enquanto em processo de desconstrução de si mesma. “Desabafar” com a Barbie sobre as suas memórias, as intempéries de sua vida, bem como os seus encontros e desencontros na nova cidade durante as suas andanças nas ruas é também refletir sobre o quanto a mulher da sociedade patriarcal é silenciada: a boneca perfeita, diferente dela que narra a sua história, pode apenas escutar, dando-se ela conta que no patriarcado essa é a mulher perfeita — “Barbie, não é possível que caiba algum órgão aí por dentro dessa sua cintura inumana. Então você pode muito bem aturar impassível o que eu vou lhe contar agora (REZENDE, 2014, p. 2014). Nesse mesmo sentido, Ana Lúcia Neves e Bruno Melo (2018) atentam para o fato de que é “perceptível a ironia com que Alice trata a representação da boneca, bem como os moldes preestabelecidos para a figura feminina, promovendo momentos de reflexão acerca da importância de descentralizar e pluralizar os conceitos instituídos para o feminino” (NEVES; MELO, 2018, p. 137).

Outrossim, entende-se que o movimento em reconhecimento da multiplicidade do feminino, atuando como um rompimento frente aos padrões por ela reconhecidos como caminhos a serem tomados pelas mulheres, primeiramente, a levam a uma sensação de completo desaparecimento e perda de si, como pode-se perceber no excerto a seguir: “minha longa ausência que, de algum modo, ainda continua, eu, ausente de mim, aparentemente dentro [...] (REZENDE, 2014, p. 18). Alice está em conflito consigo mesma e as diversas novas sensações a levam, gradualmente, à percepção de toda a sua pluralidade como mulher e não limitação a atitudes

demandadas por outros. Nessa sua caminhada ao encontro de uma nova Alice, a escrita terá papel fulcral. Postula a personagem:

> Quarenta dias. Atravessei a geena. Acabo de sair da quarentena. [...] O único jeito possível de livrar-me deles, expulsá-los do espaço que ocupam dentro de mim e recuperar minha própria presença, é reduzi-los a tinta e papel e encerrá-los numa gaveta, ou tacar fogo pra sempre. Será (REZENDE, 2014, p. 18).

O excerto acima sugere que é nesse exercício de escrita que Alice buscará preencher os vazios que sua biografia de abdicações deixou. Escrever sobre os eventos vividos durante a quarentena é para essa mulher um modo de registro para si mesma de todos os comportamentos e atitudes como as de sua filha e da prima Elizete em relação a ela, mas também e, principalmente, de suas ações e silêncios que a levaram a viver aquele momento; situações essas que, pouco a pouco vão ficando mais claras para a personagem, não devem mais ser repetidas. Dessarte, como afirma Melo (2020), a escrita contribui "para a sua emancipação enquanto sujeito social que se encontra imerso em uma tensão constante entre a construção de sua singularidade frente à identidade que se impõe e se reitera diversas vezes" (2020, p. 86). Subentende-se que a quarentena será para a narradora-personagem, assim como em seu significado religioso referente aos quarenta dias entre a quarta-feira de cinzas e a páscoa, um período de limpeza que demandará sacrifícios — Alice nas ruas têm acesso restrito a banhos, alimentação e espaço para realizar atividades comuns ao dia-a-dia, por exemplo — e reflexão.

O diário da narradora-personagem será um exercício de resistência e de reencontro. Nesse sentido, a atividade da escrita exerce uma função terapêutica para Alice; o caderno de capa rosa talvez seja um caminho para a sua cura, enquanto sujeito machucado — "Estou ficando curada da maluquice só por escrever neste caderno?" (REZENDE, 2014, p. 91). Em seu ato de escrever é notável que a saída às ruas da cidade de Porto Alegre, que em um primeiro momento desempenha a função de auxiliar a personagem no processo de "[...] esquecer todo o resto" (REZENDE, 2014, p. 101), sendo, então, apresentada, após o seu abandono pela filha como o seu "único destino concreto e imediato, emprestado de outra mulher" (REZENDE, 2014, p. 101), representará o rompimento dessa mulher com diferentes padrões que sempre lhe foram impostos.

A personagem, a partir dessa experiência, traçará relações com outros sujeitos e espaços que lhe proporcionarão a ressignificação da construção de sua subjetividade feminina e materna. Como ponderam Neves e Melo (2014), gradativamente, percebendo sua múltipla subjetividade, os movimentos empreendidos pela protagonista vão sendo reconfigurados, evidenciando o seu reconhecimento da impossibilidade de encaixe aos parâmetros estabelecidos para a mulher, principalmente, para aquelas de meia idade na sociedade.

Faz-se interessante pontuar a maneira como os elementos paratextuais dialogam e contribuem para a percepção de um feminino em processo de rompimentos e redescobrimentos. Quase todo o novo capítulo é introduzido por propagandas de hotéis e de lojas de carros ou notas fiscais de restaurantes pelos quais ela passou, por panfletos de ortopedistas ou *flyers* de banho e tosa de cachorro, fazendo uma direta alusão a sua falta de higiene pessoal no decorrer da narrativa, demarcando um processo esse processo de desencontro, mas também de encontro com consigo e com a nova cidade.

Outro aspecto importante de salientar acerca da história de Alice pelas ruas de Porto Alegre é a sua confirmação, através das respostas das mais variadas pessoas que encontra em sua caminhada, do reconhecimento universal do sofrimento materno diante da perda/desaparecimento de um filho e, por consequência, do fundamental apoio que esse sujeito-mãe precisa para não vencer esse suplício. Em sua conversa com a Barbie, a personagem admite que a história do filho perdido foi de grande valia para que ela pudesse iniciar conversas e conhecer pessoas, tendo em vista que a resposta que sempre recebia era de que todos “conheciam ou tinham ouvido falar de mães agoniadas e filhos perdidos” (REZENDE, 2014, p. 111).

Os sujeitos por ela encontrados reverberam um discurso de que “mãe sofre demais! [...] Toda mãe é uma sofredora! (REZENDE, 2014, p. 110-111). Contudo, com o passar dos dias, a personagem não mais recorrerá às dores maternas como maneira de aproximação de desconhecidos em um ato que demonstra sua própria superação dos estereótipos maternos: ela não precisa usar a ânsia de outra mulher como modo de fuga para esconder sua dor, mas reconhecer que os ideais impostos às mulheres as resumem a cenários e subjetividades que atendem unicamente aos desejos da sociedade patriarcal.

Nessa trilha de reconfiguração de si e, como consequência, de sua identidade materna e de seu fazer materno, sublinha-se o encontro de Alice com as mulheres-

mãe de Maria Degolada, um dos primeiros lugares que a personagem irá passar enquanto transita pelas ruas porto-alegrenses. Ao chegar na vila gaúcha, como forma de abordagem a esses sujeitos, a personagem utiliza-se da história do filho perdido, a história da mãe desesperada à procura daquele que cuidou e criou, que acabou por se fazer um modo de aproximação mais empático dessas outras mulheres para com Alice; enquanto mulheres-mães, elas se colocavam no lugar da mãe de Cícero, como mostra o excerto a seguir: "[...]Pobrezinha dessa mãe!, Filho perdido é coisa que mãe nenhuma aguenta, [...]" (REZENDE, 2014, p. 110).

Ao passo que Alice estava "momentaneamente esquecida de Norinha" (REZENDE, 2014, p. 110), ela afirma que estava presa naquele momento e lugar, ela estava surpresa com o modo de interação estabelecida entre aqueles sujeitos, que era muito diferentes da realidade dela: o que aparentava ser uma forma de relação truncada, com informações desconexas, vai se mostrando à Alice uma real afinidade e aproximação entre aquelas mulheres. Percebe-se que há uma conduta social nessa comunidade que privilegia o coletivo, os sujeitos ali se conhecem e reconhecem suas histórias de vida nos outros. Nesse sentido, o próprio fazer materno dessas mulheres se constrói de uma maneira bastante diversa: entende-se a existência de uma maternagem, mesmo que ainda não desvinculado da figura da mulher, constituída a partir de um fazer coletivo.

Como nos moldes cunhados por Rich (1986), que sublinha o fato da necessidade de desatrelar-se o sentimento de solidão da figura materna, a atividade realizada nesse lugar não pode ser entendida como ação solitária, como aquele fazer materno, restrito unicamente à figura de uma única mulher presa ao espaço privado, reconhecido e praticado por Alice. As mulheres de Maria Degolada se enxergam na dor da mãe de Cícero, pois esta é a realidade de muitas daquelas mães, mulheres pobres e moradoras da periferia, que muitas vezes perdem o seu filho para uma sociedade que violenta e mata os sujeitos subalternos: "e voltavam a citar, falando todas ao mesmo tempo, todos os casos que conheciam ou tinham ouvido falar de mães agoniadas e filhos perdidos" (REZENDE, 2014, p. 11).

O'Reilly (2008) ao comentar sobre a maternidade como uma prática feminista, pontua a importância da contribuição dos sujeitos para que se reconfigure esse fazer.

Nesse sentido, sublinha-se a compreensão de que é nesse encontro que Alice reconhece a maternidade enquanto um fazer múltiplo; ela vê nessas mulheres-mães

a necessidade da construção de fortes alianças coletivas, com o objetivo de reeducar a sociedade na atualidade, como pontuado pela teórica citada.

Nesse caminho de rompimentos e rearranjos de sua subjetividade, o desprendimento das amarras empreendido pela personagem de Rezende, não a leva a um ponto final e uno, mas pelo contrário, ajuda na compreensão de que sua identidade não deveria ser exclusivamente traçada pela fixidez atrelada à mulher-mãe pelo discurso patriarcal. Para o diário, ela confessará que já nos últimos dias de sua empreitada sente saudades das pessoas que faziam parte de sua rotina — "Eu é que vou me vendo, revendo, esta Alice de agora [...] e eu estou sentindo falta de muita gente, até de minha filha, acredita? Não tive a honestidade de dizer isso a mim mesma, mas a você, que é de papel e não tem nada a ver com nada, eu digo" (REZENDE, 2014, p. 199) —, mas frente às fortes mudanças por ela sofridas ela sabe que com o seu retorno essas antigas relações serão também reconfiguradas.

O episódio que a fará retornar para o apartamento abandonado sugere a drástica transição de Alice: em uma de suas últimas noites nas ruas do subúrbio de Porto Alegre, a personagem encontra um corpo estirado — "avancei mais um pouco até dar com a luz bem na cara de um homem ainda jovem, os olhos esbugalhados, os braços abertos em cruz" (REZENDE, 2014, p. 242) — no meio de um matagal desconhecido. Ela sabe que no seu ato destemido e sem medo de encarar a morte reside também a certeza de que uma parte sua ficou para trás e que ela, agora, precisa viver a vida como a "nova Alice"; um feminino que percebe a sua subjetividade enquanto concebida fora das amarras para ele instituídas. Essa "nova Alice" sugere a necessidade aventada por Vania Vasconcelos (2014), ao se reportar às reflexões de Rich (1986), de se refletir o modo "como a experiência materna afeta as mulheres de forma subjetiva e complexa" (2014, p. 70). Compreende-se a impossibilidade de precisar questões acerca da subjetividade de Alice, há um ar de imprecisão ao final da narrativa, entretanto, pode-se afirmar que ela, após as suas andanças por Porto Alegre, direciona-se para o entendimento de um feminino multifacetado, sendo a maternidade um dos aspectos que constroem a sua subjetividade de maneira plural.

3.4. Entre os lados de fora e de dentro:as representações maternas em Com armas sonolentas, de Carola Saavedra

Publicado em 2018, o livro *Com armas sonolentas*, da escritora Carola Saavedra, pauta a maternidade com destaque. A narrativa, dividida em duas partes, sendo a primeira parte intitulada “o lado de fora” e a segunda, “o lado de dentro”, apresenta a história de três mulheres[100], Anna, Maike e uma terceira figura feminina sem nome próprio, que será identificada apenas como “avó”. Três sujeitos que para além de partilharem uma mesma árvore genealógica, compartilham histórias de solidão e abandono. Nesse sentido, a obra de Saavedra (2018), marcada pela não linearidade na narração, dedica-se à discussão de femininos perpassados por conflitos internos e externos, efeitos de uma sociedade que sempre as limitou, bem como à desconstrução desses limites que atravessam o discurso acerca do corpo feminino, que o estereotipam e o delimitam por questões como a adequação a padrões de beleza, associados à branquitude, à conformação à maternidade e à heterossexualidade compulsórias. Na construção de sua narrativa e personagens, *Com armas sonolentas* (2018) apresenta os valores propagados pela sociedade patriarcal de maneira crítica, com o objetivo de desmantelar a unicidade da subjetividade feminina, bem como de colocar em xeque a obrigatoriedade do sujeito feminino em encaixar-se nesses padrões.

É interessante discorrer sobre a escolha do subtítulo da obra de Saavedra (2018); *um romance de formação* é o subtítulo dado pela escritora a sua obra. O *bildungsroman*[101], palavra em alemão que designa o subgênero do romance, foi o termo utilizado para referir a narrativas que representassem “uma tensão entre o homem e o mundo das instituições ao qual pertence”, como aponta Ludmilla de Mello (2011), ou seja, nesse desenvolvimento, o masculino, sempre o protagonista à vista de sua próxima relação com o mundo externo, interroga-se acerca do seu lugar no mundo, perpassando por diferentes temáticas como, por exemplo, a religião e as relações humanas. Essa tensão será fundamental para que esse sujeito entenda o quão múltipla é a sua subjetividade.

[100] Há duas outras gerações de mulheres mencionadas na obra: a avó da avó, uma indígena que deixou a sua tribo e a mãe da avó, a quem o marido abandonou e cuida sozinha dos cinco filhos.

[101] O *bildungsroman* surge no final do século XVIII, em um período pós-Revolução Francesa, época marcada pela ascensão dos ideais burgueses, que, como pontuado por Wilma Maas, em *O Cânone mínimo: o bildungsroman na história da literatura* (2000), assinala a transição “de uma cultura do mérito herdado para a cultura do mérito pessoal adquirido” (p. 15).

Essas obras discorrem sobre a formação do protagonista no início de sua trajetória até o alcance de um grau de maturidade, um processo que está para além da educação formal (MELLO, 2011). Nessa lógica, esses romances, em sua origem, apresentavam protagonistas homens, já que eram esses os indivíduos livres, que, por consequência, eram quem tinha contato com o espaço público e as múltiplas experiências oportunizadas por ele, sujeitos que enfrentam o processo de maturação na troca com os diferentes indivíduos e espaços em que transita.

Concernente a personagens femininas, à vista de seu trânsito restrito, já que sempre estiveram atreladas ao espaço doméstico, de acordo com Mello (2011), era impossível a reflexão sobre a sua formação, já que essas eram privadas do contato com diferentes experiências sociais. Não se pode apagar as vivências do feminino no espaço privado e desconsiderar os seus aprendizados nesse espaço, afinal de contas as meninas passam por um processo de formação[102], já que desde muito cedo recebem uma educação voltada para o cuidado com o outro e com a casa, precisando adequar-se às instituições sociais e os valores para elas definidos em vigência. Contudo, a percepção do feminino e de seus papéis sociais preestabelecidos impediu a compreensão de que as ações das mulheres poderiam ser também tomadas enquanto uma forma de movimento e desenvolvimento de suas subjetividades, demarcando o entendimento uno do que seria uma mulher.

No Brasil, entretanto, a teórica Cristina Ferreira Pinto, em seu livro *Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros,* publicado em 1990, dedicou-se a realizar uma aproximação do subgênero, marcado pela prevalência de personagens do sexo masculino, em obras da literatura brasileira, escritas por mulheres, que trouxessem o feminino enquanto protagonista. Pinto (1990) assinala que, de maneira diversa do *bildungsroman* masculino tradicional, o feminino traz a:

> [...] infância da personagem, conflito de gerações, provincianismo ou limitação do meio de origem, o mundo exterior (“the larger society”), auto-educação, alienação, problemas amorosos, busca de uma vocação e de uma filosofia de trabalho que podem levar a personagem a abandonar seu ambiente de origem e tentar uma vida independente (PINTO, 1990, p. 14).

[102] Como já aqui mencionado, esse processo de formação feminina e todas as aprendizagens que nele estão envolvidas foram por muito tempo negligenciados pela literatura.

Pinto acrescenta que essas narrativas ainda podem apresentar uma protagonista, em processo de formação, com uma idade entre a infância e a adolescência, contudo, isso não significa que não há a representação da mulher em sua vida adulta. Ademais, Pinto afirma que o desfecho dessas histórias "resulta[m] sempre no fracasso ou [...] em um sentido de coerência pessoal que se torna possível somente com a não integração da personagem no seu grupo social" (1990, p. 27).

A narrativa de Saavedra vai ao encontro das características elencadas por Pinto, tendo em vista que suas protagonistas são personagens que estão em busca da compreensão de si mesmas, de descobrirem sua própria história com uma imensa vontade de se sentirem parte de algo. Da mesma forma, o leitor acompanha a genealogia feminina em um processo de viver e amadurecer, deixando a infância e a adolescência para trás e se tornando mulheres, é possível observar também a busca por autoconhecimento.

Nessa perspectiva, Ilse Vivia, no artigo intitulado "Invisibilidade? A potência do não-ser: resistência e memória em *Com armas sonolenta*s, de Carola Saavedra" (2019), ao tecer comentário sobre o livro, aponta que:

> A narrativa transita, assim, do querer ser, dos desejos de cada uma das personagens às possibilidades de existir. A resistência é manifestada pela própria impotência de ser o que se deseja, o que desaloja cada uma dessas três mulheres das estruturas hierarquizantes impostas pelo enquadramento social (VIVIAN, 2019, p. 138).

Assim, compreende-se que é na invisibilidade dessas mulheres que reside a possibilidade da compreensão e da ressignificação de seus eus; uma ressignificação que abre portas para uma luta contra aqueles que as silenciam e lhes impossibilitam ocupar espaços que não aqueles de subalternidade. Há uma forte luta com o "lugar de fora", uma batalha que as faz constantemente retornar para o "lugar de dentro", um movimento que as realoca e que possibilita que essas personagens repensem suas subjetividades, bem como tudo que envolve a sua existência enquanto mulheres.

Entre as personagens mencionadas, são duas as que têm a sua história atravessada pela maternidade, ambas na condição de mulheres-mães: Anna e a avó. Obviamente, essas duas mulheres vivem e sentem o fazer materno de modos diversos, contudo, o discurso que normatiza a maternidade como dever e que coloca o feminino na qualidade de principal cuidador dos filhos, as perpassa de forma que seus corpos, em vários momentos, são resumidos à realidade materna. Do mesmo

modo, a violência, atrelada à maternidade enquanto instituição patriarcal que aliena o feminino de si mesma (RICH, 1976), é temática que traça paralelo entre essas duas mulheres.

Para tanto, de modo que as reflexões acerca das complexidades que envolvem a construção das subjetividades dessas mulheres-mães fossem melhor desenvolvidas, optou-se por dividir a análise acerca dessas personagens, apresentados pelo romance de Saavedra, em duas partes. A primeira delas é dedicada ao debate da maternidade a partir da personagem Anna. Já a segunda parte destina-se à análise da personagem chamada de Avó.

3.4.1. “Apenas reproduzi o gesto de todas as mulheres da minha linhagem[103]”: Anna

O livro começa com a narração da história de Anna Marianni, pseudônimo de uma jovem aspirante a atriz de 21 anos[104]. A apresentação da personagem pelo narrador detalha seus atributos físicos, notados por todos que a conheciam — “era alegre, engraçada [...]” (SAAVEDRA, 2018, p.28) e dona de uma “beleza fora do comum [...]” (p. 28) —, mas também desnuda a fragilidade sob a qual esse feminino se reconhece, as incongruências em que sua subjetividade está assentada, que a levam a precipitação de “um emaranhado de promessas e enganos” (VIVIAN, 2019, p. 134): “sempre lhe pareceu que havia uma dissonância entre o que desejava e o que realmente importava [...] E satisfazer suas vontades ou vê-las satisfeitas nada mais era do que o prenúncio de uma queda cada vez mais célere, cada vez mais íngreme” (SAAVEDRA, 2018, p. 13).

Ademais, o aprisionamento ao medo da personagem é também pontuado: em conversa com Heiner, Anna assinala que tinha “medo de tudo e ao mesmo tempo de nada, às vezes um medo concreto, de trabalhar, de sair de casa, outras um medo etéreo, que poderia se transformar em qualquer coisa, em ódio, em loucura, em vingança, em amor?” (SAAVEDRA, 2018, p. 25-26). Nesse sentido, faz-se importante salientar que o medo é um dos principais sentimentos em que o feminino é calcado na sociedade patriarcal, como já aqui mencionado: o medo de Anna é sintomático de uma sociedade em que o feminino é silenciado e violentado. É também a falta de poder da figura feminina frente ao masculino que coloca essas mulheres em um lugar de constante medo, como por exemplo o temor à solidão, alimentado pelos ideais do amor romântico que colocam o homem como o grande salvador do feminino e o pânico do não atendimento aos padrões estéticos e morais impostos às mulheres, vinculados nos mais diferentes espaços.

De origem humilde, essa mulher verá na união com um diretor alemão de carreira em ascensão, chamado Heiner, a grande oportunidade para mudar a sua vida. Anna apaixona-se perdidamente por esse homem, com quem se muda para a Alemanha após dois meses de romance. A facilidade em tão rapidamente decidir pela

[103] Com armas sonolentas, p. 175.

[104] O quarto capítulo da obra é também dedicado à Anna. É nesta seção que se tem acesso ao monólogo escrito por ela sobre a sua vida, anos depois dos acontecimentos narrados no primeiro capítulo.

mudança de país, como apontado pelo narrador, se deve pela dificuldade na criação de laços pela personagem:

> [...] Sempre teve uma grande facilidade em ir embora, como se o passado, tão tênue, rapidamente se dissipasse. [...] A verdade é que, naquela época, não havia nada nem ninguém que significasse um laço, um compromisso, e tudo colaborava para que ela conseguisse se manter na superfície, jamais se aprofundar, jamais tocar a densa matéria do sofrimento, algo que na mínima aproximação a engoliria sem retorno (SAAVEDRA, 2018, p. 27-28).

Da mesma forma, entende-se que a dificuldade para o estabelecimento de vínculos é também fruto de seus medos; o temor em aprofundar qualquer tipo de relação sentido por Ana se dá pelo receio de que o "mergulho" em outro sujeito pudesse fazer com ela se perdesse dos objetivos para si traçados. Salienta o narrador que Anna culpa a si mesma por sua "incapacidade" em amar do modo imposto pelas tradições, principalmente no que se refere aos sentimentos e a entrega a esses historicamente vinculada às mulheres. Na sequência do mesmo trecho o narrador afirma que a relação com a mãe é dissonante das demais, "e havia a mãe [...] mas a mãe era um nó cego, não era um laço, cuidaria dela assim que pudesse" (SAAVEDRA, 2018, p. 27-28), todavia, é possível perceber que o vínculo entre as duas também parece fugir aos moldes tradicionais.

O texto de Saavedra mostra que a relação de Anna com a mãe é definida pela mágoa, pela distância e pela dor; para Anna, sua mãe era símbolo de submissão, considerando que essa mulher sempre aguentou as humilhações realizadas por sua patroa. Filha de uma empregada doméstica, Anna, ainda muito jovem, tinha vergonha de sua figura materna, que fica clara quando aos catorze anos, ela não aceita que a mãe vá a sua festa de aniversário: "eu não quero ser sua filha, eu tenho vergonha de você, do seu rosto que é só osso, dos cabelos grudados na cabeça, dos dentes que faltam na sua boca, das suas unhas todas roídas, você parece uma velha, uma mendiga, e eu não quero ser sua filha, não quero ser filha da empregada" (SAAVEDRA, 2018, p. 158), afirma a menina à mãe.

Faz-se importante salientar que a relação conturbada entre mãe e filha é também resultado das intromissões da madrinha, Clotilde, que, na realidade, era a sua avó, já que a menina é fruto do estupro cometido à mãe pelo filho mais velho dessa mulher — "eu queria ser filha da dinda" (SAAVEDRA, 2018, p. 158). Clotilde

oferecia um universo mais luxuoso à Anna, que ganhava sorvetes maiores, idas ao clube e uma escola mais cara, tudo pago pela madrinha. A cada nova oferta dessa mulher, a distância entre Anna e sua mãe só aumentava. É só depois de um longo período que Anna percebe a posição subalterna imposta à sua mãe e a crueldade no tratamento dado à figura materna pela madrinha, bem como pelo restante da família para qual essa mulher trabalhou desde a sua juventude. Essa personagem opta, então, por sair da casa de dona Clotilde e cortar qualquer tipo de relação com a família dessa mulher: no momento em que o primeiro capítulo é narrado, a personagem já está distante da mãe, dividindo apartamento com uma amiga. Para Anna, será sempre difícil compreender o comportamento da mãe diante dos sujeitos que a exploraram.

Em uma tentativa de desatrelar-se de suas raízes e, por consequência, distanciar-se da figura materna, Anna anseia em fazer parte de algo maior, algo mais importante e marcante que a história por ela até aquele momento vivida. Todavia, ela sucumbe aos encantos de um novo mundo proposto pelo namorado alemão. A situação vivida pela personagem corrobora os apontamentos de Beauvoir de que "tudo impele as mulheres a desejarem ardorosamente agradar aos homens" (2009, p. 203), já que a sociedade se organiza de modo que o feminino seja dependente do "privilégio econômico detido pelos homens, seu valor social, o prestígio do casamento [...]" (2009, p. 203). Assim, sua ida para a Alemanha indica as fortes influências que o discurso hegemônico do patriarcado exerce sobre ela; Anna é consumida por um discurso patriarcal que propaga o que Foucault vai chamar de "microrrelações de dominação", ou seja, Foucault (2004) afirma que a sociedade se organiza seguindo a lógica de que cada indivíduo faz não o que quer, mas aquilo o que lhe é permitido, aquilo que lhe cabe na posição de sujeito por ele ocupada em uma sociedade, submetido aos princípios de instituições sociais e políticas (FOUCAULT, 2014, p. 134), situação que fortalece a objetificação e disciplinarização feminina.

Pelo exposto, percebe-se que nesse cenário de dominação do masculino, na união com o homem europeu, para Anna, reside a aproximação dos seus sonhos, sem que seja cogitado um possível distanciamento dos seus planos em ser uma grande atriz; para a personagem, ela tirou a "sorte grande". Luana Della-Flora (2019), em sua dissertação intitulada *Heranças silenciosas, heranças malditas: implicações da subalternidade e do emprego doméstico em Com armas sonolentas, de Carola Saavedra, e Estela sem Deus, de Jeferson Tenório* na qual discute as relações representadas por Saavedra em *Com armas sonolentas* (2018), menciona que "há na

relação entre Heiner e Anna uma dinâmica similar a do colonizador/colonizado" (DELLA-FLORA, 2019, p. 73), ao indicar para esse feminino que a Europa é lugar que indica a conquista de seus objetivos.

Os sonhos de Anna vão aos poucos esmorecendo; nenhum dos planos por ela delineados acontecem e seus dias acabam resumidos à solidão no apartamento em país em que não sabe a língua, enquanto o marido viaja a trabalho e quase não para em casa. A falta de amor por esse homem vai se tornando cada vez mais clara, assim como os seus sonhos de ser a grande atriz dos filmes do alemão se esvaem em meio ao seu abandono; "não havia ninguém do lado de fora, nem família, nem amigos, nem mesmo Heiner. Ninguém que, com seu olhar, lhe devolvesse uma expressão de espanto, de ódio ou de encantamento" (SAAVEDRA, 2018, p. 45), assinala o narrador. Como consequência dessas ausências, esse feminino vai, aos poucos, perdendo-se de si mesma, como sugere o excerto a seguir apresentado:

> Anna se olhava no espelho e não se reconhecia, a Alemanha [...] a transformara em outra pessoa. [...] Os pensamentos de Anna iam se tornando cada vez mais sombrios, talvez acentuados pela percepção de que suas ambições anteriores em nada correspondiam à realidade [...] (SAAVEDRA, 2018, p. 37)

Anna, vivendo à sombra desse homem, vê-se em posição por ela nunca antes imaginada, tendo em vista que o modo como buscou constituir-se enquanto sujeito objetivou o rompimento com a submissão feminina personificada na figura da mãe, empregada doméstica de uma família de classe social mais elevada. Sua atitude em direção à quebra com o padrão de atitudes tomadas pela mãe, sujeito sem qualquer poder no espaço habitado, dar-se-á, principalmente, após a decisão de não mais ter contato com aqueles que impuseram tal situação a sua mãe. Do mesmo modo, os sentimentos por essa personagem aproximam-se daqueles sentidos por sua mãe que, quando ainda jovem, precisou mudar-se para o Rio de Janeiro vivendo completamente sozinha e sem notícias da família. O medo de ocupar um lugar minimamente parecido com o de sua mãe faz-se em muitos momentos presente:

> [...] surpreendeu-se lembrando muito da mãe com seu uniforme de empregada espanando bibelôs, limpando os banheiros da casa da dona Clotilde, seu corpo escuro e seco, sua ignorância, a mãe, para quem Paris era tão distante quanto a Lua, e ela agora em Paris, repetia a frase e os pensamentos, tentando convencer a si mesma, não, ela não era a

> mãe, ela, Anna Marianni, tinha outro destino, algo oposto, luminoso, estrangeiro àquela linhagem de opacidade e subserviência. (p. 45-46).

Anna, que entendia a sua condição, em um primeiro momento, como mais cômoda do que a da sua figura materna, se vê em uma situação em que necessita reforçar para si mesma de que terá um destino diverso dessa outra mulher subalternizada. Nesse sentido, percebe-se que a situação que se desenrola na Alemanha sugere as dificuldades enfrentadas pelo feminino em uma sociedade que define "por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero" (BUTLER, 2018, p. 30) e que, como resultado, aliena o feminino, seu corpo e sexualidade, de si mesmo. Sabe-se que essa antecipação acontece no modo como se dá a socialização das meninas, sempre como sujeitos dependentes do masculino e desprovidos de poder, a qual Anna foi também sujeitada durante sua infância e adolescência. É nesse contexto de profunda alienação, que leva à insegurança, à solidão e à dependência, que Anna descobre uma gravidez indesejada; um estado que em seu início não é percebido por essa mulher, como mostra o excerto abaixo:

> [...] olhando para seu corpo, pela primeira vez, percebeu algo estranho. Anna sabia precisar o que era, talvez um ou outro quilo que se apegava, talvez estivesse comendo muito, [...] Quanto tempo tinha se passado? Nos últimos tempos, sentia-se quase sempre mal, descompensada, um enxaqueca que não a largava, os seios inchados. [...] o horror do pensamento. [...] Seria possível?, não, não era possível, ela teria percebido, ela teria. Havia algo muito errado com seu corpo, sentia que o corpo não era mais seu. (SAAVEDRA, 2018, p. 51-52).

O não reconhecimento da situação de sua gravidez por Anna é sintomático de uma sociedade que impede o acesso do feminino ao seu próprio corpo, que não a educa de modo algum sobre o funcionamento dos seus hormônios, da menstruação, da ovulação, etc, tornando tabu qualquer tema que perpassa a sua corporalidade. Como já nesta tese mencionado, a falta de interesse da sociedade patriarcal em disponibilizar o conhecimento ao feminino sobre o seu corpo está vinculado ao fato de que esse, como afirma Federici (2017) é o "principal terreno de sua exploração" (2017, p. 34); sem o conhecimento e uma educação adequada das mulheres, que as muniria de armas contra o controle masculino, os seus corpos são mais facilmente acessados e dominados pelo patriarcado. Anna personifica, assim, a violência instituída ao feminino, através da maternidade compulsória. A reação da personagem com a

descoberta da gravidez já em estágio avançado vai de encontro ao entendimento social acerca da forma como as mulheres recepcionam (ou deveriam recepcionar) à maternidade:

> [...] você está grávida, ela disse, e completou, de quinze semanas, quase quatro meses, ela disse [...] Anna chorava, não conseguia parar de chorar, como isso poderia ter acontecido. Eu não posso ter esse filho, disse, não quero, de jeito nenhum, e foi quando a médica explicou que com a gravidez já tão avançada não era mais possível nem mesmo uma curetagem, no seu caso tratava-se já de uma cirurgia, porque aos quatro meses o feto... (SAAVEDRA, 2018, p. 53)

A negativa de Anna, semelhante às personagens mães de *Uma duas* (2018) e de *O peso do pássaro morto* (2017), romances anteriormente analisados, frente à maternidade coloca em xeque a noção de que, como pontua Perrot, "a maternidade é o grande caso das mulheres" (PERROT, 2015, p. 68) ao salientar que, como exercício social fundamental ao feminino, essa seria o auge da felicidade e do desempenho da feminilidade. Do mesmo modo, se desconstrói a ideia de que toda a mulher está preparada para a chegada de uma criança e todo o cuidado que ela demanda; nesse sentido, Donath (2017) assevera "que as mulheres carregam os descendentes humanos pode ser um fato, mas isso não obriga as mulheres a se comprometerem com os cuidados, a proteção, à educação e a responsabilidade que essa relação exige" (DONATH, 2017, p. 51-52). Sobre o mesmo tema, Tina Miller (2005) discorre que é preciso que o discurso que sobrepõe o biológico ao cultural seja revisado; para a teórica, assim será possível entender a diversidade que circunda a constituição das mulheres-mães.

Nesse cenário em que tudo que Anna "achava que era ela, começava a se desfazer" (2018, p. 54), a personagem chega a cogitar um aborto do que encara como "*algo que se agarrava a ela, essa coisa que grudava"* (SAAVEDRA, 2017, p. 54, grifo nosso), entretanto, o procedimento não é realizado tendo em vista o estágio já avançado da gravidez, mas, sobretudo, como salientado pelo narrador, pela falta de coragem de Anna. Durante toda a gravidez, os sentimentos da personagem são de inconformidade com seu novo estado, a sensação de inadequação a todo o contexto que envolve a sua gestação; essa figura feminina não quer ter um filho, conforme exposto pelo narrador: "[...] a coisa crescia em silêncio dentro de sua barriga. Anna não a sentia ainda, mas sabia que estava lá, feito um fantasma. [...] ela não queria

esse filho, disse com todas as letras, *isso* que está aqui dentro não é meu filho, é qualquer outra coisa, mas não é meu[...]" (SAAVEDRA, 2018, p. 55). O amor e a entrega ao filho esperado do sujeito-mãe não é, por ela, em nenhum momento vivenciado durante a sua gestação.

Donath (2017) aponta que cada mulher-mãe encontra a sua forma de lidar com a gravidez e, para Anna, essa situação não é diferente. Em conformidade com a desordem de suas emoções, a personagem, no início da gravidez, cria um duplo de si mesma, a materialização de um eu cindido, mutilado (CONCEIÇÃO, 2015). O fato será mencionado anos mais tarde ao rememorar a situação vivida no país estrangeiro em um monólogo baseado em sua vida e por ela protagonizado:

xxx:

> [...] quando soube que estava grávida, fingi que não era comigo, como se a notícia me dividisse em duas, e eu pudesse, a meu bel-prazer, transitar entre uma e outra, a que sabia e a que não sabia, como se o saber, mais do que o corpo, determinasse a gravidez. [...] A mulher não grávida se olhava no espelho e não se reconhecia. Havia outra, feito sombra, um desdobramento de mim mesma. Havia um corpo dentro do meu corpo, algo humano? Eu olhava para a barriga ainda plana, e se fechasse os olhos?, a tragédia do saber é que não é possível voltar atrás, mesmo com todo o esforço para enterrar o que sabemos, as palavras voltavam à superfície feito náufragos desfigurados pelo sol e pela água do mar (SAAVEDRA, 2018, p. 182-183).

Compreende-se que o duplo criado por Anna representa o eu duplicado, um eu em busca de uma subjetividade que não mais existe diante do sofrimento que lhe é infligido. Assim, há uma Anna grávida que se configura como um outro feminino que a outra Anna, o duplo não grávido, nunca desejou ser. A "duplicação" de seu eu conforma a percepção das diferenças entre a Anna estrangeira (e grávida) e a Anna que vivia em terras brasileiras e que sonhava em se tornar uma atriz famosa.

Nem mesmo os olhares e falas condenatórias de Heiner que a qualificam como "um monstro" e como uma pessoa egoísta por mencionar a possibilidade de dar a criança para a adoção e falar friamente sobre a situação, fazem com que Anna mude a sua atitude frente à gravidez: "[...] Anna só queria não falar no assunto e manter a vida a mais próxima possível do que era antes da gravidez, eu carrego essa criança no meu corpo contra a minha vontade [...]" (SAAVEDRA, 2018, p. 56-57). Outrossim, o seu sofrimento e rejeição à maternidade persistem mesmo depois do nascimento da

criança, uma menina. Ao descrever o bebê recém-nascido, é perceptível a sensação de que a menina nada mais era do que uma invasora em seu corpo, sugerindo a sua aflição diante da situação:

> [...] a criança dentro dela abria sua barriga por dentro com uma faca e saía sozinha para o mundo lá fora, a criança dentro dela era escura e seca, [...], a criança dentro dela nascia com todos os dentes, dentes enormes que apontavam para fora e deformavam sua boca, a criança dentro dela comia a própria placenta (SAAVEDRA, 2018, p. 57).

Beauvoir pontua que "a gravidez é principalmente um drama que se desenrola na mulher entre si e si" (2009, p. 661) e chama a atenção tanto para o fato de que o feto pode ser depreendido pela mulher como "um parasita que a explora" (2009, p. 661), quanto para a sensação de aniquilamento que a gestação de outro ser humano pode trazer ao feminino, já que esse pode carregar a "impressão de não não ser nada mais" (2009, p. 662). Nessa perspectiva, a estudiosa Barbara Almond, em seu texto "'Before the beginning': women's fears of monstrous births" (2010), revela que as mulheres-mães ao atrelarem a figura da criança por elas gerada a de um monstro/parasita estão refletindo o monstro dentro delas mesmas, em um exercício de projeção[105]; a autora expõe também que esse medo relaciona-se com o como o feminino compreende o seu papel enquanto mulher, traduzindo a "sua vergonha e ansiedade sobre os significados de ser mulher, sobre a compreensão de seu corpo e o que esse corpo pode produzir"[106] (ALMOND. 2010, p. 56, tradução nossa). Pelo exposto, compreende-se que a personagem de Saavedra, ao se ver como principal responsável por um ser humano pelo qual não reconhece nenhum tipo de afeto, experiência mais vigorosamente as limitações impostas ao feminino. A sua impotência diante um corpo que nem mesmo reconhece resulta na consolidação dos sentimentos de solidão e de abandono.

Ao contrário da imagem mítica construída para a maternidade, essa configura-se para o feminino como um evento traumático, que deixa marcas profundas em sua constituição psíquica, reforçada pela impossibilidade desse sujeito-mãe em formar vínculos com o bebê. Ainda no hospital, logo após o parto, ao pegar a menina pela

[105] Projeção é o termo técnico utilizado por terapeutas para descrever uma forma, utilizada pelas pessoas, para lidar com pensamentos, sentimentos e comportamentos perturbadores, vendo-os como existentes nos outros.

[106] No original: "to shame and anxiety about the meanings of being female, about the insides of her body and what that body may produce".

primeira vez no colo, essa apresenta-se para essa mulher-mãe como “só um pacote que poderia conter qualquer coisa [...]” (SAAVEDRA, 2018, p. 57); em outro momento, o narrador sustenta o fato de que para Anna, aquela criança era apenas por ela percebida como uma obrigação que lhe foi imposta em que ela não teve possibilidade de escolha: “[...] não sentia nada. Nem carinho, nem raiva, nem menor amor. Poderia ser qualquer coisa, uma caixa, um embrulho, um embrulho que alguém havia lhe entregado e dito, tome, cuide disso” (SAAVEDRA, 2018, p. 60). Ao invés de representar uma mãe idealizada que percebe em seu filho o maior amor do mundo, a personagem de Saavedra retrata que o fazer materno pode ser constituído de uma total falta de sentimentos de amor e carinho. É nessa perspectiva que a criança será tomada por esse sujeito-mãe como um reforço de sua condição de indivíduo vulnerável e sem poder no espaço em que transita:

> [...] e ela ali, com a criança nos braços numa solidão [...] ninguém se lembrava dela, ninguém vinha lhe perguntar como ela estava se sentindo. Ninguém lhe perguntava do horror, das noites sem dormir, do bebê que só fazia mamar, até que ela, quase louca, e o bebê ali pendurado, sugando tudo o que pudesse (SAAVEDRA, 2018, p. 58).

Como nos três outros romances analisados, o romance de Saavedra sugere o isolamento da mulher-mãe, uma ideia inversa da que se postula acerca da relação da mãe com os seus filhos que seria permeada pela alegria, entrega e cumplicidade. Fragilizada, Anna se vê preterida à filha e obrigada a atender as demandas da recém-nascida. Sobre isso, Donath esclarece que “conhecer as mães - seu universo emocional e suas ideias como pessoas - tende a ser considerado um fardo; uma carga que deveria ser evitada” (2017, p. 185). Donath explica que na cultura da “maternidade perfeita” as atenções dirigem-se para os filhos, “sem esperar que as mães existam como alguém com necessidade e desejos próprios” (2017, p. 185).

A atitude de Anna anula a teoria de uma maternidade devotada por natureza, de entrega do feminino aos filhos. Elisabeth Badinter (1980), sobre o tema assinala a importância de se compreender a historicidade da construção do sujeito-mãe:

> Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um

> sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional” (BADINTER, 1980, p. 366).

Dessa forma, instaura-se, na obra de Saavedra (2018), uma discussão que se dispõe a pôr em xeque a definição da mulher pelo cumprimento, e aqui teríamos o feminino ideal que cumpre com suas funções, ou não do papel materno, desvencilhando-se do viés masculino instituído à mulher e a maternidade, um discurso embebido na religião e que anula esse sujeito em seu ofício de mãe, fazendo valer os desejos do outro em detrimento dos seus.

Percebe-se uma mulher-mãe que, inconformada com o cumprimento da instituição materna, toma os afazeres que envolvem esse outro sujeito como danosos e aflitivos: a menina a consome, a faz desaparecer a cada sugada; em posição antagônica da defendida por psicanalistas como Donald Winnicott (1983) de que o aleitamento materno é a base da relação entre os sujeitos nele envolvidos, o narrador sinaliza que para a mulher-mãe esse ato nada mais é do que a comprovação de que ela se encontra em um estado em que não mais se reconhece. A maternidade é para Anna a constatação de que ela já não pode mais fazer uso de sua racionalidade, estando ela apenas reduzida à suas características biológicas:

> Então isso é ser mãe, pensou, um bicho sugando as tetas de um outro bicho, se alimentando de um outro bicho, e ela olhava para o bebê e olhava para Heiner e não sentia nada. [...] a cada dia que passava iam se tornando piores, ela ia se tornando pior, mais distante, capaz das piores coisas, e tinha medo de em algum momento deixar de ser humana restando apenas aquela força desconhecida e incontrolável (SAAVEDRA, 2018, p. 58-59).

Beauvoir (1980) sinaliza que a concretização da maternidade não é ideal para todas as mulheres, nem mesmo se constitui como o sonho de todo o feminino. No mesmo sentido, Badinter afirma que é impossível “definir um comportamento materno próprio à espécie humana” (1980, p. 70), o que acaba por “enfraquecer a noção de instinto, e com ela, a de ‘natureza’ feminina” (1980, p.70), demarcando a importância de se pensar acerca da multiplicidade que envolve a construção da subjetividade da

mulher-mãe, “reflexo da história pessoal e cultural de cada mulher” (1980, p. 70). Vendo-se cada vez mais animalizada e resumida à função materna, as reações desse sujeito-mãe sugerem o desejo de uma brecha, um retorno ao que seu “eu” anterior, à vida antes de sua ida à Alemanha em que a criança não existia. Dessarte, a menina, símbolo da sua não conformidade à sociedade patriarcal que institui uma maternidade como dever, é abandonada em um parque da cidade.

O ato de Anna também reflete a esperança de que essa criança encontre outra pessoa, alguém que tenha condições de cuidá-la de uma maneira que ela sabe que não poderá: “Ficaria bem, aquela filha que não era mais minha, que nunca fora” (SAAVEDRA, 2018, p. 177). Anna tem consciência de que ela e aquele bebê não vivem em simbiose, como comprova o excerto a seguir: “[...] ficaria bem, aquele corpo que se desprendera do meu corpo e agora tinha vida própria” (SAAVEDRA, 2018, p. 177). Anna não é uma mulher má, mas uma mulher em pedaços, que percebe que, antes de tudo em sua vida, ela necessita saber quem ela mesma é.

Já no Brasil, a violência da maternidade compulsória sentida pelo feminino será tema do monólogo baseado em sua vida, uma violência que repercute vinte anos depois. A fala de Anna aponta que o gesto de carregar um bebê em seu próprio corpo nada mais foi do que a repetição do que as outras mulheres de sua família fizeram. Refletindo o peso do discurso patriarcal sobre o corpo das mulheres, Anna problematiza indaga e sugere a incoerência da naturalização da maternidade, algo tão violento para as mulheres. Ademais, as reflexões da personagem desnudam a noção de que não é na repetição do exercício do cuidado de uma criança entre gerações de mulheres que a mulher faz-se sujeito-mãe:

> E desse ato surgiu um amontoado de células chamado “outro ser humano”. Eu, então, durante nove meses, dentro do meu órgão-recipiente chamado útero, gestei esse outro ser humano, e, quando ele estava grande o suficiente, eu senti as contrações que o expulsaram para fora do meu corpo. E isso se deu através desse tubo chamado vagina, ligado ao órgão-recipiente chamado útero através de uma pequena entrada chamada colo do útero, entrada essa que, não por acaso, nove meses antes possibilitará a entrada do líquido branco que, de alguma forma, estava ligado à existência daquela outra pessoa. O tubo chamado vagina, assim como o colo do útero, foi se expandindo e se expandindo até que passasse por ele, num acontecimento inimaginável, um pedaço de carne chamado outro ser humano, e depois outro pedaço de carne, menor, chamado placenta. E eu fiquei ali, desorientada, exausta, diante daquele outro ser humano que chorava e mamava e dormia e soltava secreções por todos os orifícios do corpo. E era também através de um desses orifícios do corpo chamado boca

> que o outro ser humano sugava a ponta do meu peito, que nada mais era do que também um pedaço de carne com ínfimos orifícios, dos quais saía sangue que, desprovido dos glóbulos vermelhos, chama-se leite. Eu fiz tudo isso: gestei e pari e vesti e alimentei um pedaço de carne, chamada também de “outro ser humano”, e limpei suas secreções e excrementos e o coloquei num berço a salvo de intempéries e predadores, eu fiz tudo isso que minha mãe e minha avó e minha bisavó e minha tataravó e minha tataratataravó haviam feito, mas nem por isso tornei-me mãe (SAAVEDRA, 2018, p. 176).

As palavras escolhidas por Anna mostram um feminino que coloca em xeque a maternidade, bem como as noções acerca do amor materno. Pontuando que fez tudo o que dela era esperado enquanto sujeito-mãe, ao tomar os cuidados necessários com a criança recém-nascida, ela reconhece que havia apenas acompanhado um fluxo de cuidados que, como já mencionado, se faz presente nos mais diversos meios de comunicação, bem como nos ensinamentos dados às meninas desde a infância. Nesse sentido, a personagem sinaliza o fato de que a maternidade não pode ser resumida à biologia. Beauvoir (2009), pontuou que um sujeito torna-se uma mulher, preterindo, desse modo, a noção acerca de uma essência feminina, “não se nasce mulher”, à existência e vivências que transformam um sujeito; outrossim, Anna destaca que ninguém nasce mãe, já que a maternidade não é marca biológica feminina, mas sim uma imposição da sociedade, que a coloca como dever.

Nesse sentido, ela sinaliza que não é o fato dela ter um útero que fará dela um sujeito-mãe, uma mulher “naturalmente” preparada para cuidar do “outro”. Em seu discurso, como observado, é apresentada uma necessária revisão das ideias consolidadas pelo discurso social em vigência. Em uma linguagem que coloca a maternidade a partir de termos biológicos, a personagem denuncia uma sociedade que animaliza e objetifica o corpo das mulheres de modo que essas reproduzam o fazer materno no formato silenciador e opressor instituído pelo patriarcado. Nesse perspectiva, Anna questiona, inclusive, a compreensão que se tem acerca do que é “natural” para as mulheres:

> XXX
>
> Eu era ainda muito jovem e acabara de ter um bebê. Eu pari um amontoado de células que costumamos chamar "outro ser humano”, e, ao fazê-lo, apenas reproduzi o gesto de todas as mulheres da minha linhagem, minha mãe, minha avó, minha bisavó, minha tataravó, minha tatarataravó. A natureza. *(Pausa)* Mas nada é natural na natureza! [...] Não, nada é natural na natureza. *(Anna prende o cabelo num rabo de*

> *cavalo)*. Eu gestei “outro ser humano” dentro das minhas entranhas, nesse lugar chamado útero, esse órgão-casa, órgão-universo, e assim, de um instante a outro, surgiu alguém que antes não existia. (SAAVEDRA, 2018, p. 175)

Seu discurso evidencia a necessidade de se repensar uma sociedade que toma o conceito de natural como forma de silenciar as mulheres. Compreende-se que a própria noção de natureza é imbricada pela cultura, tendo em vista que essa concepção será tomada pelo patriarcado de modo a tornar o feminino a ela restrito. Sobre esse tópico, Chodorow (1978), ao retomar os estudos de Rubin, diz que os “cuidados maternos [...] e a organização da família constituem as questões acerca do gênero e sexualidade” (1978, p. 23) e, por essa razão, são um produto social. Badinter (1980) também disserta sobre a temática afirmando que a vinculação da maternidade ao feminino não deve ser resumida aos hormônios femininos.

As marcas dessa restrição são expostas pela personagem que, mesmo entendendo o funcionamento opressor nos diferentes setores da sociedade, não consegue se livrar da culpa por ter abandonado uma criança: “eu tinha que fazer alguma coisa, algo que me desse algum castigo, porque a culpa, a culpa é algo que gruda, que se agarra, uma língua de óleo pelo corpo. A culpa é uma língua de óleo que se enrosca feito corda” (SAAVEDRA, 2018, p. 178). Em outra passagem em sua peça, que reforça a dificuldade em viver com a culpa de ter abandonado um bebê, Anna chega a imaginar como a sua vida se tivesse ficado com a filha:

> xxx
> Às vezes, imagino como seria se as coisas tivessem tomado outro rumo, e eu, num último minuto, em vez do abandono, tivesse decidido me tornar mãe daquele bebê, minha filha, voltando para casa, nós duas. Às vezes, imagino breves cenas espalhadas no tempo, numa ela ainda mama, e eu canto uma canção de ninar que a minha mãe cantava quando eu tinha insônia [...]. Às vezes, num salto, ela tem vinte e cinco anos, e eu, a mãe, há muito deixei de ser jovem, como se a existência de um filho, mesmo longe, mesmo não filho, nos jogasse numa nova cronologia (SAAVEDRA, 2018, p. 187).

O excerto acima sugere a impossibilidade para o feminino de desatrelar-se da culpa e o do peso do não cumprimento do papel materno: Anna, inserida em uma sociedade que baseia o feminino em sua função materna, mesmo anos depois, está presa a essa situação, de modo que precisa criar imagens em que está cumprindo o

papel materno. Compreende-se que esse exercício de imaginação em que ela se vê como cumpridora do fazer materno trabalha como uma forma de buscar respostas a sua incapacidade em assumir os cuidados para com aquela criança; contudo, o resultado dessa ação é sempre o do seu posicionamento em um lugar de culpa e de arrependimento: ela não tem para onde voltar – “o que eu espero encontrar? Não há mais filha [...] E assim, dou voltas ao arrependimento que me espreita” (SAAVEDRA, 2018, p 187). Anna, marcada e machucada pelo discurso patriarcal, percebe-se como a única culpada pelo que aconteceu: “se não tivesse engravidado, e se não tivesse parido, e se não tivesse me tornado mãe [...]” (SAAVEDRA, 2018, p. 187).

Ademais, Anna conta que, na tentativa de punir-se, ela acabou por se colocar em situação de mais violência e subjugação em um novo relacionamento. A sua culpa demonstra a impossibilidade dessa mulher em escapar do olhar do outro, um outro que toma a maternidade não como escolha individual, mas como dever do feminino, e que, por isso, é incapaz de entender a sua atitude diante da filha que não queria. Anna, de muitas formas, está presa à sentença externa, social.

Ainda confessando suas culpas, ao mesmo tempo em que reforça, quase que para si mesma a afirmação de que não é um monstro, relata a perda de contato com a mãe. Essa situação, como pontua Luciana Jardim, acentua “o mero descompasso circunstancial entre mãe e filha” (2018, p. 07), e sugere que a maternidade não envolve apenas o amor, “que, para o senso comum, parece ser o único a compor o universo de sensações dessa experiência do dar à luz” (JARDIM, 2018, p. 07), mas uma multiplicidade de sentimentos, configurando-se como uma relação complexa que perpassa as diferentes experiências dos sujeitos que nessa situação estão envolvidos.

A narrativa de Anna será seguida pela história de sua mãe, uma personagem sem nome, que será referida no livro apenas como a avó. Mesmo que de maneiras diferentes, ambas são mulheres-mães embebidas e oprimidas pela violência do discurso que dá poder aos homens e posiciona o feminino enquanto sujeito, delimitado pelo seu corpo, que deve gerar e maternar filhos. Da mesma forma, assume-se que pensar acerca dessa outra mulher, no seu fazer materno e nas relações por ela traçadas, reflete-se no modo com que Anna percebe a maternidade.

3.4.2. “Esse filho dentro dela, esse filho era tudo que ela tinha”[107]: Avó

Compreende-se que as questões referentes à maternidade postas no capítulo dedicado à história da avó aproximam-se dos demais já aqui discutidos pelas obras de Brum (2017), Bei (2017) e Rezende (2014). Compreende-se que a abordagem dada por Saavedra à narrativa da avó demonstra que esse sujeito em destaque, como os outros sujeitos-mãe mencionados aqui, sofre com as consequências de uma sociedade que aliena as mulheres em relação a si mesmas e seus corpos; a maternidade dessa mulher é balizada pelos padrões patriarcais. Do mesmo modo, a maternidade representada na história da avó mostra-se também como fundamental para se refletir acerca da maternidade enquanto um fazer múltiplo. Entretanto, faz-se importante destacar o reconhecimento da existência de diferenças significativas no tratamento dado à maternidade da mulher branca e à maternidade da mulher negra.

As mulheres negras foram sempre colocadas como um dos principais sujeitos cuidadores de crianças, entretanto, esse papel é normalmente cumprido em relação aos filhos de mulheres brancas. Sempre houve um impedimento do exercício do cuidado dessas mulheres quando os sujeitos principais desta atenção são os seus próprios filhos, marca de uma sociedade desigual em que a mulher negra precisa, para sustentar a sua família, trabalhar fora de casa. Da mesma forma, todo o processo que envolve uma gestação se constrói de maneira mais dolorosa, na maioria dos casos, para as mulheres negras; Della-Flora (2019) afirma que a falta de acesso ao sistema de saúde é grande entre as mulheres negras, bem como a violência obstétrica apresenta dados ainda mais alarmantes entre essas mulheres. Há ainda que salientar o fato de que o número de mulheres negras que perdem seus filhos para a violência é maior (DELLA-FLORA, 2019, p. 35).

Não obstante, destaca-se a compreensão de que, pela extensão da presente tese, é impossível fazer uma análise mais aprofundada sobre a temática: a maternidade e o recorte de raça. O entrelaçamento desses dois temas é de extrema importância e reconhece-se aqui que o seu desenvolvimento daria origem a uma nova tese. Por isso, optou-se por analisar a maneira como a maternidade acontece para a personagem da avó, uma gravidez, resultado de uma violência física, em que ela não

[107] *Com armas sonolentas*, p. 148

tem margens para escolha. Estando completamente alienada, são os outros que a rodeiam, esses detentores de poder, que decidem o seu futuro.

A história da avó é a narrativa de muitas mulheres domésticas, negras e pobres brasileiras; uma mulher sem nome, demarcando a violência simbólica praticada por uma sociedade que não percebe a necessidade de identificar esse sujeito subalterno, que tem como único objetivo servir os mais privilegiados. Os acontecimentos da vida da avó começam a ser narrados a partir do episódio em que ela, ainda menina, aos catorze anos, precisa sair da casa que reconhece como lar, na qual mora com a mãe e os irmãos, rumo ao Rio de Janeiro com o objetivo de trabalhar para uma família de classe social mais elevada em troca de acomodação e alimentação. É a mãe dessa personagem que decide o futuro da filha, tendo em vista a dificuldade em sustentar todos os filhos, sendo essa mulher a única responsável pela criação das cinco crianças (o marido fugiu, logo após a sua última gestação). “Já te criei, te alimentei, sacrifiquei minha vida por sua causa, agora suma daqui que eu já tenho peso suficiente para carregar” (SAAVEDRA, 2018, p. 134), afirma a mãe da avó, uma mulher que, como cabe salientar, despreza os padrões impostos ao fazer materno: a mãe enquanto principal cuidadora do filho, independentemente da idade desse; ela escorraça a filha de casa, a quem deveria cuidar.

O narrador deixa claro que a casa que essa personagem dividia com a mãe e com os irmãos era um lugar bastante violento, uma violência tanto física quanto psicológica, como os trechos a seguir sugerem: “[...] mesmo que de vez em quando a mãe batesse nela com um cabo de vassoura [...] você sempre tem que tornar as coisas mais difíceis pra mim [...] se você não for eu vou te bater até te matar, entendeu” (SAAVEDRA, 2018. p. 132-133). Entretanto, isso não era suficiente para que a avó quisesse desse espaço se desvincular, há dor em sua despedida. Ela vai embora com muita tristeza, afinal de contas, não há outro caminho a ser tomado, contudo, com a sua partida também se vai o sentimento de pertencimento a um lugar e a uma família.

Ao chegar no Rio de Janeiro, ela é apresentada à “dona” Clotilde e ao seu Alfredo, sujeitos que, diferente dela, possuem nomes, à vista da posição social que ocupam e seus privilégios. Diante de Clotilde, a menina tinha medo, um grande temor em não alcançar os níveis de expectativa que aquela mulher agora colocava sobre ela; essa mulher branca, dona de uma casa grande e bonita, é tudo que ela reconhece como superior, tendo em vista que ela precisou abandonar o seu lar exclusivamente para servir a essa mulher. Para além disso, ela sabia também que não poderia

decepcionar a sua mãe, a qual, provavelmente, não receberia o retorno de modo positivo:

> [...] ela teve vontade de chorar, não porque não soubesse fazer aquelas coisas todas, mas porque tinha medo de não saber fazer tão como a dona Clotilde queria, e tinha medo que dona Clotilde a mandasse de volta, e tinha mais medo ainda da reação da mãe [...] (p. 138)

A narrativa irá apresentar uma menina que vai se apagando, cada vez mais por trás dos anseios da família e, principalmente, dessa mulher, a quem irá servir. Sobre a posição do sujeito negro, Vasconcelos (2014) assinala que frente à natural função de comando do sujeito branco, ao negro cabe o lugar de sumbmissão, docilidade e aceitação de sua posição de subalternidade, assim, aquela menina será colocada em um pequeno quartinho da casa, precisando cumprir longas horas de atividades domésticas, precisando abdicar de si mesma e vivendo em completa solidão. Sem conseguir superar a distância forçada entre ela e sua família, sobretudo, o seu afastamento da avó de quem era mais próxima, ela sente que não há possibilidade para sonhos de um futuro melhor para si mesma; ela perdeu tudo, posto que “ali não tinha ninguém” (SAAVEDRA, 2018, p. 141). A única figura que representa alguma forma de carinho é Dodô, a cozinheira da casa de dona Clotilde, sujeito também em posição de subalternidade; Dodô presenteia a jovem com bombons, mas escondida da patroa. Assim, em sua solidão, o medo será uma constante companhia no Rio de Janeiro para essa personagem.

Mais uma vez, a personagem depara-se com um cenário de violência, agora, uma violência vinculada a sua marginalidade em relação à família para a qual trabalhará. Não há qualquer respeito a sua integridade física, precisando a menina trabalhar durante muitas horas até tarde da noite e sem intervalos; o aumento de trabalho é contínuo, mas não existe uma recompensa financeira para isso, o seu pequeno salário será o mesmo não importando a demanda de afazeres. A menina era ainda impedida de usar o dinheiro que ganhava da maneira que quisesse: a menina ao comprar uma presilha de cabelo é repreendida por dona Clotilde que diz que “a vaidade era coisa do diabo” (SAAVEDRA, 2018, p. 142). Além disso, a crueldade e falta de empatia da patroa resultam no abuso psicológico da menina. Em um momento da narrativa, a personagem é impossibilitada de viver o luto ao perder a avó. Ela só fica sabendo do falecimento da avó ao ouvir uma conversa entre dona Clotilde e

Neusa, a mulher que a levou para o Rio de Janeiro. Contudo, os interesses daquele que detém o poder em uma relação se sobrepõe aos dos marginalizados, que precisa dar sequência ao atendimento das demandas dele exigidas, o excerto a seguir sugere o afirmado: “não é porque alguém morreu que eu vou ficar com a casa suja e bagunçada, onde já se viu, disse dona Clotilde” (SAAVEDRA, 2018, p. 144), reduzindo a perda da menina em detrimento de sua casa.

É interessante salientar que os abusos de Clotilde são, ao mesmo tempo, maquiados por seu tom bondoso ao tratar a menina, a quem chama de “minha filha”; a maternidade aparece no discurso da patroa como modo de amenizar o seu discurso, os cuidados que se esperam de uma mãe para com seus filhos são sempre aqueles que demonstram um afeto genuíno e uma preocupação em benefício desses, entretanto, como salienta Della-Flora, na fala de Clotilde esses introduzem “uma preocupação e um cuidado artificiais, já que, na prática, a realidade do serviço beira o desumano” (DELLA-FLORA, 2019, p. 68).

Nesse cenário, a figura da avó formata um olhar sobre si atrelado ao discurso que a posicionou como um sujeito subalternizado, sua subjetividade foi, então, construída em oposição a da família branca privilegiada para qual ela trabalha. Ao observar os filhos da patroa vestidos com o uniforme escolar, ela reflete e reconhece que a sua realidade a impede de usar a mesma roupa usada pelos meninos da família, estando ela limitada aos “dois vestidos azul-escuros muito feios e grandes para o seu corpo” (SAAVEDRA, 2018, p. 139-140), marcas de sua inferioridade, tendo ela que aceitar qualquer situação proporcionada a ela pelos chefes, e de seu lugar de serventia na casa. Ela entende que o seu contexto de vida a posiciona em um lugar de valor menor do que o dos meninos, que, diferente dela que precisa limpar a casa da família branca, têm a possibilidade de estudar.

Do mesmo modo, o narrador salienta que essa menina sem nome compreende a sua aparência física enquanto um fator que a coloca em lugar de inferioridade. Ela sente-se feia em comparação à família para qual trabalha, como o trecho a seguir demonstra:

> [...] muito magra [...], o rosto moreno e os olhos levemente vesgos, os lábios com as bordas escurecidas, tudo nela era apagado e magro e escuro, pensou, enquanto Renan e seu irmão eram claros e louros e cintilantes, e quando eles passavam fica um cheiro bom de gente rica” (SAAVEDRA, 2018, p. 140)

Nessa perspectiva, a sua fragilidade a impossibilita de perceber o abuso sexual a qual será submetida. Para essa menina, a sua feiura impediria que o filho de sua patroa pudesse se aproximar dela. Entretanto, diante da vulnerabilidade da menina sem nome, o filho mais velho de dona Clotilde, Renan, se aproxima da menina, logo após que essa descobre acerca da morte da avó. Em uma tarde em que os dois estão sozinhos em casa, como forma de aproximação, ele finge interesse pela dor da menina e tece elogios a ela, como forma de abrir o caminho para o seu golpe final: ele a estupra, a violação dessa menina é a marca da superioridade desse masculino. O excerto abaixo descreve a frieza do momento:

> e ele dizendo, você gosta de mim, não gosta: E ela sem coragem de responder e ele repetindo, eu sei que gosta, não gosta:, e ela sem ter coragem de se mexer, vem cá, vem, há muito tempo eu percebo como você me olha, e ela apavorada ao perceber que ele havia abaixado a calça e guiava a mão dela em direção àquele pedaço duro de carne que os homens têm entre as pernas, repetindo, vem aqui, vem, e colocou sua mão sobre a carne dele e fez movimentos com a mão dela e deu alguns grunhidos. [...] e tirou sua calcinha, e ela sem coragem até de olhar, mas deixando que ele tirasse a sua calcinha e depois colocasse a carne dura dele dentro do corpo dela [...] (SAAVEDRA, 2018, p. 146).

O trecho mostra que a menina, que até aquele momento não havia recebido nenhum tipo de “carinho” daquelas pessoas, diante do exposto, ela fica “muda e imóvel e com frio na barriga, sem saber o que dizer, e quase não aguentando de tanta felicidade [...]” (SAAVEDRA, 2018, p. 145), é incapaz de perceber a violência a que está sendo submetida. Ela nada aprendeu sobre seu corpo e sua sexualidade, estando completamente alienada ao período de vida em que ela se encontra: a puberdade, que é acompanhada por muitas mudanças físicas, bem como psicológicas; seu corpo está mudando e com essa transformação há o surgimento de desejos, mas ela não entende e não tem com quem conversar sobre isso; esse desejo pelo outro é para ela uma novidade e uma surpresa maximizada por sua solidão.

Ademais, é visível o medo que a menina tem desse masculino, já que ele representa um sujeito em lugar de superioridade comparado ao dela; Renan era sim alguém que ela olhava e desejava, mas acima de tudo ele é seu chefe, ele detém poder sobre ela e a subalternidade dessa figura feminina a impede de tomar qualquer atitude contra suas ações, ações essas que demarcam a “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2014, p. 7). O final da cena do estupro sofrido pela menina sugere o completo descaso do masculino, “e ela ainda estava

sentindo a dor quando Renan deu um grunhido mais intenso e caiu resfolegando sobre ela, e depois levantou, subiu as calças e saiu sem dizer nada. Renan nunca mais perguntou algo da avó" (SAAVEDRA, 2018, p. 146); a dor dessa jovem nunca existiu para esse homem, que queria usá-la para satisfazer os seus desejos.

O narrador relata que Renan segue indo ao quartinho sem janelas da empregada apenas para usar aquele corpo daquele feminino. Sentindo os efeitos do do tratamento a ela dado por Renan, a menina vai ficando atrapalhada, quebrando coisas da casa e nem mesmo percebe a gravidez efeito dos abusos do "patrãozinho", situação que mais uma vez demonstra a sua completa ignorância diante de seu corpo. Quem primeiro percebe a gestação é dona Clotilde que reage com violência, como mostra o excerto abaixo:

> [...]Com o passar dos meses, ela foi ficando cada vez mais cansada e distraída, se pudesse dormiria o dia inteiro, dormiria à noite, não acordaria mais, até que um dia percebeu que dona Clotilde a observava desconfiada, examinava o seu corpo, o seu rosto. [...] Dona Clotilde passou a mão na sua barriga, segurou com força seu queixo e lhe deu um tapa na cara, sua putinha descarada, e ela achou que dona Clotilde daria nela uma daquelas surras que a mãe costumava dar e se preparou se agachando e protegendo o rosto com os dois braços. (SAAVEDRA, 2018, p. 147)

Diante da reação de dona Clotilde, a jovem não tem possibilidade de defesa, já que independentemente do que aconteceu à menina, ela é considerada culpada e única responsável pela gravidez. Enquanto é humilhada pela patroa, a menina conta que o filho que espera é de Renan e é essa informação que será utilizada para silenciar ainda mais a jovem empregada doméstica. Em meio a ameaças de colocar a personagem na cadeia e tirar dela a criança que espera, Clotilde e seu marido proíbem essa mulher de contar sobre a paternidade do bebê esperado. O discurso desses dois sujeitos, apresentado no trecho abaixo, sugere a crueldade dos patrões frente o circunstância:

> nós somos cristãos, não somos monstros, jamais lhe pediríamos para não ter esse filho [...] então queremos fazer um trato com você, você tem esse filho, nós vamos arcar com todas as despesas, um bom médico, maternidade, roupas, o que você e a criança precisarem, com uma condição [...], para todos os efeitos e para sempre, isso é importante que você entenda, para todos os efeitos esse filho é de um rapaz que você conheceu na rua e depois sumiu, algum faxineiro,

> porteiro, motorista de caminhão, nunca o Renan [...] (SAAVEDRA, 2018, p. 149)

O excerto mostra a forma como a religiosidade é usada por dona Clotilde para esconder a violência de sua fala; o seu apego à religião, que demarcam “típicas figuras pseudobenevolentes de um país que ainda não assimilou a sua própria negritude” (JARDIM, 2019, p. 5), é usado de forma a não dar “permissão” para um possível aborto da jovem, sugerindo que a decisão sobre o corpo desse feminino está nas mãos desses sujeitos; já para a menina, não resta outra saída a não ser concordar com a única opção a ela dada pelos chefes — “e ela achou que era um bom trato, que outra opção tinha?, e aceitou na hora mesmo não tendo muita certeza do que era para achar” (SAAVEDRA, 2018, p. 149). Salienta-se que enquanto a ela é imputada a criação solo de uma criança fruto de um estupro, situação que ela mesma não entende a gravidade e a brutalidade envolvida, tamanha a sua situação de isolamento, Renan, como se nada tivesse cometido, é enviado para passar uma temporada de estudos nos Estados Unidos. Clotilde, ignora, assim, a completa desigualdade que envolve esses dois sujeito; para esse feminino, a jovem é tão privilegiada quanto o seu filho, já que à menina ela provem um lugar para dormir, bem como alimentação, ignorando que essa menina “desde os 14 trabalha como uma adulta sem nenhum amparo afetivo, familiar ou educacional; como se a violência sexual não tivesse também efeitos psicológicos sobre a vítima” (DELLA FLORA, 2019, p. 71). Ademais, a patroa faz questão de garantir que nada parecido irá acontecer de novo: “quando você tiver essa criança o médico cuidará de ligar suas trompas, que é a coisa mais sensata a fazer, e ela ficou sem saber o que isso significava” (SAAVEDRA, 2018, p. 150), estabelecendo o seu corpo e o seu futuro como lugar de decisão do outro, suas possíveis escolhas futuras são ali aniquiladas.

Ademais, a solidão e a fragilidade da jovem doméstica sem nome são motivos para o forte apego à criança que dentro dela cresce. Mesmo reconhecendo muito pouco do processo que acontece em seu próprio corpo, o pouco que sabe foi-lhe ensinado pela avó, o bebê passa a ser visto como uma possibilidade de amor e carinho que ela há tanto não tinha/sentia. O excerto abaixo sugere o afirmado:

> [...] quantos meses tem essa gravidez?, e ela não sabia responder porque até então nem sabia que estava grávida, quer dizer, suspeitava

> por causa das mudanças do corpo e porque sabia que quando a mulher embuchava não tinha mais regras até o bebe nascer, havia lhe explicado a avó assim que seu sangue desceu pela primeira vez, mas ela não sabia de verdade, não tinha certeza, e toda noite ia deitar esperando que na manhã seguinte a barriga tivesse sumido, mas, isso não disse a ninguém, também tinha a esperança de que a barriga não sumisse, que continuasse ali, cada vez maior, até sair esse filho dentro dela, esse filho que era tudo o que ela tinha, que era também a primeira vez que ela tinha alguma coisa (SAAVEDRA, 2018, p. 148).

A fragilidade dessa personagem é tão grande que ela deseja que a barriga que está crescendo não suma, temendo que os ensinamentos da avó não se concretizem como verdade. Com a possibilidade de seu filho ser tomado pela patroa, esse sujeito-mãe ainda adolescente sente medo de "[...] nunca mais ver o filho que até então nem tinha certeza que existia" (SAAVEDRA, 2018, p. 149) o que lhe traz "uma dor nova e insuportável" (SAAVEDRA, 2018, p. 149). Para ela, a criança por ela gerada é a garantia de que não ficará mais sozinha, tomando como certo o laço de amor e carinho entre ela e seu(sua) filho(a). Logo após o nascimento da menina, as atitudes da jovem empregada doméstica demonstram essa expectativa: "[...] quando ninguém via, botava a filha no peito e dormiam as duas assim, agarradas, escondidas" (SAAVEDRA, 2018, p. 154). Todavia, as suas expectativas se quebram com o nascimento da filha; são constantes as interferências dos seus chefes, principalmente de dona Clotilde, na criação da menina. As interferências sentidas por essa mulher-mãe, vão ao encontro das noções postuladas por Donath (2017) de que a maternidade é uma condição pública e toda e qualquer pessoa acha que pode aconselhar, ou mesmo intrometer-se, na criação dada pelas mães.

Faz-se relevante salientar que durante a sua gravidez, a menina passou a "receber visitas" da avó já morta. Tal espírito terá papel fundamental na forma como essa mãe adolescente passará a compreender o período pelo qual está passando. A avó levantará questões acerca da ancestralidade, como alguns rituais que realizará para o preparo da barriga da grávida, bem como colocará em pauta na narrativa a discussão acerca das heranças e dos conhecimentos deixados entre as gerações da família da menina. Do mesmo modo, destaca-se que a figura da avó representa aquele feminino temido pelo patriarcado, pois conhecedor do corpo feminino ao exercerem, por exemplo, a função de parteira; ela é a bruxa, como reitera Federici (2017), que precisou ser eliminada para o rígido controle do corpo da mulher, tendo em vista que

este, com a ascensão do capitalismo, precisaria “trabalhar” a favor do crescimento do Estado que:

> [...] não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer. Como resultado, as mulheres foram forçadas frequentemente a procriar contra a sua vontade, experimentando uma alienação de seus corpos [...] (FEDERICI, 2017, p. 180).

É também o espírito dessa mulher que apontará as diferenças entre essa jovem e a família a que ela serve: “eles não são como nós, são feitos de outra pele, outro material, e vai ser sempre assim [...]” (SAAVEDRA, 2018, p. 150), sinalizando a condição de desencaixe, o sentimento de não pertencimento desse feminino, que é da mesma forma sentido por Anna anos depois quando já na Alemanha. Além disso, é a avó que alertará a adolescente sobre o comportamento de dona Clotilde, e o seu marido, frente a criação da criança recém-nascida, chamando a atenção da jovem sem nome para o fato de que “eles querem tirar a sua filha de você, vão levá-la para o mundo deles, que é o mundo dos ricos, e com o tempo ela vai gostar de lá [...] e vai querer que você dê as mesmas coisas” (SAAVEDRA, 2018, p. 155).

A jovem doméstica sem saber o que fazer diante da circunstância que se desenrolava, e com medo de ficar mais uma vez sozinha, assiste à Dona Clotilde proporcionando situações que acabam por deslumbrar a sua filha: a menina é levada ao clube pela madrinha, ganha sorvetes maiores dos que recebe da mãe. Esse encanto de um universo mais pomposo, cheio de regalias e agrados, levam mãe e filha ao afastamento, que ficava cada vez mais difícil de ser superado já que os benefícios dados pela patroa-avó eram grandes e, para a jovem empregada, de alguma maneira, a garantia de que prender a filha junto dela “seria condená-la à pobreza, à ignorância” (SAAVEDRA, 2018, p. 157) a que o sujeito-mãe havia sido submetido. Para ela, prender a filha significaria o não cumprimento das ações esperadas de uma mulher-mãe e, tendo sido ela privada de tudo o que o dinheiro proporciona, facilitar a aproximação da filha aos chefes-avós seria a chance de uma vida melhor para a criança.

Anos mais tarde, em um asilo, essa mulher em idade avançada e, de novo, em companhia do espírito da avó, ao refletir sobre os caminhos tomados pela filha, rememora as perdas e as dores em sua vida, que deixaram marcas para sempre

sentidas, uma solidão não superada. Perpassando pelas lembranças de sua própria mãe, a mulher sem nome questiona a si mesma e à avó se não teria feito o mesmo que essa outra mulher: “vó, a senhora acha que eu também abandonei a minha filha?” (SAAVEDRA, 2018, p. 248), sugerindo que a culpa é sua companhia.

Em conversa com o espírito da avó, após o choque da descoberta de que a filha Anna tinha tido uma filha, sem nunca ter a ela contado, e tendo dado a criança para a adoção, a sua culpa transforma-se no reconhecimento de um destino “hereditário” entre as mulheres de sua família:

> [..] ela teve um bebê, uma menina, a senhora sabia disso, vó? a avó não respondeu, claro que ela sabia, por que a senhora não me disse nada? [...] um bebê, ela pensou, como se o bebê fosse dela, uma menina, como se a menina fosse ela própria, entregue, abandonada, mas fosse também a mãe e até a própria avó, uma sucessão incessante de entregas e abandonos, quando teria começado isso? (SAAVEDRA, 20018, p. 247-248).

A obra de Saavedra (2018) sugere a herança de um sistema que silencia e subjuga as mulheres. Um destino masculino que constrói um feminino a partir da imagem do “outro”, do não ser. Uma carga que desloca e acaba por construir mulheres enquanto estrangeiras, pois impedidas de acessarem a si mesmas, de reconhecerem seus corpos como casas e espaço em que suas escolhas prevaleçam. Em movimento de resistência, com suas armas sonolentas, essa personagem sem nome, de alguma maneira, luta contra o poder que a subjuga; ela quer voltar para o início de tudo, talvez um início em que esse feminino não mais esteja resumido aos limites impostos pelo discurso hegemônico, um feminino que tem como possibilidade uma consciência de si mesmo, de seu corpo, de sua subjetividade.

4. Considerações finais

No decorrer do presente trabalho, buscou-se demonstrar que houve uma importante transformação na representação da maternidade e do sujeito-mãe na literatura brasileira a partir da análise de quatro obras contemporâneas de autoria de mulheres. Através da discussão proposta, destacou-se que a figura da mulher-mãe ainda sofre com os padrões impostos, contudo, houve uma movimentação em direção a ressignificação desse sujeito e de seu fazer, que, hoje, pode ser compreendido enquanto plural e multifacetado. Foram muitos os debates que possibilitaram a desconstrução da ideia da maternidade perfeita, tendo sido esses propostos pelos movimentos feministas, principalmente os da segunda onda. Nessa perspectiva, entende-se que o rompimento com um pensar cristalizado sobre a mulher-mãe só aconteceu com um maior acesso das mulheres aos espaços públicos.

A reflexão proposta baseou-se na noção de que a crescente discussão sobre a maternidade e o sujeito-mãe promove, não só uma nova percepção de mundo, mas uma mudança no quadro de referências e critérios, na avaliação de fenômenos sociais. Assim, a presente tese pretendeu mostrar que ressignificar essas temáticas, que, como aqui demonstrado, sempre estiveram sob a égide do patriarcado, significa também revisar e repensar aspectos urgentes como a sexualidade e o processo de construção da subjetividade feminina, possibilitando uma abertura para a compreensão da multiplicidade na qual o sujeito feminino se constitui.

Nesse sentido, a partir desse estudo, afirma-se que a análise da situação da maternidade e do sujeito-mãe nas linhas das autoras estudadas, ao apresentarem mulheres-mães construídos por suas variadas experiências para com a maternidade, provê um entendimento plural sobre o feminino, desatrelado do olhar unívoco destinado às mulheres e o fazer materno enquanto essência e natureza feminina. Acredita-se que a literatura dessas escritoras brasileiras contemporâneas não apenas propõe novos paradigmas para a experiência do fazer materno ao expor toda a sua ambivalência, mas ainda, uma desconstrução da assimetria masculino/feminino, trazendo à tona questionamentos sobre os modos como a construção da subjetividade feminina foi enclausurada pelo sistema vigente.

Nesta perspectiva, entende-se que nas obras estudadas encontram-se experiências femininas que habilitam a emergência de uma maternidade não mais resumida à noção de dever feminino, ao mesmo tempo em que desconstroem a ideia

de um instinto materno ao qual todas as mulheres, há longo tempo, são reduzidas, evidenciando as marcas infligidas às mulheres a partir da edificação de uma maternidade perfeita em que a abnegação e o silenciamento colocam-se enquanto comportamentos únicos e necessários. Nessa perspectiva, compreende-se que as quatro obras estudadas problematizam os modelos impostos ao feminino como um todo, ressignificando corpos, espaços de trânsito e exercícios como o da escrita, que passam a ser uma ação possível para o feminino, sobretudo como um modo de reconstrução de si mesmo. Apreende-se que as mulheres-mães apresentadas, Maria Lúcia, a personagem sem nome de Bei, Alice e as duas personagens de Saavedra, são também sujeitos que resistem e subvertem a realidade opressora de suas vidas, principalmente por serem mulheres que tomam o protagonismo de suas histórias e expõem as marcas deixadas pelo discurso patriarcal que as resume aos seus aspectos biológicos.

Para que chegássemos a tais resultados, no primeiro capítulo buscou-se dissertar sobre o conceito de maternidade perfeita. Assim, verificou-se que a maternidade, enquanto essência e natureza feminina, foi uma instituição que se constituiu no e pelo interesse do patriarcado e do sistema socioeconômico que se consolidava entre os séculos XVII e XVIII, o capitalismo. A partir das contribuições de diferentes estudiosas do tema, mostrou-se que anterior a esse período a relação construída entre a mãe e o bebê era bastante diferente, tendo em vista o modo como as relações entre os sujeitos eram erigidas, bem como o próprio *status* da criança que era considerada um mini-adulto até meados do século XVII. Foi a alta mortalidade das crianças, consequência dos poucos cuidados a ela dedicados, que levou o Estado a interferir no modo como esses vínculos eram concebidos, de maneira a criar uma maternidade enquanto instituição limitadora do sujeito feminino.

Assim, frente à política de redução da mortalidade adotada por esse Estado, que no interesse do capital e sua defesa da modernização objetiva fortalecer e aumentar sua mão-de-obra, estabelece-se uma nova visão de família, tomando como base as reflexões de Rousseau (1712-1778)), e, como consequência, uma discussão em torno de um ideal materno, o que na presente tese chamou-se de a “maternidade perfeita”. Esse novo interesse pelas questões reprodutivas acaba por impor limites ainda maiores ao corpo feminino, tanto nas questões referentes à sexualidade, quanto às demandas relativas aos espaços em que esse corpo pode transitar: a maternidade é tomada como uma forma da manutenção da mulher no espaço privado, enquanto

ao homem é permitida a circulação no âmbito público — político, financeiro etc—, demarcando o seu status de poder.

A política da boa maternidade foi corroborada por outros dois discursos: o médico e o religioso. A medicina foi responsável pelo processo de interferência e medicalização da maternidade, assim, o que antes se constituíra enquanto um saber e fazer restrito às mulheres, personificados na figura da parteira, passou a ser domínio do masculino. A gestação será controlada pela ciência, podendo os homens ditarem as regras da alimentação, comportamento e amamentação; o próprio parto será realizado por médicos, os homens da ciência. Já o discurso religioso colaborou com a imposição da figura da Virgem Maria enquanto modelo de perfeição para o fazer materno que será, então, baseado no altruísmo e devoção dedicada aos filhos; a maternidade passa a ter um status divino, de aproximação da mulher a Deus. Assim, os atos que não estivessem de acordo com a conduta padronizada pela Igreja seriam, então, punidos — a mãe má marca a oposição a boa mãe e é aquele sujeito que irá para o inferno, já que não possui deleite na relação estabelecida com seus filhos.

O estabelecimento de uma política do Estado acerca da maternidade, a reprodução dessa, de acordo com o molde patriarcal, garantiria não um status de poder, mas um lugar de respeito à mulher na sociedade. Essa, para além de estar cumprindo com a sua obrigação para com a igreja, com a geração de bebês estaria assegurando a continuidade do nome de seu marido e efetivando o seu maior dever como esposa que era o de constituir uma família; salientou-se nas reflexões aqui apresentadas que a sua obrigação seria melhor realizada quando a criança gerada fosse um menino. Pontuou-se que a mulher que não realizasse a maternidade era tomada como uma não-mulher ou uma mulher defeituosa, tendo em vista a sua incapacidade de cumprimento da ação considerada como sua principal função, marcando a sua não feminilidade.

Ainda no primeiro capítulo, apresentou-se o modo como as discussões acerca da maternidade foram desenvolvidas e os seus vínculos com os movimentos feministas. Para tanto, foram várias as contribuições teóricas apresentadas, de modo que verificou-se importantes avanços nos debates que envolvem a temática; estudos esses que partiram de análises e crítica acerca do fazer materno pensado por psicanalistas como Freud (1976) e Winnicott (1983, 1990, 2002). Muitos desses progressos foram possibilitados pela atuação de estudiosas feministas que expuseram e teorizaram sobre a experiência materna. Foi apresentado o status da

discussão do tema nas diferentes fases do feminismo, reconhecendo-se que foi na segunda onda que a análise sobre o fazer materno e o sujeito mãe foi ampliada: a maternidade enquanto obrigação e natureza do feminino, o amor materno e a noção de que a mulher é a único sujeito com obrigação de cuidados para os outros foram colocadas em xeque.

O primeiro capítulo foi finalizado com uma análise das políticas voltadas à maternidade em contexto brasileiro. Mostrou-se que não diferente do modo como a maternidade foi tratada em outros países, no Brasil houve um movimento em direção à valorização da boa maternidade, conforme os padrões do patriarcado. Esse reforço da instituição fez-se ainda mais presente na sociedade brasileira no Brasil República, em meados da década de 1920; com o objetivo de aumentar e fortalecer a nação, buscou-se higienizar e medicalizar o fazer materno. Entretanto, as barreiras impostas pelo sistema patriarcal ao sujeito-mãe vêm sendo colocadas em xeque, principalmente a partir da década de 1950, mesmo período em que se vê a ascensão das feministas da segunda onda dos movimentos das mulheres.

Houve importantes avanços nas questões relacionadas à maternidade e, assim como no restante do mundo, a partir da segunda onda percebeu-se um forte movimento para a contestação da maternidade enquanto essência das mulheres. O período também contou com importantes avanços nas políticas voltadas para a mulher-mãe. Contudo, percebe que o século XXI traz retrocessos, considerando a forte promoção de valores conservadores no país[108].

Já no segundo capítulo, pretendeu-se debater o modo como a mulher-mãe foi representada através da história da literatura brasileira. Assim, decidiu-se pelo retorno à literatura escrita em território brasileira entre os séculos XIX e início do século XX. O subcapítulo foi dividido em duas partes. O primeiro deles dedicou-se à análise de obras de autoria masculina; esse exercício mostrou que a representação da maternidade enquanto dever e instinto das mulheres se fizeram presentes na escrita

[108] Exemplo disso é o projeto de Lei n° 5435, proposto pelo senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) em dezembro de 2020. Batizada de “bolsa-estupro”, a proposta visa destinar um salário-mínimo a criança que foi fruto de estupro, até que ela complete 18 anos. Contudo, esse projeto escancara o forte investimento das políticas do Estado para a dominação do corpo feminino, na atualidade; a possibilidade de aprovação de um projeto desse gênero traria dificuldades ainda maiores para aquelas mulheres que desejam realizar um aborto na situação de uma gravidez resultado de uma violência, situação prevista na lei brasileira.

de autores como Aluísio de Azevedo (2019[1881]; (1997[1890])) e Machado de Assis (2019[1899]). Ou seja, a boa mãe e a maternidade perfeita estão vinculadas a um ideal de mulher, um feminino que ocupa o espaço que lhe foi designado pelo patriarcado. As personagens D. Glória, em *D. Casmurro* (2019) e Ana Rosa, que ao final de *O mulato* (2019) cumpre com o seu destino divino de ser mãe, exemplificam o afirmado, tendo em vista que a maternidade constitui-se tanto enquanto um sonho, para o qual o feminino é desde cedo preparado para realizar, quanto como um real fazer. As ações dessas mulheres sempre visam o bem estar dos sujeitos que geraram, estando os seus desejos vinculados aos seus filhos(as); não há espaço para vontades e realizações próprias.

Salientou-se ainda a representação de personagens que se apresentam apenas por sua capacidade reprodutiva, como é o caso de Augusta, personagem de *O cortiço* (1997). Essa mulher sai de uma gestação para outra, sendo o seu corpo na narrativa exclusivamente identificado pelos inúmeros partos pelos quais ela passou.

Do mesmo modo, percebeu-se que aquelas mulheres que por algum motivo subvertem o papel a elas designado sofrem com os julgamentos sociais, como é o caso de Rita Baiana e Paula, a bruxa, personagens de *O cortiço* (1997). Rita não pode cumprir com o papel materno principalmente por sua sexualidade ser mais liberta; já Paula, por configurar-se como o mal, aquela que lida com magias e o inexplicado, é aquele feminino que está longe da bondade que se espera de uma mãe. Ambas atestam que apenas o feminino que segue os preceitos patriarcais poderia seguir os desígnios divinos. Ainda pode-se mencionar a personagem de *D. Casmurro* (2019), Capitu que tem na maternidade a sua queda sobretudo pelo fato de que é a partir dela que surge a dúvida sobre a sua fidelidade a Bentinho. Nesse sentido, mesmo que cumpra com o seu papel de mulher-mãe, é em sua maternidade que reside a incerteza de sua fidelidade ao marido.

O subcapítulo 2.2 do segundo capítulo consistiu na apresentação e no exame dos reflexos dos padrões maternos na produção e na vida de mulheres escritoras entre o século XIX e início do século XX. A partir da análise proposta, mostrou-se que o ideal materno se fez presente tanto na literatura escrita por essas mulheres, quanto constitui-se como um impeditivo ou como uma barreira para o maior desenvolvimento e envolvimento na vida literária por essas autoras, tendo em vista que a sua maior dedicação devia estar voltada ao espaço privado, isto é, ao cuidado com a casa, com o marido e com os filhos. Ademais, o trânsito pelo espaço público, proporcionado pela

literatura, era apenas permitido aos sujeitos detentores do poder e da cultura, fato que excluiu as mulheres, inclusive, do cânone literário brasileiro; suas produções foram, por bastante tempo, apagadas da história literária do país.

Nessa seção, mencionou-se a reverberação dos ditames do sistema patriarcal acerca da maternidade na produção de escritoras como Emília Guerra, de quem analisou-se o poema “Mãe” (2000); Escolástica de Morais Veloso, autora do poema “Ser mãe” (2004[1959]) também brevemente analisado nesta tese, e Lola Oliveira, que escreveu o poema “Amor de Mãe” (2004[1958]). Também lançou-se luz sobre a vida e a produção Júlia Lopes de Almeida, escritora que, tal qual as acima citadas, precisou conciliar o exercício da escrita às suas atividades domésticas e maternas. Para ela, mãe de quatro filhos, a maternidade era a sua principal função, sempre desempenhada com amor e abnegação, já que era ação que tinha preferência frente às suas demais atividades.

Ainda se discorreu sobre a representação do fazer materno em *O quinze (*1993), publicado no início do século XX, de autoria de Raquel de Queiroz, obra na qual foi possível perceber a posição da maternidade enquanto um dever do feminino. Entendeu-se que o narrador ao mencionar que a jovem professora Conceição “sentia o vazio da maternidade não realizada”, sugeriu um feminino que carrega a maternidade como sua natureza e sua essência, discurso fortemente vinculado pelo patriarcado de modo a limitar o feminino no papel de mãe.

O desempenho da boa maternidade, nos padrões do patriarcado, era defendida pelos movimentos feministas à época, que, inclusive, tomavam esse papel como um fundamental aspecto na e pela defesa da educação das mulheres, que deveriam aprender a serem boas mulheres do lar, o que certamente representava um avanço frente a anterior impossibilidade das mulheres à educação formal. A imprensa feminina era uma forte aliada para a difusão dessas ideias, sendo inúmeras as revistas que se propunham a disseminar modos para uma boa maternidade e os comportamentos esperados de uma boa mãe.

Entretanto, foi pontuado o não apagamento da vanguarda dessas mulheres, que mesmo diante das limitações impostas pelo sistema, lutaram e se fizeram, de alguma forma, visíveis em um espaço quase inexistente e de difícil acesso às mulheres. É importante destacar que as visões e as reflexões dessas mulheres sobre a maternidade foram moldadas pelas concepções do espaço e do tempo em que viviam, balizadas pelo sistema patriarcal de dominação masculina.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise das obras literárias de autoria de Eliane Brum (2018[2014]), Aline Bei (2017), Maria Valéria Rezende (2014) e Carola Saavedra (2018), que em suas narrativas dão destaque à figura da mãe. Os estudos realizados mostram que a maternidade faz-se cada vez mais presente na literatura brasileira escrita por mulheres, constituindo-se como uma importante temática para a reflexão acerca das amarras instituídas ao feminino, seu corpo e sua sexualidade, pelo patriarcado. Ainda, sublinha-se a forma variada com que o tema é representado, levando em consideração que o fazer materno é também dependente de diversos fatores e experiências femininas.

É possível afirmar que o debate sobre o sujeito-mãe, empreendido por essas escritoras, bem como por outras mulheres que escrevem, ressignifica esse sujeito, desmantelando os modelos estabelecidos à mulher-mãe para o fazer materno, tomados pelo patriarcado para a formação da instituição maternidade, Brum (2018[2014]), Bei (2017), Maria Valéria Rezende (2014) e Carola Saavedra (2018) fornecem bases para uma renovação no que se compreende como maternidade e, consequentemente, no que se entende enquanto fundamental na constituição do feminino. Nesse sentido, na literatura dessas autoras, a maternidade passa a ser algo criticável, questionável, passível de asco e indignação, de modo que é se constrói uma mulher-mãe mais realista e menos idealizada.

A análise de obras produzidas por escritoras mostrou a importância de se compreender a necessidade da participação das mulheres no debate dos temas que perpassam a sua subjetividade, sobretudo, porque, por mais que se tenha presenciado uma significativa evolução tanto na representação quanto na participação das mulheres no diferentes espaços e contextos sociais, há ainda uma prevalência do protagonismo dos homens. Na literatura brasileira contemporânea, não muito diferente do terreno literário que a antecedeu, o protagonismo masculino se reflete, muitas vezes, na construção estereotipada das mulheres-mães, bem como no silenciamento desse tema na literatura.

Para tanto, o capítulo dedicado às análises foi dividido em quatro subcapítulos, sendo cada um deles dedicado a uma das obras, o que não impediu que, ao longo das reflexões propostas, fossem realizadas aproximações entre as obras, exercício fundamental para as considerações sobre a temática da tese. Ademais, as ponderações sobre as mães apresentadas pela obra de Saavedra foram divididas em duas partes, cada uma delas dedicada a uma das personagens-mães da obra.

A partir das análises observou-se que as mulheres-mães de *Uma duas* (2018[2014]), *O peso do pássaro morto* (2017), *Quarenta dias* (2014) e *Com armas sonolentas* são personagens que se constroem de maneiras plurais; femininos que vivenciam a maternidade de modos diversos. Essas personagens sinalizam a necessidade de uma total reconfiguração dessa instituição, de forma a desatrela-la dos valores e padrões disseminados pelo patriarcado, que a vincularam, de maneira a atender os seus interesses, como um fazer que constituiria a essência das mulheres, bem como criaram regras para a sua "correta" realização.

Compreende-se que há a recorrência, na construção narrativa desses sujeitos, de uma representação que atrela a maternidade a um sentimento ambivalente, sugerindo que nem sempre, o amor é a grande marca dessa relação: nas mulheres-mães representadas nas obras analisadas existe um desconforto explícito frente a sua função materna, sendo esse um incômodo presente em diferentes momentos de suas vidas, que perpassa a gestação e o parto, como no caso das personagens de Brum (2017), Bei (2017) e Saavedra (2018) ou mesmo as situações em que os filhos já estão em idade adulta, como no caso da narrativa de Rezende (2014). Nessa perspectiva, a maternidade, de modo desromantizado, é também colocada como um espaço de dor e violência de gênero, evidenciando essa instituição enquanto um lugar que se construiu sob as bases do patriarcado, que instituem a dominação das mulheres, principalmente, a partir do seu corpo e sexualidade.

É perceptível que Maria Lúcia, a personagem-narradora sem nome de Bei (2017), Alice, Ana e a mulher sem nome de Saavedra (2018) representam diferentes femininos, que vivenciam variadas formas de silenciamento e de opressão, entretanto, entende-se que em comum, as cinco mulheres-mães analisadas apresentam uma grande dificuldade na compreensão de seus sentimentos em relação aos sujeitos por elas gerados. Essa confusão reflete-se sobremaneira nos vínculos traçados entre esses sujeitos (mães e filhos): são relações fragmentadas e permeadas de ressentimentos. Compreende-se que essas emoções estão para além dos limites impostos pelos moldes da maternidade idealizada pelo sistema patriarcal; essas são vivências que resultam também, como sugere Badinter (1986), de diferentes fatores externos que influenciam as subjetividades dos sujeitos-mães, seus comportamentos e trânsitos.

Maria Lúcia, na narrativa Brum (2017), tem a sua subjetividade moldada a partir da perspectiva e das interferências dos homens que fazem parte de sua vida: primeiro

o pai autoritário, que a impede de traçar qualquer tipo de relação que não fosse com ele, e, com a morte desse, o “ratinho cinzento”, que assumirá o lugar de dominação desse feminino. Essa mulher não compreende a si mesma e a sua sexualidade, bem como o entendimento de sua corporalidade são completamente constituídos pelo olhar desses homens. São grandes as cicatrizes em seu corpo e subjetividade dominados pela repressão de uma sociedade patriarcal, de modo que a sua integridade enquanto sujeito é inexistente.

Desse modo, a relação estabelecida com a maternidade será de completo desconhecimento: os bebês gerados pelo abuso infligidos pelo “ratinho cinzento” serão percebidos por ela como monstros que invadem o seu corpo. Laura será uma exceção, tendo em vista o seu imediato reconhecimento com a menina, contudo, o sentimento de invasão pelos corpos de bebês desconhecidos, irá perpassar o seu relacionamento com a filha; uma relação que se estabelece a partir da dor.

Maria Lúcia representa tudo o que a figura da mãe ideal não pode ser: violenta em suas ações para com a filha e incapaz de amar, sentimento que ela nem mesmo compreende: a única forma encontrada por ela de transmitir a sua preocupação com a filha será através do leite dado à Laura. Contudo, esse ato, perpassado pelo completo desconhecimento do seu corpo, demarca um modo abuso de poder da figura materna em relação à criança. Nesse sentido, o vínculo criado com a filha, ao contrário da ligação de amor que se espera entre esses sujeitos, será moldado pelo desconforto de uma relação permeada pela tristeza e mágoa.

Da mesma maneira, a personagem sem nome da narrativa de Bei, em *O peso do pássaro morto* (2017), é construída a partir desse lugar incômodo de não pertencimento e não adequação ao fazer materno. A concretização da maternidade para essa mulher perpassa a violação de seu corpo, a degradação de sua subjetividade, já tão marcada pelas perdas: Lucas, seu filho, é fruto do estupro cometido pelo seu ex, e será sempre a memória desse acontecimento, a marca de uma vida que não se realizou. Nessa lembrança reside a impossibilidade de criação de laços com o menino, distante do amor atrelado à maternidade, não há aproximação, mas sim barreiras entre esses dois sujeitos, ainda mais salientada pela incomunicabilidade entre os esses dois, que se afastam ainda mais com o passar do tempo: se com o filho pequeno, a relação estabelecida pela mulher sem nome com ele era apenas a de responsabilidade financeira, enquanto a ligação afetiva do menino era constituida com outro sujeito, na vida adulta de Lucas, há um movimento ainda

maior da mulher inominável em direção ao afastamento de seu fazer materno com o qual nunca houve identificação.

Para essa mulher sem nome não há um final feliz na medida em que sua vida foi delimitada pelos parâmetros de uma sociedade de valores e moral patriarcal. Seus sonhos, planos e desejos perderam-se no momento em que foi violentada, no instante em que não houve possibilidade de escolha sobre o seu próprio corpo e, independentemente da situação que a levou à maternidade, a sociedade a impõe o exercício de cuidado para a criança por ela gerada, caso contrário, ela carregaria o estigma negativo do cumprimento de seu papel principal como mulher. Aliado a isso, está o medo e a vergonha, sentimentos com os quais ela conviverá até o fim de sua vida, em confessar o abuso vivido.

Em *Quarenta dias* (2014), diferente das demais narrativas analisadas, o desconforto com o papel e o modelo materno em voga na sociedade será sentido por Alice, mulher-mãe construída pela narrativa de Rezende (2014), muitos anos após o parto, já com Norinha, a filha, em idade adulta. Para o atendimento das vontades da filha, essa mãe precisará mudar toda a sua vida. Há uma tentativa dessa mãe em negar o atendimento aos desejos da filha, que pretende tornar-se mãe e quer a ajuda da figura materna que teve, entretanto, a possibilidade de colar-se em primeiro lugar frente à filha são minadas com a pressão realizada por Norinha, pela prima, que reitera o dever da mãe de cuidar dos filhos, e por si mesma, principalmente, pela culpa que carrega de não ter dado um pai presente à filha; Alice abre mão de si mesma e tudo o que ela gosta.

É a partir do reconhecimento da impossibilidade de escolha que Alice delineia uma nova percepção acerca do fazer materno, percebendo que esse é um exercício marcado pela pluralidade que envolve também a valorização da mãe e a compreensão de que essa não pode estar sempre depois dos desejos dos filhos: é importante o reconhecimento de que o amor materno e a dedicação eterna e exclusiva do sujeito-mãe não são os únicos sentimentos que envolvem a atividade da mãe. Além disso, ela, no contato que mantém com as pessoas que cruzam o seu caminho de ressignificação, passa a conceber a maternagem a partir de um olhar que prioriza a coletividade. Diferente da solidão vivida por ela durante a criação da filha, ela constata a possibilidade de um fazer materno coletivo, em que diferentes sujeitos estão envolvidos.

Já na narrativa de Saavedra (2018), a construção dessas mulheres-mães não se faz diferente. Tanto Anna quanto a sua mãe, de alguma forma, são mulheres que lutam a partir de suas armas para uma libertação do feminino. Passado e presente se unem de modo a buscar a desconstrução do discurso hegemônico que modela o fazer materno de uma maneira. A narrativa coloca em xeque a concepção da maternidade enquanto natureza, sublinhando o fato de que essa envolve um processo de "tornar-se", que envolve diferentes sentimentos e contextos. Do mesmo modo, *Com armas sonolentas* (2018), muito semelhante a narrativa de Brum (2017), assinala a quase impossibilidade de fuga do feminino desse fazer, tendo em vista a força do discurso patriarcal, que imputa a esses sujeitos situações de violência e completo desconhecimento do seu corpo, mas que reitera a compulsoriedade do discurso que atrela à mulher enquanto mãe; mãe e filha estão marcadas pela obrigatoriedade da maternidade enquanto instituição, seus corpos e subjetividades são marcados por isso.

Faz-se interessante pontuar que no livro de Saavedra, também explicita o lugar da maternidade do feminino subalterno, principalmente através da história da mulher-mãe sem nome. Ao mesmo tempo em que a ela é imputada a maternidade, não há escolha diante dessa situação, ela precisa ser mãe, essa mulher é impossibilitada de exercer a maternidade, já que o seu espaço marginalizado é sempre apresentado à filha em contraste aos privilégios da madrinha, quem, até o momento em que Anna percebe os abusos cometidos à mãe, assumirá a responsabilidade de criação da menina.

Salienta-se que nas obras analisadas há a recorrência do sentimento de não pertencimento dessas mulheres, que se percebem estrangeiras, aos espaços a que estão limitadas. Da mesma forma, percebe-se, nas quatro obras, a apresentação do espaço privado como um lugar de alienação e abuso do feminino. O local, identificado pelo patriarcado enquanto único território permitido para a atuação da figura feminina, em oposição ao ambiente público, masculino, designado para o exercício da maternidade, é apresentado por Brum (2017), Bei (2017), Rezende (2014) e Saavedra (2018) de um ponto de vista opressivo para as mulheres-mães: elas estão presas a ele, de maneira que a subjetividade dessas mulheres se perde em meio a claustrofobia que a casa, para elas, representa.

Maria Lúcia é desde cedo limitada ao trânsito doméstico, eram poucas as saídas permitidas pelo pai, bem como pelo "ratinho cinzendo"; o seu universo inteiro

é constituído a partir do espaço da casa. Ela só percebe que existe um mundo completamente diverso do vivido por ela quando tem acesso ao espaço externo ao da sua casa – isso acontece tanto em saídas com o pai e em passeios com o "ratinho cinzento". Anos depois, já doente, é ainda ao espaço doméstico que ela aprisionada: Laura a encontra caída ao chão, tendo o seu pé devorado pelo gato, impossibilitada de qualquer contato externo. A própria relação com Laura é delimitada pela opressão da casa, portas fechadas que impossibilitam a comunicação, o quarto em que a mãe mantém a filha sendo amamentada até a adolescência.

Do mesmo modo, a mulher sem nome de *O peso de pássaro morto* (2017) vê-se completamente presa ao ambiente doméstico. A relação traçada com a casa é diferente para essa mulher quando comparada com a de Maria Lúcia, entretanto, o ambiente doméstico é também, para ela, esmagador: é nele que ela foi estuprada e é nele que ela está limitada a vida sua infeliz. Ela não consegue ver saídas desse lugar, à vista do fato de precisar sustentar o filho, Lucas, configurando a vida medíocre que nunca imaginou ter. Há uma singela mudança nas expectativas da personagem com relação ao espaço doméstico quando do encontro com o cachorro preto, contudo, com a morte desse, a casa passa a ser espaço de isolamento e solidão mais uma vez.

Já para Alice, a fuga do espaço privado foi a única saída em meio às mudanças drásticas em sua vida. A casa toda branca e moderna, construída ao gosto da filha Norinha, que impõem a sua ida para uma nova cidade, desencadeia na personagem um sentimento de aprisionamento e necessária fuga. É o contato com as ruas porto-alegrenses que a libertam, em um movimento de ressignificação de si mesma, de sua versão moldada pelo patriarcado, assim como do próprio valor do espaço privado ao qual sempre esteve limitada.

Anna e sua mãe são mulheres que refletem a força de um total sentimento de não pertencimento. Anna desde cedo transitava entre o quartinho em que sua mãe ficava e a casa grande da madrinha, sentindo-se deslocada, "desencaixada", sem conseguir compreender o seu real espaço, já suas próprias origens são opostas. Toda essa situação se reflete em sua própria subjetividade. Para a sua mãe, a mulher sem nome, o sentimento de deslocamento também se faz presente, ela não habita a sua casa, mas o quartinho dos fundos da casa da família que é tudo o que ela não é, tanto fisicamente quanto financeiramente. Ela até tenta fazer daquele pequeno espaço o seu lar, entretanto, a realidade a que ela nesse local está limitada lhe parece pequena

quando comparada às dos filmes que tanto gosta de assistir. Este lugar também a manteve completamente alheia ao espaço externo, ficando ela para sempre isolada.

Pontua-se também o modo como o exercício da escrita atravessa as mulheres das narrativas estudadas, de um modo libertador. Ao encontro do afirmado por Rich (2001), acerca da necessidade das mulheres narrarem a sua própria história, no sentido, de que esse é um importante exercício para a compreensão de sua múltipla subjetividade, corporalidade e sexualidade, quebrando com as amarras limitadoras do que até hoje foi imposto a elas pelo discurso dos patriarcal, as personagens mães das quatro narrativas encontram no ato de escrever, seja um diário, seja uma carta, a possibilidade de ressignificar suas dores, perdas e desejos, frente às situações limitadoras que lhes foram postas enquanto única opção de vivência.

Maria Lúcia, ao adentrar a história que está sendo contada pela filha, almeja a liberdade, a possibilidade de uma morte livre da compreensão limitadora que acabou construindo de si mesma na interação com os dois homens que lhe usurparam a possibilidade de uma vida para além dos abusos e do espaço doméstico. Assim como pontuado por Maurice Blanchot, em *O espaço literário* (2011), compreende-se que a escrita de Maria Lúcia é um modo para “perecer em sossego” (p. 96). Na relação com a filha, a escrita trabalha não de um modo a tentar posicionar esta mulher-mãe unicamente na posição de um sujeito arrependido por não ter cumprido a maternidade nos moldes do patriarcado, mas sim para a exposição dos impactos que o olhar limitador do masculino causam às mulheres com o seu discurso acerca da maternidade compulsória. É nesse ato de escrever que as memórias dessas duas mulheres ficarão guardadas, preservadas, um ato de subversão frente a uma sociedade dominada pelo discurso masculino.

É nas cartas que a mulher sem nome de Bei (2017) apresenta a coragem de falar a verdade sobre o doloroso processo de formação da sua subjetividade, são nelas que o seu silêncio não existe: há a necessidade de contar. São cartas que almejam terceiros leitores, que nem sempre são alcançados, como é o caso da carta que escreve ao filho, entretanto, percebe-se que essas parecem muito mais um modo dela mesma lidar com os pesos dos diferentes pássaros mortos impostos a sua vivência do que realmente um movimento em direção à libertação em relação aos outros sujeitos, que de algum modo passaram por sua vida. Essas são documentos que, de diferentes formas, expõe, como em nas outras obras, as cicatrizes de uma sociedade que amordaça e violenta mulheres.

Alice percebe em seu caderno com capa da boneca *Barbie* o seu principal companheiro. É no seu exercício de escrita que essa mulher irá desconstruir os padrões que perpassam tanto as questões referentes ao seu corpo, sua subjetividade e, por consequência, sua identidade como mãe, que por tanto tempo conviveu e tomou enquanto sua única possibilidade de existência. O ato de escrever, por longo tempo espaço destinado apenas aos homens, será para Alice uma possibilidade de reconstrução de si mesma, do reconhecimento de sua multiplicidade enquanto sujeito. A personagem, na revisitação de seu passado, seja o mais remoto ou o mais recente, de modo a ressignificar a linguagem que a rodeia e que sempre a limitou a um único lugar.

Já na obra de Saavedra, o processo de libertação através da escrita será realizado por Anna, que ao escrever o seu monólogo, revisita as dores e as cicatrizes de um sujeito estrangeiro de si mesmo. As marcas dessa personagem, como percebido durante a leitura de seu texto, já ao final do livro, são resultado da batalha constante entre suas expectativas e a realidade guardada para as mulheres: Anna, em completo desamparo, nunca conseguiu cumprir os papéis predefinidos ao feminino; assim, os seus desejos e sonhos foram um a um desmontados por uma sociedade que limita os trânsitos femininos. Anna se vê presa na mesma história vivenciada pela mãe, uma narrativa de aprisionamento e de deveres a serem cumpridos enquanto mulher. É na escrita e na exposição dessa realidade que essa personagem percebe a possibilidade de cura, de resistência às normas.

Regina Dalcastagnè ao refletir acerca da produção literária das escritoras brasileiras contemporâneas pontua a construção de um feminino plural e detalhado. Assim, a partir do presente estudo percebeu-se essas características nas obras das quatro autoras analisadas. Do mesmo modo, pontua-se que essas mulheres incluíram em suas narrativas “temáticas da agenda feminista que passam despercebidas pelos autores homens e problematizam questões que costumam estar mais marcadas por estereótipos de gênero” (2010, p. 58). Nesse sentido, a perspectiva é que este estudo auxilie no aprofundamento das reflexões sobre o feminino de modo a contribuir para uma transformação acerca dos papéis sociais que são lhe impostos.

Uma duas (2018[2014]), *O peso do pássaro morto* (2017), *Quarenta dias* (2014) e *Com armas sonolentas* são obras que apresentam mulheres que transgridem o discurso do patriarcado ao exporem a maternidade para além daquela instituída a partir do discurso de essência e de amor materno abnegado. Ademais, acredita-se

que essas narrativas evidenciam o fato de que, o reexame dessa instituição, a partir de um ponto de vista feminino, político e sociocultural, contesta o papel materno da mulher “que insistentemente percorre os discursos, engendra uma imagem idealizada que se consolida cotidianamente” (SANTOS; RODRIGUES, 2019), reforçando esse estereótipo do que é ser mãe. Desse modo, ao representar mulheres-mães que rompem e questionam o status da maternidade submissa, a literatura brasileira contemporânea escrita por essas mulheres clarifica a opressão e, por consequência, as profundas marcas deixadas nas mulheres por uma sociedade que as resume as suas funções biológicas de reprodução.

Entretanto, reconhece-se que o debate sobre a maternidade não se esgota nas análises aqui realizadas, tendo em vista a relevância e amplitude dessa temática, que perpassa a constituição da subjetividade feminina. Essa tese foi construída baseada na compreensão da importância do estudo incansável sobre um feminino desatrelado dos padrões que lhe foram historicamente impostos, o que possibilita que esse sujeito seja apresentado a partir de suas múltiplas faces e experiências. Nesse sentido, sabe-se que não se pode afirmar que todos os padrões impostos à mulher-mãe, sendo um deles a própria maternidade enquanto instituição compulsória e vinculada a mais alta expressão da feminilidade, foram refutados. Todavia, os debates empreendidos na atualidade, como os livros das autoras aqui analisados sugerem, demonstram um caminho de possibilidades para a constituição de um feminino que considere variadas formas de expressão de sua subjetividade, sua sexualidade(s) e sua corporalidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução por Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997, Coleção Patrística, Vol. 10.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2019[1889].

AUAD, Daniela. *Feminismo: que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AZEVEDO, Aluísio de. *O mulato*. 21. ed. São Paulo: Ática, 2019[1881] [kindle edition].

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997[1890] [kindle edition].

AZEVEDO, Evelin. "Por que o Brasil é o país onde mais morrem grávidas e mulheres no pós-parto por Covid-19 no mundo?". O Globo, São Paulo, 31 de julho de 2020. Sociedade. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/por-que-brasil-o-pais-onde-mais-morrem-gravidas-mulheres-no-pos-parto-por-covid-19-no-mundo-1-24560095. Acesso em 01/03/2021

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*; tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *A mãe perfeita é um mito*. Entrevista para Instituto Humanitas/Unisinos, 2011. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/173-noticias/noticias-2011/45476-a-mae-perfeita-e-um-mito-. Acesso em: 27/03/2019.

BALZAC, Honoré de. "Memória de duas jovens esposas". In: *A comédia humana*. v. 1, Rio de Janeiro, Globo, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009[1949].

BEI, Aline. *O peso do pássaro morto*. São Paulo: Editora Nós, Edith, 2017.

Bíblia. Português. *Bíblia sagrada: Epístola de São Paulo a Timóteo*. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário.* Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOTELHO, Delane; BATTISTELA-LIMA, Suzana. "A relação entre a culpa das mães e suas decisões de consumo". Revista Brasileira de Marketing, vol. 18, núm. 2, pp. 169-194, 2019.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Tradução Maria Helena Kuhner. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. C*onheça os direitos das mulheres gestantes no Brasil*. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2018/08/conheca-os-direitos-das-mulheres-gestantes-no-brasil. Acesso em 02 de abril de 2019.

BRUM, Eliane. *Uma duas*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CARTER, Angela. *The sadeian woman and the ideology of pornography*. New York: Pantheon Books, 1978.

CARVALHO, Camila Mazzotto de. "Brasil, o país que mais matou grávidas em meio à pandemia". Revista Babel, São Paulo, 21 de dezembro de 2020. Disponível em http://www.usp.br/babel/?p=249. Acesso em 01/03/2021.

CIXOUS, Hélène. The Laugh of the Medusa. In: ADAMS,Hazard; SEARLE, Leroy (org.). *Critical Theory since 1965*. Tallahassee: University Press of Florida, 1986, pp. 309-320.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa do Tempo LTDA, 1978.

COELHO, N. Novaes. *O discurso em crise na literatura feminina portuguesa*. Via Atlântica. São Paulo, n. 2, p. 121–128, julho de 1999.

CONNELL, R. W. *Gender and Power: society, the person, and sexual politics*. Redwood City: Stanford University Press.

CORTEZ, Natacha. "Laqueadura é direito previsto em lei para as brasileiras, mas na prática tem sido uma verdadeira via crucis sem garantias". *Revista Marie Claire*. Editora Globo, 2019. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2019/03/laqueadura-e-direito-previsto-em-lei-para-brasileiras-mas-na-pratica-tem-sido-uma-verdadeira-crucis-sem-garantias.html. Acesso em 14 de abril de 2019.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

D'INCAO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-240.

DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia do gênero". In: HOLLAND, B.H. T*endências e Impasses: o feminismo como a crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-241, 1994.

DE LAURETIS, Teresa. “Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness”. In: *Feminist Studies* , Maryland, 16, n.1, p. 115/150, 1990.

DELLA-FLORA, Luana Jéssika. Heranças silenciosas, heranças malditas: implicações da subalternidade e do emprego doméstico em Com armas sonolentas, de Carola Saavedra, e Estela sem Deus, de Jeferson Tenório. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

DONATH, Orna. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Tradução Marina Vargas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FEDERICI, Silvia.*Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FLAX, J. "Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista". In: HOLANDA, H.B. de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco,1991.

FLORA, Luísa Maria Rodrigues. Bildungsroman. E-Dicionário de Termos Literários, coord.de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/edtl>.Acesso: 10 ago. 2009.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. “A política da saúde no século XVIII”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2015.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2008, vol.15, suppl., pp.153-171. Disponível em:. https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500008. Acesso em: 12/09/2020.

FREUD, Sigmund. *Dissolução do complexo de Édipo.* Vol. XIX. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Trad. Marilene Carone. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

____, Sigmund. *Sexualidade feminina.* Vol. XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FUNCK, Susana. “A Maternidade como Determinante Social na Utopia Feminista”. In: Revista de Divulgação Cultural da FURB, Blumenau, SC, n.44, p. 11-17, 1990.

____, Susana Bornéo. “O que é uma mulher?”. *Revista Cerrados*, n. 31, ano 20, p. 65-74, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006

GOMES, Carlos Magno. “A aula de alteridade em O quinze”. *Revista Diadorim*. v.07, p. 45-56, 2010. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3905. Acesso em: 19/09/2020

HAHNER, June Edith. A mulher no brasil. Tradução de Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HALASI, Fabiana de Souza. *A mulher brasileira contemporânea e a maternidade da culpa*. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HANSEN, Elaine Tuttle. *Mother without child: contemporary fiction and the crisis of motherhood*. Los Angeles, Berkeley, London: University of California Press, 1997.

HOOKS, bell. *Feminist Theory: from margin to center*. London: Routledge, 1984.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do Feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo, Boitempo, 2016.

Kugler, K., & Jones, W. H. (1992). On conceptualizing and assessing guilt. Journal of Personality and Social Psychology, 62(2), 318–327.

LO BIANCO, A. C. “A psicologização do feto”. In: Figueira, S. (org.). A *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 94-115.

LORDELLO Silvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. “Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso à luz do modelo bioecológico”. *Contextos Clínicos*, v. 7, e. 1, p. 94-104, janeiro-junho, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v7n1/v7n1a10.pdf. Acesso em 22/12/2020.

MACHADO, Bruna Farias. *Corpos que gritam: a relação mãe e filha em Uma duas, de Eliane Brum*. Monografia (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise”. Texto apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, p. 17-22. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000078&pid=S0104-59702011000500016000008&lng=en. Acesso em: 05/04/2019.

MELO, Bruno Santos. “Reterritorializar, desterritorializar: Quarenta Dias, de Maria Valéria Rezende”. *Revista Polifonia*, Cuiabá-MT, vol.27, n.47, p. 01 a 362, jul.-set., 2020. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/10721. Acesso em: 25/01/2021.

MELLO, Ludmilla Giovanna Ribeiro de. *O bildungsroman na literatura feminina: uma análise de A Sibila*. In: Via Litterae - Revista de Linguística e Teoria Literária, Anápolis • v. 3, n. 2 • p. 481-490 • jul./dez. 2011.

MEYER, Dagmar. "Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos". In: *Movimento*, v. 9, n. 3, p. 33-58, set./dez. 2003.

MOREIRA, Greiciellen Rodrigues. Maternidade e representações femininas em “Lutas do coração”, de Inês Sabino, “Virgindade inútil”, de Ercília Nogueira Cobra, e “O quinze”, de Rachel de Queiroz. Tese de doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 161, 2017.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de ARAÚJO, Maria de Fátima. “A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos”. In: *Psicologia, ciência e profissão*, v. 1, n. 24, p. 44-55, 2004.

MOURA. Renata. “O Brasil tem mais mortes maternas associadas à Covid-19 do que 8 países juntos”. Instituto Santos Dumont: ensino e pesquisa. Macaíba, 28 de maio de 2020. Disponível em: http://www.institutosantosdumont.org.br/2020/05/28/brasil-tem-mais-mortes-maternas-associadas-a-covid-19-do-que-8-paises-juntos/. Acesso em 01/03/2021.

MUZART, Zahidé L. (org.). Escritoras brasileiras do século XIX: antologia. v. 01, 2ªed. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2000.

MUZART, Zahidé L. (org.). Escritoras brasileiras do século XIX: antologia. v. 02. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2004.

MUZART, Zahidé L. (org.). Escritoras brasileiras do século XIX: antologia. v. 03. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC, 2009.

NAVARRO, M. H.; SCHMIDT, Rita T.. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: II Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho. Goiânia. ANAIS do II Congresso Internacional sobre a mulher, gênero e relações de trabalho. Goiânia: Cir Gráfica e Editora, 2007. p. 85-96.

NEVES, Ana Lúcia Maria de Souza; MELO, Bruno Santos. “A representação da velhice em *Quarenta dias*, de Maria Valéria Rezende”. In: Revista letras raras, v. 7, n. 1, p. 122-147, 2018.

ODESSA, M. Wulff. “Contribuições para a sexualidade infantil”. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 19, n. 3, p. 512-526, Sept. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142016000300512&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 06/01/2021

O'BRIEN, Mary. *The politics of reproduction*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, pp. 8-15, 46.

O’REILLY, Andrea (org.). *From motherhood to mothering: the legacy of Adrienne Rich’s of Woman Born.* Albany: State University of New York Press, 2004.

____, Andrea (org.). *Feminist mothering.* Albany: State University of New York Press, 2008.

PALCZEWSKI, C.H. (2001). “Cyber-movements, New Social Movements, and Counterpublics”. In: Asen, R. and Brouwer, D.C. (eds.) *Counterpublics and the State*. State University of New York Press: Albany.

PEDRO, Maria Joana. “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”. *Revista Brasileira de História*, n. 23, v. 45, p. 239-260, 2003.

PERROT, Michelle (Org.). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra; tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*; tradução de Angela M. S. Côrrea. 2.ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Contextos, 2015.

PINHEIRO, Teresa. “Reflexões sobre as bases do amor materno”. In: HILFERDING, Margarete; Pinheiro, Teresa; Vianna, Helena. *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta, 1991.

PLATÃO. *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

QUEIROZ, Rachel. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016[1930].

RAGO, Margareth. *Descobrindo historicamente o gênero*. In: cadernos pagu, v. 11, 1998.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018[1859].

REIS, Ana Regina Gomes dos. *Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade*. Dissertação de mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 143, 2008.

REZENDE, Maria Valéria. *Quarenta dias*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RICH, Adrienne Cecile. “The meaning of our love from women is what we have constantly to expand”. In: On lies, secrets and silence. New York: W.W. Norton& Company, p. 220-251, 1979.

____, Adrienne Cecile. *Of Woman Born: motherhood as experience and institution*. New York: W. W. Norton&Company, 1986.

____, Adrienne Cecile. *Arts of the Possible*. New York: W.W. Norton& Company, 2001.

ROTTENBERG, Jonathan. *The Depths: The Evolutionary Origins of the Depression Epidemic*. New York: Basic Books; 1ª edição, 2014.

ROWLAND, Robin. “Technology and motherhood: reproductive choice reconsidered”. In: *Signs*, v. 12, n. 3, p. 512-528, 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3174335>. Acesso em: 14 mai. 2019.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ROSSINI, Tânia N. (2016). A construção do feminino na literatura: representando a diferença. In: *Trem De Letras*, 3(1), 97-111. Disponível em: https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/459. Acesso em: 25/12/2020

RUDDICK, SARA. *Maternal thinking: toward a politics of peace*. 2nd edition. Boston: Beacon Press, 1995.

SAAVEDRA, Carola. *Com armas sonolentas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Magda Guadalupe. "O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos". In: BORGES, Maria de Lurdes; TIBURI, Márcia (org.). *Filosofia: machismos e feminismos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

SANTOS, Enedir Silva; RODRIGUES, Kelcilene Grácia. "A opressão materna em selo das despedidas", de Heloneida Studart. *Revista Graphos*, v. 20, n. 2 (2018), p. 07-24.

SCAVONE, Lucila. "Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero". *Interface: comunicação, saúde, educação*. Botucatu, v. 5, n. p. 47-59, 2001. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1414-32832001000100004&script=sci_arttext . Acesso: 18/03/2019.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Para que crítica feminista? (Anotações para uma resposta possível). In: XAVIER, Elódia (Org.). Anais do VII Seminário Nacional- Mulher e literatura. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1995.

SCHMIDT, Rita Terezinha. "Pensar (d)as margens: estará o cânone em estado de sítio". Cânones & Contextos: Anais. 5 Congresso ABRALIC. Rio de Janeiro: Abralic, v. 1, 1997, p. 287-291.

____, Rita Terezinha. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. "Maternidade e Literatura: desconstruindo mitos". In: SWAIN, Tânia Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 35-72.

_____. (Org.). *Maternidade e feminismo: diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007a. p. 203-247.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. "O corpo da mãe na literatura: uma ausência presente". In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tania Navarro (Org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007b. v. 1, p. 85-116.

SWAIN, Tânia Navarro. "A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário?" *Textos de História*, Brasília: Ed. UnB, v. 8, n.1-2, p. 47-84, 2000. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5904. Acesso em: 12/02/2019.

____, Tânia Navarro. "Meu corpo é um útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade". In: STEVENS, Cristina (Org.). *Maternidade e feminismo: diálogos*

interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 203-247.

____, Tânia Navarro. “Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação”. In: Stevens, Cristina; Swain, Tânia Navarro (Org.). *A construção dos corpos – Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

____, Tânia Navarro. Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”. In: Educar, Curitiba, n. 35, p. 23-36, 2009.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas*. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TADDEI, Angela Maria Soares Mendes. Umas & outras: memória social da maternidade em O cortiço (1890), de Aluísio Azevedo. 154 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TOURINHO, Julia Gama. A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade. *IGT na Rede*, v.3, n.5, 2006. Disponível em: http://www.igt.psc.br/ojs2/index.php/igtnarede/article/view/1710. Acesso em: 06/01/2021.

VASCONCELOS, Vânia Maria Ferreira. *No colo das labás : raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas*. 228f. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literaturas) da Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2014

VENÂNCIO, Renato Pinto. “A maternidade negada”. In: PRIORE, M.D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 6, p.189-223.

VIVIAN, Ilse Maria da Rosa. “Invisibilidade? A potência do não-ser: resistência e memória em *Com armas sonolentas*, de Carola Saavedra”. In: *Revista Letras*, v. 59, p. 131-150, 2019.

WALTERS, Margaret. *Feminism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WINNICOTT, Donald Woods. *O ambiente e o processo de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes médicas, 1983.

____, Donald Woods. *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

____, Donald Woods. *Os bebês e suas mães.* São Paulo:Martins Fontes, 2002.

WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon, 1992.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres*; tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Edipro/Boitempo, 2015.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: LP&M Pocket, 2012.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Literatura e gênero: a construção da identidade feminina*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

ZOLA, Emile. Do romance. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Edusp/Imaginário, 1995.

ZOLIN, Lúcia Osana. *A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade*. IPOTESI, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105-116, jul./dez. 2009.